

AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA – DEOPO
MD SR. WILLIAM IVO ZAMBELLI
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGAS
BRASILIA/DF

***Ref.: Pedido de Renovação de Outorga de Emissora em Frequência Modulada –
Período 2021 até 2031.***

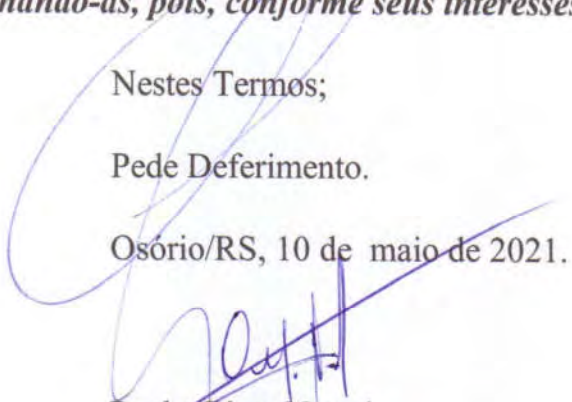
A **Rádio Litoral Ltda.**, entidade comercial inscrita no CNPJ sob nº 90.918.343/0001-22, com sede na Rua Marechal Floriano, nº. 920 – Conj. 204 – Bairro Centro – Cep 95520-000, na cidade de Osório/RS, permissionária dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada para a localidade de **Osório**, Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista o disposto no artigo 3º, nos termos da letra “a” § 1º do Decreto nº. 88.066 de 26 de janeiro de 1983, requer a Vossa Excelência, se digne apreciar e submeter à decisão da autoridade competente, **pedido de renovação**, expedida pelo **Decreto Legislativo nº. 11**, de 09 de março de 1995, Publicado no D.O.U. de 10 subsequente, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em **Frequência Modulada**, na cidade de **Osório**, Estado do Rio Grande do Sul.

Declara, outrossim, *“conhecer e aderir às cláusulas que regulam os serviços de radiodifusão, nos termos da letra “a” § 1º, art. 3º do Decreto 88.066 de 25 de janeiro de 1983, que passarão a regular suas relações com Poder Concedente no novo período de exploração do serviço, caso o pedido de renovação seja atendido, achando-as, pois, conforme seus interesses”*.

Nestes Termos;

Pede Deferimento.

Osório/RS, 10 de maio de 2021.


Paulo César Notari
CPF/MF nº. 183.669.530-68
Gerente



REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO

Nome da Pessoa Jurídica:	A Rádio Litoral Ltda.		
CNPJ:	90.918.343/0001-22	CEP da sede:	95520-000
Endereço da sede:	Rua Marechal Floriano, nº. 920 – Conj. 204 – Bairro Centro		
E-mail de contato:	pan103@terra.com.br		
Serviço a ser renovado:	<input checked="" type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais <input type="checkbox"/> Radiodifusão sonora <input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:	de 26/10/2021 a 26/10/2031.		
Localidade da renovação:	Osório	UF:	RS

Eu, **Paulo César Notari**, inscrito no CPF sob o nº. **183.669.530-68**, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

(b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.



(d) a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº. 52.795/63;

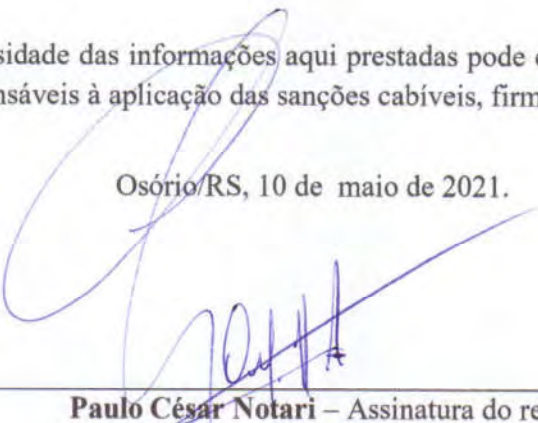
(e) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

(f) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

(g) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Osório/RS, 10 de maio de 2021.



Paulo César Notari – Assinatura do representante legal

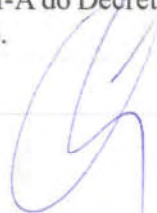


ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

*RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA*

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

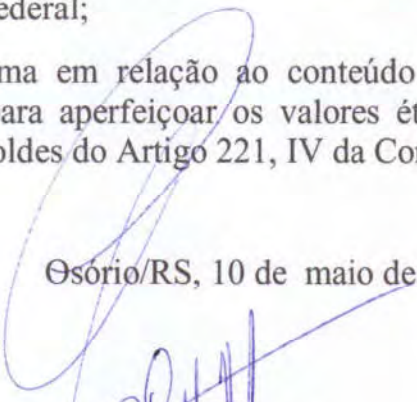


DECLARAÇÕES

Rádio Litoral Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na localidade de **Osório/RS**, em atendimento ao disposto no Parecer CONJUR nº. 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, emanado do Ministério das Comunicações, bem como atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, e cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, **elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63** por seu representante legal abaixo identificado declara que:

- 1. Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada;**
2. Cumpre as normas atinentes à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, conforme as disposições constitucionais (Art. 220, § 4º da Constituição Federal e Lei nº 9.294/1996), que regem a matéria;
3. A programação da emissora vem cumprindo com os seguintes percentuais: máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo reservado a propaganda comercial, mínimo de 5% (cinco por cento) do tempo ao serviço noticioso, bem como o **cumprimento da obrigação de transmitir 5 (cinco) horas semanais de programas educacionais;**
4. Cumpre a finalidade constitucional de **promover a cultura nacional e regional**, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do Artigo 221, IV da Constituição Federal;
5. Da mesma forma em relação ao conteúdo veiculado, vem cumprindo e contribuindo para aperfeiçoar os valores éticos e sociais da pessoa e da família, nos moldes do Artigo 221, IV da Constituição Federal;

Osório/RS, 10 de maio de 2021.



Paulo César Notari
CPF/MF nº. 183.669.530-68
Gerente



CONTRATO SOCIAL

Que fazem, entre si, PAULO CEZAR NOTARI, portador da carteira de identidade nº1009169539, Registro no CPF nº 183669530.68, profissão Radialista, residente a Rua José Domingos Varela, 201, ap.107 na cidade de PORTO ALEGRE-RS, WILSON / WRUBEL, carteira de identidade nº5010862844, Reg.no CPF sob nº 106876370.15, profissão Radialista, residente a Rua Visconde / do Herval, 469 ap.112, na cidade de PORTO ALEGRE-RS, e TELMO / JAIME TANTAROTTI, cart.identidade nº2002699298, Reg. no CPF nº 125450660.87, profissão Jornalista, residente a Av.Farrapos, / 665 ap.11, todos brasileiros, maiores, casados, reservistas, resolvendo de comum acordo constituir uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sob as cláusulas e condições seguintes:

I

Que a presente sociedade girará sob a razão social de "RÁDIO LITORAL & CIA.LTDA.", com sede à Rua Lobo da Costa s/nº, Galeria Humaitá, salas 11,12 e 13 - Centro - na cidade de OSÓRIO, Estado do Rio Grande do Sul.

II

Que o Capital Social será de R\$600.000,00(Seiscentos mil cruzeiros), sendo integralizado dentro 9(nove) meses em moedas corrente nacional e distribuído entre os sócios, da seguinte forma:

- | | | |
|---------------------------|---|--|
| a) PAULO CEZAR NOTARI | - | R\$210.000,00(Duzentos e dez mil cruzeiros); |
| b) WILSON WRUBEL | - | R\$210.000,00(Duzentos e dez mil cruzeiros); |
| c) TELMO JAIME TANTAROTTI | - | R\$180.000,00(Cento e oitenta mil cruzeiros) |

III

Que a responsabilidade de cada sócio será limitada até o total do Capital Social.

IV

Que o seu ramo de negócio será o de Radiodifusão



JO ARQUIVADO Nº 432 OCT 92618



V

Que a gerência da presente sociedade será exercida pelo sócio PAULO CEZAR NOTARI

VI

Que, a gerência terá uma retirada mensal a título de "pro-labore", nunca inferior ao valor do salário mínimo regional vigente

VII

Que em caso de retirada ou morte de um dos sócios se esta ocorrer dentro de seis(6) meses após o último Balanço, servirá este por base. Caso contrário, será feito novo Balanço para apuração dos haveres do sócio falecido ou retirante.

VIII

Que o prazo de duração da presente sociedade será por tempo indeterminado, a iniciar-se em 19 de março de 1980.

IX

Que o lucro anualmente apurado em Balanço Geral será distribuído entre os sócios em partes iguais.

X

Que a presente sociedade poderá instalar filiais ou agências no território nacional ou estrangeiro, de acordo com as necessidades.

XI

Que o sócio que pretenda retirar-se da presente sociedade deverá cientificar a mesma, por escrito, com uma antecedência mínima de 90(noventa) dias.

XII

Que, em caso de morte de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida, podendo os herdeiros do sócio falecido, fazer parte da mesma, mediante a concorrência unânime dos demais sócios.

XIII

Que nenhum dos sócios é permitida transferir ou ceder as suas cotas a estranhos à sociedade, sem a prévia concordância dos demais sócios.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de Contrato Social, em três(3) vias igual forma e teor.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

JC ARQUIVADO 38 432 001 926 18★



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

(Continuação do Contrato Social de "RÁDIO LITORAL & CIA. LTDA")

05/01/1980), 19 de março de 1980

PAULO CESAR NOTARI

WILSON WRUBEL

TELMO JAIME TARTAROTTI

8.º TABELIONATO

AV. JOÃO PESSOA, 1494 - FONES 23-1220 - 23-4671
PORTO ALEGRE - RS

Reconheço verdadeira a(s) firma(s)
assinada(s) DE TELMO JAIME
TARTAROTTI

Em testemunho da verdade
Porto Alegre, 19 de março de 1980

DR. CLAUDIO JORGE PINHEIRO DE ALBUQUERQUE
Tabelião

VERA MARIA DE ALBUQUERQUE
Oficial Adjunto em Exercício
ARGEMIRO TSUNENORI KOSHIMA
Oficial Adjunto
ERICO MÜHLER
FRANCISCO SILVA BELLO

Escritores Autorizados

8.º TABELIONATO

Av. João Pessoa, 1494 - fone 23-12-20

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) DE PAULO
CESAR NOTARI, Wilson
WRUBEL

Em testemunho da verdade
Porto Alegre, 19 de março de 1980

Dr. Claudio Jorge Pinheiro de Albuquerque
Tabelião

VERA MARIA DE ALBUQUERQUE
Oficial Adjunto em Exercício
ARGEMIRO TSUNENORI KOSHIMA
Oficial Adjunto
ERICO MÜHLER

Francisco Silva Bello
ESCRITORES AUTORIZADOS



9154

JC ARQUIVADO Nº 4200192618



ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL


Que entre si fazem, PAULO CESAR NOTARI, portador da Cart. Identidade nº 100169839 - CPF 183669530.68, brasileiro, casado, profissão radialista, reservista, maior, residente a Rua José Domingos Varela, 201, ap 107 nesta Capital, WILSON WEUBEL, brasileiro, casado, profissão radialista, reservista, maior, Cart. Ident. nº 5010862844 CPF 106876370.15, residente a Rua Herval, 469 ap. 112, nesta Capital e TELMO JAIME TARTAROTTI, cart. ident. 200289296, CPF 125450660.87, brasileiro, solteiro, maior, profissão Jornalista, reservista, residente a Av. Farrapos, 665 ap 11, no seguinte teor:

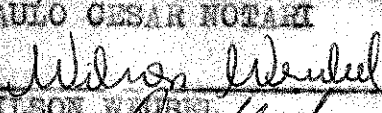
I


Que a presente sociedade girará sob o nome de "RÁDIO LITORAL LTDA", com sede à rua Lobo da Costa, a/nº Galeria Humaitá, salas, 11, 12 e 13 - na cidade de OSÓRIO, Estado do Rio Grande do Sul.

Por estarem justos e contratados, ratificando em todos os seus termos as demais cláusulas do contrato social, firmam a presente alteração contratual, depois de a terem lido e achado conforme, na presença de duas testemunhas instrumentais.

PORTO ALEGRE, 7 de abril de 1980


PAULO CESAR NOTARI


WILSON WEUBEL


TELMO JAIME TARTAROTTI

3º TABELIONATO

3º TABELIONATO

3º TABELIONATO

Testemunhas:

1. Eudete João Ragon
CPF 132135129 - Porto Alegre-RS
2. Paulo Antonio Pedrosa
CPF-208868450.68 - Porto Alegre



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

1 0 ABR 1930

ARQUIVADO 43 001 336184

SECRETARIA DA JUSTICA
JUNTA CONSTITUCIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
CURTILAS DE PIA E CAMARAS DO RIO DE JANEIRO
DO NOME E QUE ATRIBUIR O TITULO DE NOTARIO

SILBERTO NEVES
Secretario - Geral

8.º TABELIONATO

Av. João Pessoa, 1424 - fone 23-12-76

Reconheço por semelhança a(s) firma(s)

PAULO
CEZAR NOTARI WILSON
W RUBEL TELMO LAIME
TARTANOTTI

Em testemunha da verdade
Porto Alegre, 07 de ABRIL de 1980

Dr. Claudio Jorge Pinheiro de Albuquerque
Tabelião

VERA MARIA DE ALBUQUERQUE
Oficial Ajudante em Exercício

ARGEMIRO TSUNENORI KHAMMA
Oficial Ajudante

Erico Mühlen

Francisco Silva Belle

SECRETARIES AUTORIZADOS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL

Que entre si fazem, PAULO CESAR NOTARI, portador da Cart. Ident. nº 100169839-CPE-183669530.68, brasileiro, solteiro, profissão radialista, reservista, maior, residente a Rua José Domingos / Varela, 201, ap. 107, n/capital, WILSON WRUBEL, brasileiro, casado, profissão radialista, reservista, maior, cart. ident. 50108628/4 CPF-106876370.15, residente a Rua Herval, 469 ap 112, n/capital e TELMO JAIME TARTAROTTI, brasileiro, solteiro, profissão jornalista, maior, reservista, Ident. nº 200289298 - CPF-125450660.87, residente a Av. Farrapos, 665 ap 11, relativo aos seguintes itens constantes do Contrato Registrado na Junta Comercial sob nº 43200192618 de 10/Abril/1980:

II

Que o CAPITAL SOCIAL será de 600.000,00 (Seiscentos mil cruzeiros) divididos em 60.000 (sessenta mil cotas) de R\$10,00 (dez cruzeiros) cada uma, sendo integralizado dentro de 9 (nove) meses a contar da data do contrato inicial, em moeda corrente nacional e distribuído entre os seguintes sócios e da seguinte forma:

- a) PAULO CESAR NOTARI = 35% do Capital social, ou seja 21.000 (vinte e uma mil) cotas no valor de R\$10,00 (dez cruzeiros) cada uma num total de R\$210.000,00 (Duzentos e dez mil cruzeiros);
- b) WILSON WRUBEL = 35% do Capital Social, ou seja 21.000 (Vinte e uma mil) cotas no valor de R\$10,00 (Dez cruzeiros) cada uma, num total de R\$210.000,00 (Duzentos e dez mil cruzeiros);
- c) TELMO JAIME TARTAROTTI = 30% do Capital Social, ou seja 18.000 (Dezoito mil) cotas no valor de R\$10,00 (Dez cruzeiros) cada uma num total de R\$180.000,00 (Cento e oitenta mil cruzeiros).

III

Que a responsabilidade de cada sócio será limitada até o total do Capital Social e declaram que as cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual, assim como transferência de cotas, de prévia autorização do Poder Concedente.

Cada sócio-cotista deverá contribuir, dentro de sua função, diariamente com 6 (seis) horas à serviço da empresa, onde decida, entretanto, a Consolidação das Leis do Trabalho.



14 500172



ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL

Que entre si faz em, PAULO CESAR NOTARI, portador da Cart. Ident. 100169839 - CPF-133669530.63, brasileiro, solteiro, prof. RADIALISTA, reservista maior, res. a Rua José Domingos Arela, 201 ap. 107 n/capital, WILSON WRUBEL, brasileiro, casado, prof. RADIALISTA, reservista, maior, cart. ident. 5010862844 CPF. 106-876370.15, residente a Rua Herval, 469 ap 112 n/capital, TELMO JAIME TARTAROTTI, brasileiro, solteiro, prof. JORNALISTA, maior, reservista Cart. Ident. 200289298 CPF-125450660.87, residente a Av. Farrapos, 665 ap 11, todos sócios quotista da firma RADIO LITORAL LTDA, da cidade de Osório-RS, com contrato registrado na Junta Comercial sob nº .. 43200192618 de 10/abril/1980, relativamente à Alteração Contratual de 1º de maio de 1980, com CGCMF 90.918.343/0001.22:

I

Que a data da alteração no instrumento é: 1º de maio de 1980:

II

Que todos são sócios quotista da firma RADIO LITORAL LTDA, em sede na cidade de Osório-RS, com o objetivo comercial de Radiodifusão, tendo o seguinte nº no CGCMF: 90.918.343/0001.22 e localizada no endereço a Rua Lobo da Costa s/n, Gal. Humaitá, sala 11, 12 e 13 - centro

III

E, por estarem justos e contratados, ratificando em todos os seus termos as demais cláusulas do contrato social e alterações posteriores, firmam a presente alteração contratual, depois de terem lido e achado conforme, na presença de duas testemunhas instrumentais.

PORTO ALEGRE (RS) 06 de Junho de 1980

Paulo Cesar Notari

Wilson Wrubel

Telmo Jaime Tartarotti

Testemunhas:

Autenticado eletronicamente após conferência com original.

Osório J. Rigon

leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

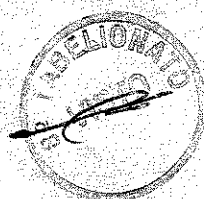
Paulo Antonio Pedroso

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

29 JUL 1930

SECRETARIA DA JUSTICA
JUNTA CONSTITUCIONA
SECRETARIA DA JUSTICA
JUNTA CONSTITUCIONA

SECRETARIA DA JUSTICA
JUNTA CONSTITUCIONA



8.º TABELIONATO
Av. João Pessoa, 1404 - Porto Alegre, 23-12-30

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) Paulo
Cesar Notari, Wilson Brubel
Selmo Jaime Tartarotti

Foi testemunhado em Porto Alegre, 23 de julho de 1930.

Dr. Claudio Lages Faria de Albuquerque
Tabelião

VERA MARIA DE ALBUQUERQUE
Oficial Adjunta em Intendência
ARGEMIRO TSUNEMITSU YONAHARA
Oficial Adjunto

Escritor Silva Netto
Escritor Auxiliar

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Por estarem justos e contratados, ratificando em todos os seus termos as demais cláusulas do contrato social, firmam a presente alteração contratual, depois de a terem lido e achado / conforme, na presença de duas testemunhas instrumentais.

1.º TABELIONATO → PORTO ALEGRE, (RS), 12 DE MAIO DE 1980
Paulo Cesar Notari
PAULO CESAR NOTARI -

2.º TABELIONATO → *Wilson Wrubel*
WILSON WRUBEL

3.º TABELIONATO → *Telmo Jaime Tartarotti*
TELMO JAIME TARTAROTTI

Testemunhas:

1. *Eugenio João Nigon*
CPF. 132135129.15
PORTO ALEGRE-RS

2. *Paulo Antônio Pedroso*
CPF- 208868450.68
PORTO ALEGRE-RS

4.º TABELIONATO
Av. João Pessoa, 1494 - fone 23-12-20
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) *PAULO CESAR NOTARI WILSON WRUBEL TELMO JAIME TARTAROTTI*

Em testemunho, _____ da verdade
Porto Alegre, 02/ *maio* de 1980

Dr. Cláudio Jorge Passos de Albuquerque
Tabelião

VERA MARIA DE ALBUQUERQUE
Oficial Adjunto em Exercício

ARGEMIRO TROMBETTI KOSHIMA
Oficial Adjunto

Erico Nuhlen

Francisco Silva Dello

ESCRIVENTES AUTORIZADOS



5 001 72

GLAUBER PL.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

A LITERAL DE CLÁUSULA CONTRATUAL

QUE ENTRE SI FAZEM, PAULO CESAR NOTARI, PORTADOR DA CART. IDENT. Nº 100169839/RS, CPF Nº 183669530.68, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PROFISSÃO RADIALISTA, RESERVISTA, MAIOR RESIDENTE A RUA JOSÉ DOMINGOS - VARELA, 201 AP. 107, N/CAPITAL, WILSON GRUBEL, PORTADOR DA CART. IDENT. Nº 5010362844, CPF Nº 106876370.15, BRASILEIRO, CASADO, PROFISSÃO RADIALISTA, RESERVISTA, RESIDENTE A RUA HERVAL, 469 AP 112, N/CAPITAL E TELMO JAIME TARTABOTTI, PORTADOR DA CART. IDENT. Nº 200289298, CPF Nº 125450660.87, - BRASILEIRO, SOLTEIRO, RESERVISTA, MAIOR, PROFISSÃO JORNALISTA, RESIDENTE A AV. FARRAPÓS, 665 AP. 11, TODOS SÓCIOS COTISTAS DE RÁDIO LITURAL LTDA. LO CALIZADA À RUA LOBO DA COSTA, S/N, GAL. HUMAITÁ, SALAS 11, 12 E 13 NA CI DADE DE OSÓRIO-RS, COM OBJETIVO COMERCIAL DE RÁDIO-DIFUSÃO, COM CONTRATO REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SOB Nº 43200192618 DE 10 DE ABRIL DE 1980 E ALTERAÇÃO POSTERIOR Nº 560172 DE 29 DE JULHO DE 1980, DEVIDAMENTE INSCRITO NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUIN- TES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA SOB Nº 90.918363/0001.22, COMO SEGUE:

II

O CAPITAL SOCIAL QUE ERA DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL CRUZEIROS) PASSA A SER R\$ 1.800.000,00 (UM MILHÃO E OITOCENTOS MIL CRU ZEIROS) SENDO AUMENTADO, PORTANTO, EM R\$ 1.200.000,00 (UM MILHÃO E DUZENTOS MIL CRUZEIROS) TOTALMENTE INTEGRALIZADO NESTE ATO EM MOEDA CORRENTE NACIO NAL PELOS COTISTAS ABAIXO DISCRIMINADOS, FICANDO, DORAVANTE, COM 180.000 (CENTO E OITENTA MIL) COTAS NO VALOR DE R\$ 10,00 (DEZ CRUZEIROS) CADA UMA.

O SÓCIO PAULO CESAR NOTARI INTEGRALIZARÁ NESTE ATO E EM MOEDA CORRENTE NACIONAL A IMPORTÂNCIA DE R\$ 420.000,00 (QUATROCENTOS E VIN TE MIL CRUZEIROS), OU SEJA, 42.000 (QUARENTA E DUAS MIL) COTAS NO VALOR DE R\$ 10,00 (DEZ CRUZEIROS) CADA UMA, SERVINDO ESTE INSTRUMENTO COMO RECIBO;

O SÓCIO WILSON GRUBEL, INTEGRALIZARÁ NESTE ATO E EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 420.000,00 (QUATROCENTOS E VIN TE MIL CRUZEIROS), OU SEJA, 42.000 (QUARENTA E DUAS MIL) COTAS NO VALOR DE R\$ 10,00 (DEZ CRUZEIROS) CADA UMA, SERVINDO ESTE INSTRUMENTO COMO RECIBO;

O SÓCIO TELMO JAIME TARTABOTTI, INTEGRALIZARÁ NESTE ATO E EM MOEDA CORRENTE NACIONAL A IMPORTÂNCIA DE R\$ 360.000,00 (TREZENTOS E SESENTA MIL CRUZEIROS) OU SEJA, 36.000 (TRINTA E SEIS MIL) COTAS NO VALOR DE R\$ 10,00 (DEZ CRUZEIROS) CADA UMA, SERVINDO ESTE INSTRUMENTO COMO RECIBO.



RS

573204*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

A PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SÓCIOS NO CAPITAL SOCIAL, SÃO AS MESMAS CONSTANTES DA ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL FIRMADO EM 1º DE MAIO DE 1980, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL SOB Nº 560172 DE 29 DE JULHO DE 1980, OU SEJAM: PAULO CESAR NOTARI COM 35% (TRINTA E CINCO POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL; WILSON WRUBEL COM 35% (TRINTA E CINCO POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL E TELMO JAIME TARTAROTTI COM 30% (TRINTA POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL.

III

PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 3º DA LEI Nº 4.726 DE 13.07.65 BEM COMO DO CONTEÚDO NO ITEM III, DO ARTIGO 71 E NO ITEM IV DO ARTIGO 74 DO DECRETO Nº 57.651, DE 19.01.66, ALTERADO PELO DECRETO Nº 82.482 DE 24.10.78 E NA CONFORMIDADE DO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 65.400 DE 13.10.69 E DOS §§ 1º E 2º DO ART. 147 DA LEI 6.404 DE 15.12.76, EU PAULO CESAR NOTARI, ABAIXO ASSINADO, BRASILEIRO, NATURAL DE PORTO ALEGRE, RS, NASCIDO EM 11 DE SETEMBRO DE 1955, SOLTEIRO, PROFISSÃO RADIALISTA, FILHO DE ILZA BASTOS NOTARI, PORTADOR DA CART. DE IDENTIDADE Nº 1001169839 EXPEDIDO PELA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL EM 29/04/77, CPF Nº 183669530.68 RESIDENTE NA RUA JOSÉ DOMINGOS ARELA Nº 201 AP. 107, NO BAIRRO CRISTAL, MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CEP Nº 90.000, WILSON WRUBEL, ABAIXO ASSINADO, BRASILEIRO, NATURAL DE ERECHIM, RS, NASCIDO EM 15 DE JULHO DE 1941, CASADO, PROFISSÃO RADIALISTA, FILHO DE THOMÁS WRUBEL E ESTÁCIA WRUBEL, PORTADOR DA CART. IDENT. Nº 5010862844 EXPEDIDO PELA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL EM 31.10.77, CPF Nº 106876370.15 RESIDENTE NA RUA HERVAL, 469 AP. 112, BAIRRO PETRÓPOLIS, NA CIDADE DE PORTO ALEGRE - RS, CEP Nº 90.000 E TELMO JAIME TARTAROTTI, ABAIXO ASSINADO, BRASILEIRO, NATURAL DE CAXIAS DO SUL, RS, NASCIDO EM 06 DE OUTUBRO DE 1951, SOLTEIRO, PROFISSÃO JORNALISTA, FILHO DE HYGINO TARTAROTTI E ARGINA BAPTISTA GOMES TARTAROTTI, PORTADOR DA CART. IDENT. Nº 200289298 EXPEDIDO PELA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL EM 15.07.75 CPF Nº 125450660.87, RESIDENTE A AV. FARRAPOS, 665 AP 11, NA CIDADE DE PORTO ALEGRE, RS, BAIRRO CENTRO, CEP 90.000, DECLARAMOS QUE NÃO ESTAMOS INCURSOS EM NENHUM DOS CRIMES PREVISTOS EM LEI, QUE ME IMPEÇA DE EXERCER ATIVIDADE MERCANTIL.



573204★



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

FIRMAMOS A PRESENTE DECLARAÇÃO PARA QUE PRODUZA OS EFEITOS LEGAIS CIENTE DE QUE, NO CASO DE COMPROVAÇÃO DE SUA FALSIDADE, SERÁ NULO DE PLENO DIREITO PERANTE O REGISTRO DO COMÉRCIO O ATO A QUE SE INTEGRA ESTA DECLARAÇÃO, SEM PREJUIZO DAS SANÇÕES PENAIS A QUE ESTIVER SUJEITO.

E, POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, RATIFICANDO EM TODOS OS SEUS TERMOS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES POSTERIORES, FIRMAM A PRESENTE ALTERAÇÃO CONTRATUAL, DA TILOGRAFADA EM 3 (TRÊS) VIAS, DEPOIS DE TEREM LIDO E ACHADO CONFORME, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS INSTRUMENTAIS.

PORTO ALEGRE (RS), 21 DE SETEMBRO DE 1980

PAULO CESAR NOTARI

WILSON KRUGEL

TELMO JAIME TARTAROTTI

TESTEMUNHAS:

1.

EUDENIO JOÃO RIGON - BRAS.
DESQUITADO, RES. RUA ALBERT
ROBERT, JR. 200 - PORTO ALEGRE
CPF. 132135129.15

2.

PAULO ANTONIO PEDROSO - BRAS.
SOLTEIRO, MAIOR, RES. RUA DES.
ANDRÉ ROCHA, 67 AP 63 - PORTO
ALEGRE - CPF-208868450.68



SECRETARIA DA JUSTICA
JUNTA COMISSAL DO PLENOJURIS DA SUP.
DIVISAO DE RECURSOS CRIANCAIS E CRIANCA
DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2004年12月10日

Av. John Pearson, 1974 - 1975 12-20

Acetabulos per semibacter (s) fibrilla. *St. agilis*
Ceras Paton, N. B. B.
Thyrid of is a new genus
artero

Em 1980, em Porto Alegre, 22 de junho de 1980.

1. Mr. J. H. Smith

VERA MALLA, J. G. GONZALEZ
Oficial de la Oficina de Asesoría

ARGENTINO TRUNENORI KOHAMA
Official Aide

Erico A. M. M.

Francisco Silva Belle

DISCREPANCIES: 2,300 (24%)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

DEFERIDO
EM 11-11-80
VOGAL

JUNTA COMERCIAL
Fls. 11

PAULO CESAR NOTARI, brasileiro, solteiro, radialista, portador do CIC 183.669.530-68, residente e domiciliado nesta Cidade na Rua José Domingos Varela nº 201 aptº 107, WILSON WRUBEL, brasileiro casado, radialista, portador do CIC 106.876.370-15, residente e domiciliado nesta Cidade na Rua Visconde do Herval nº 469 aptº 112 e TELMO JAIME TARTAROTTI, brasileiro, solteiro, maior, jornalista, portador do CIC 125.430.660-87, residente e domiciliado nesta Cidade na Av. Farrapos, nº 663 aptº 11, únicos sócios componentes da Firma que gira sob a denominação social de RÁDIO LITORAL LTDA., estabelecida em Osório na Rua Lobo da Costa s/nº, Galeria Hn maitã, salas 11, 12 e 13, Bairro Centro, inscrita no CGC-MF nº 90.918.343/0001-22 com Contrato Social Arquivado na MM. Junta Comarcial do Estado do Rio Grande do Sul, em 10 de abril de 1980 sob nº 43200192618 e Alterações Contratuais em 29 de julho de 1980 sob nº 560172 e em 30 de setembro de 1980 sob nº 573204, pelo presente instrumento, resolvem alterar o referido Contrato Social, sob as seguintes Cláusulas e Condições:

I

Que, é admitido na Sociedade o novo sócio Sr. FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK, brasileiro, solteiro, maior, radialista, portador do CIC 236.869.360-20, residente nesta Cidade na Rua Dona Ana nº 54; e portador da Carteira de Identidade nº 1004951842;

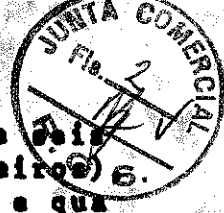
II

Que, retira-se da Sociedade o sócio TELMO JAIME TARTAROTTI, transferindo neste ato, sua quota de Capital que era de CR\$ 340.000,00 (Quinhentos e quarenta mil cruzeiros), pelo mesmo valor original. Ao sócio PAULO CESAR NOTARI a importância de CR\$ 234.000,00 (Duzentos e trinta e quatro mil cruzeiros) referente a 23.400 (Vinte e três mil e quatrocentas quotas) e para o sócio WILSON WRUBEL a importância de CR\$ 234.000,00 (Duzentos e trinta e quatro mil cruzeiros) referente a 23.400 (Vinte e três mil e quatrocentas quotas) e ainda para o sócio FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK a importância de CR\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil cruzeiros) referente a 7.200 (Sete mil e duzentas quotas), saindo da Sociedade dando plena e geral quitação a mesma e a seus sócios no presente e futuro;

III

Que, com a alteração fica assim distribuído o Capital Social:

- a) PAULO CESAR NOTARI com 48% do Capital, ou seja 86.400 (Oitenta e seis mil e quatrocentas quotas) no valor de CR\$ 10,00 (Dez cruzeiros) cada uma totalizando CR\$ 864.000,00 (Oitocentos e sessenta e quatro mil cruzeiros);



- b) WILSON WRUBEL com 48% do Capital, ou seja 86.400 (Oitenta e seis mil e quatrocentas quotas) no valor de CR\$ 10,00 (Dez cruzeiros) cada uma totalizando CR\$ 864.000,00 (Oitocentos e sessenta e quatro mil cruzeiros);
- c) FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK com 4% do Capital, ou seja 7.200 (sete mil e duzentas quotas) no valor de CR\$ 10,00 (Dez cruzeiros) cada uma totalizando CR\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil cruzeiros);

Com a alteração acima o Capital Social continua sendo de CR\$ 1.800.000,00 (Um milhão e oitocentos mil cruzeiros).

IV

Que a Sociedade altera seu endereço para a Rua Manoel Marques da Rosa nº 599 - Salas 4 e 5 na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul;

V

Que, todas as alterações deverão ser deliberadas por decisão da maioria do Capital Social.

VI

Que, as cláusulas aqui expressamente não modificadas, permanecem em pleno vigor conforme o Contrato Social.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de Alteração de Contrato Social em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para os efeitos legais.

Porto Alegre,

11 DEZ 1981

Testemunhas:

PAULO CESAR NOTARI
CIC 183.669.530-68

CLÁUDIO LORINI
CIC 294.367.700-06

WILSON WRUBEL
CIC 106.876.370-13

REGINA CONCEIÇÃO DE AVILA PERES
CIC 250.256.940-00

TELMO JAIME TARTAROTTI
CIC 125.430.660-87

FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK
CIC 236.869.360-20





JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL

- Autenticação -

Certifico que a presente cópia fotostática é igual ao original arquivado nesta Junta Comercial em 12 de ABRIL de 82, sob nº 609836

Esta fotostática consta de 2 folhas com a rubrica M

Taxa de Expediente; Valor R\$ 35,30 de 80

Porto Alegre, 27 de MAIO

Funcionário Mozart Guimarães

[Assinatura]
Coordenador da Unidade do registro no Comércio



4a

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Que entre si fazem, PAULO CESAR NOTARI, radialista, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade nº 100 169 839-RS, CIC nº 183 669 530/68, residente e domiciliado na rua Manoel Marques da Rosa, 599 apto 206, cidade de Osório, WILSON WRUBEL, radialista, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 5 010 862 844, CIC nº 106 876 370/15, residente e domiciliado na rua Uruguelana, 45 apto 103, cidade de Porto Alegre, e FLAVIO LUIZ DA ROSA FLECK, radialista, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 1 004 951 842, CIC nº 236 869 360/20, residente e domiciliado na rua Dona Ana, 54, cidade de Porto Alegre, únicos sócios componentes da Firma que gira sob a denominação social de RÁDIO LITORAL LTDA., estabelecida em Osório na rua Manoel Marques da Rosa, 599 - salas 4 e 5, bairro Centro, inscrita no CGC-MF nº 90.918.343/0001-22 com contrato social Arquivado na MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, em 10 de Abril de 1980 sob o nº 43200192618 e Alterações Contratuais em 29 de Julho de 1980 sob o nº 560172, em 30 de setembro de 1980 sob o nº 573204 e em 14 de abril de 1982 sob o nº 609836, pelo presente instrumento, resolvem alterar o referido Contrato Social, sob as seguintes Cláusulas e Condições:

I

Que é admitido Na Sociedade o novo sócio Sr. JOÃO CARLOS WENDER, brasileiro, casado, maior, comerciante, portador da carteira de identidade nº 7005944074, CIC nº 040 062 670/53, residente e domiciliado na avenida Atlântida, 1828, cidade de Tramandaí

II

Que retira-se da sociedade o sócio WILSON WRUBEL, transferindo neste ato, sua quota de Capital que era de 06 ...



319.209

319.209

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

mesmo valor original, em sua totalidade ao sócio PAULO CESAR NOTARI, ou seja, 86.400 (Oitenta e seis mil e quatrocentas quotas), no valor de Cr\$ 10,00 (Dez cruzeiros), cada uma, totalizando o valor de Cr\$ 864.000,00 (Oitocentos e sessenta e quatro mil cruzeiros).

III

O sócio PAULO CESAR NOTARI, transfere neste ato ao novo sócio, sr. JOÃO CARLOS WENDER a importância Cr\$ 18.000,00 (Dezoito mil cruzeiros), 1.800 (Mil e oitocentas quotas).

IV

Que com a alteração fica assim distribuído o Capital Social:

- a) PAULO CESAR NOTARI com 95% do Capital, ou seja 171.000 (Cento e setenta e uma mil quotas) no valor de Cr\$ 10,00 (Dez cruzeiros) cada uma totalizando Cr\$ 1.710.000,00 (Um milhão setecentos e dez mil cruzeiros);
- b) FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK com 4% do Capital, ou seja 7.200 (Sete mil e duzentas quotas) no valor de Cr\$ 10,00 (Dez cruzeiros) cada uma totalizando Cr\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil cruzeiros);
- c) JOÃO CARLOS WENDER com 1% do Capital, ou seja 1.800 (Mil e oitocentas quotas) no valor de Cr\$ 10,00 (Dez cruzeiros) cada uma totalizando Cr\$ 18.000,00 (Dezoito mil cruzeiros);

Com a alteração acima o Capital Social continua sendo de Cr\$ 1.800.000,00 (Um milhão e oitocentos mil cruzeiros).

V

Os sócios remanescentes, a sociedade e o sócio retirante, dão-se plena, mútua e geral quitação.



619.229

619.229



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

VI

Que a sociedade altera seu endereço para a rua Marechal Floriano, 920 conjunto 204 na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul;

VII

Que, as cláusulas aqui expressamente não modificadas, permanecem em pleno vigor conforme o Contrato Social.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de Alteração de Contrato Social em quatro vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas, para os efeitos legais.


Osório, 20 de julho de 1984.


Testemunhas:

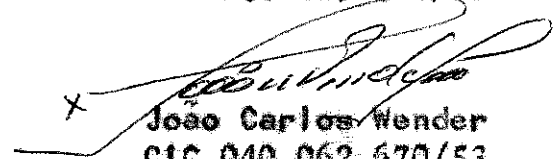

Anderson José T. Hoffmeister


Luiz Gustavo Pretto


X Paulo Cesar Notari
CIC 183 669 530/68


Wilson Wrubel
CIC 106 876 370/15


X Flavio Luiz da Rosa Fleck
CIC 236 869 360/20


X João Carlos Wender
CIC 040 062 670/53





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Assinatura

319.209

22 ABR 1986

SECRETARIA DE JUSTIÇA
JUNTA CONSTITUCIONAL DO SUL
FUI SUBSTITUÍDO
Pelo Sr. Paulo Roberto de Moraes
Paulo Roberto de Moraes

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

RÁDIO LITORAL LTDA

Rua Marechal Floriano n. 920, conj. 204, Osório, RS.
CGC/MF: 90.918.343/0001-22

QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Que fazem entre si, **PAULO CESAR NOTARI**, brasileiro, maior, solteiro, radialista, residente e domiciliado na Alameda das Acácias n. 711, Condomínio Interlagos, Osório, RS., portador da carteira de identidade sob n. 1009169839, expedida pela SSP/RS., inscrito no CIC sob n. 183.669.530-68, **FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK**, brasileiro, maior, casado, radialista, residente e domiciliado a rua Dona Ana n. 54, Porto Alegre, RS., portador da carteira de identidade sob n. 1004951842, expedida pela SSP/RS., inscrito no CIC sob n. 236.869.360-20 e **JOÃO CARLOS WENDER**, brasileiro, maior, casado, comerciante, residente e domiciliado na Avenida Atlântida n. 1828, Tramandaí, RS., portador da carteira de identidade sob n. 7005944074, expedida pela SSP/RS., inscrito no CIC sob n. 040.062.670-53, únicos sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação social de **RÁDIO LITORAL LTDA**, estabelecida a rua Marechal Floriano n. 920, conjunto 204, Osório, RS., registrada no CGC/MF sob n. 90.918.343/0001-22, com contrato social arquivada na MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob n. **43200192618** em **10.04.1980**, e Alterações Contratuais arquivadas sob n. 560172 em 29.07.80, sob n. 573204 em 30.09.80, sob n. 609836 em 14.04.82 e sob n. 819209 em 22.04.86, pelo presente instrumento, resolvem alterar novamente seus instrumentos sociais, sob as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA

Que o capital social de Cr\$ 1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil cruzeiros), com a conversão da moeda efetuada em 01.07.1994, passou para R\$ 654,55 (seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), distribuídos da seguinte forma entre os sócios:

Sócios	R\$
a) Paulo Cesar Notari	621,83
b) Flávio Luiz da Rosa Fleck	26,18
c) João Carlos Wender	6,54
Total	654,55

SEGUNDA

Que retira-se da sociedade o sócio **FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK**, cedendo e transferindo suas cotas de capital no valor de R\$ 26,18 (vinte e seis reais e dezoito centavos) para o sócio **PAULO CESAR NOTARI**, dando e recebendo plena e geral quitação, nada mais tendo a receber ou a reclamar da sociedade ou dos sócios remanescentes, retirando-se pago e satisfeito.

TERCEIRA

Que o capital social é aumentado de R\$ 654,55 (seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) distribuídos e integralizados pelos sócios da seguinte forma:

a) **PAULO CESAR NOTARI**, aumenta sua participação de R\$ 648,01 (seiscentos e quarenta e oito reais e um centavo) referente a participação primitiva mais as quotas recebidas de **LUIZ FLÁVIO DA ROSA FLECK**, para R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais) a serem integralizados R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais) em moeda corrente nacional durante o ano de 1998, e o saldo no valor de R\$ 9.251,99 (nove mil, duzentos e cinquenta e um reais e noventa e nove centavos), também em moeda corrente nacional a integralizar durante o ano de 1999.

b) **JOÃO CARLOS WENDER**, aumenta sua participação de R\$ 6,54 (seis reais e cinquenta e quatro centavos) para R\$ 200,00 (duzentos reais) integralizados neste ato em moeda corrente nacional.



QUARTA

Que o capital social, com a saída do sócio **FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK** e o aumento efetuado na cláusula terceira, ficou distribuído da seguinte forma entre os sócios:

Capital Social	R\$
a) PAULO CESAR NOTARI	19.800,00
b) JOÃO CARLOS WENDER	200,00
Total	20.000,00

QUINTA

Que em caso de morte ou retirada de um dos sócios a sociedade não será dissolvida, podendo o sócio que se retira, transferir suas cotas de capital mediante acordo com o sócio remanescente, e em caso de morte de um dos sócios, os herdeiros assumem as cotas de capital do sócio falecido.

SEXTA

Que permanecerão em pleno vigor as demais cláusulas constantes nos instrumentos já arquivados na MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, que pelo presente instrumento não foram modificadas.

SÉTIMA

Que os ora contratados PAULO CESAR NOTARI, FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK e JOÃO CARLOS WENDER, declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer suas atividades comerciais.

E, por estarem assim justos e contratados assinam a presente alteração de contrato social em 05 (cinco) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Osório, 26 de maio de 1998

Paulo César Notari

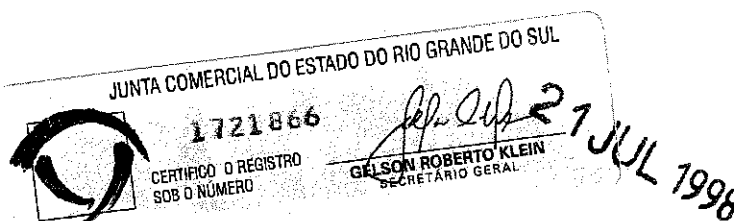
João Carlos Wender

Flávio Luiz da Rosa Fleck

TESTEMUNHAS

Aleir Baruffi da Silva
C.I.: 32.050/CRC/RS
CIC: 120.602.320-15

Silvia Maria Borges Terra
CI: 1021247422 SSP/RS
CIC: 380.866.970-53



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

RÁDIO LITORAL LTDA - EPP

6ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

PAULO CÉSAR NOTARI, brasileiro, solteiro, maior, empresário, residente e domiciliado em Osório, RS, na Alameda das Acácias nº 711 – Condomínio Interlagos – CEP 95.520-000, CI-SSP/RS nº 1009169839 e CPF/MF nº 183.669.530-68 e

JOÃO CARLOS WENDER, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Tramandaí, RS, na Avenida Atlântida nº 1828 – CEP 95.590-000, CI-SSP/RS 7005944074 e CPF/MF nº 040.062.670-53, únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **Rádio Litoral Ltda. - EPP**, com sede na cidade de Osório/RS, na Rua Marechal Floriano nº 920 – Conjunto 204 – Centro – CEP 95.520-000, inscrita no CNPJ/MF nº 90.918.343/0001-22 e NIRE 43 2 0019261 8, e mais,

GILMAR NUNES DA SILVA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Osório, RS, na Rua Sete de Setembro nº 1692 – Centro – CEP 95.520-000, CI-SSP/RS nº 1022510455 e CPF/MF nº 380.867.000-20, resolvem promover a presente alteração de contrato social, o que fazem nas seguintes condições:

PRIMEIRA -

O sócio **Paulo César Notari** cede e transfere, de forma onerosa, neste ato, 200 (duzentas) de suas quotas de capital, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), para o novo sócio, **Gilmar Nunes da Silva**, que ora ingressa na sociedade.

SEGUNDA -

O cedente e o cessionário dão ampla e geral quitação um ao outro e à sociedade, declarando estarem justos e satisfeitos, não tendo mais nada a receber ou reclamar em relação à transferência de quotas negociada.

TERCEIRA -

Em decorrência das disposições anteriores, a cláusula do capital social, passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 05 - O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 20.000 (vinte mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Sócios	Nº Quotas	R\$	%
1	Paulo César Notari	19.600	19.600,00	98
2	João Carlos Wender	200	200,00	1
3	Gilmar Nunes da Silva	200	200,00	1
	TOTAL	20.000	20.000,00	100

QUARTA -

A fim de cumprir a legislação em vigor no que concerne a adequação à Lei nº 10.406/02 (Código Civil) os sócios deliberam dar nova redação às cláusulas do Contrato Social. Sendo assim e ressalvados eventuais direitos de terceiros, a sociedade passa a adotar o seguinte:

CONTRATO SOCIAL

NOME EMPRESARIAL

CLÁUSULA 01 - A sociedade gira sob a denominação de **RÁDIO LITORAL LTDA. - EPP**

SEDE

CLÁUSULA 02 - A sede da sociedade é na cidade de Osório, RS, na Rua Marechal Floriano nº 920 – Conjunto 204 – Centro – CEP 95.520-000.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

OBJETO

CLÁUSULA 03 - A sociedade tem por objeto a execução de serviço de radiodifusão em qualquer de suas modalidades.

DURAÇÃO

CLÁUSULA 04 - A sociedade iniciou suas atividades durará por tempo indeterminado.

CAPITAL

CLÁUSULA 05 - O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 20.000 (vinte mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Sócios	Nº Quotas	R\$	%
1	Paulo César Notari	19.600	19.600,00	98
2	João Carlos Wender	200	200,00	1
3	Gilmar Nunes da Silva	200	200,00	1
	TOTAL	20.000	20.000,00	100

RESPONSABILIDADE

CLÁUSULA 06 - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 07 - A administração da sociedade será exercida pelo sócio **Paulo César Notari**, individualmente, tendo os mais amplos poderes de administração e de representação da sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, não podendo, contudo, praticar atos que não se coadunem com o objeto e as atividades sociais, inclusive a prestação de avais ou fianças.

§ 1º – O administrador fica dispensado de prestar caução;

§ 2º – O exercício efetivo da administração somente se dará após autorização do poder concedente, podendo ser por pessoa estranha ao quadro social, cujo termo de nomeação conterá os poderes e será arquivado no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

§ 3º – A alienação, oneração ou permuta de bens da sociedade inscritos no ativo imobilizado, somente poderá ser efetuada por decisão dos sócios representantes da maioria do capital social.

EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA 08 - O exercício social coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será realizado o balanço patrimonial e demais demonstrações de lei. O resultado apurado será dividido entre os sócios ou seus sucessores, proporcionalmente as suas quotas, salvo outro ajuste que realizarem na ocasião.

Parágrafo Único – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, se for o caso.

DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS

CLÁUSULA 09 - As deliberações dos sócios, quando não havidas por escrito, serão tomadas em Reunião dos Sócios, devendo ser observado:

- os sócios serão convocados mediante carta contra-recibo, com antecedência de oito dias, contendo a hora, data, local da Reunião e sua ordem do dia; na Reunião poderão comparecer todos os sócios por si ou representados por outro sócio ou por advogado munido de instrumento de mandato, com poderes bastantes;
- a Reunião será dirigida por um dos Administradores;
- a Ata da Reunião será lavrada em folhas soltas, encaminhando-se para averbação no registro próprio aquelas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros;



Parágrafo Único – Fica estabelecido que, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluí-lo(s) da sociedade, por justa causa, mediante alteração do presente contrato social.

DA RETIRADA DE SÓCIO

CLÁUSULA 10 - O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá comunicar tal desejo aos demais através de carta, a qual será entregue com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do evento, recebendo seus haveres mediante balanço especialmente levantado, devendo este ser apurado com base na data de vencimento do prazo concedido no aviso à sociedade.

§ 1º - O sócio retirante receberá seus haveres em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a data da efetiva apuração dos haveres.

§ 2º - A forma de apuração e pagamento de haveres previsto no parágrafo anterior também será utilizada em caso de dissolução parcial da sociedade, exclusão, recesso, falência, concordata e/ou insolvência, de qualquer dos sócios, devendo ser apurado os haveres com base na data do evento.

DISSOLUÇÃO

CLÁUSULA 11 - A sociedade se dissolve na ocorrência das hipóteses previstas em lei.

§ 1º - A morte, retirada, exclusão ou falência de um sócio não dissolve a sociedade, ficando assegurado aos herdeiros ou sucessores, quando for o caso, o ingresso na sociedade, desde que seja observada a anuência prévia do poder concedente.

§ 2º - Se os herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para este fim, e serão pagos em vinte e quatro (24) prestações mensais iguais e sucessivas, sem juros, a quem estiverem judicialmente autorizados.

CESSÃO DE QUOTAS

CLÁUSULA 12 - É livre a cessão de quotas entre os sócios; a cessão a terceiros dependerá da anuência dos outros sócios.

FORO

CLÁUSULA 13 - Os sócios elegem o Foro de Osório, RS, por mais privilegiado que outro seja para a resolução das questões emergentes deste contrato.

CASOS OMISSOS

CLÁUSULA 14 - Os casos omissos serão resolvidos pela legislação vigente.

DECLARAÇÃO - O sócio administrador declara, sob as penas da Lei, que não está incurso nas exclusões previstas no art. 1.011, § 1º, do Código Civil.

E, por estarem justos e contratados, assinam este instrumento, para a produção dos seus jurídicos efeitos legais.

Osório, RS, 14 de julho de 2004

PAULO CÉSAR NOTARI

GILMAR NUNES DA SILVA

JOÃO CARLOS WENDER

Murilo José Pasqualotto
CPF 335 264 620 00
OAB/RS 43 032

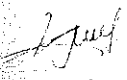


JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/12/2008 SOB Nº 3069593

Protocolo: 08/308379-0, DE 05/12/2008

Empresa: 43 2 0019261-8
RADIO LITORAL LTDA



Sérgio Jose Dutra Kruel
SECRETÁRIO-GERAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

RÁDIO LITORAL LTDA - EPP

7ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

PAULO CÉSAR NOTARI, brasileiro, solteiro, maior, empresário, residente e domiciliado em Osório, RS, na Alameda das Acácias nº 711 - Condomínio Interlagos - CEP 95.520-000, CI-SSP/RS nº 1009169839 e CPF/MF nº 183.669.530-68;

JOÃO CARLOS WENDER, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Tramandaí, RS, na Avenida Atlântida nº 1828 - CEP 95.590-000, CI-SSP/RS 7005944074 e CPF/MF nº 040.062.670-53, e,

GILMAR NUNES DA SILVA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Osório, RS, na Rua Sete de Setembro nº 1692 - Centro - CEP 95.520-000, CI-SSP/RS nº 1022510455 e CPF/MF nº 380.867.000-20.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **Rádio Litoral Ltda. - EPP**, com sede na cidade de Osório/RS, na Rua Marechal Floriano nº 920 - Conjunto 204 - Centro - CEP 95.520-000, inscrita no CNPJ/MF nº 90.918.343/0001-22 e NIRE 43 2 0019261 8 em 10/04/1980, 573204 em 30/09/1980, 609836 em 14/04/1982, 819209 em 22/04/1986, 1721866 em 21/07/1998, 3069593 em 10/12/2008, resolvem promover a presente alteração de contrato social, o que fazem nas seguintes condições:

PRIMEIRA -

Em decorrência da vitória da sociedade em concorrência pública para a execução de serviço de radiodifusão em localidade diversa de sua sede social é aberta a filial na cidade de Imbé, RS, que passará a executar o serviço de radiodifusão em Ondas Médias, quanto autorizada pelo poder concedente, passando a Cláusula 02 do Contrato Social a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 02 - A sede da sociedade é na cidade de Osório, RS, na Rua Marechal Floriano nº 920 - Conjunto 204 - Centro - CEP 95.520-000.

§ Único - A sociedade terá uma filial em Imbé, RS na Av. Paraguassú, nº 1801, loja 05, Bairro:Centro CEP:95625-000

SEGUNDA -

É acrescentado ao objeto social a atividade de transporte rodoviário de cargas, passando a Cláusula 03 do Contrato Social a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 03 - A sociedade tem por objeto:

a) o transporte rodoviário de cargas;

b) a execução de serviço de radiodifusão em qualquer de suas modalidades.

TERCEIRA -

Permanecem inalteradas as demais disposições adotadas na 6ª Alteração de Contrato Social registrada em 10.12.2008 sob número 3069593.

QUARTA -

Em decorrência das alterações havidas, resolvem consolidar as cláusulas contratuais conforme redação abaixo:

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

NOME EMPRESARIAL

CLÁUSULA 01 - A sociedade gira sob a denominação de RÁDIO LITORAL LTDA. - EPP

SEDE

CLÁUSULA 02 - A sede da sociedade é na cidade de Osório, RS, na Rua Marechal Floriano nº 920 - Conjunto 204 - Centro - CEP 95.520-000.

§ Único - A sociedade terá uma filial em Imbé, RS na Av. Paraguassú, nº 1801, loja 05 Bairro:Centro CEP:95625-000

OBJETO

CLÁUSULA 03 - A sociedade tem por objeto:

a) o transporte rodoviário de cargas;

b) a execução de serviço de radiodifusão em qualquer de suas modalidades.



DURAÇÃO

CLÁUSULA 04 - A sociedade iniciou suas atividades em 19/03/1980 e durará por tempo indeterminado.

CAPITAL

CLÁUSULA 05 - O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 20.000 (vinte mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Sócios	Nº Quotas	R\$	%
1	Paulo César Notari	19.600	19.600,00	98
2	João Carlos Wender	200	200,00	1
3	Gilmar Nunes da Silva	200	200,00	1
	TOTAL	20.000	20.000,00	100

RESPONSABILIDADE

CLÁUSULA 06 - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 07 - A administração da sociedade será exercida pelo sócio **Paulo César Notari**, individualmente, tendo os mais amplos poderes de administração e de representação da sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, não podendo, contudo, praticar atos que não se coadunem com o objeto e as atividades sociais, inclusive a prestação de avais ou fianças.

§ 1º - O administrador fica dispensado de prestar caução;

§ 2º - O exercício efetivo da administração somente se dará após autorização do poder concedente, podendo ser por pessoa estranha ao quadro social, cujo termo de nomeação conterá os poderes e será arquivado no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

§ 3º - A alienação, oneração ou permuta de bens da sociedade inscritos no ativo imobilizado, somente poderá ser efetuada por decisão dos sócios representantes da maioria do capital social.

EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA 08 - O exercício social coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será realizado o balanço patrimonial e demais demonstrações de lei. O resultado apurado será dividido entre os sócios ou seus sucessores, proporcionalmente as suas quotas, salvo outro ajuste que realizarem na ocasião.

Parágrafo Único - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, se for o caso.

DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS

CLÁUSULA 09 - As deliberações dos sócios, quando não havidas por escrito, serão tomadas em Reunião dos Sócios, devendo ser observado:

a) os sócios serão convocados mediante carta contra-recibo, com antecedência de oito dias, contendo a hora, data, local da Reunião e sua ordem do dia; na Reunião poderão comparecer todos os sócios por si ou representados por outro sócio ou por advogado munido de instrumento de mandato, com poderes bastantes;

b) a Reunião será dirigida por um dos Administradores;

c) a Ata da Reunião será lavrada em folhas soltas, encaminhando-se para averbação no registro próprio aquelas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros;

Parágrafo Único - Fica estabelecido que, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluí-lo(s) da sociedade, por justa causa, mediante alteração do presente contrato social.



DA RETIRADA DE SÓCIO

CLÁUSULA 10 -

O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá comunicar tal desejo aos demais através de carta, a qual será entregue com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do evento, recebendo seus haveres mediante balanço especialmente levantado, devendo este ser apurado com base na data de vencimento do prazo concedido no aviso à sociedade.

§ 1º - O sócio retirante receberá seus haveres em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a data da efetiva apuração dos haveres.

§ 2º - A forma de apuração e pagamento de haveres previsto no parágrafo anterior também será utilizada em caso de dissolução parcial da sociedade, exclusão, recesso, falência, concordata e/ou insolvência, de qualquer dos sócios, devendo ser apurado os haveres com base na data do evento.

DISSOLUÇÃO

CLÁUSULA 11 -

A sociedade se dissolve na ocorrência das hipóteses previstas em lei.

§ 1º - A morte, retirada, exclusão ou falência de um sócio não dissolve a sociedade, ficando assegurado aos herdeiros ou sucessores, quando for o caso, o ingresso na sociedade, desde que seja observada a anuência prévia do poder concedente.

§ 2º - Se os herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para este fim, e serão pagos em vinte e quatro (24) prestações mensais iguais e sucessivas, sem juros, a quem estiverem judicialmente autorizados.

CESSÃO DE QUOTAS

CLÁUSULA 12 -

É livre a cessão de quotas entre os sócios; a cessão a terceiros dependerá da anuência dos outros sócios.

FORO

CLÁUSULA 13 -

Os sócios elegem o Foro de Osório, RS, por mais privilegiado que outro seja para a resolução das questões emergentes deste contrato.

CASOS OMISSOS

CLÁUSULA 14 -

Os casos omissos serão resolvidos pela legislação vigente.

DECLARAÇÃO -

O sócio administrador declara, sob as penas da Lei, que não está incurso nas exclusões previstas no art. 1.011, § 1º, do Código Civil.

E, por estarem justos e contratados, assinam este instrumento, para a produção dos seus jurídicos efeitos legais.

Osório, RS, 12 de março de 2010

PAULO CÉSAR NOTARI

RG: 1009169839

CPF: 183.669.530-68

JOÃO CARLOS WENDER

RG: 7005944074

CPF: 040.062.670-53

GILMAR NUNES DA SILVA

RG: 1022510455

CPF: 380.867.000-20

TESTEMUNHAS:

JOSIANE DAMIAN RODRIGUES

CPF: 996.624.000-44

JOÃO BATISTA DA SILVA PEIXOTO

CPF: 494.632.840-87



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICADO O REGISTRO EM: 03/05/2010 SOB Nº: 3297374

Protocolo: 10/128600-7, DE 05/05/2010

Empresa: 43 2 0019261 8
RADIO LITORAL LTDA

Sérgio Jose Dutra Kruel
SECRETÁRIO-GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICADO O REGISTRO EM: 06/05/2010 SOB Nº: 43901465815

Protocolo: 10/128600-7, DE 05/05/2010

Empresa: 43 2 0019261 8
RADIO LITORAL LTDA

Sérgio Jose Dutra Kruel
SECRETÁRIO-GERAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

RÁDIO LITORAL LTDA - EPP

8ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

PAULO CÉSAR NOTARI, brasileiro, solteiro, maior, empresário, residente e domiciliado em Osório, RS, na Alameda das Acácias nº 711 – Condomínio Interlagos – CEP 95.520-000, CI-SSP/RS nº 1009169839 e CPF/MF nº 183.669.530-68;

JOÃO CARLOS WENDER, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Tramandaí, RS, na Avenida Atlântida nº 1828 – CEP 95.590-000, CI-SSP/RS 7005944074 e CPF/MF nº 040.062.670-53, e,

GILMAR NUNES DA SILVA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Osório, RS, na Rua Sete de Setembro nº 1692 – Centro – CEP 95.520-000, CI-SSP/RS nº 1022510455 e CPF/MF nº 380.867.000-20.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **Rádio Litoral Ltda. - EPP**, com sede na cidade de Osório/RS, na Rua Marechal Floriano nº 920 – Conjunto 204 – Centro – CEP 95.520-000, inscrita no CNPJ/MF nº 90.918.343/0001-22 e NIRE 43 2 0019261 8, resolvem promover a presente alteração de contrato social, o que fazem nas seguintes condições:

PRIMEIRA -

Retira-se da sociedade o sócio **João Carlos Wender**, cedendo e transferindo sua única quota, pelo valor nominal de R\$ 200,00 (duzentos reais) ao sócio **Paulo César Notari**, passando a Cláusula 05 do Contrato Social a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 05 - O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 20.000 (vinte mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Sócios	Nº Quotas	R\$	%
1	Paulo César Notari	19.800	19.800,00	99
2	Gilmar Nunes da Silva	200	200,00	1
	TOTAL	20.000	20.000,00	100

SEGUNDA -

O cedente e o cessionário dão ampla e geral quitação um ao outro e à sociedade, declarando estarem justos e satisfeitos, não tendo mais nada a receber ou reclamar em relação à transferência da quota negociada.

TERCEIRA -

Permanecem inalteradas as demais disposições adotadas na 7ª Alteração de Contrato Social registrada da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 06.05.2010 sob número 3297374.

QUARTA -

Em decorrência das alterações havidas, resolvem consolidar as cláusulas contratuais conforme redação abaixo:

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

NOME EMPRESARIAL

CLÁUSULA 01 - A sociedade gira sob a denominação de **RÁDIO LITORAL LTDA. - EPP**

SEDE

CLÁUSULA 02 - A sede da sociedade é na cidade de Osório, RS, na Rua Marechal Floriano nº 920 – Conjunto 204 – Centro – CEP 95.520-000.

§ Único – A sociedade possui uma filial em Imbé, RS na Av. Paraguassú nº 1.801, loja 05, Bairro Centro, CEP 95.625-000.

OBJETO

CLÁUSULA 03 - A sociedade tem por objeto:



- a) a execução de serviço de radiodifusão em qualquer de suas modalidades;
b) o transporte rodoviário de cargas.

DURAÇÃO

CLÁUSULA 04 - A sociedade iniciou suas atividades em 19.03.1980 e durará por tempo indeterminado.

CAPITAL

CLÁUSULA 05 - O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 20.000 (vinte mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Sócios	Nº Quotas	R\$	%
1	Paulo César Notari	19.800	19.800,00	99
2	Gilmar Nunes da Silva	200	200,00	1
	TOTAL	20.000	20.000,00	100

RESPONSABILIDADE

CLÁUSULA 06 - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 07 - A administração da sociedade é exercida pelo sócio **Paulo César Notari**, individualmente, tendo os mais amplos poderes de administração e de representação da sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, não podendo, contudo, praticar atos que não se coadunem com o objeto e as atividades sociais, inclusive a prestação de avais ou fianças.

§ 1º - O administrador fica dispensado de prestar caução;

§ 2º - O exercício efetivo da administração somente se dará após autorização do poder concedente, podendo ser por pessoa estranha ao quadro social, cujo termo de nomeação conterà os poderes e será arquivado no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

§ 3º - A alienação, oneração ou permuta de bens da sociedade inscritos no ativo imobilizado, somente poderá ser efetuada por decisão dos sócios representantes da maioria do capital social.

EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA 08 - O exercício social coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será realizado o balanço patrimonial e demais demonstrações de lei. O resultado apurado será dividido entre os sócios ou seus sucessores, proporcionalmente as suas quotas, salvo outro ajuste que realizarem na ocasião.

§ Único - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, se for o caso.

DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS

CLÁUSULA 09 - As deliberações dos sócios, quando não havidas por escrito, serão tomadas em Reunião dos Sócios, devendo ser observado:

a) os sócios serão convocados mediante carta contra-recibo, com antecedência de oito dias, contendo a hora, data, local da Reunião e sua ordem do dia; na Reunião poderão comparecer todos os sócios por si ou representados por outro sócio ou por advogado munido de instrumento de mandato, com poderes bastantes;

b) a Reunião será dirigida por um dos Administradores;

c) a Ata da Reunião será lavrada em folhas soltas, encaminhando-se para averbação no registro próprio aquelas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros;

§ Único - Fica estabelecido que, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluí-lo(s) da sociedade, por justa causa, mediante alteração do presente contrato social.



DA RETIRADA DE SÓCIO

CLÁUSULA 10 -

O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá comunicar tal desejo aos demais através de carta, a qual será entregue com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do evento, recebendo seus haveres mediante balanço especialmente levantado, devendo este ser apurado com base na data de vencimento do prazo concedido no aviso à sociedade.

§ 1º - O sócio retirante receberá seus haveres em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a data da efetiva apuração dos haveres.

§ 2º - A forma de apuração e pagamento de haveres previsto no parágrafo anterior também será utilizada em caso de dissolução parcial da sociedade, exclusão, recesso, falência, concordata e/ou insolvência, de qualquer dos sócios, devendo ser apurado os haveres com base na data do evento.

DISSOLUÇÃO

CLÁUSULA 11 -

A sociedade se dissolve na ocorrência das hipóteses previstas em lei.

§ 1º - A morte, retirada, exclusão ou falência de um sócio não dissolve a sociedade, ficando assegurado aos herdeiros ou sucessores, quando for o caso, o ingresso na sociedade, desde que seja observada a anuência prévia do poder concedente.

§ 2º - Se os herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para este fim, e serão pagos em vinte e quatro (24) prestações mensais iguais e sucessivas, sem juros, a quem estiverem judicialmente autorizados.

CESSÃO DE QUOTAS

CLÁUSULA 12 -

É livre a cessão de quotas entre os sócios; a cessão a terceiros dependerá da anuência dos outros sócios.

FORO

CLÁUSULA 13 -

Os sócios elegem o Foro de Osório, RS, por mais privilegiado que outro seja para a resolução das questões emergentes deste contrato.

CASOS OMISSOS

CLÁUSULA 14 -

Os casos omissos serão resolvidos pela legislação vigente.

DECLARAÇÃO -

O sócio administrador declara, sob as penas da Lei, que não está incurso nas exclusões previstas no art. 1.011, § 1º, do Código Civil.

E, por estarem justos e contratados, assinam este instrumento, o qual será registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul e posteriormente informado ao Ministério das Comunicações na forma disposta na letra "b" do Art. 38 da Lei 4.117/62 para a produção dos seus jurídicos efeitos legais.

Osório, RS, 01 de agosto de 2011.

PAULO CESAR NOTARI

JOÃO CARLOS WENDER

GILMAR NUNES DA SILVA

Munio José Pasqualotto
CPF 335 284 820 00
OAB/RS 43 032




JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICO O REGISTRO EM: 16.08/2011 SOB N.º: 3506315

Protocolo: 11/240462-6, DE 11/08/2011

Empresa: 43 2 0019261 8
RADIO LITORAL LTDA


JOSÉ TADEU JACOBY
SECRETÁRIO-GERAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certidão Específica

O Secretário-Geral da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul **CERTIFICA**, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 81, de 10 de julho de 2020, a requerimento, conforme protocolo de número **21/156.649-7**, que consta no Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **RADIO LITORAL LTDA, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA**, NIRE 4320019261-8, CNPJ 90.918.343/0001-22, ATIVA, com sede na RUA MARECHAL FLORIANO, 920, CJ. 204, BAIRRO CENTRO, OSORIO/RS, com dados que em resumo a seguir se especificam:

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
CONTRATO	10/04/1980	43200192618	X
ALTERACAO	29/07/1980	560172	X
ALTERACAO	30/09/1980	573204	X
ALTERACAO	14/04/1982	609836	X
ALTERACAO	22/04/1986	819209	X
ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)	21/07/1998	1721866	X
ENQUADRAMENTO EPP EMPRESA JA CONSTITUIDA	26/08/2003	2279924	X
ALTERACAO	10/12/2008	3069593	X
ALTERACAO	06/05/2010	3297374	X
ALTERACAO	16/08/2011	3506315	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	04/01/2016	4215572	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	20/01/2017	4394734	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	03/01/2018	4570805	01/11/2017
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	22/01/2018	4589070	15/01/2018

Certifica, por derradeiro, serem estes os únicos atos registrados nesta Junta Comercial até a presente data.

Certidão específica emitida pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul e certificada digitalmente. Para confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site (<http://jucisrs.rs.gov.br>) e informe o nº de protocolo C215000479325 e o código de segurança n5C0. Esta cópia foi autenticada e assinada digitalmente em 14/05/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado do Rio Grande Do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

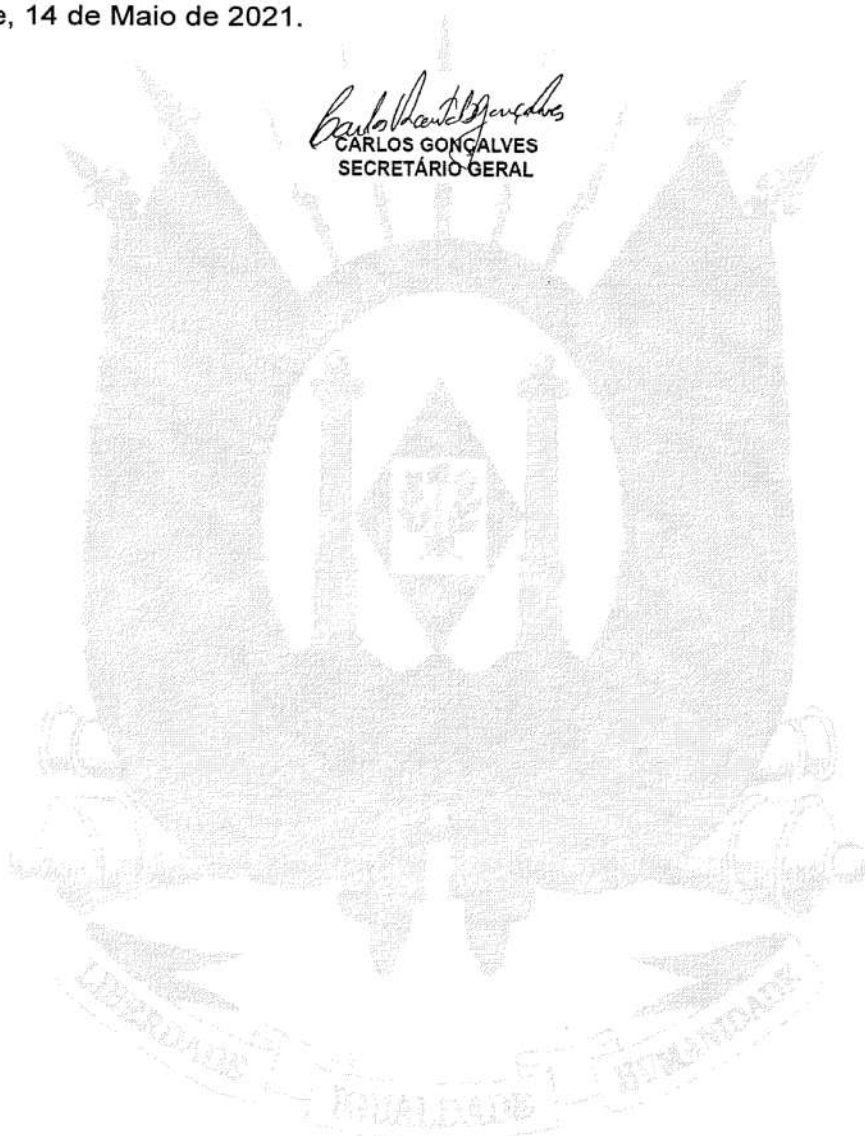
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certidão Específica

O referido é verdade. Dou fé. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Nada mais.

Porto Alegre, 14 de Maio de 2021.


CARLOS GONÇALVES
SECRETÁRIO GERAL



Página 2 de 2

Certidão específica emitida pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul e certificada digitalmente. Para confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site (<http://jucisrs.rs.gov.br>) e informe o nº de protocolo C215000479325 e o código de segurança n6C0. Esta cópia foi autenticada e assinada digitalmente em 14/05/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

pág. 2/2

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 43200192618	CNPJ 90.918.343/0001-22
NOME EMPRESARIAL RADIO LITORAL LTDA - EPP	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2020 a 31/12/2020
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário	NÚMERO DO LIVRO 41
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 6C.A3.FE.D8.7C.1B.96.24.87.FF.0E.FF.8E.34.51.64.19.05.0C.C6	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
contabilista	12060232015	ALEIR BARUFI DA SILVA:12060232015	729085903424103762 7	21/10/2020 a 21/10/2021	Não
Procurador	12060232015	ALEIR BARUFI DA SILVA:12060232015	729085903424103762 7	21/10/2020 a 21/10/2021	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

6C.A3.FE.D8.7C.1B.96.24.87.FF.0E.FF.
8E.34.51.64.19.05.0C.C6-7

Escrutação recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 09/03/2021 às 10:03:35

4C.D3.41.77.F9.CA.FD.B6
B8.30.36.23.4E.7A.FD.F0

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: RADIO LITORAL LTDA - EPP

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Número de Ordem do Livro: 41

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial RADIO LITORAL LTDA - EPP

NIRE 43200192618

CNPJ 90.918.343/0001-22

Número de Ordem 41

Natureza do Livro Livro Diário

Município OSORIO

Data do arquivamento dos atos constitutivos 10/04/1980

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2020

Quantidade total de linhas do arquivo digital 10362

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial RADIO LITORAL LTDA - EPP

Natureza do Livro Livro Diário

Número de ordem 41

Quantidade total de linhas do arquivo digital 10362

Data de início 01/01/2020

Data de término 31/12/2020

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 6C.A3.FE.D8.7C.1B.96.24.87.FF.0E.FF.8E.34.51.64.19.05.0C.C6-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.3 do Visualizador

Página 1 de 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: RADIO LITORAL LTDA - EPP

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Numero de Ordem do Livro: 41

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 835.231,96	R\$ 714.710,60
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 417.657,19	R\$ 238.155,14
DISPONIVEL		R\$ 2.600,98	R\$ 22.839,05
BENS NUMERARIOS		R\$ 2.598,98	R\$ 22.831,48
CAIXA		R\$ 2.598,98	R\$ 22.831,48
BANCOS C/MOV. DEP. AVISTA		R\$ 2,00	R\$ 7,57
BANRISUL S/A C/C (06.024849.0-6)		R\$ 0,00	R\$ 5,57
BRADESCO S/A C/C 0013568-2		R\$ 1,00	R\$ 1,00
BANRISUL -FL 01 (06.014849.0-6)		R\$ 1,00	R\$ 1,00
DIVERSOS		R\$ 415.056,21	R\$ 215.316,09
CLIENTES		R\$ 36.146,75	R\$ 9.293,00
BLOQUEIO JUDICIAL		R\$ 36.146,75	R\$ 9.293,00
CREDITOS FISCAIS		R\$ 0,00	R\$ 479,35
IRRF A RECUPERAR		R\$ 0,00	R\$ 471,97
INSS A RECUPERAR		R\$ 0,00	R\$ 7,38
OUTROS CREDITOS		R\$ 111.864,70	R\$ 15.952,12
CONS. BANRISUL SA - COTA 0070-00		R\$ 5.144,70	R\$ 15.952,12
ADANTAMENTO A FORNECEDORES		R\$ 106.720,00	R\$ 0,00
APLICACOES FINANCEIRAS		R\$ 267.044,76	R\$ 189.591,62
BANRISUL INVESTIMENTOS CDB - MT		R\$ 60.446,53	R\$ 12.302,12
BANRISUL INVESTIMENTOS CDB - FL		R\$ 180.235,93	R\$ 163.223,09
BRADESCO S/A		R\$ 22.563,31	R\$ 10.267,42
TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO BANRISUL		R\$ 3.798,99	R\$ 3.798,99
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 417.574,77	R\$ 476.555,46
INVESTIMENTOS		R\$ 10.988,62	R\$ 10.988,62
INVESTIMENTOS PERMANENTES		R\$ 10.988,62	R\$ 10.988,62
C R T C/AÇÕES		R\$ 10.988,62	R\$ 10.988,62
IMOBILIZADO		R\$ 406.586,15	R\$ 465.566,84
ATIVO IMOBILIZADO		R\$ 406.586,15	R\$ 465.566,84
TERRENOS		R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 90.976,72	R\$ 206.056,72
(-) DEPREC. ACUM. MÁQUINAS E EQUIP		R\$ (60.688,71)	R\$ (69.229,85)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 6C.A3.FE.D8.7C.1B.96.24.87.FF.0E.FF.8E.34.51.64.19.05.0C.C6-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.3 do Visualizador

Página 1 de 3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: RADIO LITORAL LTDA - EPP

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Número da Ordem do Livro: 41

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		R\$ 32.821,24	R\$ 32.821,24
(-) DEPREC. ACUM. MÓVEIS E UTENSIL		R\$ (29.295,15)	R\$ (30.048,43)
VEÍCULOS		R\$ 898.505,51	R\$ 898.505,51
(-) DEPREC. ACUM. VEÍCULOS		R\$ (779.596,21)	R\$ (816.956,39)
INSTAL. PROPRIEDADES ALHEIAS		R\$ 6.799,23	R\$ 6.799,23
(-) DEPREC. INST. PROPRIEDADES ALHEIAS		R\$ (6.799,23)	R\$ (6.799,23)
EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO		R\$ 63.084,66	R\$ 63.084,66
(-) DEPREC.ACUM. EQUIP.DE COMUNICAÇÃO		R\$ (50.493,14)	R\$ (52.617,24)
EQUIPAMENTOS DE RÁDIOFUSÃO		R\$ 117.348,87	R\$ 117.348,87
(-) DEPREC ACUM EQUIP RÁDIOFUSAO		R\$ (56.577,64)	R\$ (63.898,25)
CANAL DE RÁDIOFUSAO		R\$ 178.000,00	R\$ 178.000,00
P A S S I V O		R\$ 835.231,96	R\$ 714.710,60
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 222.050,56	R\$ 118.672,07
CONTAS A PAGAR		R\$ 222.050,56	R\$ 118.672,07
BANCOS CTA. EMPRESTIMOS		R\$ 57,55	R\$ 0,00
BANRISUL S/A - C/C 06.024849,0-6 MT		R\$ 57,55	R\$ 0,00
OBRIGACOES FISCAIS A PAGAR		R\$ 9.408,02	R\$ 691,64
IRRF A RECOLHER		R\$ 112,45	R\$ 691,64
PROV. P/IRPJ		R\$ 9.295,57	R\$ 0,00
OBRIGAÇÕES SOCIAIS A PAGAR		R\$ 21.869,85	R\$ 7.018,24
PIS A RECOLHER		R\$ 1.620,60	R\$ 488,79
INSS A RECOLHER		R\$ 2.507,28	R\$ 2.217,32
PROV. P/CONTRIB.SOC.RECOLHER		R\$ 5.538,48	R\$ 0,00
FGTS A RECOLHER		R\$ 1.016,29	R\$ 917,31
COFINS A RECOLHER		R\$ 7.441,72	R\$ 2.258,91
CONTRIB PREV REC BRUTA A RECOLHER		R\$ 3.721,76	R\$ 1.112,19
ISSQN RETIDO A RECOLHER		R\$ 23,72	R\$ 23,72
OUTRAS CONTAS A PAGAR		R\$ 184.000,00	R\$ 102.000,00
PAULO CESAR NOTARI		R\$ 20.000,00	R\$ 0,00
JP TRES URBANIZACAO LTDA		R\$ 164.000,00	R\$ 102.000,00
RECEITAS DIFERIDAS A RECEBER		R\$ 6.715,14	R\$ 8.962,19

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 6C.A3.FE.D8.7C.1B.96.24.87.FF.0E.FF.8E.34.51.64.19.05.0C.C6-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.3 do Visualizador

Página 2 de 3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: RADIO LITORAL LTDA - EPP

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Número de Ordem do Livro: 41

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
REND APLICACAO FINANCEIRA DIF REC MT		R\$ 2.355,72	R\$ (4,63)
(-) IOF S REND APLIC FINAN DIF MT		R\$ (0,01)	R\$ (0,02)
(-) IRRF S REND APLIC FINAN DIF MT		R\$ (353,24)	R\$ 0,69
RENDP APLIC FINAN REC DIF FIL 1		R\$ 5.544,60	R\$ 10.548,29
(-) IOF S REND APLIC FINAN DIF REC FIL 1		R\$ (0,38)	R\$ 0,00
(-) IR S REND APLIC FINAN DIF REC FIL 1		R\$ (831,55)	R\$ (1.582,14)
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 21.848,90	R\$ 10.134,13
PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO		R\$ 21.848,90	R\$ 10.134,13
PARCELAMENTOS IMP. E CONTRIBUICOES		R\$ 21.848,90	R\$ 10.134,13
PARCELAMENTO REFIS		R\$ 95.305,24	R\$ 83.590,47
(-) (-) JUROS PARCELAMENTO REFIS		R\$ (73.456,34)	R\$ (73.456,34)
PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 591.332,50	R\$ 585.904,40
CAPITAL E RESERVAS		R\$ 591.332,50	R\$ 585.904,40
CAPITAL		R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS		R\$ 571.332,50	R\$ 565.904,40
LUCROS/PREJUIZOS EXERCICIOS ANTERIORES		R\$ 498.343,29	R\$ 639.786,35
(-) PREJUIZO DO EXERCÍCIO		R\$ (409.828,19)	R\$ (667.044,23)
LUGRO DO EXERCÍCIO		R\$ 482.817,40	R\$ 593.162,28

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 6C.A3.FE.D8.7C.1B.96.24.87.FF.0E.FF.8E.34.51.64.19.05.0C.C6-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.3 do Visualizador

Página 3 de 3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: RADIO LITORAL LTDA - EPP
 Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 90.918.343/0001-22
 Número de Ordem do Livro: 41
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECBA BRUTA		R\$ 1.107.738,48	R\$ 847.062,11
PREST. SERV. RADIOFUSÃO		R\$ 1.107.738,48	R\$ 847.062,11
(-) DEDUÇÕES		R\$ (63.453,43)	R\$ (37.344,19)
(-) PIS		R\$ (8.030,13)	R\$ (4.722,69)
(-) COFINS		R\$ (36.926,95)	R\$ (21.723,06)
(-) CONTRIB FREV REC BRUTA		R\$ (18.496,35)	R\$ (10.898,44)
RECBA LÍQUIDA		R\$ 1.044.285,05	R\$ 809.717,92
(-) CUSTOS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ (398,64)	R\$ (323,89)
(-) FRETES		R\$ (398,64)	R\$ (323,89)
LUCRO BRUTO		R\$ 1.043.886,41	R\$ 809.394,03
(-) DESPESAS GERAIS		R\$ (995.845,95)	R\$ (814.822,13)
(-) DESPESAS C/PESSOAL		R\$ (124.033,11)	R\$ (118.302,89)
(-) SALÁRIOS		R\$ (98.422,00)	R\$ (94.298,71)
(-) PREVIDÊNCIA SOCIAL		R\$ (5.316,09)	R\$ (4.504,22)
(-) FGTS		R\$ (9.858,47)	R\$ (8.395,08)
(-) INDENIZAÇÕES		R\$ (2.718,42)	R\$ (4.440,22)
TRABALHISTAS		R\$ (7.718,13)	R\$ (6.664,66)
(-) 13. SALÁRIOS		R\$ (7.718,13)	R\$ (6.664,66)
(-) DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS		R\$ (746.005,22)	R\$ (613.728,51)
(-) PRO-LABORE		R\$ (42.000,40)	R\$ (41.999,40)
(-) CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS		R\$ (46.853,73)	R\$ (55.044,95)
(-) MATERIAL DE EXPEDIENTE		R\$ (3.196,19)	R\$ (8.445,18)
(-) PORTES E TELEGRAMAS		R\$ (2.047,61)	R\$ (1.763,41)
(-) MATERIAL DE CONSUMO		R\$ (52.880,05)	R\$ (11.748,65)
(-) COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		R\$ (172.268,03)	R\$ (158.618,51)
(-) DESP. OVIAGENS E ESTADIAS		R\$ (422,07)	R\$ (308,79)
(-) ALUGUEIS PASSIVOS		R\$ (91.566,93)	R\$ (114.333,61)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R\$ (1.660,91)	R\$ (386,00)
(-) PUBLICIDADE E PROPAGANDA		R\$ (26.268,00)	R\$ (5.170,12)
(-) FRETES PASSIVOS		R\$ (0,00)	R\$ (952,94)
(-) ÁGUA, LUZ, E TELEFONE E INTERNET		R\$ (125.509,49)	R\$ (115.952,29)
(-) SERV. PRESTADOS PESSOA JURÍDICA		R\$ (22.202,64)	R\$ (23.844,50)
(-) CONSERV. PREDIOS E INSTALAÇÕES		R\$ (102.823,30)	R\$ (10.461,42)
(-) PRÊMIOS E SEGUROS		R\$ (4.634,13)	R\$ (4.185,01)
(-) SERV. PREST. HON. CONTÁBEIS		R\$ (10.200,00)	R\$ (10.920,00)
(-) CONS. DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (1.206,27)	R\$ (11.829,94)
(-) DESPESAS DE SUPERMERCADO		R\$ (0,00)	R\$ (241,79)
(-) ECAD - DIREITOS AUTORAIS		R\$ (20.865,48)	R\$ (18.083,20)
(-) ACORDOS JUDICIAIS		R\$ (0,00)	R\$ (178,18)
(-) BENS PEQUENO VALOR ATÉ R\$ 1.200,00 (ALTERADO 13052014)		R\$ (13.596,70)	R\$ (13.364,00)
(-) MATERIAL DE LIMPEZA		R\$ (484,56)	R\$ (28,18)
(-) DESPESAS DE TABELIONATO		R\$ (217,90)	R\$ (327,90)
(-) MENSALIDADE ASSOC. COM. DE OSÓRIO		R\$ (644,05)	R\$ (739,94)
(-) ASSOC. AGERT/ABERT		R\$ (4.008,78)	R\$ (3.930,60)
(-) DESPESAS COM SISTEMAS		R\$ (450,00)	R\$ (870,00)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R\$ (32.989,98)	R\$ (10.896,82)
(-) IMPOSTOS MUNICIPAIS		R\$ (2.392,04)	R\$ (831,61)
(-) IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS		R\$ (8.971,36)	R\$ (3.596,29)
(-) IMPOSTO SINDICAL PATRONAL		R\$ (1.352,00)	R\$ (1.429,01)
(-) IMPOSTO S/VEÍCULOS		R\$ (20.269,90)	R\$ (5.039,43)
(-) IOF		R\$ (4,66)	R\$ (2,48)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (2.264,99)	R\$ (2.646,66)
(-) JUROS PASSIVOS		R\$ (29,64)	R\$ (7,42)
(-) MULTA P/PAGTO. ATRASO IMPOSTOS		R\$ (8,17)	R\$ (0,00)
(-) TARIFAS BANCARIAS		R\$ (2.227,18)	R\$ (2.639,24)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 1.329,71	R\$ 3.497,53
REND. APLIC. FINANCEIRAS		R\$ 1.390,77	R\$ 3.616,20
(-) (-) DEB PIS S/RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ (12,21)	R\$ (0,87)
(-) (-) DEB COFINS S/RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ (48,85)	R\$ (117,80)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (91.882,36)	R\$ (72.742,78)
(-) JUROS P/PAGTO. ATRASO IMPOSTOS		R\$ (236,66)	R\$ (0,00)
(-) DEPRECIACÕES S/VEÍCULOS		R\$ (40.756,56)	R\$ (37.360,18)
(-) DEPRECIACÕES S/MAQ. E EQUIPAMENTOS		R\$ (8.615,01)	R\$ (8.541,14)
(-) DEPRECIACÕES S/MOV. UTENSÍLIOS		R\$ (821,76)	R\$ (753,28)
(-) DEPREC. S/ EQ. COMUNICAÇÃO		R\$ (10.303,32)	R\$ (9.444,71)
(-) PROV. PAIRPJ		R\$ (19.525,86)	R\$ (10.402,17)
(-) PROV. P/CONTRIB. SOCIAL		R\$ (11.623,19)	R\$ (6.241,30)
(-) RESULTADO OPERACIONAL		R\$ 48.040,46	R\$ (5.428,10)
(-) RESULTADO ANTES DO IR E CSL		R\$ 48.040,46	R\$ (5.428,10)
(-) PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		R\$ 48.040,46	R\$ (5.428,10)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 6C.A3.FE.D8.7C.1B.96.24.87.FF.0E.FF.8E.34.51.64.19.05.0C.C6-7, nos termos do Decreto nº 8.883/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.3 do Visualizador

Página 1 de 1

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS				 Sped CONTAB	
Entidade:	RADIO LITORAL LTDA - EPP				
Período da Escrituração:	01/01/2020 a 31/12/2020	CNP	90.918.343/0001-22	Número de Ordem do Livro:	41
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020				
Histórico		Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido			
		PREJUÍZO DO EXERCÍCIO (R\$)			
Saldo Anterior de Lucros Acumulados		571.332,50			
Ajustes Credores de Períodos-base Anteriores		0,00			
Reversão de Reservas		0,00			
Outros Recursos		0,00			
Lucro 1. Trimestre 2020		70.792,40			
Lucro 2º Trimestre 2020		11.632,35			
Prejuízo 3º Trimestre 2020		(-)13.970,90			
Prejuízo 4º Trimestre 2020		(-)73.881,95			
(-)Saldo Anterior de Prejuízo Acumulados		0,00			
(-)Ajustes Devedores de Períodos-base Anteriores		0,00			
(-)Prejuízo Líquido do Ano		0,00			
TOTAL		565.904,40			
Transferências para Reservas		0,00			
Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados		0,00			
Paulo Cesar Notari		0,00			
Gilmar Nunes da Silva		0,00			
Parcela dos Lucros Incorporados ao Capital		0,00			
TOTAL		0,00			
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		0,00			
Notas		565.904,40			

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 6C.A3.FE.D8.7C.1B.96.24.87.FF.0E.FF.8E.34.51.64.19.05.0C.C6-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.3 do Visualizador

NOTA EXPLICATIVA: BALANÇO ENCERRADO EM 31/12/2020

CONTEXTO:

A empresa tem como atividade: Serviços de radiodifusão.

Empresa tributada pelo Lucro Real Trimestral

As Demonstrações Econômicas Financeiras do Exercício de 2020, encerrado em 31/12/2020, obedeceram aos princípios previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade, estando de acordo com a Legislação comercial em vigor.

Principais procedimentos contábeis:

ATIVO CIRCULANTE

Conta Caixa e Bancos Conta Movimento.

PASSIVO CIRCULANTE

Compreende as obrigações no período de 365 dias, representada por obrigações diversas.

PATRIMÔNIO

Formado pelo capital social e lucros acumulados.

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Os resultados dos trimestres foram apurados pelo Regime de Competência para apropriação das Receitas, Custos e Despesas correspondentes.

Osório, 31 de dezembro de 2020.

Marcela Rossoni Barufi da Silva
TC/CRC/RS 57688



COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/12/2020

Coeficiente	Fórmula	Valor	Resultado
Índice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo	238.155,14 + 0,00	1,85
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	118.672,07 + 10.134,13	
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante	238.155,14	2,01
	Passivo Circulante	118.672,07	
Índice de Endividamento Geral	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	118.672,07 + 10.134,13	0,54
	Passivo Total	238.155,14	
Índice de Dívida a Curto Prazo	Passivo Circulante	118.672,07	11,71
	Passivo Não-Circulante	10.134,13	
Grau de Endividamento	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	118.672,07 + 10.134,13	0,18
	Ativo	714.710,60	

Marcela Rossoni Barufi da Silva
TC/CRC/RS 57.688



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é expedida a presente certidão por não constar distribuição de ação falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial em tramitação contra a seguinte parte interessada:

RADIO LITORAL LTDA *****

CNPJ: 90.918.343/0001-22 - MATRIZ*****

ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO, 920 - CONJ 204, CENTRO, OSÓRIO/RS****

Osório, 26 de abril de 2021, às 13h28min

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DOCUMENTO ASSINADO POR

RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO

DATA

26/04/2021 13h29min



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 11.419/2006 de 19/12/2006, art. 1º, parágrafo 2º, inciso III.

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço <https://www.tjrs.jus.br/verificadocs> e digite o seguinte

número verificador: 0001187012959



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 90.918.343/0001-22 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 10/04/1980	
NOME EMPRESARIAL RADIO LITORAL LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R MARECHAL FLORIANO		NÚMERO 920	COMPLEMENTO CONJ 204
CEP 95.520-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO OSORIO	UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/05/2021** às **11:14:49** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)
[VOLTAR](#)
[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)
[Consultas CNPJ](#)
[Estatísticas](#)
[Parceiros](#)
[Serviços CNPJ](#)


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO LITORAL LTDA
CNPJ: 90.918.343/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:08:21 do dia 03/05/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/10/2021.

Código de controle da certidão: **573F.1E5F.59F0.42D4**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Certidão de Situação Fiscal nº **0016834261**

Identificação do titular da certidão:

Nome: **RADIO LITORAL LTDA**
Endereço: **RUA MAL FLORIANO PEIXOTO, 920, CONJUNTO 204
CENTRO, OSORIO - RS**
CNPJ: **90.918.343/0001-22**

Certificamos que, aos **18** dias do mês de **MAIO** do ano de **2021**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima enquadra-se na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Descrição dos Débitos/Pendências:

Esta certidão NÃO É VÁLIDA para comprovar;

a) a quitação de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;

b) em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, de separação, de divórcio e de dissolução de união estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).

No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vir a cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 16/7/2021.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

Autenticação: **0026710997**

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em <https://www.sefaz.rs.gov.br>.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS Nº 5785/2021

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

CGM: 14615
Nome: RADIO LITORAL LTDA
CNPJ/CPF: 90.918.343/0001-22 RG/Insc. Est.: 087/0085131
Endereço: Avenida MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 92020, Conj. 204/205 - Centro
Bairro: Centro Cidade: Osório - RS

CERTIFICO, a pedido da parte interessada que revendo os arquivos de lançamento desta repartição, verifiquei que NÃO EXISTEM débitos de tributos municipais referentes ao CONTRIBUINTE acima identificado.

Esta certidão não exclui o direito do Fisco Municipal exigir a qualquer tempo os débitos em aberto e os que venham a ser apurados relativos ao Imóvel objeto desta certidão.

Esta certidão tem VALIDADE por 90 (noventa) dias a partir da data de emissão em 18/05/2021.

Observações:

IMPORTANTE:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Art. 130. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 131. São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;

II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;



Renato Luiz Ferrari
Secretário de Finanças

Código de Autenticidade: WGT211201-000-AWSGLUDJBCOSPQ-9

Para validação desta certidão

Acesse: <https://osorio.atende.net/?pg=autoatendimento#!/tipo/servico/valor/116/padrao/1/load/1>





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO LITORAL LTDA

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:07:59 do dia 12/05/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 11/06/2021.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO LITORAL LTDA
CNPJ: 90.918.343/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:08:21 do dia 03/05/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/10/2021.

Código de controle da certidão: **573F.1E5F.59F0.42D4**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 90.918.343/0001-22

Razão Social: RADIO LITORAL LTDA

Endereço: AV MAL FLORIANO 920 CJ 204 205 / CENTRO / OSORIO / RS /
95520-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/04/2021 a 08/08/2021

Certificação Número: 2021041105351002733599

Informação obtida em 18/05/2021 10:30:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO LITORAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Certidão nº: 15913503/2021

Expedição: 18/05/2021, às 10:31:04

Validade: 13/11/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO LITORAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **90.918.343/0001-22**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 90.918.343/0001-22 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 10/04/1980	
NOME EMPRESARIAL RADIO LITORAL LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE EPP	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R MARECHAL FLORIANO		NÚMERO 920	COMPLEMENTO CONJ 204
CEP 95.520-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO OSORIO	UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **22/05/2023** às **12:17:04** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 90.918.343/0001-22
NOME EMPRESARIAL: RADIO LITORAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: PAULO CESAR NOTARI
Qualificação: 49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial: GILMAR NUNES DA SILVA
Qualificação: 22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 22/05/2023 às 12:18 (data e hora de Brasília).

 VOLTAR

 IMPRIMIR

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO LITORAL LTDA
CNPJ: 90.918.343/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:21:17 do dia 22/05/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/11/2023.

Código de controle da certidão: **E3D0.9C6B.76A2.11A8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 90.918.343/0001-22
Razão Social: RADIO LITORAL LTDA
Endereço: AV MAL FLORIANO 920 CJ 204 205 / CENTRO / OSORIO / RS / 95520-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/05/2023 a 06/06/2023

Certificação Número: 2023050802332265421993

Informação obtida em 22/05/2023 12:21:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO LITORAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Certidão nº: 21917759/2023

Expedição: 22/05/2023, às 12:22:34

Validade: 18/11/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO LITORAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **90.918.343/0001-22**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA Nº 7757/2023

[DADOS DO CONTRIBUINTE]

Nome : **14615 - RADIO LITORAL LTDA**
CNPJ/CPF: 90.918.343/0001-22
Endereço: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 920
Complemento: Conj. 204/205
Bairro: CENTRO
Cidade: Osório
CEP: 95.520-000
Estado: Rio Grande do Sul

CERTIFICO, a pedido da parte interessada que revendo os arquivos de lançamentos desta Repartição verifiquei que EXISTEM débitos de tributos municipais referentes ao CONTRIBUINTE acima identificado, POREM os mesmos NÃO estão vencidos ou estão suspensos até a presente data.

Esta certidão não exclui o direito do Fisco Municipal exigir a qualquer tempo os débitos em aberto e os que venham a ser apurados relativos ao Imóvel objeto desta certidão.

Esta certidão tem VALIDADE por 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

Observações

IMPORTANTE:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Art. 130. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 131. São pessoalmente responsáveis:

- I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;
- II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;

Osório - RS, 22 de maio de 2023 .


Renato Luiz Ferrari
Secretário de Finanças

Código de Autenticidade: WGT221201-000-BRNFNVHEZUHCMBM-4

Para validação desta certidão

Acesse: <https://osorio.atende.net/?pg=autoatendimento#!/tipo/servico/valor/116/padrao/1/load/1>



da
iT v:2013.01

Identificador: WGT221201-000-BRNFNVHEZUHCMBM-4

22/05/2023 14:57:58

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Estações

Estações ✓ Voltar

1 total de registros 1 - 50 50 Atualizar Filtrar					
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater
Visualizar em PDF	FM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	90918343000122	RADIO LITORAL LTDA	03008010172	P



BOA TARDE
Kenia da Silva VieiraSistemas
Interativos

Menu Principal ▾


BOLETO :: Sistema de Consulta Débitos de FISTEL | internet | teia | menu | ajuda

**CNPJ:****90.190.343/0004-22****Entidade não cadastrada nesta agência.****Emitida às 16:00:05 do dia 22/05/2023 (hora e data de Brasília).**[Retornar a Consulta.](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[oleto/NadaConsta/certidao.asp](#)<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



BOA TARDE

Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SRD »» Relatórios »» **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: RS	Município: Osório		
Entidade	Município	Data Outorga	Validade
FUNDACAO CULTURAL MIR	Osório		
RADIO LITORAL LTDA	Osório	26/10/2001	26/10/2011
RADIO OSORIO LTDA	Osório	01/05/1994	

Usuário: **keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira** Data: **22/05/2023** Hora: **16:02:58**

Registro 1 até 3 de 3 registros Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

Id solicitação: 57dbac3d9ba3c

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO LITORAL LTDA	
Nome Fantasia: JOVEM PAN NEWS LITORAL	
Telefone: (51) 36632788	E-mail: pan103@terra.com.br
CNPJ: 90.918.343/0001-22	Número do Fistel: 03008010172
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 26/10/2001	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 26/10/2031	
Observações: SSR32/82;SG175/82;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: CONJUNTO 204/205	
Bairro: CENTRO	Numero: 920	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: CONJUNTO 204/205	
Bairro: CENTRO	Numero: 920,	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: MORRO DA BORUSSIA	Complemento:	
Bairro:	Numero: .	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO, 920 - CONJ. 204 E 205	Complemento:	
Bairro:	Numero: .	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Osório	UF: RS

Parâmetros Técnicos			
Canal: 276	Frequência: 103.1 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: 9.187kW
HCI: 34.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



23.15.05.09 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Informações Gerais	
Número da Estação: 9546162	Número Indicativo: ZYD588
Data Último Licenciamento: 14/06/2019	Número da Licença: 53500.022580/2019-30

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 29° 52' 53.00" S	Longitude: 50° 17' 18.00" W	Cota da base: 365.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 007500501806	Modelo: RDFM 5000T
Fabricante: RF Telavo Telecomunicações Ltda	Potência de Operação: 5.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LDF 5	Fabricante: ANDREW		
Comprimento da Linha: 43.00 m	Atenuação: 1.30 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMA-4	Fabricante: ANDREW ANTENAS LTDA				
Ganho: 3.21 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: .00 °	Polarização: Circular	HCI: 34.5 m	ERP Máxima: 9.19 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 300 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 1.000 kW



Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo: LDF 5	Fabricante:		
Comprimento da Linha: 43.00 m	Atenuação: 1.30 dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 9.19 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
591981	202	Portaria	MC	22/10/1981	26/10/1981	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
120251981	140	Portaria	Dentel	17/02/1982	15/03/1982	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
1208801983	220883	Despacho	MC	22/08/1983		Advertência	Jurídico
1216851983	1441	Portaria	MC	15/09/1983	22/09/1983	Multa	Jurídico
1215491983	1494	Portaria	MC	28/09/1983	11/10/1983	Multa	Jurídico
291020000741985	130385	Despacho	MC	13/03/1985		Multa	Jurídico
291020001471985	365	Ofício	MC	16/07/1985		Advertência	Jurídico
291020003231986	230786	Despacho	MC	23/07/1986		Multa	Jurídico
291020004371986	23078	Despacho	MC	23/07/1986		Multa	Jurídico
291020005941986	311286	Despacho	MC	31/12/1986		Multa	Jurídico
291020013651985	124	Portaria	MC	12/05/1987		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
291020013151988	301288	Despacho	MC	30/12/1988		Multa	Jurídico
291020012611988	10389	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291020013201988	1038	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291020016481988	103	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291020001461989	130389	Despacho	MC	13/03/1989		Multa	Jurídico
291020001741989	13038	Despacho	MC	13/03/1989		Multa	Jurídico
291020002231989	250489	Despacho	MC	25/04/1989		Multa	Jurídico
291020002611989	240589	Despacho	MC	24/05/1989		Multa	Jurídico
291020008621989	190789	Despacho	MC	19/07/1989		Multa	Jurídico
291020006121989	40989	Despacho	MC	04/09/1989		Multa	Jurídico



291020007001989	260989	Despacho	MC	26/09/1989		Multa	Jurídico
291020010791989	151189	Despacho	MC	15/11/1989		Multa	Jurídico
291020012771989	151289	Despacho	MC	15/12/1989		Multa	Jurídico
291020013941989	301289	Despacho	MC	30/12/1989		Multa	Jurídico
291020003781990	150890	Despacho	MC	15/08/1990		Advertência	Jurídico
291020003821991	100492	Despacho	MC	10/04/1992		Advertência	Jurídico
291020012371991	86	Portaria	MC	22/06/1992	02/07/1992	Renovação	Jurídico
291020012371991	11	Decreto Legislativo	CN	09/03/1995	10/03/1995	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
537900010031995	121196	Despacho	MC	12/11/1996	21/11/1996	Advertência	Jurídico
537900026291995	1199	Portaria	MC	25/09/1997	03/10/1997	Multa	Jurídico
537900017131996	1261	Portaria	MC	01/10/1997	08/10/1997	Multa	Jurídico
537900012851996	546	Portaria	MC	25/10/1999	01/11/1999	Multa	Jurídico
291020013651985	47191	Ato	ER	14/10/2004	20/10/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
537900010902001	467	Portaria	MC	23/08/2007	11/09/2007	Renovação	Jurídico
537900010902001	113	Decreto Legislativo	CN	28/02/2011	01/03/2011	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535000458042017 10	929	Ato	ORLE	15/02/2017	03/11/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.048290/202 2-11	7698	Ato	ORLE	03/06/2022	13/06/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento



23.15:05:10

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



BOA TARDE

Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta


Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	90.918.343/0001-22

Não foi encontrado dados com essa informação


Usuário: **keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira** Data: **22/05/2023** Hora: **16:03:44**



BOA TARDE

Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 90.918.343/0001-22											
RADIO LITORAL LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GILMAR NUNES DA SILVA	380.867.000-20	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
PAULO CESAR NOTARI	183.669.530-68	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório

Usuário: keniv.mctic - Kenia da Silva Vieira

Data: 22/05/2023

Hora: 16:04:02

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



BOA TARDE

Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		380.867.000-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GILMAR NUNES DA SILVA	380.867.000-20	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé

Usuário: **keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira**

Data: **22/05/2023**

Hora: **16:04:09**



5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



BOA TARDE

Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		183.669.530-68									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO CESAR NOTARI	183.669.530-68	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé

Usuário: **keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira**

Data: **22/05/2023**

Hora: **16:04:22**

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	() Radiodifusão sonora	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal



ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

**RELATIVOS
À PESSOA
JURÍDICA E
AOS SÓCIOS**

- (a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: *i)* certidão de nascimento ou casamento; *ii)* certidão de reservista; *iii)* cédula de identidade; *iv)* certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; *v)* carteira profissional; *vi)* Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou *vii)* passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.
- (c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (d) prova de inscrição no CNPJ;
- (e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e
- (h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho;
- (i) lista atualizada de subscrição das ações (somente no caso de S/A).



**APENAS NA
HIPÓTESE
DE HAVER
PESSOA
JURÍDICA
SÓCIA DA
ENTIDADE**

(j) declaração, firmada em conjunto, pelos representantes legais da entidade e da pessoa jurídica sócia, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

(k) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;

(l) lista atualizada de subscrição das ações da pessoa jurídica sócia (somente no caso de S/A).



MUNICÍPIOS BRASILEIROS DA FAIXA DE FRONTEIRA

DIVISÃO TERRITORIAL DE MAIO/2005

CÓDIGO GEOGRÁFICO	NOME DO MUNICÍPIO	NOTA	LEGENDA					Nº MAPA
			1	2	3	4	5	
43	Rio Grande do Sul							
43 06 031 00034	Aceguá	(a)	x	x		x	x	
43 01 008 00208	Ajuricaba			x			x	
43 01 001 00307	Alecrim	(a)	x	x			x	
43 06 029 00406	Alegrete			x			x	
43 01 008 00455	Alegria			x			x	
43 01 009 00471	Almirante Tamandaré do Sul				x		x	
43 01 003 00505	Alpestre			x			x	
43 01 003 00646	Ametista do Sul			x			x	
43 01 004 00901	Aratiba				x		x	
43 07 033 01073	Arroio do Padre				x		x	
43 07 034 01305	Arroio Grande			x			x	
43 01 008 01503	Augusto Pestana			x			x	
43 06 031 01602	Bagé		x	x			x	
43 01 004 01701	Barão de Cotegipe				x		x	
43 01 002 01859	Barra do Guarita			x			x	
43 06 029 01875	Barra do Quaraí	(a)	x	x		x	x	
43 01 004 01925	Barra do Rio Azul			x			x	
43 01 009 01958	Barra Funda			x			x	
43 01 004 02055	Benjamim Constant do Sul			x			x	
43 01 009 02154	Boa Vista das Missões			x			x	
43 01 002 02204	Boa Vista do Buricá			x			x	
43 01 011 02220	Boa Vista do Cadeado				x		x	
43 01 002 02378	Bom Progresso			x			x	
43 01 007 02501	Bossoroca			x			x	
43 01 008 02584	Bozano			x			x	
43 01 002 02600	Braga			x			x	
43 07 032 02808	Caçapava do Sul				x		x	
43 03 018 02907	Cacequi				x		x	
43 01 006 03301	Caibaté			x			x	
43 01 003 03400	Caiçara			x			x	
43 01 006 03707	Campina das Missões			x			x	
43 01 004 03806	Campinas do Sul			x			x	
43 01 002 04002	Campo Novo			x			x	
43 01 001 04309	Cândido Godói			x			x	
43 07 032 04358	Candiota			x			x	

LEGENDA

1. Município fronteiriço.
2. Município totalmente localizado na faixa.
3. Município parcialmente localizado na faixa.
4. Município c/sede localizada na linha de fronteira.
5. Município c/sede dentro da faixa de fronteira.

NOTA:

- (a) Município fronteiriço c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (b) Município na faixa de fronteira c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (c) Município parcialmente localizado na faixa de fronteira c/sede até 10 km fora da faixa.
- (d) Município com pequenas áreas localizadas na faixa de fronteira.



MUNICÍPIOS BRASILEIROS DA FAIXA DE FRONTEIRA

DIVISÃO TERRITORIAL DE MAIO/2005

CÓDIGO GEOGRÁFICO	NOME DO MUNICÍPIO	NOTA	LEGENDA					Nº MAPA
			1	2	3	4	5	
43 07 033 04507	Canguçu				x		x	
43 03 017 04655	Capão do Cipó			x			x	
43 07 033 04663	Capão do Leão			x			x	
43 01 009 04705	Carazinho				x			
43 01 007 05009	Catuípe			x			x	
43 07 033 05124	Cerrito			x			x	
43 01 009 05157	Cerro Grande			x			x	
43 01 006 05207	Cerro Largo			x			x	
43 01 009 05306	Chapada			x			x	
43 01 008 05405	Chiapetta			x			x	
43 07 035 05439	Chuí	(a)	x	x		x	x	
43 01 008 05702	Condor			x			x	
43 01 003 05801	Constantina			x			x	
43 01 009 05850	Coqueiros do Sul				x		x	
43 01 008 05871	Coronel Barros			x			x	
43 01 008 05900	Coronel Bicaco			x			x	
43 01 002 06007	Crissiumal		x	x			x	
43 01 003 06072	Cristal do Sul			x			x	
43 01 011 06106	Cruz Alta				x		x	
43 01 004 06130	Cruzaltense			x			x	
43 01 002 06320	Derrubadas		x	x			x	
43 01 007 06353	Dezesseis de Novembro			x			x	
43 01 003 06429	Dois Irmãos das Missões			x			x	
43 06 031 06601	Dom Pedrito		x	x			x	
43 01 002 06734	Doutor Maurício Cardoso	(a)	x	x			x	
43 07 032 06908	Encruzilhada do Sul	(d)			x			
43 01 003 06924	Engenho Velho			x			x	
43 01 004 06957	Entre Rios do Sul			x			x	
43 01 007 06932	Entre-Ijuís			x			x	
43 01 004 07005	Erechim	(c)			x			
43 01 004 07203	Erval Grande			x			x	
43 01 003 07302	Erval Seco			x			x	
43 01 002 07450	Esperança do Sul		x	x			x	
43 01 007 07831	Eugênio de Castro			x			x	
43 01 004 08052	Faxinalzinho			x			x	
43 01 003 08508	Frederico Westphalen			x			x	
43 06 029 08656	Garruchos	(a)	x	x		x	x	

LEGENDA

1. Município fronteiriço.
2. Município totalmente localizado na faixa.
3. Município parcialmente localizado na faixa.
4. Município c/sede localizada na linha de fronteira.
5. Município c/sede dentro da faixa de fronteira.

NOTA:

- (a) Município fronteiriço c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (b) Município na faixa de fronteira c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (c) Município parcialmente localizado na faixa de fronteira c/sede até 10 km fora da faixa.
- (d) Município com pequenas áreas localizadas na faixa de fronteira.



MUNICÍPIOS BRASILEIROS DA FAIXA DE FRONTEIRA

DIVISÃO TERRITORIAL DE MAIO/2005

CÓDIGO GEOGRÁFICO	NOME DO MUNICÍPIO	NOTA	LEGENDA					Nº MAPA
			1	2	3	4	5	
43 01 007 09001	Giruí		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 09126	Gramado dos Loureiros		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 006 09506	Guarani das Missões		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 07 034 07104	Herval		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 002 09605	Horizontina		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 06 031 09654	Hulha Negra		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 002 09704	Humaitá		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 008 10207	Ijuí		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 001 10405	Independência		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 008 10413	Inhacorá		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 10504	Iraí		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 03 017 10553	Itacurubi		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 06 029 10603	Itaqui	(a)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 004 10702	Itatiba do Sul		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 009 10850	Jaboticaba		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 004 10900	Jacutinga		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 07 034 11007	Jaguarão	(a)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 03 018 11106	Jaguari	(c)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
43 01 011 11155	Jóia		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 009 11429	Lajeado do Bugre		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 06 031 11502	Lavras do Sul		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 11601	Liberato Salzano		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 06 029 11718	Maçambará		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 06 029 11759	Manoel Viana		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 004 12005	Mariano Moro	(c)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
43 01 006 12179	Mato Queimado		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 002 12302	Miraguaí		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 07 033 12450	Morro Redondo		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 12708	Nonoai		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 009 12955	Nova Boa Vista		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 002 13011	Nova Candelária		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 03 018 13037	Nova Esperança do Sul		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 008 13334	Nova Ramada		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 009 13490	Novo Barreiro		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 001 13425	Novo Machado	(a)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 13441	Novo Tiradentes		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 13466	Novo Xingu		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	

LEGENDA

1. Município fronteiriço.
2. Município totalmente localizado na faixa.
3. Município parcialmente localizado na faixa.
4. Município c/sede localizada na linha de fronteira.
5. Município c/sede dentro da faixa de fronteira.

NOTA:

- (a) Município fronteiriço c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (b) Município na faixa de fronteira c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (c) Município parcialmente localizado na faixa de fronteira c/sede até 10 km fora da faixa.
- (d) Município com pequenas áreas localizadas na faixa de fronteira.



MUNICÍPIOS BRASILEIROS DA FAIXA DE FRONTEIRA

DIVISÃO TERRITORIAL DE MAIO/2005

CÓDIGO GEOGRÁFICO	NOME DO MUNICÍPIO	NOTA	LEGENDA					Nº MAPA
			1	2	3	4	5	
43 01 009 13706	Palmeira das Missões		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 13805	Palmitinho		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 008 13904	Panambi		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 004 14134	Paulo Bento		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 07 032 14175	Pedras Altas		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 07 033 14209	Pedro Osório		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 008 14308	Pejuçara		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 07 033 14407	Pelotas		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 009 14456	Pinhal		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 14498	Pinheirinho do Vale		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 07 032 14506	Pinheiro Machado		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 007 14555	Pirapó		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 07 032 14605	Piratini		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 14704	Planalto		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 010 14779	Pontão		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 004 14787	Ponte Preta		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 001 15008	Porto Lucena	(a)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 001 15057	Porto Mauá	(a)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 001 15073	Porto Vera Cruz	(a)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 006 15107	Porto Xavier	(a)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 06 029 15305	Quaraí	(a)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 004 15313	Quatro Irmãos	(c)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
43 01 002 15404	Redentora		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 15552	Rio dos Índios		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 07 035 15602	Rio Grande		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 15909	Rodeio Bonito		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 007 15958	Rolador		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 010 16105	Ronda Alta		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 16204	Rondinha		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 006 16303	Roque Gonzales		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 06 030 16402	Rosário do Sul		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 009 16428	Sagrada Família		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 011 16436	Saldanha Marinho	(c)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
43 01 006 16477	Salvador das Missões		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 011 16709	Santa Bárbara do Sul		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 06 030 16972	Santa Margarida do Sul		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 001 17202	Santa Rosa		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	

LEGENDA

1. Município fronteiriço.
2. Município totalmente localizado na faixa.
3. Município parcialmente localizado na faixa.
4. Município c/sede localizada na linha de fronteira.
5. Município c/sede dentro da faixa de fronteira.

NOTA:

- (a) Município fronteiriço c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (b) Município na faixa de fronteira c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (c) Município parcialmente localizado na faixa de fronteira c/sede até 10 km fora da faixa.
- (d) Município com pequenas áreas localizadas na faixa de fronteira.



MUNICÍPIOS BRASILEIROS DA FAIXA DE FRONTEIRA

DIVISÃO TERRITORIAL DE MAIO/2005

CÓDIGO GEOGRÁFICO	NOME DO MUNICÍPIO	NOTA	LEGENDA					Nº MAPA
			1	2	3	4	5	
43 07 035 17301	Santa Vitória do Palmar		x	x			x	
43 07 032 17004	Santana da Boa Vista				x		x	
43 06 030 17103	Santana do Livramento	(a)	x	x		x	x	
43 03 017 17400	Santiago				x		x	
43 01 007 17509	Santo Ângelo			x			x	
43 01 007 17707	Santo Antônio das Missões			x			x	
43 01 008 17806	Santo Augusto			x			x	
43 01 001 17905	Santo Cristo			x			x	
43 06 029 18002	São Borja	(a)	x	x			x	
43 06 029 18101	São Francisco de Assis				x		x	
43 06 030 18309	São Gabriel				x		x	
43 01 009 18457	São José das Missões			x			x	
43 01 001 18499	São José do Inhacorá			x			x	
43 07 035 18507	São José do Norte				x		x	
43 07 033 18804	São Lourenço do Sul	(d)			x			
43 01 007 18903	São Luiz Gonzaga			x			x	
43 01 002 19109	São Martinho			x			x	
43 01 007 19158	São Miguel das Missões			x			x	
43 01 007 19208	São Nicolau		x	x			x	
43 01 006 19307	São Paulo das Missões			x			x	
43 01 009 19364	São Pedro das Missões			x			x	
43 01 006 19372	São Pedro do Butiá			x			x	
43 03 018 19604	São Sepé				x			
43 01 004 19703	São Valentim			x			x	
43 01 008 19737	São Valério do Sul			x			x	
43 03 018 19802	São Vicente do Sul	(c)			x			
43 01 009 20107	Sarandi			x			x	
43 01 003 20206	Seberi			x			x	
43 01 002 20230	Sede Nova			x			x	
43 01 007 20321	Senador Salgado Filho			x			x	
43 01 010 20503	Sertão	(d)			x			
43 01 006 20578	Sete de Setembro			x			x	
43 01 003 21329	Taquaruçu do Sul			x			x	
43 01 002 21402	Tenente Portela			x			x	
43 01 002 21477	Tiradentes do Sul		x	x			x	
43 01 001 21808	Três de Maio			x			x	
43 01 003 21857	Três Palmeiras			x			x	

LEGENDA

1. Município fronteiriço.
2. Município totalmente localizado na faixa.
3. Município parcialmente localizado na faixa.
4. Município c/sede localizada na linha de fronteira.
5. Município c/sede dentro da faixa de fronteira.

NOTA:

- (a) Município fronteiriço c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (b) Município na faixa de fronteira c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (c) Município parcialmente localizado na faixa de fronteira c/sede até 10 km fora da faixa.
- (d) Município com pequenas áreas localizadas na faixa de fronteira.



MUNICÍPIOS BRASILEIROS DA FAIXA DE FRONTEIRA

DIVISÃO TERRITORIAL DE MAIO/2005

CÓDIGO GEOGRÁFICO	NOME DO MUNICÍPIO	NOTA	LEGENDA					Nº MAPA
			1	2	3	4	5	
43 01 002 21907	Três Passos		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 21956	Trindade do Sul		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 001 22103	Tucunduva		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 03 017 22202	Tupanciretã		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
43 01 001 22301	Tuparendi		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 007 22343	Ubiretama		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 03 017 22376	Unistalda		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 06 029 22400	Uruguaiana	(a)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 23101	Vicente Dutra		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 03 018 23457	Vila Nova do Sul		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 23507	Vista Alegre		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 002 23705	Vista Gaúcha		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 007 23754	Vitória das Missões		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	

Total de municípios - Rio Grande do Sul **196**

LEGENDA

1. Município fronteiriço.
2. Município totalmente localizado na faixa.
3. Município parcialmente localizado na faixa.
4. Município c/sede localizada na linha de fronteira.
5. Município c/sede dentro da faixa de fronteira.

NOTA:

- (a) Município fronteiriço c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (b) Município na faixa de fronteira c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (c) Município parcialmente localizado na faixa de fronteira c/sede até 10 km fora da faixa.
- (d) Município com pequenas áreas localizadas na faixa de fronteira.



Data de Envio:

22/05/2023 15:56:47

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

Mensagem:

Processo nº: 53115.013389/2021-65

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO LITORAL LTDA (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório/RS, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 7416/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.013389/2021-65

INTERESSADO: RÁDIO LITORAL LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO LITORAL LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Osório/RS, referente ao seguinte período: 26/10/2021 a 26/10/2031.

ANÁLISE

2. Inicialmente, deve-se registrar que a análise dos pedidos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens leva em consideração as disposições constantes, em especial, na Constituição Federal, na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no Decreto nº 52.795/1963.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. declarações, datadas e assinadas pelo atual representante legal da pessoa jurídica interessada, de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações assinadas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

ATENÇÃO: Somente serão considerados para fins de instrução processual, os documentos firmados de próprio punho, ou ainda, aqueles assinados de forma eletrônica, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade do subscritor.

3.2. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

-**JUSTIFICATIVA:** atualização de informações.

3.3. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

-**JUSTIFICATIVA:** atualização de informações.

3.4. prova de regularidade perante a Fazenda estadual da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

-**JUSTIFICATIVA:** não foi possível verificar a regularidade em questão, em diligência junto ao *site* da Receita Federal, na internet.

3.5. prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL;

-**JUSTIFICATIVA:** atualização de informações.

3.6. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.



Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de maio de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Osório/RS, encontra-se com o status "FM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 23/05/2023, às 14:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10918871** e o código CRC **B4A3291F**.

'Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 10918871



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 13568/2023/MCOM

Brasília, 22 de maio de 2023.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RADIO LITORAL LTDA (CNPJ Nº 90.918.343/0001-22)
Rua Marechal Floriano Peixoto, 920 CONJ 204
95.520 000 Osório/RS

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.013389/2021-65.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 7416/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. Ressalto, ainda, que está sendo enviada, juntamente com a referida Nota Técnica, cópia do requerimento padrão disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, caso tenha interesse na apresentação das declarações previstas na legislação de radiodifusão por meio daquele documento. As declarações são imprescindíveis ao prosseguimento do feito.
3. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
4. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
5. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
6. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
7. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 23/05/2023, às 14:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10918873** e o código CRC **DC76D3F1**.

Anexos:

- Nota Técnica 7416 (10918871)
- Anexo _Requerimento padrão (10918151)

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 10918873



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

RE: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL - Processo nº: 53115.013389/2021-65

Inez Joffily França

Seg, 22/05/2023 17:02

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO LITORAL LTDA (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório/RS, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 22 de maio de 2023 15:56**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

Processo nº: 53115.013389/2021-65

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO LITORAL LTDA (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório/RS, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJMDQwLWRkODItNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Data de Envio:

23/05/2023 16:27:28

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para:

pan103@terra.com.br
pnotari@ibest.com.br
pnotari@hotmail.com
rodrigoborges@jovempanlitoral.com.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

PROCESSO Nº: 53115.013389/2021-65

INTERESSADA: RADIO LITORAL LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_10918873.html
Anexo_10918151_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA_2023.pdf
Nota_Tecnica_10918871.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Maxwell Garcia da Silva

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

90.918.343/0001-22

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	pan103@terra.com.br, pnotari@ibest.com.br, pnotari@hotmail.com, rodrigoborges@jovempanlitoral.com.br
10 ▾ 1 / 1		

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Data de Envio:

06/12/2023 09:14:31

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53115.013389/2021-65

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RADIO LITORAL LTDA, (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de Osório/RS, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Estações

Estações ▼

✓ Voltar

1 total de registros

1 - 50

50

↻ Atualizar

⌵ Filtrar

Ações	Status ↕	CNPJ ↕	Entidade ↕	NumFistel ↕	Carater ↕	Finalidade ↕	Serviço ↕	Num Serviço ↕	UF ↕	Município ↕
Visualizar em PDF ▼ ▶	FM-C4 (Canal Licenciado)	90918343000122	RADIO LITORAL LTDA	03008010172	P	Comercial	FM	230	RS	Osório



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Id solicitação: 57dbac3d9ba3c

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO LITORAL LTDA	
Nome Fantasia: JOVEM PAN NEWS LITORAL	
Telefone: (51) 36632788	E-mail: pan103@terra.com.br
CNPJ: 90.918.343/0001-22	Número do Fistel: 03008010172
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 26/10/2001	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 26/10/2031	
Observações: SSR32/82,SG175/82;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: CONJUNTO 204/205	
Bairro: CENTRO	Numero: 920	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: CONJUNTO 204/205	
Bairro: CENTRO	Numero: 920,	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA PROFESSOR ROMILDO BOLZAN	Complemento:	
Bairro: BORÚSSIA	Numero: 4205	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: 204	
Bairro: CENTRO	Numero: 920	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Osório	UF: RS

Parâmetros Técnicos			
Canal: 276	Frequência: 103.1 MHz	Classe: E3	ERP Máxima: 9.189kW
HCI: 34.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



23.08.12.03 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Informações Gerais	
Número da Estação: 9546162	Número Indicativo: ZYD588
Data Último Licenciamento: 06/12/2023	Número da Licença: 53500.100725/2023-27

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 29° 52' 53.00" S	Longitude: 50° 17' 17.99" W	Cota da base: 376.5 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 041082xxx0038	Modelo:
Fabricante: RF Telavo Telecomunicações Ltda	Potência de Operação: 5.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LDF 5	Fabricante: ANDREW ANTENAS LTDA.		
Comprimento da Linha: 43.0 m	Atenuação: 1.30 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.008 dB	Impedância: 50.0 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMA-4	Fabricante: ANDREW ANTENAS LTDA				
Ganho: 3.21 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 34.5 m	ERP Máxima: 9.19 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0.13	30°: 0.26	35°: 0.35	40°: 0.45	45°: 0.54	50°: 0.63	55°: 0.68
60°: 0.72	65°: 0.82	70°: 0.92	75°: 0.99	80°: 1.06	85°: 1.09	90°: 1.11	95°: 1.14	100°: 1.16	105°: 1.19	110°: 1.21	115°: 1.24
120°: 1.26	125°: 1.26	130°: 1.26	135°: 1.26	140°: 1.26	145°: 1.26	150°: 1.26	155°: 1.23	160°: 1.21	165°: 1.18	170°: 1.16	175°: 1.13
180°: 1.11	185°: 1.14	190°: 1.16	195°: 1.16	200°: 1.16	205°: 1.16	210°: 1.16	215°: 1.16	220°: 1.16	225°: 1.16	230°: 1.16	235°: 1.16
240°: 1.16	245°: 1.16	250°: 1.16	255°: 1.16	260°: 1.16	265°: 1.16	270°: 1.16	275°: 1.16	280°: 1.16	285°: 1.13	290°: 1.11	295°: 1.01
300°: 0.92	305°: 0.77	310°: 0.63	315°: 0.54	320°: 0.45	325°: 0.35	330°: 0.26	335°: 0.13	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 29°3' 9"33.89" S Lon 50°17' 17.99" W	5°: Lat 29°4' 1"25.59" S Lon 50°16' 8.76" W	10°: Lat 29°43' 6.84" S Lon 50°15' 18.98" W	15°: Lat 29°45' 49.25" S Lon 50°15' 7.19" W	20°: Lat 29°42' 0.05" S Lon 50°12' 44.42" W	25°: Lat 29°36' 4.77" S Lon 50°8' 17.44" W	30°: Lat 29°34' 50.23" S Lon 50°5' 19.52" W	35°: Lat 29°35' 25.3" S Lon 50°3' 14.95" W	40°: Lat 29°36' 7.5" S Lon 50°1' 8.57" W	45°: Lat 29°36' 57.68" S Lon 49°59' 0.56" W	50°: Lat 29°38' 30.36" S Lon 49°56' 6.03" W	55°: Lat 29°39' 57.41" S Lon 49°56' 6.03" W
60°: Lat 29°41' 31.72" S Lon 49°5' 4' 43.44" W	65°: Lat 29°43' 12.64" S Lon 49°5' 3' 30.14" W	70°: Lat 29°45' 1.11" S Lon 49°52' 31.96" W	75°: Lat 29°46' 52.72" S Lon 49°51' 39.45" W	80°: Lat 29°48' 51.21" S Lon 49°51' 14.24" W	85°: Lat 29°50' 51.17" S Lon 49°51' 6.53" W	90°: Lat 29°52' 50.42" S Lon 49°51' 5.47" W	95°: Lat 29°54' 48.87" S Lon 49°51' 16.39" W	100°: Lat 29°56' 46.45" S Lon 49°51' 33.73" W	105°: Lat 29°58' 42.27" S Lon 49°52' 2.85" W	110°: Lat 30°0' 37.05" S Lon 50°52' 38.38" W	115°: Lat 30°2' 25.11" S Lon 50°53' 35.48" W
120°: Lat 30°4' 8.08" S Lon 49°5' 4' 43.06" W	125°: Lat 30°5' 47.9" S Lon 49°5' 5' 56.04" W	130°: Lat 30°7' 21.82" S Lon 49°57' 18.83" W	135°: Lat 30°8' 52.48" S Lon 49°58' 46.93" W	140°: Lat 30°10' 9.16" S Lon 50°0' 31.3" W	145°: Lat 30°11' 17.4" S Lon 50°2' 22.67" W	150°: Lat 30°12' 20.85" S Lon 50°4' 17.38" W	155°: Lat 30°13' 11.09" S Lon 50°6' 20.42" W	160°: Lat 30°13' 56.13" S Lon 50°8' 25.76" W	165°: Lat 30°14' 36.1" S Lon 50°10' 33.76" W	170°: Lat 30°15' 1.67" S Lon 50°12' 46.76" W	175°: Lat 30°15' 21.82" S Lon 50°15' 1.37" W
180°: Lat 30°15' 26.99" S Lon 50°1' 7' 17.99" W	185°: Lat 30°15' 21.82" S Lon 50°19' 34.6" W	190°: Lat 30°15' 6.34" S Lon 50°21' 50.17" W	195°: Lat 30°14' 36.1" S Lon 50°24' 2.21" W	200°: Lat 30°14' 0.58" S Lon 50°26' 12.11" W	205°: Lat 30°13' 15.38" S Lon 50°28' 17.89" W	210°: Lat 30°12' 29.05" S Lon 50°30' 24.1" W	215°: Lat 30°11' 25.16" S Lon 50°32' 19.62" W	220°: Lat 30°10' 12.78" S Lon 50°34' 8.21" W	225°: Lat 30°8' 52.48" S Lon 50°35' 49.05" W	230°: Lat 30°7' 24.86" S Lon 50°37' 21.36" W	235°: Lat 30°5' 50.61" S Lon 50°38' 44.44" W
240°: Lat 30°4' 10.43" S Lon 50°39' 57.67" W	245°: Lat 30°2' 25.11" S Lon 50°40' 41.05" W	250°: Lat 30°0' 30.62" S Lon 50°41' 36.99" W	255°: Lat 29°58' 27.73" S Lon 50°41' 29.61" W	260°: Lat 29°56' 27.09" S Lon 50°40' 52.81" W	265°: Lat 29°54' 34.59" S Lon 50°40' 33.1" W	270°: Lat 29°52' 51.3" S Lon 50°38' 35.15" W	275°: Lat 29°51' 22.91" S Lon 50°36' 46.47" W	280°: Lat 29°50' 10.01" S Lon 50°45.97" W	285°: Lat 29°49' 21.64" S Lon 50°22.54" W	290°: Lat 29°48' 12.38" S Lon 50°32' 3.91" W	295°: Lat 29°46' 34.29" S Lon 50°25' 51.44" W
300°: Lat 29°44' 16.15" S Lon 50°3' 4' 26.78" W	305°: Lat 29°42' 8.51" S Lon 50°34' 55.73" W	310°: Lat 29°42' 19.67" S Lon 50°31' 45.89" W	315°: Lat 29°41' 29.93" S Lon 50°30' 23.56" W	320°: Lat 29°41' 20.45" S Lon 50°28' 26.47" W	325°: Lat 29°42' 5.89" S Lon 50°25' 59.4" W	330°: Lat 29°40' 6.75" S Lon 50°25' 46.95" W	335°: Lat 29°40' 18.5" S Lon 50°24' 2.82" W	340°: Lat 29°39' 24.03" S Lon 50°22' 56.77" W	345°: Lat 29°37' 34.45" S Lon 50°22' 1.1" W	350°: Lat 29°38' 35.94" S Lon 50°20' 11.86" W	355°: Lat 29°39' 32.2" S Lon 50°18' 38.61" W

Distância por radial											
0°: 24.68	5°: 21.31	10°: 18.38	15°: 13.55	20°: 21.46	25°: 34.35	30°: 38.6	35°: 39.48	40°: 40.5	45°: 41.67	50°: 41.38	55°: 41.67



60º: 41.97	65º: 42.26	70º: 42.41	75º: 42.7	80º: 42.55	85º: 42.26	90º: 42.11	95º: 41.97	100º: 41.97	105º: 41.97	110º: 42.11	115º: 41.97
120º: 41.82	125º: 41.82	130º: 41.82	135º: 41.97	140º: 41.82	145º: 41.67	150º: 41.67	155º: 41.53	160º: 41.53	165º: 41.67	170º: 41.67	175º: 41.82
180º: 41.82	185º: 41.82	190º: 41.82	195º: 41.67	200º: 41.67	205º: 41.67	210º: 41.97	215º: 41.97	220º: 41.97	225º: 41.97	230º: 41.97	235º: 41.97
240º: 41.97	245º: 41.97	250º: 41.53	255º: 40.21	260º: 38.45	265º: 36.69	270º: 34.2	275º: 31.42	280º: 28.78	285º: 25.12	290º: 25.27	295º: 27.61
300º: 31.86	305º: 34.64	310º: 30.4	315º: 29.81	320º: 27.91	325º: 24.39	330º: 27.32	335º: 25.71	340º: 26.59	345º: 29.37	350º: 26.88	355º: 24.83

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 027381200422						Modelo: ETG5000i					
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment						Potência de Operação: 5.000 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento: 030299PA0035						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante: INGENIUM S.R.L.						Potência de Operação: 1.00 kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 9.19 kW
RDS					
Código PI: B823					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
591981	202	Portaria	MC	22/10/1981	26/10/1981	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
120251981	140	Portaria	Dentel	17/02/1982	15/03/1982	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
1208801983	220883	Despacho	MC	22/08/1983		Advertência	Jurídico
1216851983	1441	Portaria	MC	15/09/1983	22/09/1983	Multa	Jurídico
1215491983	1494	Portaria	MC	28/09/1983	11/10/1983	Multa	Jurídico
291020000741985	130385	Despacho	MC	13/03/1985		Multa	Jurídico
291020001471985	365	Ofício	MC	16/07/1985		Advertência	Jurídico
291020003231986	230786	Despacho	MC	23/07/1986		Multa	Jurídico
291020004371986	23078	Despacho	MC	23/07/1986		Multa	Jurídico
291020005941986	311286	Despacho	MC	31/12/1986		Multa	Jurídico
291020013651985	124	Portaria	MC	12/05/1987		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
291020013151988	301288	Despacho	MC	30/12/1988		Multa	Jurídico
291020012611988	10389	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico



291020013201988	1038	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291020016481988	103	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291020001461989	130389	Despacho	MC	13/03/1989		Multa	Jurídico
291020001741989	13038	Despacho	MC	13/03/1989		Multa	Jurídico
291020002231989	250489	Despacho	MC	25/04/1989		Multa	Jurídico
291020002611989	240589	Despacho	MC	24/05/1989		Multa	Jurídico
291020008621989	190789	Despacho	MC	19/07/1989		Multa	Jurídico
291020006121989	40989	Despacho	MC	04/09/1989		Multa	Jurídico
291020007001989	260989	Despacho	MC	26/09/1989		Multa	Jurídico
291020010791989	151189	Despacho	MC	15/11/1989		Multa	Jurídico
291020012771989	151289	Despacho	MC	15/12/1989		Multa	Jurídico
291020013941989	301289	Despacho	MC	30/12/1989		Multa	Jurídico
291020003781990	150890	Despacho	MC	15/08/1990		Advertência	Jurídico
291020003821991	100492	Despacho	MC	10/04/1992		Advertência	Jurídico
291020012371991	86	Portaria	MC	22/06/1992	02/07/1992	Renovação	Jurídico
291020012371991	11	Decreto Legislativo	CN	09/03/1995	10/03/1995	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
537900010031995	121196	Despacho	MC	12/11/1996	21/11/1996	Advertência	Jurídico
537900026291995	1199	Portaria	MC	25/09/1997	03/10/1997	Multa	Jurídico
537900017131996	1261	Portaria	MC	01/10/1997	08/10/1997	Multa	Jurídico
537900012851996	546	Portaria	MC	25/10/1999	01/11/1999	Multa	Jurídico
291020013651985	47191	Ato	ER	14/10/2004	20/10/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
537900010902001	467	Portaria	MC	23/08/2007	11/09/2007	Renovação	Jurídico
537900010902001	113	Decreto Legislativo	CN	28/02/2011	01/03/2011	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535000458042017 10	929	Ato	ORLE	15/02/2017	03/11/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.048290/202 2-11	7698	Ato	ORLE	03/06/2022	13/06/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.093905/202 3-45	11015153	Ato	ORLE	18/10/2023	06/11/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento



23.08.12.03 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO LITORAL LTDA				CNPJ 90918343000122
Nº DA ESTAÇÃO 9546162	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 29° 52' 53.00" S	LONGITUDE 50° 17' 17.99" W
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA PROFESSOR ROMILDO BOLZAN, nº 4205.		DISTRITO		
BAIRRO BORÚSSIA		MUNICÍPIO Osório	UF RS	

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 26/10/2031

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Osório UF: RS

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 103.1 MHz CANAL: 276

CLASSE: E3 COTA BASE DA TORRE: 376.5

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYD588

NOME FANTASIA: JOVEM PAN NEWS LITORAL NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Osório

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: Osório UF: RS

NUMERO: 920 COMPLEMENTO: 204

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: RF Telavo Telecomunicações Ltda MODELO:

CÓDIGO: 041082xxx0038 POTÊNCIA: 5.000 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment MODELO: ETG5000i

CÓDIGO: 027381200422 POTÊNCIA: 5.000 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: INGENIUM S.R.L. MODELO:

CÓDIGO: 030299PA0035 POTÊNCIA: 1.00 kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: ANDREW ANTENAS LTDA MODELO: FMA-4

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 3.21 dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 0 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 34.5 m BEAM TILT: 0 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: ANDREW ANTENAS LTDA. MODELO: LDF 5

RDS

Código PI: B823

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 06/12/2023 08:52:07



Emitido Em
06/12/2023

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

Esta licença pode ser validada em
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYixTQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjU3MDEyNzY2ZjM0OQ==>



5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO LITORAL LTDA

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 07:58:58 do dia 06/12/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 05/01/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sigec.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

<https://mreleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Tiago Ribeiro Barros**

Data/Hora: **06/12/2023 08:01:26**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO LITORAL LTDA

Nº FISTEL: 03008010172

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 90918343000122

Situação: Ativa

Data Validade: 26/10/2011

☒ **CADIN:** Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

☒ **UF:** RS

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: RUA MARECHAL FLORIANO 920 - CONJUNTO 204/205

Bairro: CENTRO

Município: Osório

CEP: 95520-000

UF: RS

End. Corresp.: RUA MARECHAL FLORIANO 920, CONJUNTO 204/205

Bairro: CENTRO

Município: Osório

CEP: 95520-000

UF: RS

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
1660	1	1989	15/01/1990	13.122,61	15/01/1990	13.122,61	13.122,61	0001	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1993	31/03/1993	794.773,61	31/03/1993	1.303.941,02	1.303.941,02	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1994	31/03/1994	20.132,69	17/03/1994	39.141,73	39.141,73	0003		
					05/01/1995	15,66			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1995	31/03/1995	107,22	25/04/1995	75,70	75,70	0004	Quitado	0,00
1329 - TFF	0	1995	31/03/1995	R\$ 0,00	26/04/1995	11,79	11,79	0005	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	1996	31/03/1996	53,61	30/12/1997	76,99	76,99	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1997	31/03/1997	107,22	12/03/1997	97,65	97,65	0007	Quitado	0,00
1329 - TFF	2	1998	31/03/1998	R\$ 2.900,00	31/03/1998	97,65	97,65	0008		
					30/06/2003	5.937,05	5.937,05		Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1999	31/03/1999	R\$ 2.900,00	31/03/1999	2.900,00	2.900,00	0009	Quitado	0,00
1660	0	1999	31/05/2001	R\$ 619,63	31/10/2002	619,63	619,63	0010	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2000	31/03/2000	R\$ 2.900,00	31/03/2000	2.900,00	2.900,00	0011	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2001	31/03/2001	R\$ 2.900,00	30/03/2001	2.900,00	2.900,00	0012	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2002	31/03/2002	R\$ 2.900,00	28/11/2003	4.435,82	4.435,82	0013	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2003	31/03/2003	R\$ 2.900,00	30/09/2003	3.785,95	3.785,95	0014	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2004	31/03/2004	R\$ 2.900,00	31/03/2004	2.900,00	2.900,00	0015	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2005	31/03/2005	R\$ 2.900,00	23/03/2005	2.900,00	2.900,00	0016	Quitado	0,00
1550	0	2004	04/04/2005	R\$ 2.220,38	04/04/2005	2.220,38	2.220,38	0017	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2006	31/03/2006	R\$ 2.900,00	31/03/2006	2.900,00	2.900,00	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2007	31/03/2007	R\$ 2.900,00	02/04/2007	2.900,00	2.900,00	0019	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2008	31/03/2008	R\$ 2.900,00	31/03/2008	2.900,00	2.900,00	0021	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2009	31/03/2009	R\$ 2.610,00	31/03/2009	2.610,00	2.610,00	0022	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2009	31/05/2009	R\$ 290,00	20/05/2009	290,00	290,00	0024	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2010	31/03/2010	R\$ 2.610,00	31/03/2010	2.610,00	2.610,00	0025	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2010	31/03/2010	R\$ 290,00	29/03/2010	290,00	290,00	0026	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2011	31/03/2011	R\$ 2.610,00	31/03/2011	2.610,00	2.610,00	0027	Quitado	0,00
FRP	1	2011	31/03/2011	R\$ 290,00	30/03/2011	290,00	290,00	0028	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true

https://mdeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 1.914,00	02/04/2012	1.914,00	1.914,00	0029	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 290,00	02/04/2012	290,00	290,00	0030	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 1.914,00	01/04/2013	1.914,00	1.914,00	0031	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 290,00	28/03/2013	290,00	290,00	0032	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 1.914,00	31/03/2014	1.914,00	1.914,00	0033	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 290,00	26/03/2014	290,00	290,00	0034	Quitado	0,00
1660	0	2013	13/01/2014	R\$ 3.694,45	13/04/2015	4.926,18	4.926,18	0035	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 1.914,00	31/03/2015	1.914,00	1.914,00	0036	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 290,00	30/03/2015	290,00	290,00	0037	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 1.914,00	31/03/2016	1.914,00	1.914,00	0038	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 290,00	31/03/2016	290,00	290,00	0039	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 1.914,00	31/03/2017	1.914,00	1.914,00	0040	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 290,00	31/03/2017	290,00	290,00	0041	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	16/12/2017	R\$ 200,00	07/11/2017	200,00	200,00	0042	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 1.914,00	02/04/2018	1.914,00	1.914,00	0043	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 290,00	29/03/2018	290,00	290,00	0044	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 1.914,00	13/03/2019	1.914,00	1.914,00	0045	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 290,00	12/03/2019	290,00	290,00	0046	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2019	16/07/2019	R\$ 5.800,00	12/06/2019	5.800,00	5.800,00	0047	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 1.914,00	26/03/2020	1.914,00	1.914,00	0050	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 290,00	26/03/2020	290,00	290,00	0051	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 1.914,00	31/03/2021	1.914,00	1.914,00	0052	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 290,00	05/04/2021	297,69	297,69	0053	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 1.914,00	29/03/2022	1.914,00	1.914,00	0054	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 290,00	24/03/2022	290,00	290,00	0055	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2022	01/07/2022	R\$ 280,70	01/06/2022	280,70	280,70	0056	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 1.914,00	31/03/2023	1.914,00	1.914,00	0057	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 290,00	31/03/2023	290,00	290,00	0058	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2023	15/11/2023	R\$ 252,63	16/10/2023	252,63	252,63	0059	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	25/12/2023	R\$ 7.800,00	04/12/2023	7.800,00	7.800,00	0060	Quitado	0,00
Total devido em 06/12/2023 (em reais):										0,00
Total de créditos em 06/12/2023 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
 RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
 RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
 CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
 RJ - Lançamento com Recurso Judicial
 RN - Lançamento com Recurso Denegado
 DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
 CD - Lançamento Inscrito no CADIN
 DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
 E - Lançamento em Execução Judicial
 SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
 MO - Multa de Ofício
 LO - Lançamento de Ofício
 P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
 PA - Parcelamento: Parcela
 BF - Benefício Fiscal



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true
<https://mdeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Detalhes da Receita:

Sigla:

Valor base:

Receita notificável:

Vinculada a existência de habilitação: Não

Impresso por: **Diogo KIBEIRO BARROS**

FLO **cia de Administração Geral**
l de Planejamento Orçamento e Finanças
recadação

Data/Hora: **25/08/2023 10:42:26**

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea
	9345	Cessão de Uso/Aluguéis
	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8


5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Servios de Radiodifuso
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



BOM DIA

Tiago Ribeiro Barros

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 90.918.343/0001-22											
RADIO LITORAL LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GILMAR NUNES DA SILVA	380.867.000-20	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
PAULO CESAR NOTARI	183.669.530-68	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 06/12/2023

Hora: 08:02:37



BOM DIA

Tiago Ribeiro Barros

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		380.867.000-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GILMAR NUNES DA SILVA	380.867.000-20	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 06/12/2023


Hora: 08:03:13



BOM DIA

Tiago Ribeiro Barros

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		183.669.530-68									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO CESAR NOTARI	183.669.530-68	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório

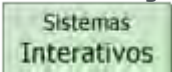
Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 06/12/2023

Hora: 08:03:31



BOM DIA
Tiago Ribeiro Barros



Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	90.918.343/0001-22

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros Data: 06/12/2023 Hora: 08:04:03



5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 5791/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.013389/2021-65

INTERESSADO: RÁDIO LITORAL LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO LITORAL LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Osório/RS, referente ao seguinte período: 26/10/2021 a 26/10/2031.

ANÁLISE

2. A análise realizada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, nos termos da Nota Técnica nº 7416/2023/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício nº 13568/2023/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI10918871 e 10918873). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.014274/2023-50, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, a Interessada deverá apresentar o seguinte documento:

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, de Gilmar Nunes da Silva, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 02/04/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11447123** e o código CRC **B979A7E1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 11447123

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 11135/2024/MCOM

Brasília, 27 de março de 2024.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RADIO LITORAL LTDA (CNPJ Nº 90.918.343/0001-22)
Rua Marechal Floriano Peixoto, 920 CONJ 204
95.520 000 Osório/RS

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.013389/2021-65.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 5791/2024/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 02/04/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11447157** e o código CRC **657D0AE9**.

Anexos:

- Nota Técnica nº 5791 (11447123).

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 11447157



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Data de Envio:

02/04/2024 13:18:35

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para:

pan103@terra.com.br
pnotari@ibest.com.br
pnotari@hotmail.com
rodrigoborges@jovempanlitoral.com.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES.

Mensagem:

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº 53115.013389/2021-65

INTERESSADA: RADIO LITORAL LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11447157.html
Nota_Tecnica_11447123.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Tania Aparecida de Paula

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	pan103@terra.com.br, pnotari@ibest.com.br, pnotari@hotmail.com, rodrigoborges@jovempanlitoral.com.br
10 ▾ 1 / 1		



Data de Envio:

02/04/2024 13:21:22

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES.

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.013389/2021-65, foi encaminhada notificação à RADIO LITORAL LTDA (CNPJ Nº 90.918.343/0001-22), solicitando a complementação da instrução processual.

Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Nota_Tecnica_11447123.html

Oficio_11447157.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Marcio da Silva Barbosa <marcio.barbosa@mcom.gov.br>

Qui, 07/12/2023 10:37

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Cc: Karina César da Silveira Santos Menezes <karina.menezes@mcom.gov.br>

Senhor (a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RADIO LITORAL LTDA, (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de Osório/RS, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 6 de dezembro de 2023 09:14

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.013389/2021-65

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RADIO LITORAL LTDA, (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de Osório/RS, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office365.com/mail/none/id/AAMKAGI5NTJIMDQwLWRkODIhNGY4NG05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCR...

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 90.918.343/0001-22 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/04/1980
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL
RADIO LITORAL LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
R MARECHAL FLORIANO

NÚMERO
920

COMPLEMENTO
CONJ 204

CEP
95.520-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
OSORIO

UF
RS

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 06/12/2023 às 07:53:59 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	90.918.343/0001-22
NOME EMPRESARIAL:	RADIO LITORAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	PAULO CESAR NOTARI
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	GILMAR NUNES DA SILVA
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 06/12/2023 às 07:54 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 90.918.343/0001-22
Razão Social: RADIO LITORAL LTDA
Endereço: AV MAL FLORIANO 920 CJ 204 205 / CENTRO / OSORIO / RS / 95520-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/12/2023 a 02/01/2024

Certificação Número: 2023120409275182344731

Informação obtida em 06/12/2023 08:39:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO LITORAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Certidão nº: 69592604/2023

Expedição: 06/12/2023, às 08:40:16

Validade: 03/06/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO LITORAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **90.918.343/0001-22**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO LITORAL LTDA
CNPJ: 90.918.343/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:41:13 do dia 06/12/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/06/2024.

Código de controle da certidão: **2164.3D30.7CA3.FD0B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO LITORAL LTDA**

CPF/CNPJ: **90.918.343/0001-22**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 08:42:43 do dia 06/12/2023 , com validade até o dia 05/01/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: pQoJOev3TBpVEtCx4hGY

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Nome: **RADIO LITORAL LTDA**

CNPJ base: **90.918.343/**

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos **06 dias do mês de DEZEMBRO do ano de 2023**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 3/2/2024.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **26955657**
Autenticação: **37185420**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Id solicitação: 57dbac3d9ba3c

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO LITORAL LTDA	
Nome Fantasia: JOVEM PAN NEWS LITORAL	
Telefone: (51) 36632788	E-mail: pan103@terra.com.br
CNPJ: 90.918.343/0001-22	Número do Fistel: 03008010172
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 26/10/2001	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 26/10/2031	
Observações: SSR32/82,SG175/82;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: CONJUNTO 204/205	
Bairro: CENTRO	Numero: 920	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: CONJUNTO 204/205	
Bairro: CENTRO	Numero: 920,	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA PROFESSOR ROMILDO BOLZAN	Complemento:	
Bairro: BORUSSIA	Numero: 4205	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: 204	
Bairro: CENTRO	Numero: 920	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Osório	UF: RS

Parâmetros Técnicos			
Canal: 276	Frequência: 103.1 MHz	Classe: E3	ERP Máxima: 9.189kW
HCI: 34.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



Informações Gerais	
Número da Estação: 9546162	Número Indicativo: ZYD588
Data Último Licenciamento: 06/12/2023	Número da Licença: 53500.100725/2023-27

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 29° 52' 53.00" S	Longitude: 50° 17' 17.99" W	Cota da base: 376.5 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG5000i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: 5.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LDF7-50A 1-5/8"	Fabricante: ANDREW ANTENAS LTDA.		
Comprimento da Linha: 43.0 m	Atenuação: 1.30 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.008 dB	Impedância: 50.0 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMA-4	Fabricante: ANDREW ANTENAS LTDA				
Ganho: 3.21 dBd	Beam-Tilt: 0°	Orientação NV: 0°	Polarização: Circular	HCI: 34.5 m	ERP Máxima: 9.19 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0.13	30°: 0.26	35°: 0.35	40°: 0.45	45°: 0.54	50°: 0.63	55°: 0.68
60°: 0.72	65°: 0.82	70°: 0.92	75°: 0.99	80°: 1.06	85°: 1.09	90°: 1.11	95°: 1.14	100°: 1.16	105°: 1.19	110°: 1.21	115°: 1.24
120°: 1.26	125°: 1.26	130°: 1.26	135°: 1.26	140°: 1.26	145°: 1.26	150°: 1.26	155°: 1.23	160°: 1.21	165°: 1.18	170°: 1.16	175°: 1.13
180°: 1.11	185°: 1.14	190°: 1.16	195°: 1.16	200°: 1.16	205°: 1.16	210°: 1.16	215°: 1.16	220°: 1.16	225°: 1.16	230°: 1.16	235°: 1.16
240°: 1.16	245°: 1.16	250°: 1.16	255°: 1.16	260°: 1.16	265°: 1.16	270°: 1.16	275°: 1.16	280°: 1.16	285°: 1.13	290°: 1.11	295°: 1.01
300°: 0.92	305°: 0.77	310°: 0.63	315°: 0.54	320°: 0.45	325°: 0.35	330°: 0.26	335°: 0.13	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 29°3' 9"33.89" S Lon 50°17' 17.99" W	5°: Lat 29°4' 1"25.59" S Lon 50°16'8.76" W	10°: Lat 29°43'6.84" S Lon 50°15'18.98" W	15°: Lat 29°45'49.25" S Lon 50°15'7.19" W	20°: Lat 29°42'0.05" S Lon 50°12'44.42" W	25°: Lat 29°36'4.77" S Lon 50°8'17.44" W	30°: Lat 29°34'50.23" S Lon 50°5'19.52" W	35°: Lat 29°35'25.3" S Lon 50°3'14.95" W	40°: Lat 29°36'7.5" S Lon 50°1'8.57" W	45°: Lat 29°36'57.68" S Lon 49°59'0.56" W	50°: Lat 29°38'30.36" S Lon 49°56'6.03" W	55°: Lat 29°39'57.41" S Lon 49°56'6.03" W
60°: Lat 29°41'31.72" S Lon 49°5'4'43.44" W	65°: Lat 29°43'12.64" S Lon 49°5'3'30.14" W	70°: Lat 29°45'1.11" S Lon 49°5'52'31.96" W	75°: Lat 29°46'52.72" S Lon 49°5'1'39.45" W	80°: Lat 29°48'51.21" S Lon 49°5'1'14.24" W	85°: Lat 29°50'51.17" S Lon 49°51'6.53" W	90°: Lat 29°52'50.42" S Lon 49°51'5.47" W	95°: Lat 29°54'48.87" S Lon 49°5'1'16.39" W	100°: Lat 29°56'46.45" S Lon 49°5'1'33.73" W	105°: Lat 29°58'42.27" S Lon 49°52'2.85" W	110°: Lat 30°0'37.05" S Lon 49°52'38.38" W	115°: Lat 30°2'25.11" S Lon 49°53'35.48" W
120°: Lat 30°4'8.08" S Lon 49°5'4'43.06" W	125°: Lat 30°5'47.9" S Lon 49°5'5'56.04" W	130°: Lat 30°7'21.82" S Lon 49°5'57'18.83" W	135°: Lat 30°8'52.48" S Lon 49°5'58'46.93" W	140°: Lat 30°10'9.16" S Lon 50°0'31.3" W	145°: Lat 30°11'17.4" S Lon 50°2'22.67" W	150°: Lat 30°12'20.85" S Lon 50°4'17.38" W	155°: Lat 30°13'11.09" S Lon 50°6'20.42" W	160°: Lat 30°13'56.13" S Lon 50°8'25.76" W	165°: Lat 30°14'36.1" S Lon 50°10'33.76" W	170°: Lat 30°15'1.67" S Lon 50°12'46.76" W	175°: Lat 30°15'21.82" S Lon 50°15'1.37" W
180°: Lat 30°15'26.99" S Lon 50°1'7'17.99" W	185°: Lat 30°15'21.82" S Lon 50°19'34.6" W	190°: Lat 30°15'6.34" S Lon 50°21'50.17" W	195°: Lat 30°14'36.1" S Lon 50°24'2.21" W	200°: Lat 30°14'0.58" S Lon 50°26'12.11" W	205°: Lat 30°13'15.38" S Lon 50°8'17.89" W	210°: Lat 30°12'29.05" S Lon 50°30'24.1" W	215°: Lat 30°11'25.16" S Lon 50°3'2'19.62" W	220°: Lat 30°10'12.78" S Lon 50°34'8.21" W	225°: Lat 30°8'52.48" S Lon 50°35'49.05" W	230°: Lat 30°7'24.86" S Lon 50°37'21.36" W	235°: Lat 30°5'50.61" S Lon 50°38'44.44" W
240°: Lat 30°4'10.43" S Lon 50°39'57.67" W	245°: Lat 30°2'25.11" S Lon 50°40'41.05" W	250°: Lat 30°0'30.62" S Lon 50°41'36.99" W	255°: Lat 29°58'27.73" S Lon 50°4'1'29.61" W	260°: Lat 29°56'27.09" S Lon 50°4'0'52.81" W	265°: Lat 29°54'34.59" S Lon 50°4'3'31" W	270°: Lat 29°52'51.3" S Lon 50°38'35.15" W	275°: Lat 29°51'22.91" S Lon 50°3'6'46.47" W	280°: Lat 29°50'10.01" S Lon 50°3'4'55.97" W	285°: Lat 29°49'21.64" S Lon 50°3'2'23.54" W	290°: Lat 29°48'12.38" S Lon 50°3'2'50.32" W	295°: Lat 29°46'34.29" S Lon 50°3'2'51.44" W
300°: Lat 29°44'16.15" S Lon 50°3'4'26.78" W	305°: Lat 29°42'8.51" S Lon 50°3'34'55.73" W	310°: Lat 29°42'19.67" S Lon 50°3'1'45.89" W	315°: Lat 29°41'29.93" S Lon 50°3'0'23.56" W	320°: Lat 29°41'20.45" S Lon 50°2'8'26.47" W	325°: Lat 29°42'5.89" S Lon 50°25'59.4" W	330°: Lat 29°40'6.75" S Lon 50°25'46.95" W	335°: Lat 29°40'18.5" S Lon 50°24'2.82" W	340°: Lat 29°39'24.03" S Lon 50°2'2'56.77" W	345°: Lat 29°37'34.45" S Lon 50°22'1.1" W	350°: Lat 29°38'35.94" S Lon 50°2'0'11.86" W	355°: Lat 29°39'32.2" S Lon 50°18'38.61" W

Distância por radial											
0°: 24.68	5°: 21.31	10°: 18.38	15°: 13.55	20°: 21.46	25°: 34.35	30°: 38.6	35°: 39.48	40°: 40.5	45°: 41.67	50°: 41.38	55°: 41.67



60°: 41.97	65°: 42.26	70°: 42.41	75°: 42.7	80°: 42.55	85°: 42.26	90°: 42.11	95°: 41.97	100°: 41.97	105°: 41.97	110°: 42.11	115°: 41.97
120°: 41.82	125°: 41.82	130°: 41.82	135°: 41.97	140°: 41.82	145°: 41.67	150°: 41.67	155°: 41.53	160°: 41.53	165°: 41.67	170°: 41.67	175°: 41.82
180°: 41.82	185°: 41.82	190°: 41.82	195°: 41.67	200°: 41.67	205°: 41.67	210°: 41.97	215°: 41.97	220°: 41.97	225°: 41.97	230°: 41.97	235°: 41.97
240°: 41.97	245°: 41.97	250°: 41.53	255°: 40.21	260°: 38.45	265°: 36.69	270°: 34.2	275°: 31.42	280°: 28.78	285°: 25.12	290°: 25.27	295°: 27.61
300°: 31.86	305°: 34.64	310°: 30.4	315°: 29.81	320°: 27.91	325°: 24.39	330°: 27.32	335°: 25.71	340°: 26.59	345°: 29.37	350°: 26.88	355°: 24.83

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 007500501806						Modelo: RDFM 5000T					
Fabricante: RF Telavo Telecomunicações Ltda						Potência de Operação: 5.000 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento: 030299PA0035						Modelo: Equipamento não encontrado.					
Fabricante: INGENIUM S.R.L.						Potência de Operação: 1.00 kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 9.19 kW
RDS					
Código PI: B823					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
591981	202	Portaria	MC	22/10/1981	26/10/1981	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
120251981	140	Portaria	Dentel	17/02/1982	15/03/1982	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
1208801983	220883	Despacho	MC	22/08/1983		Advertência	Jurídico
1216851983	1441	Portaria	MC	15/09/1983	22/09/1983	Multa	Jurídico
1215491983	1494	Portaria	MC	28/09/1983	11/10/1983	Multa	Jurídico
291020000741985	130385	Despacho	MC	13/03/1985		Multa	Jurídico
291020001471985	365	Ofício	MC	16/07/1985		Advertência	Jurídico
291020003231986	230786	Despacho	MC	23/07/1986		Multa	Jurídico
291020004371986	23078	Despacho	MC	23/07/1986		Multa	Jurídico
291020005941986	311286	Despacho	MC	31/12/1986		Multa	Jurídico
291020013651985	124	Portaria	MC	12/05/1987		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
291020013151988	301288	Despacho	MC	30/12/1988		Multa	Jurídico
291020012611988	10389	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico



291020013201988	1038	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291020016481988	103	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291020001461989	130389	Despacho	MC	13/03/1989		Multa	Jurídico
291020001741989	13038	Despacho	MC	13/03/1989		Multa	Jurídico
291020002231989	250489	Despacho	MC	25/04/1989		Multa	Jurídico
291020002611989	240589	Despacho	MC	24/05/1989		Multa	Jurídico
291020008621989	190789	Despacho	MC	19/07/1989		Multa	Jurídico
291020006121989	40989	Despacho	MC	04/09/1989		Multa	Jurídico
291020007001989	260989	Despacho	MC	26/09/1989		Multa	Jurídico
291020010791989	151189	Despacho	MC	15/11/1989		Multa	Jurídico
291020012771989	151289	Despacho	MC	15/12/1989		Multa	Jurídico
291020013941989	301289	Despacho	MC	30/12/1989		Multa	Jurídico
291020003781990	150890	Despacho	MC	15/08/1990		Advertência	Jurídico
291020003821991	100492	Despacho	MC	10/04/1992		Advertência	Jurídico
291020012371991	86	Portaria	MC	22/06/1992	02/07/1992	Renovação	Jurídico
291020012371991	11	Decreto Legislativo	CN	09/03/1995	10/03/1995	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
537900010031995	121196	Despacho	MC	12/11/1996	21/11/1996	Advertência	Jurídico
537900026291995	1199	Portaria	MC	25/09/1997	03/10/1997	Multa	Jurídico
537900017131996	1261	Portaria	MC	01/10/1997	08/10/1997	Multa	Jurídico
537900012851996	546	Portaria	MC	25/10/1999	01/11/1999	Multa	Jurídico
291020013651985	47191	Ato	ER	14/10/2004	20/10/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
537900010902001	467	Portaria	MC	23/08/2007	11/09/2007	Renovação	Jurídico
537900010902001	113	Decreto Legislativo	CN	28/02/2011	01/03/2011	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535000458042017 10	929	Ato	ORLE	15/02/2017	03/11/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.048290/202 2-11	7698	Ato	ORLE	03/06/2022	13/06/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.093905/202 3-45	11015153	Ato	ORLE	18/10/2023	06/11/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento



NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO LITORAL LTDA				CNPJ 90918343000122	
Nº DA ESTAÇÃO 9546162		SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada		NAT. SERV.	LATITUDE 29° 52' 53.00" S
				LONGITUDE 50° 17' 17.99" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA PROFESSOR ROMILDO BOLZAN, nº 4205.				DISTRITO	
BAIRRO BORÚSSIA				MUNICÍPIO Osório	
				UF RS	

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:		26/10/2031	
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICIPIO:	Osório	UF:	RS
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	103.1 MHz	CANAL:	276
CLASSE:	E3	COTA BASE DA TORRE:	376.5
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYD588		
NOME FANTASIA:	JOVEM PAN NEWS LITORAL	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Osório		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	RUA MARECHAL FLORIANO	BAIRRO:	CENTRO
MUNICÍPIO:	Osório	UF:	RS
NUMERO:	920	COMPLEMENTO:	204
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	-	UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Omnidirecional		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	MODELO:	ETG5000i
CÓDIGO:	027381200422	POTÊNCIA:	5.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	RF Telavo Telecomunicações Ltda	MODELO:	RDFM 5000T
CÓDIGO:	007500501806	POTÊNCIA:	5.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:	INGENIUM S.R.L.	MODELO:	Equipamento não encontrado.
CÓDIGO:	030299PA0035	POTÊNCIA:	1.00 kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	ANDREW ANTENAS LTDA	MODELO:	FMA-4
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	3.21 dBd
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	0 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	34.5 m	BEAM TILT:	0 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
POLARIZAÇÃO:		GANHO:	dBd
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	BEAM TILT:	graus
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	ANDREW ANTENAS LTDA.	MODELO:	LDF7-50A 1-5/8"
RDS			
Código PI:		B823	

VALIDADE DA LICENCA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 06/06/2024 17:00:58



Emitido Em
06/12/2023

Esta licença pode ser validada em

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMWnIbmNhOjoyMDIzNjU4NTljYjQ2M>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/pdf/87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO LITORAL LTDA

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:02:09 do dia 06/06/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/07/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Servios de Radiodifuso
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Dados da consulta Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO LITORAL LTDA

Nº FISTEL: 03008010172

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 90918343000122

Situação: Ativa

Data Validade: 26/10/2001

CADIN: Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:










Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

UF: RS

Proc. Caducidade: Não







Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito / Crédito (R\$)
1660	1	1989	15/01/1990	13.122,61	15/01/1990	13.122,61	13.122,61	0001  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1993	31/03/1993	794.773,61	31/03/1993	1.303.941,02	1.303.941,02	0002  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1994	31/03/1994	20.132,69	17/03/1994	39.141,73	39.141,73	0003  Histórico do Lançamento		
					05/01/1995	15,66			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1995	31/03/1995	107,22	25/04/1995	75,70	75,70	0004  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	0	1995	31/03/1995	R\$ 0,00	26/04/1995	11,79	11,79	0005  Histórico do Lançamento	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	1996	31/03/1996	53,61	30/12/1997	76,99	76,99	0006  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1997	31/03/1997	107,22	12/03/1997	97,65	97,65	0007  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	2	1998	31/03/1998	R\$ 2.900,00	31/03/1998	97,65	97,65	0008  Histórico do Lançamento		
					30/06/2003	5.937,05	5.937,05		Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1999	31/03/1999	R\$ 2.900,00	31/03/1999	2.900,00	2.900,00	0009  Histórico do Lançamento	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8















1660	0	1999	31/05/2001	R\$ 619,63	31/10/2002	619,63	619,63	 0010 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2000	31/03/2000	R\$ 2.900,00	31/03/2000	2.900,00	2.900,00	 0011 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2001	31/03/2001	R\$ 2.900,00	30/03/2001	2.900,00	2.900,00	 0012 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2002	31/03/2002	R\$ 2.900,00	28/11/2003	4.435,82	4.435,82	 0013 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2003	31/03/2003	R\$ 2.900,00	30/09/2003	3.785,95	3.785,95	 0014 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2004	31/03/2004	R\$ 2.900,00	31/03/2004	2.900,00	2.900,00	 0015 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2005	31/03/2005	R\$ 2.900,00	23/03/2005	2.900,00	2.900,00	 0016 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1550	0	2004	04/04/2005	R\$ 2.220,38	04/04/2005	2.220,38	2.220,38	 0017 Histórico do Lançamento	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2006	31/03/2006	R\$ 2.900,00	31/03/2006	2.900,00	2.900,00	 0018 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2007	31/03/2007	R\$ 2.900,00	02/04/2007	2.900,00	2.900,00	 0019 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2008	31/03/2008	R\$ 2.900,00	31/03/2008	2.900,00	2.900,00	 0021 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2009	31/03/2009	R\$ 2.610,00	31/03/2009	2.610,00	2.610,00	 0022 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2009	31/05/2009	R\$ 290,00	20/05/2009	290,00	290,00	 0024 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2010	31/03/2010	R\$ 2.610,00	31/03/2010	2.610,00	2.610,00	 0025 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2010	31/03/2010	R\$ 290,00	29/03/2010	290,00	290,00	 0026 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2011	31/03/2011	R\$ 2.610,00	31/03/2011	2.610,00	2.610,00	 0027 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8


4200 - CFRP	1	2011	31/03/2011	R\$ 290,00	30/03/2011	290,00	290,00	 0028 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 1.914,00	02/04/2012	1.914,00	1.914,00	 0029 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 290,00	02/04/2012	290,00	290,00	 0030 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 1.914,00	01/04/2013	1.914,00	1.914,00	 0031 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 290,00	28/03/2013	290,00	290,00	 0032 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 1.914,00	31/03/2014	1.914,00	1.914,00	 0033 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 290,00	26/03/2014	290,00	290,00	 0034 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1660	0	2013	13/01/2014	R\$ 3.694,45	13/04/2015	4.926,18	4.926,18	 0035 Histórico do Lançamento	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 1.914,00	31/03/2015	1.914,00	1.914,00	 0036 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 290,00	30/03/2015	290,00	290,00	 0037 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 1.914,00	31/03/2016	1.914,00	1.914,00	 0038 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 290,00	31/03/2016	290,00	290,00	 0039 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 1.914,00	31/03/2017	1.914,00	1.914,00	 0040 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 290,00	31/03/2017	290,00	290,00	 0041 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	16/12/2017	R\$ 200,00	07/11/2017	200,00	200,00	 0042 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 1.914,00	02/04/2018	1.914,00	1.914,00	 0043 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 290,00	29/03/2018	290,00	290,00	 0044 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 1.914,00	13/03/2019	1.914,00	1.914,00	 0045 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 290,00	12/03/2019	290,00	290,00	 0046 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2019	16/07/2019	R\$ 5.800,00	12/06/2019	5.800,00	5.800,00	 0047 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 1.914,00	26/03/2020	1.914,00	1.914,00	 0050 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 290,00	26/03/2020	290,00	290,00	 0051 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 1.914,00	31/03/2021	1.914,00	1.914,00	 0052 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 290,00	05/04/2021	297,69	297,69	 0053 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 1.914,00	29/03/2022	1.914,00	1.914,00	 0054 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 290,00	24/03/2022	290,00	290,00	 0055 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2022	01/07/2022	R\$ 280,70	01/06/2022	280,70	280,70	 0056 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 1.914,00	31/03/2023	1.914,00	1.914,00	 0057 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 290,00	31/03/2023	290,00	290,00	 0058 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2023	15/11/2023	R\$ 252,63	16/10/2023	252,63	252,63	 0059 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	25/12/2023	R\$ 7.800,00	04/12/2023	7.800,00	7.800,00	 0060 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2024	31/03/2024	R\$ 2.574,00	28/03/2024	2.574,00	2.574,00	 0061 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

4200 - CFRP	1	2024	31/03/2024	R\$ 390,00	28/03/2024	390,00	390,00	0062	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
----------------	---	------	------------	------------	------------	--------	--------	------	---	---------	------

Total devido em 06/06/2024 (em reais): 0,00

Total de créditos em 06/06/2024 (em reais): 0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Registro 1 até 58 de 58 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial Imprimir Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		90.918.343/0001-22									
RADIO LITORAL LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GILMAR NUNES DA SILVA	380.867.000-20	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
PAULO CESAR NOTARI	183.669.530-68	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório

Usuário: -

Data: 06/06/2024

Hora: 17:00:11



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

[Dados da consulta](#)[Resultado](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 380.867.000-20											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GILMAR NUNES DA SILVA	380.867.000-20	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório

Usuário: - **Data: 06/06/2024** **Hora: 17:04:11**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

[Dados da consulta](#)[Resultado](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 183.669.530-68											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO CESAR NOTARI	183.669.530-68	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório

Usuário: -

Data: 06/06/2024

Hora: 17:04:19



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

PUBLICADO
Nº
DIÁRIO OFICIAL
26 / 10 / 1981
Página Nº
Encarregado da Redação



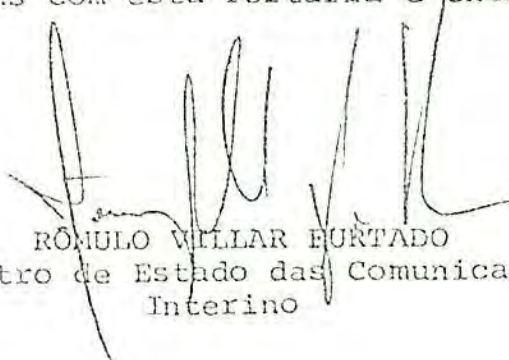
Portaria n.º 202, de 22 de 10 de 1981

O Ministro de Estado DAS COMUNICAÇÕES, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 59/81 (Edital nº 83/80),

R E S O L V E :

I - Outorgar permissão, de acordo com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à RÁDIO LITORAL LTDA, para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á de acordo com as cláusulas baixadas com esta Portaria e entrará em vigor na data de sua publicação.


RÔMULO VILLAR HURTADO
Ministro de Estado das Comunicações
Interino



PORTARIA Nº 467 ,DE 23 DE AGOSTO DE 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art.5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.001090/2001, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 26 de outubro de 2001, a permissão outorgada à RÁDIO LITORAL LTDA. pela Portaria nº 202, de 22 de outubro de 1981, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de outubro de 1981, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA

Ministro de Estado das Comunicações





sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curiaco, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 113, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO LITORAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 467, de 23 de agosto de 2007, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 26 de outubro de 2001, a permissão outorgada à Rádio Litoral Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 114, DE 2011**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO OESTE BAIANO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 10 de fevereiro de 2010, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 8 de agosto de 2003, a concessão outorgada à Televisão Oeste Baiano Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 115, DE 2011**

Aprova o ato que outorga permissão ao GRUPO TUCANO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucano, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 386, de 18 de junho de 2009, que outorga permissão ao Grupo Tucano de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucano, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 116, DE 2011**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO COLONIAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três de Maio, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Colonial Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três de Maio, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 117, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MIRANTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 525, de 10 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 17 de junho de 2000, a permissão outorgada à Rádio Mirante Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 118, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE TRIUNFO DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itamaraju, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 542, de 10 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 18 de setembro de 2007, a permissão outorgada à Rede Triunfo de Comunicações Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itamaraju, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 119, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à EMISSORA DIÁRIO DA REGIÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirassol, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 574, de 14 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 22 de agosto de 2006, a permissão outorgada à Emissora Diário da Região Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirassol, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 120, DE 2011**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária São José para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anguera, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.061, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária São José para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anguera, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 121, DE 2011**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PAIMFILHENSE - ASCOPAN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paim Filho, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 675, de 10 de setembro de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária Paimfilhense - ASCOPAN para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paim Filho, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 122, DE 2011**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA DE VICENTE DUTRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vicente Dutra, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 678, de 10 de setembro de 2009, que outorga autorização à Associação de





1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e zens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e outorga para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas federal, estadual e municipal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de preempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas preempas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de preempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.



(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do RSR). Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.



xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Notas

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



BOM DIA

Renata Vieira Machado

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	90.918.343/0001-22

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 68900376187 - Renata Vieira Machado Data: 18/06/2024 Hora: 11:25:24



		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 90.918.343/0001-22 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/04/1980
NOME EMPRESARIAL RADIO LITORAL LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R MARECHAL FLORIANO	NÚMERO 920	COMPLEMENTO CONJ 204
CEP 95.520-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO OSORIO
		UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **18/06/2024** às **11:27:20** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
90.918.343/0001-22
NOME EMPRESARIAL:
RADIO LITORAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R\$20.000,00 (Vinte mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
PAULO CESAR NOTARI
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:
GILMAR NUNES DA SILVA
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 18/06/2024 às 11:27 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/420.626-8	RSN2383941610	07/11/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
183.669.530-68	PAULO CESAR NOTARI	05/12/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

registro sob o nº 9478265 em 07/12/2023 da Empresa RADIO LITORAL LTDA, CNPJ 90918343000122 e protocolo 234206268 - 23. Autenticação: AC4C7D63B57FE09019D755BB83E425F762AE2985. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este ato, acesse <http://juicrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 23/420.626-8 e o código de segurança sILc Esta cópia foi autenticada e assinada em 07/12/2023 por José Tadeu Jacoby, Secretário-Geral.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



RÁDIO LITORAL LTDA.

9ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

PAULO CÉSAR NOTARI, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Porto Alegre/RS, nascido em 11/09/1955, residente e domiciliado em Osório/RS, na Alameda das Acácias nº 711, Condomínio Interlagos, CEP 95520-000, inscrito no CPF/MF nº 183.669.530-68 e CI-SSP/RS nº 1009169838; e,

GILMAR NUNES DA SILVA, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, empresário, natural de Osório, nascido em 26/05/1963, residente e domiciliado em Osório/RS, na Rua Sete de Setembro nº 1692, Centro, CEP 95520-000, inscrito no CPF/MF nº 380.867.000-20 e CI-SSP/RS nº 1022510455; Únicos sócios da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial de **RÁDIO LITORAL LTDA.**, com sede em Osório/RS, na Rua Marechal Floriano nº 920, Conjunto 204, Centro, CEP 95520-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 90.918.343/0001-22 e na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul-JucisRS, sob o NIRE 43200192618, resolvem promover a presente 9ª Alteração e Consolidação do Contrato Social, mediante as seguintes condições:

PRIMEIRA: O sócio **Gilmar Nunes da Silva**, assume a condição de Administrador, podendo atuar exclusivamente em conjunto com o sócio Paulo César Notari, na representação e gestão da sociedade, conforme deliberação em documento apartado, passando a Cláusula 07 do Contrato Social a ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA 07 - A sociedade será administrada, individualmente, pelo sócio Paulo César Notari. O sócio Gilmar Nunes da Silva, exercerá a administração, sempre em conjunto com o sócio Paulo César Notari, por prazo indeterminado, cabendo-lhes a gestão de todos os negócios sociais e comerciais, ficando dispensados da prestação de caução.

§ 1º Na hipótese de morte ou incapacidade para a vida civil do administrador Paulo César Notari, o sócio Gilmar Nunes da Silva, poderá exercer as funções plenas de administração e representação da sociedade, individualmente.

§ 2º Os administradores poderão ser sócios ou não, nomeados no contrato social ou em documento apartado.

§ 3º Observado o disposto no caput desta cláusula, os administradores terão os mais amplos e gerais poderes de administração e de representação da sociedade, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial, vedada em seus nomes, a prática de atos de favor, avais, fianças e abonos, salvo deliberação de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 4º A nomeação e destituição de sócios administradores serão deliberadas pelos sócios detentores da maioria do capital social da sociedade. Para a nomeação e destituição de administradores não sócios, faz-se necessário o atendimento ao disposto no Art. 1.061 da Lei nº 10.406/2002.

§ 5º Para contrair financiamento, alienar ou de qualquer forma gravar bens móveis ou imóveis do ativo fixo da sociedade, inclusive hipotecar, penhorar ou alienar fiduciariamente ditos bens, necessária se torna a assinatura de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 6º Os administradores terão direito a uma remuneração mensal, a título de pro labore, estabelecida pela administração e aprovada pelos sócios detentores da maioria do capital social, observados o estado econômico e a disponibilidade financeira da sociedade.

§ 7º O exercício da administração da sociedade cessa pela morte, renúncia ou destituição, em qualquer tempo do titular ou em ato separado no caso de administrador não sócio. Nessas hipóteses, será nomeado novo administrador mediante alteração contratual e/ou ato de nomeação.”



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

registro sob o nº 9478265 em 07/12/2023 da Empresa RADIO LITORAL LTDA, CNPJ 90918343000122 e protocolo 234206268 - 23. Autenticação: AC4C7D63B57FE09019D755BB83E425F762AE2985. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este ato, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 23/420.626-8 e o código de segurança sILc Esta cópia foi autenticada em 07/12/2023 por José Tadeu Jacoby, Secretário-Geral.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



SEGUNDA: Os administradores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

TERCEIRA: Em decorrência das alterações havidas, as partes resolvem adotar nova redação e consolidação do Contrato Social, conforme redação a seguir:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

São sócios:

PAULO CÉSAR NOTARI, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Porto Alegre/RS, nascido em 11/09/1955, residente e domiciliado em Osório/RS, na Alameda das Acácias nº 711, Condomínio Interlagos, CEP 95520-000, inscrito no CPF/MF nº 183.669.530-68 e CI-SSP/RS nº 1009169839; e,

GILMAR NUNES DA SILVA, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, natural de Osório, nascido em 26/05/1963, residente e domiciliado em Osório/RS, na Rua Sete de Setembro nº 1692, Centro, CEP 95520-000, inscrito no CPF/MF nº 380.867.000-20;

CLÁUSULA 01 - A sociedade gira sob o nome empresarial de **RÁDIO LITORAL LTDA**.

CLÁUSULA 02 - A sede da sociedade é em Osório/RS, na Rua Marechal Floriano nº 920, Conjunto 204, Centro, CEP 95520-000, inscrita no CNPJ/MF nº 90.918.343/0001-22 e NIRE 43200192618.

§ Único - A sociedade possui uma filial na cidade de Imbé/RS, na Av. Paraguassú nº 1.801, loja 05, Centro, CEP 95625-000, inscrita no CNPJ/MF nº 90.918.343/0002-03 NIRE 43901465815,

CLÁUSULA 03 - A sociedade tem por objeto:

- a) a execução de serviços de radiodifusão em qualquer de suas modalidades; e
- b) o transporte rodoviário de cargas.

CLÁUSULA 04 - A sociedade iniciou suas atividades em 19/03/1980 e durará por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 05 - O capital social, é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), totalmente integralizado, dividido em 20.000 (vinte mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Sócio	Valor R\$	Quotas	%
01	Paulo César Notari	19.800,00	19.800	99
02	Gilmar Nunes da Silva	200,00	200	01
	Totais	20.000,00	20.000	100

CLÁUSULA 06 - A responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social.



CLÁUSULA 07 - A sociedade será administrada, individualmente, pelo sócio **Paulo César Notari**. O sócio **Gilmar Nunes da Silva**, exercerá a administração, sempre e exclusivamente em conjunto com o sócio Paulo César Notari, por prazo indeterminado, cabendo-lhes a gestão de todos os negócios sociais e comerciais, ficando dispensados da prestação de caução.

§ 1º Na hipótese de morte ou incapacidade para a vida civil do sócio e administrador **Paulo César Notari**, o sócio e administrador **Gilmar Nunes da Silva**, poderá exercer as funções plenas de administração e representação da sociedade de forma individual.

§ 2º Os administradores poderão ser sócios ou não, nomeados no contrato social ou em documento apartado.

§ 3º Observado o disposto no caput desta cláusula, os administradores terão os mais amplos e gerais poderes de administração e de representação da sociedade, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial, vedada em seus nomes, a prática de atos de favor, avais, fianças e abonos, salvo deliberação de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 4º A nomeação e destituição de sócios administradores serão deliberadas pelos sócios detentores da maioria do capital social da sociedade. Para a nomeação e destituição de administradores não sócios, faz-se necessário o atendimento ao disposto no Art. 1.061 da Lei nº 10.406/2002.

§ 5º Para contrair financiamento, alienar ou de qualquer forma gravar bens móveis ou imóveis do ativo fixo da sociedade, inclusive hipotecar, penhorar ou alienar fiduciariamente ditos bens, necessária se torna a assinatura de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 6º Os administradores terão direito a uma remuneração mensal, a título de pro labore, estabelecida pela administração e aprovada pelos sócios detentores da maioria do capital social, observados o estado econômico e a disponibilidade financeira da sociedade.

§ 7º O exercício da administração da sociedade cessa pela morte, renúncia ou destituição, em qualquer tempo do titular ou em ato separado no caso de administrador não sócio. Nessas hipóteses, será nomeado novo administrador mediante alteração contratual e/ou ato de nomeação.

CLÁUSULA 08 - O exercício social coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será realizado o balanço patrimonial e demais demonstrações de lei. O resultado apurado será dividido entre os sócios ou seus sucessores, proporcionalmente as suas quotas, salvo outro ajuste que realizarem na ocasião.

§ 1º - A critério dos sócios quotistas, poderão ser levantados balanços ou balancetes intermediários, à medida que entenderem necessário.

§ 2º - Poderá ser distribuído e pago a título de lucros aos sócios o valor correspondente ao lucro, diminuído de todos os impostos e contribuições que estiver sujeita a sociedade, levando por base o faturamento e ganhos de capital, podendo ser de forma diferenciada da razão proporcional de suas respectivas participações no capital social em qualquer data.

CLÁUSULA 09 - As deliberações dos sócios, quando não havidas por escrito, serão tomadas em Reunião dos Sócios, devendo ser observado:

- a) Os sócios serão convocados mediante carta contra recibo, com antecedência de oito dias, contendo a hora, data, local da Reunião e sua ordem do dia; na Reunião poderão comparecer todos os sócios por si ou representados por outro sócio ou por advogado munido de instrumento de mandato, com poderes bastantes;
- b) A Reunião será dirigida por um Administrador;
- c) A Ata da Reunião será lavrada em folhas soltas, encaminhando-se para averbação no registro próprio aquelas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros;



§ Único – Fica estabelecido que, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluí-lo(s) da sociedade, por justa causa, mediante alteração do presente contrato social.

CLÁUSULA 10 - A sociedade se dissolve na ocorrência das hipóteses previstas em lei.

§ 1º – A morte, retirada, exclusão ou falência de um sócio não dissolve a sociedade, ficando assegurado aos herdeiros ou sucessores, quando for o caso, o ingresso na sociedade, desde que seja interesse dos demais sócios e aprovação pelos sócios detentores da maioria do capital social.

§ 2º - Se os herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na sociedade, ou os demais sócios não desejarem o ingresso desses, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para este fim e liquidada a quota social na forma do que dispõe o Art. 1.031 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA 11 - É livre a cessão de quotas entre os sócios, desde que seja respeitado o direito de preferência pela aquisição, segundo a proporção de sua participação societária e, em não havendo interesse de determinado sócio na aquisição ou cessão, a parte que lhe caberia será rateada entre os demais sócios interessados também segundo a proporção da participação de cada um no capital social; a cessão a terceiros dependerá da anuência dos outros sócios.

CLÁUSULA 12 - Os sócios elegem o Foro de Fortaleza/CE, por mais privilegiado que outro seja para a resolução das questões emergentes deste contrato.

CLÁUSULA 13 - Os casos omissos serão resolvidos pela legislação vigente.

DECLARAÇÕES - O administradores declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E, por estarem justos e contratados, assinam eletronicamente este instrumento, o qual será levado à registro na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul e posterior comunicada ao Ministério das Comunicações na forma permitida pelo Art. 38 da Lei nº 4.117/62, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, produzindo seus jurídicos efeitos legais.

Osório/RS, 01 de novembro de 2023.

Paulo César Notari

Gilmar Nunes da Silva





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/420.626-8	RSN2383941610	07/11/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
380.867.000-20	GILMAR NUNES DA SILVA	05/12/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
183.669.530-68	PAULO CESAR NOTARI	05/12/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

registro sob o nº 9478265 em 07/12/2023 da Empresa RADIO LITORAL LTDA, CNPJ 90918343000122 e protocolo 234206268 - 23. Autenticação: AC4C7D63B57FE09019D755BB83E425F762AE2985. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este ato, acesse <http://juicrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 23/420.626-8 e o código de segurança sILc Esta cópia foi autenticada e assinada em 07/12/2023 por José Tadeu Jacoby, Secretário-Geral.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL



Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa RADIO LITORAL LTDA, de CNPJ 90.918.343/0001-22 e protocolado sob o número 23/420.626-8 em 13/11/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9478265, em 07/12/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Leandro Isidoro Henses.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, José Tadeu Jacoby. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
183.669.530-68	PAULO CESAR NOTARI	05/12/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
380.867.000-20	GILMAR NUNES DA SILVA	05/12/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
183.669.530-68	PAULO CESAR NOTARI	05/12/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 01/11/2023



Documento assinado eletronicamente por Leandro Isidoro Henses, Servidor(a) Público(a), em 07/12/2023, às 15:15.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) informando o número do protocolo 23/420.626-8.





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
054.744.500-87	JOSE TADEU JACOBY



Porto Alegre, quinta-feira, 07 de dezembro de 2023



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

registro sob o nº 9478265 em 07/12/2023 da Empresa RADIO LITORAL LTDA, CNPJ 90918343000122 e protocolo 234206268 - 2023. Autenticação: AC4C7D63B57FE09019D755BB83E425F762AE2985. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este ato, acesse <http://juicrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 23/420.626-8 e o código de segurança sILc Esta cópia foi autenticada em 07/12/2023 por José Tadeu Jacoby, Secretário-Geral.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.013389/2021-65**Entidade:** RADIO LITORAL LTDA**CNPJ nº:** 90.918.343/0001-22**FISTEL nº:** 03008010172**Localidade:** Osório/RS**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 20/05/2021**Período:** 26/10/2021 a 26/10/2031**Tipo de outorga a ser renovada:**☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	7392578 Págs. 2-3	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021); - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	Requerimento subscrito pelo gerente, à época, Paulo César Notari (SEI 10918148 - Págs. 1-2)
Declaração: a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	10927038 Págs. 3 - 4	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10927038 Págs. 3 - 4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10927038 Págs. 3 - 4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10927038 Págs. 3 - 4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10927038 Págs. 3 - 4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10927038 Págs. 3 - 4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	



<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10927038 Págs. 3 - 4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10927038 Págs. 3 - 4</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10927038 Págs. 3 - 4</p>	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11567744 Págs. 15-17</p>	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	----------	------------	-------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10927038 Pág. 7	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".	*ultima alteração contratual que erigiu Gilmar Nunes da Silva na qualidade de sócio-administrador (SEI 11587699). Com efeito, a Cláusula Sétima define que o mesmo "exercerá a administração, sempre e exclusivamente em conjunto com o sócio Paulo César Notari (...)". Para além disso, no § 1º, foi definido que "na hipótese de morte ou incapacidade para a vida civil do sócio administrador Paulo César Notari, o sócio e administrador Gilmar Nunes da Silva, poderá exercer as funções plenas de administração e representação da sociedade de forma individual".
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10927038 Págs. 8 - 9	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X".	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11585606	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 11258020 Pág. 5	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
		E 11258020 Pág. 7		
		M 7392578 Pág. 65		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11567744 Pág. 7	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 11258020 Pág. 5 FGTS 11258020 Pág. 3	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11258020 Pág. 4	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	PAULO CESAR NOTARI 11471007 Pág. 3 GILMAR NUNES DA SILVA 11471007 Pág. 4	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?	(X) Sim () Não	11567744 Pág. 6	- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".	
12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?	() Sim (X) Não	11567744 Págs. 8 - 14	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".	



13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	(X) Sim () Não	11261629	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	
14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	() Sim (X) Não	11258020 Pág. 6	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990;	() Sim () Não (X) Não se aplica	N/A	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.	
16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	() Sim () Não (X) Não se aplica	N/A	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.





Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11258021** e o código CRC **CB2AD3DD**.

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

SEI nº 11258021



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 10133/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.013389/2021-65

INTERESSADA: RÁDIO LITORAL LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Litoral Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 90.918.343/0001-22**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Osório/RS, vinculado ao **FISTEL nº 03008010172** referente ao período de 26 de outubro de 2021 a 26 de outubro de 2031.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Litoral Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 202, de 22 de outubro de 1981, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de outubro de 1981 (SEI 11567747 - Pág. 1). Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2001-2011**. De acordo com a Portaria nº 467, de 23 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de setembro de 2007, **a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 26 de outubro de 2001**. O ato foi chancelado pelo Decreto Legislativo nº 113, de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia 1º de março de 2011 (SEI 11567747 - Págs. 2-3).

7. Concernente ao período de **2011-2021**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 12 de julho de 2011, gerando o protocolo nº 53000.036213/2011-05, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 26 de abril de 2011 e 26 de julho de 2011. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

8. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

9. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

10. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

11. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente"* (SEI 11567757).

12. Pela análise dos autos, observa-se que, em **20 de maio de 2021**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2021-2031** (SEI 7392578 - Págs. 2-3). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 26 de outubro de 2020 a 26 de outubro de 2021.

13. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI11258021). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos ativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas emissões de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do



procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

14. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

15. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11258021).

16. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 6 de junho de 2024 (SEI 11567744 - Págs. 15-17).

17. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de **Osório/RS** e **Imbém/RS**, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Paulo Cesar Notari e Gilmar Nunes da Silva não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão (SEI 11567744 - Págs. 16-17, 11585606 - Pág. 2 e 11587699).

18. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11567744 - Págs. 2-5). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de permissão pela detentora da outorga (SEI 11261629).

19. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11258021).

20. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11585606 - Pág. 1).

21. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou cessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 6 de dezembro de 2022, com validade até 26 de outubro de 2031 (SEI 11567744- Págs. 1 e 6).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

26. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 6 de junho de 2024 (SEI 11567744 - Pág. 7). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11567744 - Págs. 8-14). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

27. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Osório/RS, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11567757).

CONCLUSÃO

28. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

29. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

30. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

31. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 19/06/2024, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11567760** e o código CRC **06F8298A**.

Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (11567777)
- Minuta Exposição de Motivos (11567775)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

MINUTA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.013389/2021-65,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO LITORAL LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 90.918.343/0001-22, número de inscrição no FISTEL nº 03008010172, a partir de 26 de outubro de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 19/06/2024, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11567777** e o código CRC **2ECAE074**.

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 11567777

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.013389/2021-65, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10.133/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2021, a permissão outorgada à RÁDIO LITORAL LTDA (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), nos termos da Portaria nº 202, datada em 22 de outubro de 1981, publicada em 26 de outubro de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 19/06/2024, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11567775** e o código CRC **F964C9FA**.



Processo nº 53115.013389/2021-65

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Documento nº 11567775

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 13642, DE 20 DE JUNHO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.013389/2021-65,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO LITORAL LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 90.918.343/0001-22, inscrição no FISTEL nº 03008010172, a partir de 26 de outubro de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 28/06/2024, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11590578** e o código CRC **669204D7**.

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 11590578



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 20 de junho de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.013389/2021-65, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10133/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 13.642, de 20 de junho de 2024, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2021, a permissão outorgada à RÁDIO LITORAL LTDA (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), nos termos da Portaria nº 202, datada em 22 de outubro de 1981, publicada em 26 de outubro de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 28/06/2024, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11590580** e o código CRC **DE2FF6D8**.

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 11590580



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 52031/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 13642/2024 (11590578) e a Exposição de Motivos nº 469/2024 (11590580)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 10133/2024 (11567760), encaminho a Portaria nº 13642/2024 (11590578) e a Exposição de Motivos nº 469/2024 (11590580), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 25/06/2024, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11590583** e o código CRC **056EF58E**.

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 11590583



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/07/2024 | Edição: 124 | Seção: 1 | Página: 11

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 13.642, DE 20 DE JUNHO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.013389/2021-65, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO LITORAL LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 90.918.343/0001-22, inscrição no FISTEL nº 03008010172, a partir de 26 de outubro de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac3d9ba3c

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO LITORAL LTDA	
Nome Fantasia: JOVEM PAN NEWS LITORAL	
Telefone: (51) 36632788	E-mail: pan103@terra.com.br
CNPJ: 90.918.343/0001-22	Número do Fistel: 03008010172
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 26/10/2001	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 26/10/2031	
Observações: SSR32/82,SG175/82;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: CONJUNTO 204/205	
Bairro: CENTRO	Numero: 920	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: CONJUNTO 204/205	
Bairro: CENTRO	Numero: 920,	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA PROFESSOR ROMILDO BOLZAN	Complemento:	
Bairro: BORÚSSIA	Numero: 4205	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: 204	
Bairro: CENTRO	Numero: 920	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Osório	UF: RS

Parâmetros Técnicos			
Canal: 276	Frequência: 103.1 MHz	Classe: E3	ERP Máxima: 9.189kW
HCI: 34.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24/10/2019

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Informações Gerais	
Número da Estação: 9546162	Número Indicativo: ZYD588
Data Último Licenciamento: 06/12/2023	Número da Licença: 53500.100725/2023-27

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 29° 52' 53.00" S	Longitude: 50° 17' 17.99" W	Cota da base: 376.5 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG5000i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: 5.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LDF7-50A 1-5/8"	Fabricante: ANDREW ANTENAS LTDA.		
Comprimento da Linha: 43.0 m	Atenuação: 1.30 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.008 dB	Impedância: 50.0 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMA-4	Fabricante: ANDREW ANTENAS LTDA				
Ganho: 3.21 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 34.5 m	ERP Máxima: 9.19 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0.13	30°: 0.26	35°: 0.35	40°: 0.45	45°: 0.54	50°: 0.63	55°: 0.68
60°: 0.72	65°: 0.82	70°: 0.92	75°: 0.99	80°: 1.06	85°: 1.09	90°: 1.11	95°: 1.14	100°: 1.16	105°: 1.19	110°: 1.21	115°: 1.24
120°: 1.26	125°: 1.26	130°: 1.26	135°: 1.26	140°: 1.26	145°: 1.26	150°: 1.26	155°: 1.23	160°: 1.21	165°: 1.18	170°: 1.16	175°: 1.13
180°: 1.11	185°: 1.14	190°: 1.16	195°: 1.16	200°: 1.16	205°: 1.16	210°: 1.16	215°: 1.16	220°: 1.16	225°: 1.16	230°: 1.16	235°: 1.16
240°: 1.16	245°: 1.16	250°: 1.16	255°: 1.16	260°: 1.16	265°: 1.16	270°: 1.16	275°: 1.16	280°: 1.16	285°: 1.13	290°: 1.11	295°: 1.01
300°: 0.92	305°: 0.77	310°: 0.63	315°: 0.54	320°: 0.45	325°: 0.35	330°: 0.26	335°: 0.13	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 29°3' 9"33.89" S Lon 50°17' 17.99" W	5°: Lat 29°4' 1"25.59" S Lon 50°16' 8.76" W	10°: Lat 29°43' 6.84" S Lon 50°15' 18.98" W	15°: Lat 29°45' 49.25" S Lon 50°15' 7.19" W	20°: Lat 29°42' 0.05" S Lon 50°12' 44.42" W	25°: Lat 29°36' 4.77" S Lon 50°8' 17.44" W	30°: Lat 29°34' 50.23" S Lon 50°5' 19.52" W	35°: Lat 29°35' 25.3" S Lon 50°3' 14.95" W	40°: Lat 29°36' 7.5" S Lon 50°1' 8.57" W	45°: Lat 29°36' 57.68" S Lon 49°59' 0.56" W	50°: Lat 29°38' 30.36" S Lon 49°56' 6.03" W	55°: Lat 29°39' 57.41" S Lon 49°56' 6.03" W
60°: Lat 29°41' 31.72" S Lon 49°5' 4' 43.44" W	65°: Lat 29°43' 12.64" S Lon 49°5' 3' 30.14" W	70°: Lat 29°45' 1.11" S Lon 49°52' 31.96" W	75°: Lat 29°46' 52.72" S Lon 49°51' 39.45" W	80°: Lat 29°48' 51.21" S Lon 49°51' 14.24" W	85°: Lat 29°50' 51.17" S Lon 49°51' 6.53" W	90°: Lat 29°52' 50.42" S Lon 49°51' 5.47" W	95°: Lat 29°54' 48.87" S Lon 49°51' 16.39" W	100°: Lat 29°56' 46.45" S Lon 49°51' 33.73" W	105°: Lat 29°58' 42.27" S Lon 49°52' 2.85" W	110°: Lat 30°0' 37.05" S Lon 50°52' 38.38" W	115°: Lat 30°2' 25.11" S Lon 50°53' 35.48" W
120°: Lat 30°4' 8.08" S Lon 49°5' 4' 43.06" W	125°: Lat 30°5' 47.9" S Lon 49°5' 5' 56.04" W	130°: Lat 30°7' 21.82" S Lon 49°57' 18.83" W	135°: Lat 30°8' 52.48" S Lon 49°58' 46.93" W	140°: Lat 30°10' 9.16" S Lon 50°0' 31.3" W	145°: Lat 30°11' 17.4" S Lon 50°2' 22.67" W	150°: Lat 30°12' 20.85" S Lon 50°4' 17.38" W	155°: Lat 30°13' 11.09" S Lon 50°6' 20.42" W	160°: Lat 30°13' 56.13" S Lon 50°8' 25.76" W	165°: Lat 30°14' 36.1" S Lon 50°10' 33.76" W	170°: Lat 30°15' 1.67" S Lon 50°12' 46.76" W	175°: Lat 30°15' 21.82" S Lon 50°15' 1.37" W
180°: Lat 30°15' 26.99" S Lon 50°1' 7' 17.99" W	185°: Lat 30°15' 21.82" S Lon 50°19' 34.6" W	190°: Lat 30°15' 6.34" S Lon 50°21' 50.17" W	195°: Lat 30°14' 36.1" S Lon 50°24' 2.21" W	200°: Lat 30°14' 0.58" S Lon 50°26' 12.11" W	205°: Lat 30°13' 15.38" S Lon 50°28' 17.89" W	210°: Lat 30°12' 29.05" S Lon 50°30' 24.1" W	215°: Lat 30°11' 25.16" S Lon 50°32' 19.62" W	220°: Lat 30°10' 12.78" S Lon 50°34' 8.21" W	225°: Lat 30°8' 52.48" S Lon 50°35' 49.05" W	230°: Lat 30°7' 24.86" S Lon 50°37' 21.36" W	235°: Lat 30°5' 50.61" S Lon 50°38' 44.44" W
240°: Lat 30°4' 10.43" S Lon 50°39' 57.67" W	245°: Lat 30°2' 25.11" S Lon 50°40' 41.05" W	250°: Lat 30°0' 30.62" S Lon 50°41' 36.99" W	255°: Lat 29°58' 27.73" S Lon 50°41' 29.61" W	260°: Lat 29°56' 27.09" S Lon 50°40' 52.81" W	265°: Lat 29°54' 34.59" S Lon 50°40' 33.1" W	270°: Lat 29°52' 51.3" S Lon 50°38' 35.15" W	275°: Lat 29°51' 22.91" S Lon 50°36' 46.47" W	280°: Lat 29°50' 10.01" S Lon 50°4' 55.97" W	285°: Lat 29°49' 21.64" S Lon 50°2' 23.54" W	290°: Lat 29°48' 12.38" S Lon 50°32' 3.91" W	295°: Lat 29°46' 34.29" S Lon 50°2' 51.44" W
300°: Lat 29°44' 16.15" S Lon 50°3' 4' 26.78" W	305°: Lat 29°42' 8.51" S Lon 50°34' 55.73" W	310°: Lat 29°42' 19.67" S Lon 50°1' 45.89" W	315°: Lat 29°41' 29.93" S Lon 50°0' 23.56" W	320°: Lat 29°41' 20.45" S Lon 50°8' 26.47" W	325°: Lat 29°42' 5.89" S Lon 50°25' 59.4" W	330°: Lat 29°40' 6.75" S Lon 50°25' 46.95" W	335°: Lat 29°40' 18.5" S Lon 50°24' 2.82" W	340°: Lat 29°39' 24.03" S Lon 50°2' 2' 56.77" W	345°: Lat 29°37' 34.45" S Lon 50°22' 1.1" W	350°: Lat 29°38' 35.94" S Lon 50°0' 11.86" W	355°: Lat 29°39' 32.2" S Lon 50°18' 38.61" W

Distância por radial											
0°: 24.68	5°: 21.31	10°: 18.38	15°: 13.55	20°: 21.46	25°: 34.35	30°: 38.6	35°: 39.48	40°: 40.5	45°: 41.67	50°: 41.38	55°: 41.67



60º: 41.97	65º: 42.26	70º: 42.41	75º: 42.7	80º: 42.55	85º: 42.26	90º: 42.11	95º: 41.97	100º: 41.97	105º: 41.97	110º: 42.11	115º: 41.97
120º: 41.82	125º: 41.82	130º: 41.82	135º: 41.97	140º: 41.82	145º: 41.67	150º: 41.67	155º: 41.53	160º: 41.53	165º: 41.67	170º: 41.67	175º: 41.82
180º: 41.82	185º: 41.82	190º: 41.82	195º: 41.67	200º: 41.67	205º: 41.67	210º: 41.97	215º: 41.97	220º: 41.97	225º: 41.97	230º: 41.97	235º: 41.97
240º: 41.97	245º: 41.97	250º: 41.53	255º: 40.21	260º: 38.45	265º: 36.69	270º: 34.2	275º: 31.42	280º: 28.78	285º: 25.12	290º: 25.27	295º: 27.61
300º: 31.86	305º: 34.64	310º: 30.4	315º: 29.81	320º: 27.91	325º: 24.39	330º: 27.32	335º: 25.71	340º: 26.59	345º: 29.37	350º: 26.88	355º: 24.83

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 007500501806						Modelo: RDFM 5000T					
Fabricante: RF Telavo Telecomunicações Ltda						Potência de Operação: 5.000 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento: 030299PA0035						Modelo: Equipamento não encontrado.					
Fabricante: INGENIUM S.R.L.						Potência de Operação: 1.00 kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 9.19 kW
RDS					
Código PI: B823					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
591981	202	Portaria	MC	22/10/1981	26/10/1981	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
120251981	140	Portaria	Dentel	17/02/1982	15/03/1982	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
1208801983	220883	Despacho	MC	22/08/1983		Advertência	Jurídico
1216851983	1441	Portaria	MC	15/09/1983	22/09/1983	Multa	Jurídico
1215491983	1494	Portaria	MC	28/09/1983	11/10/1983	Multa	Jurídico
291020000741985	130385	Despacho	MC	13/03/1985		Multa	Jurídico
291020001471985	365	Ofício	MC	16/07/1985		Advertência	Jurídico
291020003231986	230786	Despacho	MC	23/07/1986		Multa	Jurídico
291020004371986	23078	Despacho	MC	23/07/1986		Multa	Jurídico
291020005941986	311286	Despacho	MC	31/12/1986		Multa	Jurídico
291020013651985	124	Portaria	MC	12/05/1987		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
291020013151988	301288	Despacho	MC	30/12/1988		Multa	Jurídico
291020012611988	10389	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico



291020013201988	1038	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291020016481988	103	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291020001461989	130389	Despacho	MC	13/03/1989		Multa	Jurídico
291020001741989	13038	Despacho	MC	13/03/1989		Multa	Jurídico
291020002231989	250489	Despacho	MC	25/04/1989		Multa	Jurídico
291020002611989	240589	Despacho	MC	24/05/1989		Multa	Jurídico
291020008621989	190789	Despacho	MC	19/07/1989		Multa	Jurídico
291020006121989	40989	Despacho	MC	04/09/1989		Multa	Jurídico
291020007001989	260989	Despacho	MC	26/09/1989		Multa	Jurídico
291020010791989	151189	Despacho	MC	15/11/1989		Multa	Jurídico
291020012771989	151289	Despacho	MC	15/12/1989		Multa	Jurídico
291020013941989	301289	Despacho	MC	30/12/1989		Multa	Jurídico
291020003781990	150890	Despacho	MC	15/08/1990		Advertência	Jurídico
291020003821991	100492	Despacho	MC	10/04/1992		Advertência	Jurídico
291020012371991	86	Portaria	MC	22/06/1992	02/07/1992	Renovação	Jurídico
291020012371991	11	Decreto Legislativo	CN	09/03/1995	10/03/1995	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
537900010031995	121196	Despacho	MC	12/11/1996	21/11/1996	Advertência	Jurídico
537900026291995	1199	Portaria	MC	25/09/1997	03/10/1997	Multa	Jurídico
537900017131996	1261	Portaria	MC	01/10/1997	08/10/1997	Multa	Jurídico
537900012851996	546	Portaria	MC	25/10/1999	01/11/1999	Multa	Jurídico
291020013651985	47191	Ato	ER	14/10/2004	20/10/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
537900010902001	467	Portaria	MC	23/08/2007	11/09/2007	Renovação	Jurídico
537900010902001	113	Decreto Legislativo	CN	28/02/2011	01/03/2011	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535000458042017 10	929	Ato	ORLE	15/02/2017	03/11/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.048290/202 2-11	7698	Ato	ORLE	03/06/2022	13/06/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.093905/202 3-45	11015153	Ato	ORLE	18/10/2023	06/11/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115.013389/202 1-65	13642	Portaria	MC	20/06/2024	01/07/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento



24/10/2020 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 52465/2024/MCOM

Brasília, 01 de julho de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (1159580)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 10133/2024 (11567760), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 469/2024 (11590580), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 02/07/2024, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11612349** e o código CRC **6F19316E**.

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 11612349



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Brasília, 3 de Julho de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.013389/2021-65, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10133/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 13.642, de 20 de junho de 2024, publicada em 1º de julho de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2021, a permissão outorgada à RÁDIO LITORAL LTDA (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), nos termos da Portaria nº 202, datada em 22 de outubro de 1981, publicada em 26 de outubro de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 22910/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.013389/2021-65.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 04/07/2024, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11617105** e o código CRC **FD1D704C**.

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 11617105



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA – DEOPO
MD SR. WILLIAM IVO ZAMBELLI
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGAS
BRASILIA/DF

***Ref.: Pedido de Renovação de Outorga de Emissora em Frequência Modulada –
Período 2021 até 2031.***

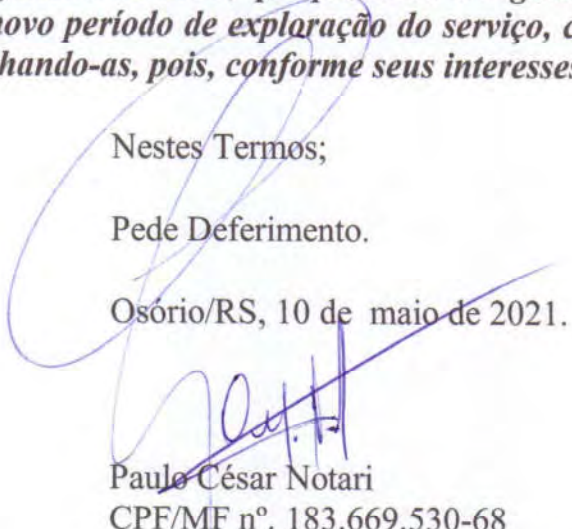
A **Rádio Litoral Ltda.**, entidade comercial inscrita no CNPJ sob nº 90.918.343/0001-22, com sede na Rua Marechal Floriano, nº. 920 – Conj. 204 – Bairro Centro – Cep 95520-000, na cidade de Osório/RS, permissionária dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada para a localidade de **Osório**, Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista o disposto no artigo 3º, nos termos da letra “a” § 1º do Decreto nº. 88.066 de 26 de janeiro de 1983, requer a Vossa Excelência, se digne apreciar e submeter à decisão da autoridade competente, **pedido de renovação**, expedida pelo **Decreto Legislativo nº. 11**, de 09 de março de 1995, Publicado no D.O.U. de 10 subsequente, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em **Frequência Modulada**, na cidade de **Osório**, Estado do Rio Grande do Sul.

Declara, outrossim, *“conhecer e aderir às cláusulas que regulam os serviços de radiodifusão, nos termos da letra “a” § 1º, art. 3º do Decreto 88.066 de 25 de janeiro de 1983, que passarão a regular suas relações com Poder Concedente no novo período de exploração do serviço, caso o pedido de renovação seja atendido, achando-as, pois, conforme seus interesses”*.

Nestes Termos;

Pede Deferimento.

Osório/RS, 10 de maio de 2021.


Paulo César Notari
CPF/MF nº. 183.669.530-68
Gerente



REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO

Nome da Pessoa Jurídica:	A Rádio Litoral Ltda.		
CNPJ:	90.918.343/0001-22	CEP da sede:	95520-000
Endereço da sede:	Rua Marechal Floriano, nº. 920 – Conj. 204 – Bairro Centro		
E-mail de contato:	pan103@terra.com.br		
Serviço a ser renovado:	<input checked="" type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais <input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:	de 26/10/2021 a 26/10/2031.		
Localidade da renovação:	Osório	UF:	RS

Eu, **Paulo César Notari**, inscrito no CPF sob o nº. **183.669.530-68**, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

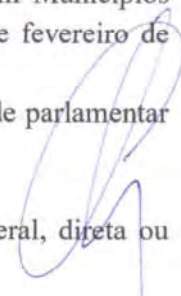
DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

(b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.




(d) a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº. 52.795/63;

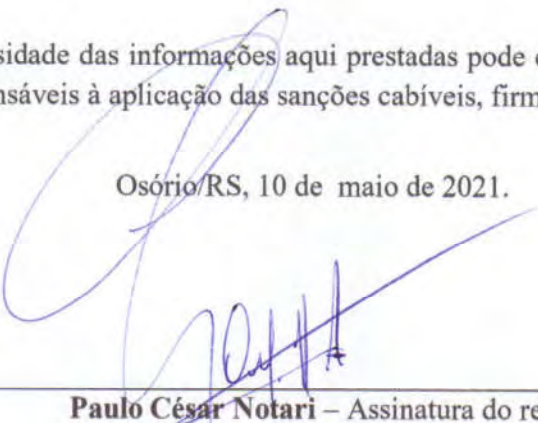
(e) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

(f) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

(g) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Osório/RS, 10 de maio de 2021.



Paulo César Notari – Assinatura do representante legal



ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

*RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA*

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

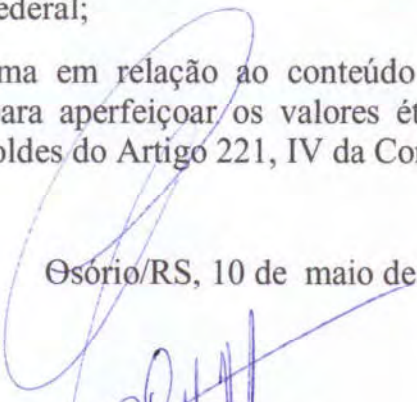


DECLARAÇÕES

Rádio Litoral Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na localidade de **Osório/RS**, em atendimento ao disposto no Parecer CONJUR nº. 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, emanado do Ministério das Comunicações, bem como atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, e cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, **elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63** por seu representante legal abaixo identificado declara que:

- 1. Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada;**
2. Cumpre as normas atinentes à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, conforme as disposições constitucionais (Art. 220, § 4º da Constituição Federal e Lei nº 9.294/1996), que regem a matéria;
3. A programação da emissora vem cumprindo com os seguintes percentuais: máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo reservado a propaganda comercial, mínimo de 5% (cinco por cento) do tempo ao serviço noticioso, bem como o **cumprimento da obrigação de transmitir 5 (cinco) horas semanais de programas educacionais;**
4. Cumpre a finalidade constitucional de **promover a cultura nacional e regional**, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do Artigo 221, IV da Constituição Federal;
5. Da mesma forma em relação ao conteúdo veiculado, vem cumprindo e contribuindo para aperfeiçoar os valores éticos e sociais da pessoa e da família, nos moldes do Artigo 221, IV da Constituição Federal;

Osório/RS, 10 de maio de 2021.


Paulo César Notari
CPF/MF nº. 183.669.530-68
Gerente



CONTRATO SOCIAL

Que fazem, entre si, PAULO CEZAR NOTARI, portador da carteira de identidade nº1009169539, Registro no CPF nº 183669530.68, profissão Radialista, residente a Rua José Domingos Varela, 201, ap.107 na cidade de PORTO ALEGRE-RS, WILSON / WRUBEL, carteira de identidade nº5010862844, Reg.no CPF sob nº 106876370.15, profissão Radialista, residente a Rua Visconde / do Herval, 469 ap.112, na cidade de PORTO ALEGRE-RS, e TELMO / JAIME TARTAROTTI, cart.identidade nº2002699298, Reg. no CPF nº 125450660.87, profissão Jornalista, residente a Av.Farrapos, / 665 ap.11, todos brasileiros, maiores, casados, reservistas, resolvendo de comum acordo constituir uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sob as cláusulas e condições seguintes:

I

Que a presente sociedade girará sob a razão social de "RADIO LITORAL & CIA.LTDA.", com sede à Rua Lobo da Costa s/nº, Galeria Humaitá, salas 11,12 e 13 - Centro - na cidade de OSÓRIO, Estado do Rio Grande do Sul.

II

Que o Capital Social será de R\$600.000,00(Seiscientos mil cruzeiros), sendo integralizado dentro 9(nove) meses em moedas corrente nacional e distribuído entre os sócios, da seguinte forma:

- | | | |
|---------------------------|---|--|
| a) PAULO CEZAR NOTARI | - | R\$210.000,00(Duzentos e dez mil cruzeiros); |
| b) WILSON WRUBEL | - | R\$210.000,00(Duzentos e dez mil cruzeiros); |
| c) TELMO JAIME TARTAROTTI | - | R\$180.000,00(Cento e oitenta mil cruzeiros) |

III

Que a responsabilidade de cada sócio será limitada até o total do Capital Social.

IV

Que o seu ramo de negócio será o de Radiodifusão



JO ARQUIVADO Nº 432 OCT 92618



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

/ pg. 7

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

V

Que a gerência da presente sociedade será exercida pelo sócio PAULO CEZAR NOTARI

VI

Que, a gerência terá uma retirada mensal a título de "pro-labore", nunca inferior ao valor do salário mínimo regional vigente

VII

Que em caso de retirada ou morte de um dos sócios se esta ocorrer dentro de seis(6) meses após o último Balanço, servirá este por base. Caso contrário, será feito novo Balanço para apuração dos haveres do sócio falecido ou retirante.

VIII

Que o prazo de duração da presente sociedade será por tempo indeterminado, a iniciar-se em 19 de março de 1980.

IX

Que o lucro anualmente apurado em Balanço Geral será distribuído entre os sócios em partes iguais.

X

Que a presente sociedade poderá instalar filiais ou agências no território nacional ou estrangeiro, de acordo com as necessidades.

XI

Que o sócio que pretenda retirar-se da presente sociedade deverá cientificar a mesma, por escrito, com uma antecedência mínima de 90(noventa) dias.

XII

Que, em caso de morte de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida, podendo os herdeiros do sócio falecido, fazer parte da mesma, mediante a concorrência unânime dos demais sócios.

XIII

Que nenhum dos sócios é permitida transferir ou ceder as suas cotas a estranhos à sociedade, sem a prévia concordância dos demais sócios.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de Contrato Social, em três(3) vias igual forma e teor.



Autenticado eletronicamente; após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8> 65/ pg. 8

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

JC ARQUIVADO 38 432 001 926 18★



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8> 65 / pg. 9

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

(Continuação do Contrato Social de "RÁDIO LITORAL & CIA. LTDA")

05/01/1980), 19 de março de 1980

PAULO CESAR NOTARI

WILSON WRUBEL

TELMO JAIPE TARTAROTTI

8.º TABELIONATO

AV. JOÃO PESSOA, 1494 - FONES 23-1220 - 23-4071
PORTO ALEGRE - RS

Reconheço verdadeira a(s) firma(s)
assinada(s) DE TELMO JAIPE
TARTAROTTI

Em testemunho da verdade
Porto Alegre, 19 de março de 1980

DR. CLAUDIO JORGE PINHEIRO DE ALBUQUERQUE
Tabelião

VERA MARIA DE ALBUQUERQUE
Oficial Adjunto em Exercício
ARCEMIRO TSUNENORI KOSHIMA
Oficial Adjunto
ERICO MÜHLER
FRANCISCO SILVA BELLO

Escritores Autorizados

8.º TABELIONATO

Av. João Pessoa, 1494 - fone 23-12-20

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) DE PAULO
CESAR NOTARI, WILSON
WRUBEL

Em testemunho da verdade
Porto Alegre, 19 de março de 1980

Dr. Claudio Jorge Pinheiro de Albuquerque
Tabelião

VERA MARIA DE ALBUQUERQUE
Oficial Adjunto em Exercício
ARCEMIRO TSUNENORI KOSHIMA
Oficial Adjunto
ERICO MÜHLER

Francisco Silva Bello
ESCRITORES AUTORIZADOS



9154

JC ARQUIVADO Nº 4200192618

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL

Que entre si fazem, PAULO CESAR NOTARI, portador da Cart. Identidade nº 100169839 - CPF 183669530.68, brasileiro, casado, profissão radialista, reservista, maior, residente a Rua José Domingos Varela, 201, ap 107 nesta Capital, WILSON WEUBEL, brasileiro, casado, profissão radialista, reservista, maior, Cart. Ident. nº 5010862844 CPF 106876370.15, residente a Rua Herval, 469 ap. 112, nesta Capital e TELMO JAIME TARTAROTTI, cart. ident. 200289296, CPF 125450660.87, brasileiro, solteiro, maior, profissão Jornalista, reservista, residente a Av. Farrapos, 665 ap 11, no seguinte teor:

I

Que a presente sociedade girará sob o nome de "RÁDIO LITORAL LTDA", com sede à rua Lobo da Costa, a/nº Galeria Humaitá, salas, 11, 12 e 13 - na cidade de OSÓRIO, Estado do Rio Grande do Sul.

Por estarem justos e contratados, ratificando em todos os seus termos as demais cláusulas do contrato social, firmam a presente alteração contratual, depois de a terem lido e achado conforme, na presença de duas testemunhas instrumentais.

8º TABELIONATO

PORTO ALEGRE, 7 de abril de 1980

PAULO CESAR NOTARI

8º TABELIONATO

WILSON WEUBEL

8º TABELIONATO

TELMO JAIME TARTAROTTI

Testemunhas:

1. Eudécio João Rigon
CPF 132135129 - Porto Alegre-RS

2. Paulo Antonio Pedrosa
CPF-208868450.68 - Porto Alegre



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidad-assinatura.camara.gov.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8> / pg. 12

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

1 0 ABR 1930

SECRETARIA DA JUSTICA
JUNTA CONSTITUCIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
CURTILAS DE PIA E CAMARAS DE PIA DO RIO GRANDE
DO SUL

SILVESTRE NEVES
Secretário - Geral

ARQUIVADO 43 001 336184

8.º TABELIONATO

Av. João Pessoa, 1424 - fone 23-12-76

Reconheço por semelhança a(s) firma(s)

PAULO
CEZAR NOTARI WILSON
W RUBEL TELMO LAIME
TARTANOTTI

Em testemunha da verdade
Porto Alegre, de 07 de ALB de 198 0

Dr. Claudio Jorge Pinheiro de Albuquerque
Tabelião

VERA MARIA DE ALBUQUERQUE
Oficial Ajudante em Exercício

ARGEMIRO TSUNENORI KOHAMA
Oficial Ajudante

Erico Mühlen

Francisco Silva Belle

AGREVENTES AUTORIZADOS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.tjbr/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL

Que entre si fazem, PAULO CESAR NOTARI, portador da Cart. Ident. nº 100169839-CPE-183669530.68, brasileiro, solteiro, profissão radialista, reservista, maior, residente a Rua José Domingos / Varela, 201, ap. 107, n/capital, WILSON WRUBEL, brasileiro, casado, profissão radialista, reservista, maior, cart. ident. 50108628/4 CPF-106876370.15, residente a Rua Herval, 469 ap 112, n/capital e TELMO JAIME TARTAROTTI, brasileiro, solteiro, profissão jornalista, maior, reservista, Ident. nº 200289298 - CPF-125450660.87, residente a Av. Farrapos, 665 ap 11, relativo aos seguintes itens constantes do Contrato Registrado na Junta Comercial sob nº 43200192618 de 10/Abril/1980:

II

Que o CAPITAL SOCIAL será de 600.000,00 (Seiscentos mil cruzeiros) divididos em 60.000 (sessenta mil cotas) de R\$10,00 (dez cruzeiros) cada uma, sendo integralizado dentro de 9 (nove) meses a contar da data do contrato inicial, em moeda corrente nacional e distribuído entre os seguintes sócios e da seguinte forma:

- a) PAULO CESAR NOTARI = 35% do Capital social, ou seja 21.000 (vinte e uma mil) cotas no valor de R\$10,00 (dez cruzeiros) cada uma num total de R\$210.000,00 (Duzentos e dez mil cruzeiros);
- b) WILSON WRUBEL = 35% do Capital Social, ou seja 21.000 (Vinte e uma mil) cotas no valor de R\$10,00 (Dez cruzeiros) cada uma, num total de R\$210.000,00 (Duzentos e dez mil cruzeiros);
- c) TELMO JAIME TARTAROTTI = 30% do Capital Social, ou seja 18.000 (Dezoito mil) cotas no valor de R\$10,00 (Dez cruzeiros) cada uma num total de R\$180.000,00 (Cento e oitenta mil cruzeiros).

III

Que a responsabilidade de cada sócio será limitada até o total do Capital Social e declaram que as cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual, assim como transferência de cotas, de prévia autorização do Poder Concedente.

Cada sócio-cotista deverá contribuir, dentro de sua função, diariamente com 6 (seis) horas à serviço da empresa, onde decida, entretanto, a Consolidação das Leis do Trabalho.



14 5 60172



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL

Que entre si faz em, PAULO CESAR NOTARI, portador da Cart. Ident. 100169339 - CPF-133669530.63, brasileiro, solteiro, prof. RADIALISTA, reservista maior, res. a Rua José Domingos Arela, 201 ap. 107 n/capital, WILSON WRUBEL, brasileiro, casado, prof. RADIALISTA, reservista, maior, cart. ident. 5010862844 CPF. 106-876370.15, residente a Rua Herval, 469 ap 112 n/capital, TELMO JAIME TARTAROTTI, brasileiro, solteiro, prof. JORNALISTA, maior, reservista Cart. Ident. 200289298 CPF-125450660.87, residente a Av. Farrapos, 665 ap 11, todos sócios quotista da firma RADIO LITORAL LTDA, da cidade de Osório-RS, com contrato registrado na Junta Comercial sob nº .. 43200192618 de 10/abril/1980, relativamente à Alteração Contratual de 1º de maio de 1980, com CGCMF 90.918.343/0001.22:

I

Que a data da alteração no instrumento é: 1º de maio de 1980:

II

Que todos são sócios quotista da firma RADIO LITORAL LTDA, em sede na cidade de Osório-RS, com o objetivo comercial de Radiodifusão, tendo o seguinte nº no CGCMF: 90.918.343/0001.22 e localizada no endereço a Rua Lobo da Costa s/n, Gal. Humaitá, sala 11, 12 e 13 - centro

III

E, por estarem justos e contratados, ratificando em todos os seus termos as demais cláusulas do contrato social e alterações posteriores, firmam a presente alteração contratual, depois de terem lido e achado conforme, na presença de duas testemunhas instrumentais.

PORTO ALEGRE (RS) 06 de Junho de 1980

Paulo Cesar Notari

Wilson Wrubel

Telmo Jaime Tartarotti

Testemunhas:

Autenticado eletronicamente após conferência com original.

Mário J. Rigon

Paulo Antonio Pedroso

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

29 JUL 1930

SECRETARIA DA JUSTICA
JUNTA CONSTITUCIONAL

SECRETARIA DA JUSTICA
JUNTA CONSTITUCIONAL

8.º TABELIONATO
Av. João Pessoa, 1404 - fone 25-12-23

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) Paulo
Cesar Notari, Wilson Brubel
Selmo Jaime Tartarotti



Em testemunha da verdade
Porto Alegre, 23 de julho de 1930

Dr. Claudio Luiz Paranhos de Albuquerque
Tabelião

VERA MARIA DE ALBUQUERQUE
Oficial Adjunta em Intendência
ARGEMIRO TSUNEMITSU YONAHARA
Oficial Adjunto

Escritor Silva Netto
RECREANTES AUTORIZADOS



Autenticado eletronicamente após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

BR0017052574 58176 0133392021657 pg. 17

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Por estarem justos e contratados, ratificando em todos os seus termos as demais cláusulas do contrato social, firmam a presente alteração contratual, depois de a terem lido e achado / conforme, na presença de duas testemunhas instrumentais.

1.º TABELIONATO → PORTO ALEGRE, (RS), 12 DE MAIO DE 1980
Paulo Cesar Notari
PAULO CESAR NOTARI -

2.º TABELIONATO → *Wilson Wrubel*
WILSON WRUBEL

3.º TABELIONATO → *Telmo Jaime Tartarotti*
TELMO JAIME TARTAROTTI

Testemunhas:

1. *Eugenio João Nigon*
CPF. 132135129.15
PORTO ALEGRE-RS

2. *Paulo Antônio Pedroso*
CPF- 208868450.68
PORTO ALEGRE-RS

4.º TABELIONATO
Av. João Pessoa, 1494 - fone 23-12-20
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) *PAULO CESAR NOTARI WILSON WRUBEL TELMO JAIME TARTAROTTI*

Em testemunho, _____ da verdade
Porto Alegre, 02/ *maio* de 1980

Dr. Cláudio Jorge Passaro de Albuquerque
Tabelião

VERA MARIA DE ALBUQUERQUE
Oficial Adjunto em Exercício

ARGEMIRO TROMBETTI KOSHIMA
Oficial Adjunto

Erico Nuhlen

Francisco Silva Dello

ESCRIVENTES AUTORIZADOS



5 00172

GLAUBER PL.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8> pg. 19

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

A LITERAL DE CLÁUSULA CONTRATUAL

QUE ENTRE SI FAZEM, PAULO CESAR NOTARI, PORTADOR DA CART. IDENT. Nº 100169839/RS, CPF Nº 183669530.68, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PROFISSÃO RADIALISTA, RESERVISTA, MAIOR RESIDENTE A RUA JOSÉ DOMINGOS - VARELA, 201 AP. 107, N/CAPITAL, WILSON GRUBEL, PORTADOR DA CART. IDENT. Nº 5010362844, CPF Nº 106876370.15, BRASILEIRO, CASADO, PROFISSÃO RADIALISTA, RESERVISTA, RESIDENTE A RUA HERVAL, 469 AP 112, N/CAPITAL E TELMO JAIME TARTABOTTI, PORTADOR DA CART. IDENT. Nº 200289298, CPF Nº 125450660.87, - BRASILEIRO, SOLTEIRO, RESERVISTA, MAIOR, PROFISSÃO JORNALISTA, RESIDENTE A AV. FARRAPÓS, 665 AP. 11, TODOS SÓCIOS COTISTAS DE RÁDIO LITURAL LTDA. LO CALIZADA À RUA LOBO DA COSTA, S/N, GAL. HUMAITÁ, SALAS 11, 12 E 13 NA CI DADE DE OSÓRIO-RS, COM OBJETIVO COMERCIAL DE RÁDIO-DIFUSÃO, COM CONTRATO REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SOB Nº 43200192618 DE 10 DE ABRIL DE 1980 E ALTERAÇÃO POSTERIOR Nº 560172 DE 29 DE JULHO DE 1980, DEVIDAMENTE INSCRITO NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUIN TES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA SOB Nº 90.918363/0001.22, COMO SEGUE:

II

O CAPITAL SOCIAL QUE ERA DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL CRUZEIROS) PASSA A SER R\$ 1.800.000,00 (UM MILHÃO E OITOCENTOS MIL CRU ZEIROS) SENDO AUMENTADO, PORTANTO, EM R\$ 1.200.000,00 (UM MILHÃO E DUZENTOS MIL CRUZEIROS) TOTALMENTE INTEGRALIZADO NESTE ATO EM MOEDA CORRENTE NACIO NAL PELOS COTISTAS ABAIXO DISCRIMINADOS, FICANDO, DORAVANTE, COM 180.000 (CENTO E OITENTA MIL) COTAS NO VALOR DE R\$ 10,00 (DEZ CRUZEIROS) CADA UMA.

O SÓCIO PAULO CESAR NOTARI INTEGRALIZARÁ NESTE ATO E EM MOEDA CORRENTE NACIONAL A IMPORTÂNCIA DE R\$ 420.000,00 (QUATROCENTOS E VIN TE MIL CRUZEIROS), OU SEJA, 42.000 (QUARENTA E DUAS MIL) COTAS NO VALOR DE R\$ 10,00 (DEZ CRUZEIROS) CADA UMA, SERVINDO ESTE INSTRUMENTO COMO RECIBO;

O SÓCIO WILSON GRUBEL, INTEGRALIZARÁ NESTE ATO E EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, A IMPORTÂNCIA DE R\$ 420.000,00 (QUATROCENTOS E VIN TE MIL CRUZEIROS), OU SEJA, 42.000 (QUARENTA E DUAS MIL) COTAS NO VALOR DE R\$ 10,00 (DEZ CRUZEIROS) CADA UMA, SERVINDO ESTE INSTRUMENTO COMO RECIBO;

O SÓCIO TELMO JAIME TARTABOTTI, INTEGRALIZARÁ NESTE ATO E EM MOEDA CORRENTE NACIONAL A IMPORTÂNCIA DE R\$ 360.000,00 (TREZENTOS E SESENTA MIL CRUZEIROS) OU SEJA, 36.000 (TRINTA E SEIS MIL) COTAS NO VALOR DE R\$ 10,00 (DEZ CRUZEIROS) CADA UMA, SERVINDO ESTE INSTRUMENTO COMO RECIBO.



RS 573204*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8> 25 / pg. 21

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

A PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SÓCIOS NO CAPITAL SOCIAL, SÃO AS MESMAS CONSTANTES DA ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL FIRMADO EM 1º DE MAIO DE 1980, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL SOB Nº 560172 DE 29 DE JULHO DE 1980, OU SEJAM: PAULO CESAR NOTARI COM 35% (TRINTA E CINCO POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL; WILSON WRUBEL COM 35% (TRINTA E CINCO POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL E TELMO JAIME TARTAROTTI COM 30% (TRINTA POR CENTO) DO CAPITAL SOCIAL.

III

PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 3º DA LEI Nº 4.726 DE 13.07.65 BEM COMO DO CONTEÚDO NO ITEM III, DO ARTIGO 71 E NO ITEM IV DO ARTIGO 74 DO DECRETO Nº 57.651, DE 19.01.66, ALTERADO PELO DECRETO Nº 82.482 DE 24.10.79 E NA CONFORMIDADE DO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 65.400 DE 13.10.69 E DOS §§ 1º E 2º DO ART. 147 DA LEI 6.404 DE 15.12.76, EU PAULO CESAR NOTARI, ABAIXO ASSINADO, BRASILEIRO, NATURAL DE PORTO ALEGRE, RS, NASCIDO EM 11 DE SETEMBRO DE 1955, SOLTEIRO, PROFISSÃO RADIALISTA, FILHO DE ILZA BASTOS NOTARI, PORTADOR DA CART. DE IDENTIDADE Nº 1001169839 EXPEDIDO PELA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL EM 29/04/77, CPF Nº 183669530.68 RESIDENTE NA RUA JOSÉ DOMINGOS ARELA Nº 201 AP. 107, NO BAIRRO CRISTAL, MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CEP Nº 90.000, WILSON WRUBEL, ABAIXO ASSINADO, BRASILEIRO, NATURAL DE ERECHIM, RS, NASCIDO EM 15 DE JULHO DE 1941, CASADO, PROFISSÃO RADIALISTA, FILHO DE THOMÁS WRUBEL E ESTÁCIA WRUBEL, PORTADOR DA CART. IDENT. Nº 5010862844 EXPEDIDO PELA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL EM 31.10.77, CPF Nº 106876370.15 RESIDENTE NA RUA HERVAL, 469 AP. 112, BAIRRO PETRÓPOLIS, NA CIDADE DE PORTO ALEGRE - RS, CEP Nº 90.000 E TELMO JAIME TARTAROTTI, ABAIXO ASSINADO, BRASILEIRO, NATURAL DE CAXIAS DO SUL, RS, NASCIDO EM 06 DE OUTUBRO DE 1951, SOLTEIRO, PROFISSÃO JORNALISTA, FILHO DE HYGINO TARTAROTTI E ARGINA BAPTISTA GOMES TARTAROTTI, PORTADOR DA CART. IDENT. Nº 200289298 EXPEDIDO PELA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL EM 15.07.75 CPF Nº 125450660.87, RESIDENTE A AV. FARRAPOS, 665 AP 11, NA CIDADE DE PORTO ALEGRE, RS, BAIRRO CENTRO, CEP 90.000, DECLARAMOS QUE NÃO ESTAMOS INCURSOS EM NENHUM DOS CRIMES PREVISTOS EM LEI, QUE ME IMPEÇA DE EXERCER ATIVIDADE MERCANTIL.



573204★



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8> / pg. 23

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

FIRMAMOS A PRESENTE DECLARAÇÃO PARA QUE PRODUZA OS EFEITOS LEGAIS CIENTE DE QUE, NO CASO DE COMPROVAÇÃO DE SUA FALSIDADE, SERÁ NULO DE PLENO DIREITO PERANTE O REGISTRO DO COMÉRCIO O ATO A QUE SE INTEGRA ESTA DECLARAÇÃO, SEM PREJUIZO DAS SANÇÕES PENAIS A QUE ESTIVER SUJEITO.

E, POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS, RATIFICANDO EM TODOS OS SEUS TERMOS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES POSTERIORES, FIRMAM A PRESENTE ALTERAÇÃO CONTRATUAL, DA TILOGRAFADA EM 3 (TRÊS) VIAS, DEPOIS DE TEREM LIDO E ACHADO CONFORME, NA PRESENÇA DE DUAS TESTEMUNHAS INSTRUMENTAIS.

PORTO ALEGRE (RS), 21 DE SETEMBRO DE 1980

PAULO CESAR NOTARI

WILSON KRUGEL

TELMO JAIME TARTAROTTI

TESTEMUNHAS:

1. Eduardo João Rigon
EDUARDO JOÃO RIGON - BRAS.
DESQUITADO, RES. RUA ALBERT
ROBERT, JR. 200 - PORTO ALEGRE
CPF. 132135129.15

2. Paulo Antonio Pedroso
PAULO ANTONIO PEDROSO - BRAS.
SOLTEIRO, MAIOR, RES. RUA DES.
ANDRÉ ROCHA, 67 AP 63 - PORTO
ALEGRE - CPF - 208868450.68



SECRETARIA DA JUSTICA
JUNTA OPERAL COMITADO DE ASES-
SORIA GERAL DO MINISTRO DA JUSTIÇA
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
DE MATERIAIS E SUPRIMENTOS

2004年12月10日

Av. John Pearson, 1974 - 1975 12-20

*Cesar Pater, Willem
Wijlens of de laan Zonne
artero*

Em 1980, em Porto Alegre, 22 de junho de 1980.

1. Mr. J. H. Smith

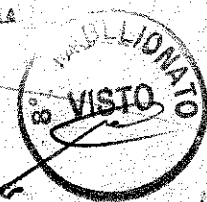
VERA MALLA: 1. ANGELOZ
Ochoa 2. Este con ejercicio

ARGENTINO TRUNENORI KOHAMA
Official Aide

CARROLL PAPER CO.

Francisco Silva Belle

DISCREPANCIES: 2,300 (24%)



5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL



PAULO CESAR NOTARI, brasileiro, solteiro, radialista, portador do CIC 183.669.530-68, residente e domiciliado nesta Cidade na Rua José Domingos Varela nº 201 aptº 107, WILSON WRUBEL, brasileiro casado, radialista, portador do CIC 106.876.370-15, residente e domiciliado nesta Cidade na Rua Visconde do Herval nº 469 aptº 112 e TELMO JAIME TARTAROTTI, brasileiro, solteiro, maior, jornalista, portador do CIC 125.430.660-87, residente e domiciliado nesta Cidade na Av. Farrapos, nº 663 aptº 11, únicos sócios componentes da Firma que gira sob a denominação social de RÁDIO LITORAL LTDA., estabelecida em Osório na Rua Lobo da Costa s/nº, Galeria Hn maitã, salas 11, 12 e 13, Bairro Centro, inscrita no CGC-MF nº 90.918.343/0001-22 com Contrato Social Arquivado na MM. Junta Comarcial do Estado do Rio Grande do Sul, em 10 de abril de 1980 sob nº 43200192618 e Alterações Contratuais em 29 de julho de 1980 sob nº 560172 e em 30 de setembro de 1980 sob nº 573204, pelo presente instrumento, resolvem alterar o referido Contrato Social, sob as seguintes Cláusulas e Condições:

I

Que, é admitido na Sociedade o novo sócio Sr. FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK, brasileiro, solteiro, maior, radialista, portador do CIC 236.869.360-20, residente nesta Cidade na Rua Dona Ana nº 54; e portador da Carteira de Identidade nº 1004951842;

II

Que, retira-se da Sociedade o sócio TELMO JAIME TARTAROTTI, transferindo neste ato, sua quota de Capital que era de CR\$ 340.000,00 (Quinhentos e quarenta mil cruzeiros), pelo mesmo valor original. Ao sócio PAULO CESAR NOTARI a importância de CR\$ 234.000,00 (Duzentos e trinta e quatro mil cruzeiros) referente a 23.400 (Vinte e três mil e quatrocentas quotas) e para o sócio WILSON WRUBEL a importância de CR\$ 234.000,00 (Duzentos e trinta e quatro mil cruzeiros) referente a 23.400 (Vinte e três mil e quatrocentas quotas) e ainda para o sócio FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK a importância de CR\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil cruzeiros) referente a 7.200 (Sete mil e duzentas quotas), saindo da Sociedade dando plena e geral quitação a mesma e a seus sócios no presente e futuro;

III

Que, com a alteração fica assim distribuído o Capital Social:

- a) PAULO CESAR NOTARI com 48% do Capital, ou seja 86.400 (Oitenta e seis mil e quatrocentas quotas) no valor de CR\$ 10,00 (Dez cruzeiros) cada uma totalizando CR\$ 864.000,00 (Oitocentos e sessenta e quatro mil cruzeiros);

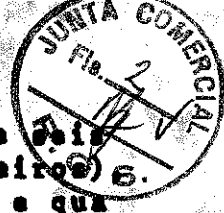


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8> / pg. 26

CONTINUA...

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



- b) WILSON WRUBEL com 48% do Capital, ou seja 86.400 (Oitenta e seis mil e quatrocentas quotas) no valor de CR\$ 10,00 (Dez cruzeiros) cada uma totalizando CR\$ 864.000,00 (Oitocentos e sessenta e quatro mil cruzeiros);
- c) FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK com 4% do Capital, ou seja 7.200 (sete mil e duzentas quotas) no valor de CR\$ 10,00 (Dez cruzeiros) cada uma totalizando CR\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil cruzeiros);

Com a alteração acima o Capital Social continua sendo de CR\$ 1.800.000,00 (Um milhão e oitocentos mil cruzeiros).

IV

Que a Sociedade altera seu endereço para a Rua Manoel Marques da Rosa nº 599 - Salas 4 e 5 na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul;

V

Que, todas as alterações deverão ser deliberadas por decisão da maioria do Capital Social.

VI

Que, as cláusulas aqui expressamente não modificadas, permanecem em pleno vigor conforme o Contrato Social.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de Alteração de Contrato Social em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para os efeitos legais.

Porto Alegre,

11 DEZ 1981

Testemunhas:

PAULO CESAR NOTARI
CIC 183.669.530-68

CLÁUDIO LORINI
CIC 294.367.700-06

WILSON WRUBEL
CIC 106.876.370-13

REGINA CONCEIÇÃO DE AVILA PERES
CIC 250.256.940-00

TELMO JAIME TARTAROTTI
CIC 125.430.660-87

FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK
CIC 236.869.360-20





JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL

- Autenticação -

Certifico que a presente cópia fotostática é igual ao original arquivado nesta Junta Comercial em 12 de ABRIL

de 82, sob nº 609836

Esta fotostática consta de 2 folhas com 8 rubricas

Taxa de Expediente; Valor R\$ 35,30 de 86

Porto Alegre, 27 de MAIO

Funcionário Mozart Guimarães

Coordenador da Unidade do Registro no Comércio



4a

ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Que entre si fazem, PAULO CESAR NOTARI, radialista, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade nº 100 169 839-RS, CIC nº 183 669 530/68, residente e domiciliado na rua Manoel Marques da Rosa, 599 apto 206, cidade de Osório, WILSON WRUBEL, radialista, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 5 010 862 844, CIC nº 106 876 370/15, residente e domiciliado na rua Uruguelana, 45 apto 103, cidade de Porto Alegre, e FLAVIO LUIZ DA ROSA FLECK, radialista, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 1 004 951 842, CIC nº 236 869 360/20, residente e domiciliado na rua Dona Ana, 54, cidade de Porto Alegre, únicos sócios componentes da Firma que gira sob a denominação social de RÁDIO LITORAL LTDA., estabelecida em Osório na rua Manoel Marques da Rosa, 599 - salas 4 e 5, bairro Centro, inscrita no CGC-MF nº 90.918.343/0001-22 com contrato social Arquivado na MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, em 10 de Abril de 1980 sob o nº 43200192618 e Alterações Contratuais em 29 de Julho de 1980 sob o nº 560172, em 30 de setembro de 1980 sob o nº 573204 e em 14 de abril de 1982 sob o nº 609836, pelo presente instrumento, resolvem alterar o referido Contrato Social, sob as seguintes Cláusulas e Condições:

I

Que é admitido Na Sociedade o novo sócio Sr. JOÃO CARLOS WENDER, brasileiro, casado, maior, comerciante, portador da carteira de identidade nº 7005944074, CIC nº 040 062 670/53, residente e domiciliado na avenida Atlântida, 1828, cidade de Tramandaí

II

Que retira-se da sociedade o sócio WILSON WRUBEL, transferindo neste ato, sua quota de Capital que era de 06 ...



319.209

319.209

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596ef04a2e8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596ef04a2e8>

mesmo valor original, em sua totalidade ao sócio PAULO CESAR NOTARI, ou seja, 86.400 (Oitenta e seis mil e quatrocentas quotas), no valor de Cr\$ 10,00 (Dez cruzeiros), cada uma, totalizando o valor de Cr\$ 864.000,00 (Oitocentos e sessenta e quatro mil cruzeiros).

III

O sócio PAULO CESAR NOTARI, transfere neste ato ao novo sócio, sr. JOÃO CARLOS WENDER a importância Cr\$ 18.000,00 (Dezoito mil cruzeiros), 1.800 (Mil e oitocentas quotas).

IV

Que com a alteração fica assim distribuído o Capital Social:

- a) PAULO CESAR NOTARI com 95% do Capital, ou seja 171.000 (Cento e setenta e uma mil quotas) no valor de Cr\$ 10,00 (Dez cruzeiros) cada uma totalizando Cr\$ 1.710.000,00 (Um milhão setecentos e dez mil cruzeiros);
- b) FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK com 4% do Capital, ou seja 7.200 (Sete mil e duzentas quotas) no valor de Cr\$ 10,00 (Dez cruzeiros) cada uma totalizando Cr\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil cruzeiros);
- c) JOÃO CARLOS WENDER com 1% do Capital, ou seja 1.800 (Mil e oitocentas quotas) no valor de Cr\$ 10,00 (Dez cruzeiros) cada uma totalizando Cr\$ 18.000,00 (Dezoito mil cruzeiros);

Com a alteração acima o Capital Social continua sendo de Cr\$ 1.800.000,00 (Um milhão e oitocentos mil cruzeiros).

V

Os sócios remanescentes, a sociedade e o sócio retirante, dão-se plena, mútua e geral quitação.



619.229

619.229



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596ef04a2e8>

VI

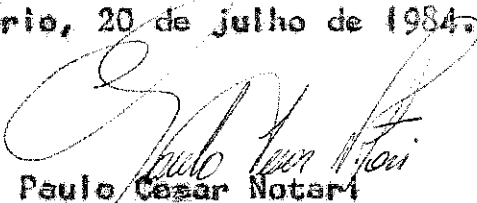
Que a sociedade altera seu endereço para a rua Marechal Floriano, 920 conjunto 204 na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul;


VII

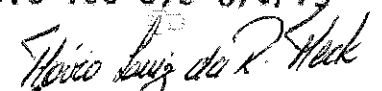
Que, as cláusulas aqui expressamente não modificadas, permanecem em pleno vigor conforme o Contrato Social.

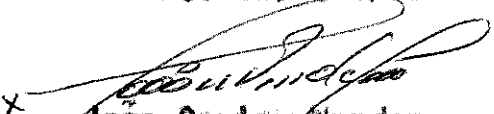
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de Alteração de Contrato Social em quatro vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas, para os efeitos legais.

Osório, 20 de julho de 1984.

X 
Paulo Cesar Notari
CIC 183 669 530/68


Wilson Wrubel
CIC 106 876 370/15

X 
Flavio Luiz da Rosa Fleck
CIC 236 869 360/20

X 
João Carlos Wender
CIC 040 062 670/53

Testemunhas:


Anderson José T. Hoffmeister


Luiz Gustavo Pretto



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadassinatura.camara.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Petição (7352578)

SEI 53115-013363/2021-65 / pg. 33

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

22 ABR 1986

319.209

SECRETARIA DE JUSTIÇA
JUNTA CONSTITUCIONAL
Pelo voto de 12 votos a favor e 12 votos contra, foi aprovado o projeto de lei nº 1.234, de 1985, que dispõe sobre a organização do Poder Judiciário.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Peça 7352578

SE 53115-013353/2021-65 / pg. 34

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

RÁDIO LITORAL LTDA

Rua Marechal Floriano n. 920, conj. 204, Osório, RS.
CGC/MF: 90.918.343/0001-22

QUINTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Que fazem entre si, **PAULO CESAR NOTARI**, brasileiro, maior, solteiro, radialista, residente e domiciliado na Alameda das Acácias n. 711, Condomínio Interlagos, Osório, RS., portador da carteira de identidade sob n. 1009169839, expedida pela SSP/RS., inscrito no CIC sob n. 183.669.530-68, **FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK**, brasileiro, maior, casado, radialista, residente e domiciliado a rua Dona Ana n. 54, Porto Alegre, RS., portador da carteira de identidade sob n. 1004951842, expedida pela SSP/RS., inscrito no CIC sob n. 236.869.360-20 e **JOÃO CARLOS WENDER**, brasileiro, maior, casado, comerciante, residente e domiciliado na Avenida Atlântida n. 1828, Tramandaí, RS., portador da carteira de identidade sob n. 7005944074, expedida pela SSP/RS., inscrito no CIC sob n. 040.062.670-53, únicos sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação social de **RÁDIO LITORAL LTDA**, estabelecida a rua Marechal Floriano n. 920, conjunto 204, Osório, RS., registrada no CGC/MF sob n. 90.918.343/0001-22, com contrato social arquivada na MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob n. **43200192618** em **10.04.1980**, e Alterações Contratuais arquivadas sob n. 560172 em 29.07.80, sob n. 573204 em 30.09.80, sob n. 609836 em 14.04.82 e sob n. 819209 em 22.04.86, pelo presente instrumento, resolvem alterar novamente seus instrumentos sociais, sob as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA

Que o capital social de Cr\$ 1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil cruzeiros), com a conversão da moeda efetuada em 01.07.1994, passou para R\$ 654,55 (seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), distribuídos da seguinte forma entre os sócios:

Sócios	R\$
a) Paulo Cessar Notari	621,83
b) Flávio Luiz da Rosa Fleck	26,18
c) João Carlos Wender	6,54
Total	654,55

SEGUNDA

Que retira-se da sociedade o sócio **FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK**, cedendo e transferindo suas cotas de capital no valor de R\$ 26,18 (vinte e seis reais e dezoito centavos) para o sócio **PAULO CESAR NOTARI**, dando e recebendo plena e geral quitação, nada mais tendo a receber ou a reclamar da sociedade ou dos sócios remanescentes, retirando-se pago e satisfeito.

TERCEIRA

Que o capital social é aumentado de R\$ 654,55 (seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) distribuídos e integralizados pelos sócios da seguinte forma:

a) **PAULO CESAR NOTARI**, aumenta sua participação de R\$ 648,01 (seiscentos e quarenta e oito reais e um centavo) referente a participação primitiva mais as quotas recebidas de **LUIZ FLÁVIO DA ROSA FLECK**, para R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais) a serem integralizados R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais) em moeda corrente nacional durante o ano de 1998, e o saldo no valor de R\$ 9.251,99 (nove mil, duzentos e cinquenta e um reais e noventa e nove centavos), também em moeda corrente nacional a integralizar durante o ano de 1999.

b) **JOÃO CARLOS WENDER**, aumenta sua participação de R\$ 6,54 (seis reais e cinquenta e quatro centavos) para R\$ 200,00 (duzentos reais) integralizados neste ato em moeda corrente nacional.



QUARTA

Que o capital social, com a saída do sócio **FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK** e o aumento efetuado na cláusula terceira, ficou distribuído da seguinte forma entre os sócios:

Capital Social	R\$
a) PAULO CESAR NOTARI	19.800,00
b) JOÃO CARLOS WENDER	200,00
Total	20.000,00

QUINTA

Que em caso de morte ou retirada de um dos sócios a sociedade não será dissolvida, podendo o sócio que se retira, transferir suas cotas de capital mediante acordo com o sócio remanescente, e em caso de morte de um dos sócios, os herdeiros assumem as cotas de capital do sócio falecido.

SEXTA

Que permanecerão em pleno vigor as demais cláusulas constantes nos instrumentos já arquivados na MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, que pelo presente instrumento não foram modificadas.

SÉTIMA

Que os ora contratados PAULO CESAR NOTARI, FLÁVIO LUIZ DA ROSA FLECK e JOÃO CARLOS WENDER, declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer suas atividades comerciais.

E, por estarem assim justos e contratados assinam a presente alteração de contrato social em 05 (cinco) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Osório, 26 de maio de 1998

Paulo César Notari

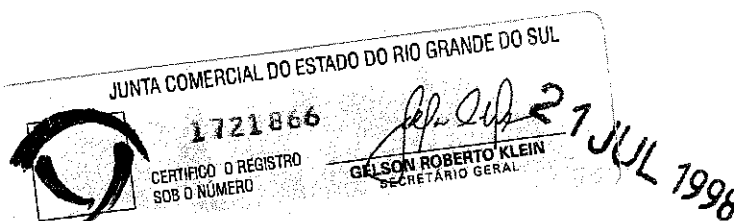
João Carlos Wender

Flávio Luiz da Rosa Fleck

TESTEMUNHAS

Aleir Baruffi da Silva
C.I.: 32.050/CRC/RS
CIC: 120.602.320-15

Silvia Maria Borges Terra
CI: 1021247422 SSP/RS
CIC: 380.866.970-53



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

RÁDIO LITORAL LTDA - EPP

6ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

PAULO CÉSAR NOTARI, brasileiro, solteiro, maior, empresário, residente e domiciliado em Osório, RS, na Alameda das Acácias nº 711 – Condomínio Interlagos – CEP 95.520-000, CI-SSP/RS nº 1009169839 e CPF/MF nº 183.669.530-68 e

JOÃO CARLOS WENDER, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Tramandaí, RS, na Avenida Atlântida nº 1828 – CEP 95.590-000, CI-SSP/RS 7005944074 e CPF/MF nº 040.062.670-53, únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **Rádio Litoral Ltda. - EPP**, com sede na cidade de Osório/RS, na Rua Marechal Floriano nº 920 – Conjunto 204 – Centro – CEP 95.520-000, inscrita no CNPJ/MF nº 90.918.343/0001-22 e NIRE 43 2 0019261 8, e mais,

GILMAR NUNES DA SILVA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Osório, RS, na Rua Sete de Setembro nº 1692 – Centro – CEP 95.520-000, CI-SSP/RS nº 1022510455 e CPF/MF nº 380.867.000-20, resolvem promover a presente alteração de contrato social, o que fazem nas seguintes condições:

PRIMEIRA -

O sócio **Paulo César Notari** cede e transfere, de forma onerosa, neste ato, 200 (duzentas) de suas quotas de capital, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), para o novo sócio, **Gilmar Nunes da Silva**, que ora ingressa na sociedade.

SEGUNDA -

O cedente e o cessionário dão ampla e geral quitação um ao outro e à sociedade, declarando estarem justos e satisfeitos, não tendo mais nada a receber ou reclamar em relação à transferência de quotas negociada.

TERCEIRA -

Em decorrência das disposições anteriores, a cláusula do capital social, passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 05 - O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 20.000 (vinte mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Sócios	Nº Quotas	R\$	%
1	Paulo César Notari	19.600	19.600,00	98
2	João Carlos Wender	200	200,00	1
3	Gilmar Nunes da Silva	200	200,00	1
	TOTAL	20.000	20.000,00	100

QUARTA -

A fim de cumprir a legislação em vigor no que concerne a adequação à Lei nº 10.406/02 (Código Civil) os sócios deliberam dar nova redação às cláusulas do Contrato Social. Sendo assim e ressalvados eventuais direitos de terceiros, a sociedade passa a adotar o seguinte:

CONTRATO SOCIAL

NOME EMPRESARIAL

CLÁUSULA 01 - A sociedade gira sob a denominação de **RÁDIO LITORAL LTDA. - EPP**

SEDE

CLÁUSULA 02 - A sede da sociedade é na cidade de Osório, RS, na Rua Marechal Floriano nº 920 – Conjunto 204 – Centro – CEP 95.520-000.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Petição (7352578)

SEI 53115-013363/2021-65 / pg. 37

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

OBJETO

CLÁUSULA 03 - A sociedade tem por objeto a execução de serviço de radiodifusão em qualquer de suas modalidades.

DURAÇÃO

CLÁUSULA 04 - A sociedade iniciou suas atividades durará por tempo indeterminado.

CAPITAL

CLÁUSULA 05 - O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 20.000 (vinte mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Sócios	Nº Quotas	R\$	%
1	Paulo César Notari	19.600	19.600,00	98
2	João Carlos Wender	200	200,00	1
3	Gilmar Nunes da Silva	200	200,00	1
	TOTAL	20.000	20.000,00	100

RESPONSABILIDADE

CLÁUSULA 06 - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 07 - A administração da sociedade será exercida pelo sócio **Paulo César Notari**, individualmente, tendo os mais amplos poderes de administração e de representação da sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, não podendo, contudo, praticar atos que não se coadunem com o objeto e as atividades sociais, inclusive a prestação de avais ou fianças.

§ 1º - O administrador fica dispensado de prestar caução;

§ 2º - O exercício efetivo da administração somente se dará após autorização do poder concedente, podendo ser por pessoa estranha ao quadro social, cujo termo de nomeação conterá os poderes e será arquivado no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

§ 3º - A alienação, oneração ou permuta de bens da sociedade inscritos no ativo imobilizado, somente poderá ser efetuada por decisão dos sócios representantes da maioria do capital social.

EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA 08 - O exercício social coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será realizado o balanço patrimonial e demais demonstrações de lei. O resultado apurado será dividido entre os sócios ou seus sucessores, proporcionalmente as suas quotas, salvo outro ajuste que realizarem na ocasião.

Parágrafo Único - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, se for o caso.

DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS

CLÁUSULA 09 - As deliberações dos sócios, quando não havidas por escrito, serão tomadas em Reunião dos Sócios, devendo ser observado:

- a) os sócios serão convocados mediante carta contra-recibo, com antecedência de oito dias, contendo a hora, data, local da Reunião e sua ordem do dia; na Reunião poderão comparecer todos os sócios por si ou representados por outro sócio ou por advogado munido de instrumento de mandato, com poderes bastantes;
- b) a Reunião será dirigida por um dos Administradores;
- c) a Ata da Reunião será lavrada em folhas soltas, encaminhando-se para averbação no registro próprio aquelas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Parágrafo Único – Fica estabelecido que, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluí-lo(s) da sociedade, por justa causa, mediante alteração do presente contrato social.

DA RETIRADA DE SÓCIO

CLÁUSULA 10 - O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá comunicar tal desejo aos demais através de carta, a qual será entregue com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do evento, recebendo seus haveres mediante balanço especialmente levantado, devendo este ser apurado com base na data de vencimento do prazo concedido no aviso à sociedade.

§ 1º - O sócio retirante receberá seus haveres em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a data da efetiva apuração dos haveres.

§ 2º - A forma de apuração e pagamento de haveres previsto no parágrafo anterior também será utilizada em caso de dissolução parcial da sociedade, exclusão, recesso, falência, concordata e/ou insolvência, de qualquer dos sócios, devendo ser apurado os haveres com base na data do evento.

DISSOLUÇÃO

CLÁUSULA 11 - A sociedade se dissolve na ocorrência das hipóteses previstas em lei.

§ 1º - A morte, retirada, exclusão ou falência de um sócio não dissolve a sociedade, ficando assegurado aos herdeiros ou sucessores, quando for o caso, o ingresso na sociedade, desde que seja observada a anuência prévia do poder concedente.

§ 2º - Se os herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para este fim, e serão pagos em vinte e quatro (24) prestações mensais iguais e sucessivas, sem juros, a quem estiverem judicialmente autorizados.

CESSÃO DE QUOTAS

CLÁUSULA 12 - É livre a cessão de quotas entre os sócios; a cessão a terceiros dependerá da anuência dos outros sócios.

FORO

CLÁUSULA 13 - Os sócios elegem o Foro de Osório, RS, por mais privilegiado que outro seja para a resolução das questões emergentes deste contrato.

CASOS OMISSOS

CLÁUSULA 14 - Os casos omissos serão resolvidos pela legislação vigente.

DECLARAÇÃO - O sócio administrador declara, sob as penas da Lei, que não está incurso nas exclusões previstas no art. 1.011, § 1º, do Código Civil.

E, por estarem justos e contratados, assinam este instrumento, para a produção dos seus jurídicos efeitos legais.

Osório, RS, 14 de julho de 2004

PAULO CÉSAR NOTARI

JOÃO CARLOS WENDER

GILMAR NUNES DA SILVA

Murilo José Pasqualotto
CPF 335 264 620 00
OAB/RS 43 032



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/12/2008 SOB Nº 3069593

Protocolo: 08/308379-0, DE 05/12/2008

Empresa: 43 2 0019261-8
RADIO LITORAL LTDA

Sérgio Jose Dutra Kruel
SECRETÁRIO-GERAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.jo.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8> / pg. 40

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

RÁDIO LITORAL LTDA - EPP

7ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

PAULO CÉSAR NOTARI, brasileiro, solteiro, maior, empresário, residente e domiciliado em Osório, RS, na Alameda das Acácias nº 711 - Condomínio Interlagos - CEP 95.520-000, CI-SSP/RS nº 1009169839 e CPF/MF nº 183.669.530-68;

JOÃO CARLOS WENDER, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Tramandaí, RS, na Avenida Atlântida nº 1828 - CEP 95.590-000, CI-SSP/RS 7005944074 e CPF/MF nº 040.062.670-53, e,

GILMAR NUNES DA SILVA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Osório, RS, na Rua Sete de Setembro nº 1692 - Centro - CEP 95.520-000, CI-SSP/RS nº 1022510455 e CPF/MF nº 380.867.000-20.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **Rádio Litoral Ltda. - EPP**, com sede na cidade de Osório/RS, na Rua Marechal Floriano nº 920 - Conjunto 204 - Centro - CEP 95.520-000, inscrita no CNPJ/MF nº 90.918.343/0001-22 e NIRE 43 2 0019261 8 em 10/04/1980, 573204 em 30/09/1980, 609836 em 14/04/1982, 819209 em 22/04/1986, 1721866 em 21/07/1998, 3069593 em 10/12/2008, resolvem promover a presente alteração de contrato social, o que fazem nas seguintes condições:

PRIMEIRA -

Em decorrência da vitória da sociedade em concorrência pública para a execução de serviço de radiodifusão em localidade diversa de sua sede social é aberta a filial na cidade de Imbé, RS, que passará a executar o serviço de radiodifusão em Ondas Médias, quanto autorizada pelo poder concedente, passando a Cláusula 02 do Contrato Social a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 02 - A sede da sociedade é na cidade de Osório, RS, na Rua Marechal Floriano nº 920 - Conjunto 204 - Centro - CEP 95.520-000.

§ Único - A sociedade terá uma filial em Imbé, RS na Av. Paraguassú, nº 1801, loja 05, Bairro:Centro CEP:95625-000

SEGUNDA -

É acrescentado ao objeto social a atividade de transporte rodoviário de cargas, passando a Cláusula 03 do Contrato Social a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 03 - A sociedade tem por objeto:

a) o transporte rodoviário de cargas;

b) a execução de serviço de radiodifusão em qualquer de suas modalidades.

TERCEIRA -

Permanecem inalteradas as demais disposições adotadas na 6ª Alteração de Contrato Social registrada em 10.12.2008 sob número 3069593.

QUARTA -

Em decorrência das alterações havidas, resolvem consolidar as cláusulas contratuais conforme redação abaixo:

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

NOME EMPRESARIAL

CLÁUSULA 01 - A sociedade gira sob a denominação de RÁDIO LITORAL LTDA. - EPP

SEDE

CLÁUSULA 02 - A sede da sociedade é na cidade de Osório, RS, na Rua Marechal Floriano nº 920 - Conjunto 204 - Centro - CEP 95.520-000.

§ Único - A sociedade terá uma filial em Imbé, RS na Av. Paraguassú, nº 1801, loja 05 Bairro:Centro CEP:95625-000

OBJETO

CLÁUSULA 03 - A sociedade tem por objeto:

a) o transporte rodoviário de cargas;

b) a execução de serviço de radiodifusão em qualquer de suas modalidades.



DURAÇÃO

CLÁUSULA 04 - A sociedade iniciou suas atividades em 19/03/1980 e durará por tempo indeterminado.

CAPITAL

CLÁUSULA 05 - O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 20.000 (vinte mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Sócios	Nº Quotas	R\$	%
1	Paulo César Notari	19.600	19.600,00	98
2	João Carlos Wender	200	200,00	1
3	Gilmar Nunes da Silva	200	200,00	1
	TOTAL	20.000	20.000,00	100

RESPONSABILIDADE

CLÁUSULA 06 - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 07 - A administração da sociedade será exercida pelo sócio **Paulo César Notari**, individualmente, tendo os mais amplos poderes de administração e de representação da sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, não podendo, contudo, praticar atos que não se coadunem com o objeto e as atividades sociais, inclusive a prestação de avais ou fianças.

§ 1º - O administrador fica dispensado de prestar caução;

§ 2º - O exercício efetivo da administração somente se dará após autorização do poder concedente, podendo ser por pessoa estranha ao quadro social, cujo termo de nomeação conterá os poderes e será arquivado no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

§ 3º - A alienação, oneração ou permuta de bens da sociedade inscritos no ativo imobilizado, somente poderá ser efetuada por decisão dos sócios representantes da maioria do capital social.

EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA 08 - O exercício social coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será realizado o balanço patrimonial e demais demonstrações de lei. O resultado apurado será dividido entre os sócios ou seus sucessores, proporcionalmente as suas quotas, salvo outro ajuste que realizarem na ocasião.

Parágrafo Único - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, se for o caso.

DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS

CLÁUSULA 09 - As deliberações dos sócios, quando não havidas por escrito, serão tomadas em Reunião dos Sócios, devendo ser observado:

a) os sócios serão convocados mediante carta contra-recibo, com antecedência de oito dias, contendo a hora, data, local da Reunião e sua ordem do dia; na Reunião poderão comparecer todos os sócios por si ou representados por outro sócio ou por advogado munido de instrumento de mandato, com poderes bastantes;

b) a Reunião será dirigida por um dos Administradores;

c) a Ata da Reunião será lavrada em folhas soltas, encaminhando-se para averbação no registro próprio aquelas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros;

Parágrafo Único - Fica estabelecido que, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluí-lo(s) da sociedade, por justa causa, mediante alteração do presente contrato social.



DA RETIRADA DE SÓCIO

CLÁUSULA 10 -

O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá comunicar tal desejo aos demais através de carta, a qual será entregue com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do evento, recebendo seus haveres mediante balanço especialmente levantado, devendo este ser apurado com base na data de vencimento do prazo concedido no aviso à sociedade.

§ 1º - O sócio retirante receberá seus haveres em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a data da efetiva apuração dos haveres.

§ 2º - A forma de apuração e pagamento de haveres previsto no parágrafo anterior também será utilizada em caso de dissolução parcial da sociedade, exclusão, recesso, falência, concordata e/ou insolvência, de qualquer dos sócios, devendo ser apurado os haveres com base na data do evento.

DISSOLUÇÃO

CLÁUSULA 11 -

A sociedade se dissolve na ocorrência das hipóteses previstas em lei.

§ 1º - A morte, retirada, exclusão ou falência de um sócio não dissolve a sociedade, ficando assegurado aos herdeiros ou sucessores, quando for o caso, o ingresso na sociedade, desde que seja observada a anuência prévia do poder concedente.

§ 2º - Se os herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para este fim, e serão pagos em vinte e quatro (24) prestações mensais iguais e sucessivas, sem juros, a quem estiverem judicialmente autorizados.

CESSÃO DE QUOTAS

CLÁUSULA 12 -

É livre a cessão de quotas entre os sócios; a cessão a terceiros dependerá da anuência dos outros sócios.

FORO

CLÁUSULA 13 -

Os sócios elegem o Foro de Osório, RS, por mais privilegiado que outro seja para a resolução das questões emergentes deste contrato.

CASOS OMISSOS

CLÁUSULA 14 -

Os casos omissos serão resolvidos pela legislação vigente.

DECLARAÇÃO -

O sócio administrador declara, sob as penas da Lei, que não está incurso nas exclusões previstas no art. 1.011, § 1º, do Código Civil.

E, por estarem justos e contratados, assinam este instrumento, para a produção dos seus jurídicos efeitos legais.

Osório, RS, 12 de março de 2010

PAULO CÉSAR NOTARI

RG: 1009169839

CPF: 183.669.530-68

JOÃO CARLOS WENDER

RG: 7005944074

CPF: 040.062.670-53

GILMAR NUNES DA SILVA

RG: 1022510455

CPF: 380.867.000-20

TESTEMUNHAS:

JOSIANE DAMIAN RODRIGUES

CPF: 996.624.000-44

JOÃO BATISTA DA SILVA PEIXOTO

CPF: 494.632.840-87



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICADO O REGISTRO EM: 03/05/2010 SOB Nº: 3297374

Protocolo: 10/128600-7, DE 05/05/2010

Empresa: 43 2 0019261 8
RADIO LITORAL LTDA

Sérgio Jose Dutra Kruel
SECRETÁRIO-GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICADO O REGISTRO EM: 06/05/2010 SOB Nº: 43901465815

Protocolo: 10/128600-7, DE 05/05/2010

Empresa: 43 2 0019261 8
RADIO LITORAL LTDA

Sérgio Jose Dutra Kruel
SECRETÁRIO-GERAL

BASEADO NO CANCELAMENTO

PORTUÁRIO MORAIS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadassinatura.camara.gov.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

RÁDIO LITORAL LTDA - EPP

8ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

PAULO CÉSAR NOTARI, brasileiro, solteiro, maior, empresário, residente e domiciliado em Osório, RS, na Alameda das Acácias nº 711 – Condomínio Interlagos – CEP 95.520-000, CI-SSP/RS nº 1009169839 e CPF/MF nº 183.669.530-68;

JOÃO CARLOS WENDER, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Tramandaí, RS, na Avenida Atlântida nº 1828 – CEP 95.590-000, CI-SSP/RS 7005944074 e CPF/MF nº 040.062.670-53, e,

GILMAR NUNES DA SILVA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Osório, RS, na Rua Sete de Setembro nº 1692 – Centro – CEP 95.520-000, CI-SSP/RS nº 1022510455 e CPF/MF nº 380.867.000-20.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **Rádio Litoral Ltda. - EPP**, com sede na cidade de Osório/RS, na Rua Marechal Floriano nº 920 – Conjunto 204 – Centro – CEP 95.520-000, inscrita no CNPJ/MF nº 90.918.343/0001-22 e NIRE 43 2 0019261 8, resolvem promover a presente alteração de contrato social, o que fazem nas seguintes condições:

PRIMEIRA -

Retira-se da sociedade o sócio **João Carlos Wender**, cedendo e transferindo sua única quota, pelo valor nominal de R\$ 200,00 (duzentos reais) ao sócio **Paulo César Notari**, passando a Cláusula 05 do Contrato Social a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA 05 - O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 20.000 (vinte mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Sócios	Nº Quotas	R\$	%
1	Paulo César Notari	19.800	19.800,00	99
2	Gilmar Nunes da Silva	200	200,00	1
	TOTAL	20.000	20.000,00	100

SEGUNDA -

O cedente e o cessionário dão ampla e geral quitação um ao outro e à sociedade, declarando estarem justos e satisfeitos, não tendo mais nada a receber ou reclamar em relação à transferência da quota negociada.

TERCEIRA -

Permanecem inalteradas as demais disposições adotadas na 7ª Alteração de Contrato Social registrada da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 06.05.2010 sob número 3297374.

QUARTA -

Em decorrência das alterações havidas, resolvem consolidar as cláusulas contratuais conforme redação abaixo:

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

NOME EMPRESARIAL

CLÁUSULA 01 - A sociedade gira sob a denominação de **RÁDIO LITORAL LTDA. - EPP**

SEDE

CLÁUSULA 02 - A sede da sociedade é na cidade de Osório, RS, na Rua Marechal Floriano nº 920 – Conjunto 204 – Centro – CEP 95.520-000.

§ Único – A sociedade possui uma filial em Imbé, RS na Av. Paraguassú nº 1.801, loja 05, Bairro Centro, CEP 95.625-000.

OBJETO

CLÁUSULA 03 - A sociedade tem por objeto:



- a) a execução de serviço de radiodifusão em qualquer de suas modalidades;
b) o transporte rodoviário de cargas.

DURAÇÃO

CLÁUSULA 04 - A sociedade iniciou suas atividades em 19.03.1980 e durará por tempo indeterminado.

CAPITAL

CLÁUSULA 05 - O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 20.000 (vinte mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Sócios	Nº Quotas	R\$	%
1	Paulo César Notari	19.800	19.800,00	99
2	Gilmar Nunes da Silva	200	200,00	1
	TOTAL	20.000	20.000,00	100

RESPONSABILIDADE

CLÁUSULA 06 - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 07 - A administração da sociedade é exercida pelo sócio **Paulo César Notari**, individualmente, tendo os mais amplos poderes de administração e de representação da sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, não podendo, contudo, praticar atos que não se coadunem com o objeto e as atividades sociais, inclusive a prestação de avais ou fianças.

§ 1º - O administrador fica dispensado de prestar caução;

§ 2º - O exercício efetivo da administração somente se dará após autorização do poder concedente, podendo ser por pessoa estranha ao quadro social, cujo termo de nomeação conterà os poderes e será arquivado no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

§ 3º - A alienação, oneração ou permuta de bens da sociedade inscritos no ativo imobilizado, somente poderá ser efetuada por decisão dos sócios representantes da maioria do capital social.

EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA 08 - O exercício social coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será realizado o balanço patrimonial e demais demonstrações de lei. O resultado apurado será dividido entre os sócios ou seus sucessores, proporcionalmente as suas quotas, salvo outro ajuste que realizarem na ocasião.

§ Único - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, se for o caso.

DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS

CLÁUSULA 09 - As deliberações dos sócios, quando não havidas por escrito, serão tomadas em Reunião dos Sócios, devendo ser observado:

a) os sócios serão convocados mediante carta contra-recibo, com antecedência de oito dias, contendo a hora, data, local da Reunião e sua ordem do dia; na Reunião poderão comparecer todos os sócios por si ou representados por outro sócio ou por advogado munido de instrumento de mandato, com poderes bastantes;

b) a Reunião será dirigida por um dos Administradores;

c) a Ata da Reunião será lavrada em folhas soltas, encaminhando-se para averbação no registro próprio aquelas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros;

§ Único - Fica estabelecido que, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluí-lo(s) da sociedade, por justa causa, mediante alteração do presente contrato social.



DA RETIRADA DE SÓCIO

CLÁUSULA 10 -

O sócio que desejar se retirar da sociedade deverá comunicar tal desejo aos demais através de carta, a qual será entregue com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do evento, recebendo seus haveres mediante balanço especialmente levantado, devendo este ser apurado com base na data de vencimento do prazo concedido no aviso à sociedade.

§ 1º - O sócio retirante receberá seus haveres em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a data da efetiva apuração dos haveres.

§ 2º - A forma de apuração e pagamento de haveres previsto no parágrafo anterior também será utilizada em caso de dissolução parcial da sociedade, exclusão, recesso, falência, concordata e/ou insolvência, de qualquer dos sócios, devendo ser apurado os haveres com base na data do evento.

DISSOLUÇÃO

CLÁUSULA 11 -

A sociedade se dissolve na ocorrência das hipóteses previstas em lei.

§ 1º - A morte, retirada, exclusão ou falência de um sócio não dissolve a sociedade, ficando assegurado aos herdeiros ou sucessores, quando for o caso, o ingresso na sociedade, desde que seja observada a anuência prévia do poder concedente.

§ 2º - Se os herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para este fim, e serão pagos em vinte e quatro (24) prestações mensais iguais e sucessivas, sem juros, a quem estiverem judicialmente autorizados.

CESSÃO DE QUOTAS

CLÁUSULA 12 -

É livre a cessão de quotas entre os sócios; a cessão a terceiros dependerá da anuência dos outros sócios.

FORO

CLÁUSULA 13 -

Os sócios elegem o Foro de Osório, RS, por mais privilegiado que outro seja para a resolução das questões emergentes deste contrato.

CASOS OMISSOS

CLÁUSULA 14 -

Os casos omissos serão resolvidos pela legislação vigente.

DECLARAÇÃO -

O sócio administrador declara, sob as penas da Lei, que não está incurso nas exclusões previstas no art. 1.011, § 1º, do Código Civil.

E, por estarem justos e contratados, assinam este instrumento, o qual será registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul e posteriormente informado ao Ministério das Comunicações na forma disposta na letra "b" do Art. 38 da Lei 4.117/62 para a produção dos seus jurídicos efeitos legais.

Osório, RS, 01 de agosto de 2011.

PAULO CÉSAR NOTARI

JOÃO CARLOS WENDER

GILMAR NUNES DA SILVA

Munio José Pasqualotto
CPF 335 284 820 00
OAB/RS 43 032




JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICO O REGISTRO EM: 16.08/2011 SOB Nº: 3506315

Protocolo: 11/240462-6, DE 11/08/2011

Empresa: 43 2 0019261 8
RADIO LITORAL LTDA


JOSÉ TADEU JACOBY
SECRETÁRIO-GERAL



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certidão Específica

O Secretário-Geral da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul **CERTIFICA**, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 81, de 10 de julho de 2020, a requerimento, conforme protocolo de número **21/156.649-7**, que consta no Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **RADIO LITORAL LTDA, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA**, NIRE 4320019261-8, CNPJ 90.918.343/0001-22, ATIVA, com sede na RUA MARECHAL FLORIANO, 920, CJ. 204, BAIRRO CENTRO, OSORIO/RS, com dados que em resumo a seguir se especificam:

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
CONTRATO	10/04/1980	43200192618	X
ALTERACAO	29/07/1980	560172	X
ALTERACAO	30/09/1980	573204	X
ALTERACAO	14/04/1982	609836	X
ALTERACAO	22/04/1986	819209	X
ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)	21/07/1998	1721866	X
ENQUADRAMENTO EPP EMPRESA JA CONSTITUIDA	26/08/2003	2279924	X
ALTERACAO	10/12/2008	3069593	X
ALTERACAO	06/05/2010	3297374	X
ALTERACAO	16/08/2011	3506315	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	04/01/2016	4215572	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	20/01/2017	4394734	X
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	03/01/2018	4570805	01/11/2017
OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESARIO	22/01/2018	4589070	15/01/2018

Certifica, por derradeiro, serem estes os únicos atos registrados nesta Junta Comercial até a presente data.

Certidão específica emitida pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul e certificada digitalmente. Para confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site (<http://jucisrs.rs.gov.br>) e informe o nº de protocolo C215000479325 e o código de segurança n5C0. Esta cópia foi autenticada e assinada digitalmente em 14/05/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

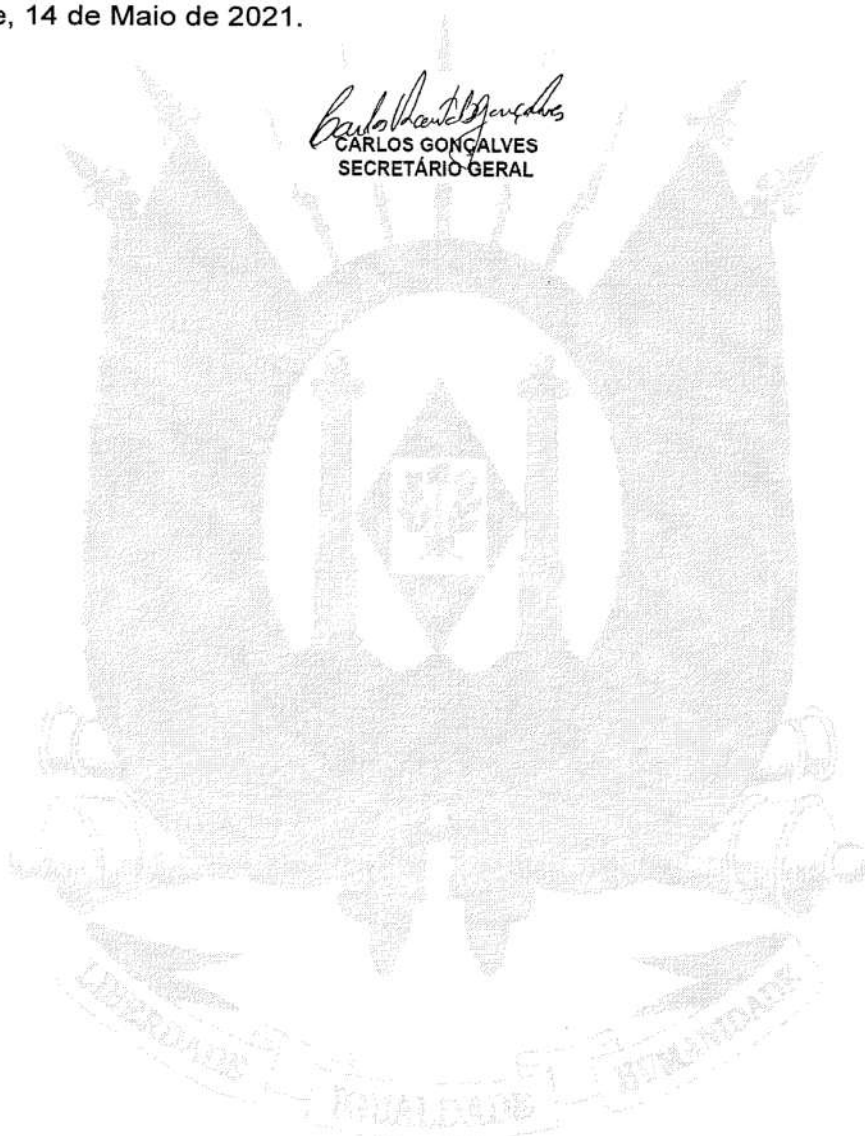
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certidão Específica

O referido é verdade. Dou fé. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Nada mais.

Porto Alegre, 14 de Maio de 2021.


CARLOS GONÇALVES
SECRETÁRIO GERAL



Página 2 de 2

Certidão específica emitida pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul e certificada digitalmente. Para confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site (<http://jucisrs.rs.gov.br>) e informe o nº de protocolo C215000479325 e o código de segurança n6C0. Esta cópia foi autenticada e assinada digitalmente em 14/05/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

pág. 2/2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8> - pg. 50

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 43200192618	CNPJ 90.918.343/0001-22
NOME EMPRESARIAL RADIO LITORAL LTDA - EPP	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2020 a 31/12/2020
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário	NÚMERO DO LIVRO 41
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 6C.A3.FE.D8.7C.1B.96.24.87.FF.0E.FF.8E.34.51.64.19.05.0C.C6	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
contabilista	12060232015	ALEIR BARUFI DA SILVA:12060232015	729085903424103762 7	21/10/2020 a 21/10/2021	Não
Procurador	12060232015	ALEIR BARUFI DA SILVA:12060232015	729085903424103762 7	21/10/2020 a 21/10/2021	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

6C.A3.FE.D8.7C.1B.96.24.87.FF.0E.FF.
8E.34.51.64.19.05.0C.C6-7

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 09/03/2021 às 10:03:35

4C.D3.41.77.F9.CA.FD.B6
B8.30.36.23.4E.7A.FD.F0

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Petição (7352578)

SEI 53115-013363/2021-65 / pg. 51

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: RADIO LITORAL LTDA - EPP

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Número de Ordem do Livro: 41

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial RADIO LITORAL LTDA - EPP

NIRE 43200192618

CNPJ 90.918.343/0001-22

Número de Ordem 41

Natureza do Livro Livro Diário

Município OSORIO

Data do arquivamento dos atos constitutivos 10/04/1980

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2020

Quantidade total de linhas do arquivo digital 10362

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial RADIO LITORAL LTDA - EPP

Natureza do Livro Livro Diário

Número de ordem 41

Quantidade total de linhas do arquivo digital 10362

Data de início 01/01/2020

Data de término 31/12/2020

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 6C.A3.FE.D8.7C.1B.96.24.87.FF.0E.FF.8E.34.51.64.19.05.0C.C6-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.3 do Visualizador

Página 1 de 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Petição (7352578)

SEI 53115-013363/2021-65 / pg. 52

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: RADIO LITORAL LTDA - EPP

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Número de Ordem do Livro: 41

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 835.231,96	R\$ 714.710,60
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 417.657,19	R\$ 238.155,14
DISPONIVEL		R\$ 2.600,98	R\$ 22.839,05
BENS NUMERARIOS		R\$ 2.598,98	R\$ 22.831,48
CAIXA		R\$ 2.598,98	R\$ 22.831,48
BANCOS C/MOV. DEP. AVISTA		R\$ 2,00	R\$ 7,57
BANRISUL S/A C/C (06.024849.0-6)		R\$ 0,00	R\$ 5,57
BRADESCO S/A C/C 0013568-2		R\$ 1,00	R\$ 1,00
BANRISUL -FL 01 (06.014849.0-6)		R\$ 1,00	R\$ 1,00
DIVERSOS		R\$ 415.056,21	R\$ 215.316,09
CLIENTES		R\$ 36.146,75	R\$ 9.293,00
BLOQUEIO JUDICIAL		R\$ 36.146,75	R\$ 9.293,00
CREDITOS FISCAIS		R\$ 0,00	R\$ 479,35
IRRF A RECUPERAR		R\$ 0,00	R\$ 471,97
INSS A RECUPERAR		R\$ 0,00	R\$ 7,38
OUTROS CREDITOS		R\$ 111.864,70	R\$ 15.952,12
CONS. BANRISUL SA - COTA 0070-00		R\$ 5.144,70	R\$ 15.952,12
ADANTAMENTO A FORNECEDORES		R\$ 106.720,00	R\$ 0,00
APLICACOES FINANCEIRAS		R\$ 267.044,76	R\$ 189.591,62
BANRISUL INVESTIMENTOS CDB - MT		R\$ 60.446,53	R\$ 12.302,12
BANRISUL INVESTIMENTOS CDB - FL		R\$ 180.235,93	R\$ 163.223,09
BRADESCO S/A		R\$ 22.563,31	R\$ 10.267,42
TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO BANRISUL		R\$ 3.798,99	R\$ 3.798,99
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 417.574,77	R\$ 476.555,46
INVESTIMENTOS		R\$ 10.988,62	R\$ 10.988,62
INVESTIMENTOS PERMANENTES		R\$ 10.988,62	R\$ 10.988,62
C R T C/AÇÕES		R\$ 10.988,62	R\$ 10.988,62
IMOBILIZADO		R\$ 406.586,15	R\$ 465.566,84
ATIVO IMOBILIZADO		R\$ 406.586,15	R\$ 465.566,84
TERRENOS		R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 90.976,72	R\$ 206.056,72
(-) DEPREC. ACUM. MÁQUINAS E EQUIP		R\$ (60.688,71)	R\$ (69.229,85)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 6C.A3.FE.D8.7C.1B.96.24.87.FF.0E.FF.8E.34.51.64.19.05.0C.C6-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.3 do Visualizador

Página 1 de 3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Petição (7392578) - 31/12/2021 - 05 / pg. 53

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: RADIO LITORAL LTDA - EPP

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Número da Ordem do Livro: 41

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		R\$ 32.821,24	R\$ 32.821,24
(-) DEPREC. ACUM. MÓVEIS E UTENSIL		R\$ (29.295,15)	R\$ (30.048,43)
VEÍCULOS		R\$ 898.505,51	R\$ 898.505,51
(-) DEPREC. ACUM. VEÍCULOS		R\$ (779.596,21)	R\$ (816.956,39)
INSTAL. PROPRIEDADES ALHEIAS		R\$ 6.799,23	R\$ 6.799,23
(-) DEPREC. INST. PROPRIEDADES ALHEIAS		R\$ (6.799,23)	R\$ (6.799,23)
EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO		R\$ 63.084,66	R\$ 63.084,66
(-) DEPREC. ACUM. EQUIP. DE COMUNICAÇÃO		R\$ (50.493,14)	R\$ (52.617,24)
EQUIPAMENTOS DE RÁDIOFUSÃO		R\$ 117.348,87	R\$ 117.348,87
(-) DEPREC. ACUM. EQUIP. RÁDIOFUSÃO		R\$ (56.577,64)	R\$ (63.898,25)
CANAL DE RÁDIOFUSÃO		R\$ 178.000,00	R\$ 178.000,00
P A S S I V O		R\$ 835.231,96	R\$ 714.710,60
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 222.050,56	R\$ 118.672,07
CONTAS A PAGAR		R\$ 222.050,56	R\$ 118.672,07
BANCOS CTA. EMPRESTIMOS		R\$ 57,55	R\$ 0,00
BANRISUL S/A - C/C 06.024849,0-6 MT		R\$ 57,55	R\$ 0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A PAGAR		R\$ 9.408,02	R\$ 691,64
IRRF A RECOLHER		R\$ 112,45	R\$ 691,64
PROV. P/IRPJ		R\$ 9.295,57	R\$ 0,00
OBRIGAÇÕES SOCIAIS A PAGAR		R\$ 21.869,85	R\$ 7.018,24
PIS A RECOLHER		R\$ 1.620,60	R\$ 488,79
INSS A RECOLHER		R\$ 2.507,28	R\$ 2.217,32
PROV. P/CONTRIB. SOC. RECOLHER		R\$ 5.538,48	R\$ 0,00
FGTS A RECOLHER		R\$ 1.016,29	R\$ 917,31
COFINS A RECOLHER		R\$ 7.441,72	R\$ 2.258,91
CONTRIB. PREV. REC. BRUTA A RECOLHER		R\$ 3.721,76	R\$ 1.112,19
ISSQN RETIDO A RECOLHER		R\$ 23,72	R\$ 23,72
OUTRAS CONTAS A PAGAR		R\$ 184.000,00	R\$ 102.000,00
PAULO CESAR NOTARI		R\$ 20.000,00	R\$ 0,00
JP TRES URBANIZAÇÃO LTDA		R\$ 164.000,00	R\$ 102.000,00
RECEITAS DIFERIDAS A RECEBER		R\$ 6.715,14	R\$ 8.962,19

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 6C.A3.FE.D8.7C.1B.96.24.87.FF.0E.FF.8E.34.51.64.19.05.0C.C6-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.3 do Visualizador

Página 2 de 3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Petição (7352578) - 31/12/2021 - 05 / pg. 54

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: RADIO LITORAL LTDA - EPP

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Número de Ordem do Livro: 41

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
REND APLICACAO FINANCEIRA DIF REC MT		R\$ 2.355,72	R\$ (4,63)
(-) IOF S REND APLIC FINAN DIF MT		R\$ (0,01)	R\$ (0,02)
(-) IRRF S REND APLIC FINAN DIF MT		R\$ (353,24)	R\$ 0,69
RENDP APLIC FINAN REC DIF FIL 1		R\$ 5.544,60	R\$ 10.548,29
(-) IOF S REND APLIC FINAN DIF REC FIL 1		R\$ (0,38)	R\$ 0,00
(-) IR S REND APLIC FINAN DIF REC FIL 1		R\$ (831,55)	R\$ (1.582,14)
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 21.848,90	R\$ 10.134,13
PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO		R\$ 21.848,90	R\$ 10.134,13
PARCELAMENTOS IMP. E CONTRIBUICOES		R\$ 21.848,90	R\$ 10.134,13
PARCELAMENTO REFIS		R\$ 95.305,24	R\$ 83.590,47
(-) (-) JUROS PARCELAMENTO REFIS		R\$ (73.456,34)	R\$ (73.456,34)
PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 591.332,50	R\$ 585.904,40
CAPITAL E RESERVAS		R\$ 591.332,50	R\$ 585.904,40
CAPITAL		R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS		R\$ 571.332,50	R\$ 565.904,40
LUCROS/PREJUIZOS EXERCICIOS ANTERIORES		R\$ 498.343,29	R\$ 639.786,35
(-) PREJUIZO DO EXERCÍCIO		R\$ (409.828,19)	R\$ (667.044,23)
LUGRO DO EXERCÍCIO		R\$ 482.817,40	R\$ 593.162,28

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 6C.A3.FE.D8.7C.1B.96.24.87.FF.0E.FF.8E.34.51.64.19.05.0C.C6-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.3 do Visualizador

Página 3 de 3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Peça (7552578)

CEL 53115-013363/2021-65 / pg. 55

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: RADIO LITORAL LTDA - EPP
 Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020 CNPJ: 90.918.343/0001-22
 Número de Ordem do Livro: 41
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECETA BRUTA		R\$ 1.107.738,48	R\$ 847.062,11
PREST. SERV. RADIOFUSÃO		R\$ 1.107.738,48	R\$ 847.062,11
(-) DEDUÇÕES		R\$ (63.453,43)	R\$ (37.344,19)
(-) PIS		R\$ (8.030,13)	R\$ (4.722,69)
(-) COFINS		R\$ (36.926,95)	R\$ (21.723,06)
(-) CONTRIB FREV REC BRUTA		R\$ (18.496,35)	R\$ (10.898,44)
RECETA LÍQUIDA		R\$ 1.044.285,05	R\$ 809.717,92
(-) CUSTOS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ (398,64)	R\$ (323,89)
(-) FRETES		R\$ (398,64)	R\$ (323,89)
LUCRO BRUTO		R\$ 1.043.886,41	R\$ 809.394,03
(-) DESPESAS GERAIS		R\$ (995.845,95)	R\$ (814.822,13)
(-) DESPESAS C/PESSOAL		R\$ (124.033,11)	R\$ (118.302,89)
(-) SALÁRIOS		R\$ (98.422,00)	R\$ (94.298,71)
(-) PREVIDÊNCIA SOCIAL		R\$ (5.316,09)	R\$ (4.504,22)
(-) FGTS		R\$ (9.858,47)	R\$ (8.395,08)
(-) INDENIZAÇÕES		R\$ (2.718,42)	R\$ (4.440,22)
TRABALHISTAS		R\$ (7.718,13)	R\$ (6.664,66)
(-) 13. SALÁRIOS		R\$ (7.718,13)	R\$ (6.664,66)
(-) DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS		R\$ (746.005,22)	R\$ (613.728,51)
(-) PRO-LABORE		R\$ (42.000,40)	R\$ (41.999,40)
(-) CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS		R\$ (46.853,73)	R\$ (55.044,95)
(-) MATERIAL DE EXPEDIENTE		R\$ (3.196,19)	R\$ (8.445,18)
(-) PORTES E TELEGRAMAS		R\$ (2.047,61)	R\$ (1.763,41)
(-) MATERIAL DE CONSUMO		R\$ (52.880,05)	R\$ (11.748,65)
(-) COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		R\$ (172.268,03)	R\$ (158.618,51)
(-) DESP. OVIAGENS E ESTADIAS		R\$ (422,07)	R\$ (308,79)
(-) ALUGUEIS PASSIVOS		R\$ (91.566,93)	R\$ (114.333,61)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R\$ (1.660,91)	R\$ (386,00)
(-) PUBLICIDADE E PROPAGANDA		R\$ (26.268,00)	R\$ (5.170,12)
(-) FRETES PASSIVOS		R\$ (0,00)	R\$ (952,94)
(-) ÁGUA, LUZ, E TELEFONE E INTERNET		R\$ (125.509,49)	R\$ (115.952,29)
(-) SERV. PRESTADOS PESSOA JURÍDICA		R\$ (22.202,64)	R\$ (23.844,50)
(-) CONSERV. PREDIOS E INSTALAÇÕES		R\$ (102.823,30)	R\$ (10.461,42)
(-) PRÊMIOS E SEGUROS		R\$ (4.634,13)	R\$ (4.185,01)
(-) SERV. PREST. HON. CONTÁBEIS		R\$ (10.200,00)	R\$ (10.920,00)
(-) CONS. DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (1.206,27)	R\$ (11.829,94)
(-) DESPESAS DE SUPERMERCADO		R\$ (0,00)	R\$ (241,79)
(-) ECAD - DIREITOS AUTORAIS		R\$ (20.865,48)	R\$ (18.083,20)
(-) ACORDOS JUDICIAIS		R\$ (0,00)	R\$ (178,18)
(-) BENS PEQUENO VALOR ATÉ R\$ 1.200,00 (ALTERADO 13052014)		R\$ (13.596,70)	R\$ (13.364,00)
(-) MATERIAL DE LIMPEZA		R\$ (484,56)	R\$ (28,18)
(-) DESPESAS DE TABELIONATO		R\$ (217,90)	R\$ (327,90)
(-) MENSALIDADE ASSOC. COM. DE OSÓRIO		R\$ (644,05)	R\$ (739,94)
(-) ASSOC. AGERT/ABERT		R\$ (4.008,78)	R\$ (3.930,60)
(-) DESPESAS COM SISTEMAS		R\$ (450,00)	R\$ (870,00)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		R\$ (32.989,98)	R\$ (10.896,82)
(-) IMPOSTOS MUNICIPAIS		R\$ (2.392,04)	R\$ (831,61)
(-) IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS		R\$ (8.971,36)	R\$ (3.596,29)
(-) IMPOSTO SINDICAL PATRONAL		R\$ (1.352,00)	R\$ (1.429,01)
(-) IMPOSTO S/VEÍCULOS		R\$ (20.269,90)	R\$ (5.039,43)
(-) IOF		R\$ (4,66)	R\$ (2,48)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (2.264,99)	R\$ (2.646,66)
(-) JUROS PASSIVOS		R\$ (29,64)	R\$ (7,42)
(-) MULTA P/PAGTO. ATRASO IMPOSTOS		R\$ (8,17)	R\$ (0,00)
(-) TARIFAS BANCARIAS		R\$ (2.227,18)	R\$ (2.639,24)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 1.329,71	R\$ 3.497,53
REND. APLIC. FINANCEIRAS		R\$ 1.390,77	R\$ 3.616,20
(-) (-) DEB PIS S/RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ (12,21)	R\$ (0,87)
(-) (-) DEB COFINS S/RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ (48,85)	R\$ (117,80)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (91.882,36)	R\$ (72.742,78)
(-) JUROS P/PAGTO. ATRASO IMPOSTOS		R\$ (236,66)	R\$ (0,00)
(-) DEPRECIACÕES S/VEÍCULOS		R\$ (40.756,56)	R\$ (37.360,18)
(-) DEPRECIACÕES S/MAQ. E EQUIPAMENTOS		R\$ (8.615,01)	R\$ (8.541,14)
(-) DEPRECIACÕES S/MOV. UTENSÍLIOS		R\$ (821,76)	R\$ (753,28)
(-) DEPREC. S/ EQ. COMUNICAÇÃO		R\$ (10.303,32)	R\$ (9.444,71)
(-) PROV. P/IRPJ		R\$ (19.525,86)	R\$ (10.402,17)
(-) PROV. P/CONTRIB. SOCIAL		R\$ (11.623,19)	R\$ (6.241,30)
(-) RESULTADO OPERACIONAL		R\$ 48.040,46	R\$ (5.428,10)
(-) RESULTADO ANTES DO IR E CSL		R\$ 48.040,46	R\$ (5.428,10)
(-) PREJUIZO DO EXERCÍCIO		R\$ 48.040,46	R\$ (5.428,10)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 6C.A3.FE.D8.7C.1B.96.24.87.FF.0E.FF.8E.34.51.64.19.05.0C.C6-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.3 do Visualizador

Página 1 de 1

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8 / pg. 56

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Peça nº 7332378

SE 33115-013333/2021-65 / pg. 57

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS



Entidade: RADIO LITORAL LTDA - EPP
Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020
CNP 90.918.343/0001-22
Número de Ordem do Livro: 41

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido	
	PREJUÍZO DO EXERCÍCIO (R\$)	
Saldo Anterior de Lucros Acumulados		571.332,50
Ajustes Credores de Períodos-base Anteriores		0,00
Reversão de Reservas		0,00
Outros Recursos		0,00
Lucro 1. Trimestre 2020		70.792,40
Lucro 2º Trimestre 2020		11.632,35
Prejuízo 3º Trimestre 2020		(-)13.970,90
Prejuízo 4º Trimestre 2020		(-)73.881,95
(-)Saldo Anterior de Prejuízo Acumulados		0,00
(-)Ajustes Devedores de Períodos-base Anteriores		0,00
(-)Prejuízo Líquido do Ano		0,00
TOTAL		565.904,40
Transferências para Reservas		0,00
Dividendos ou Lucros Distribuídos, Pagos ou Creditados		0,00
Paulo Cesar Notari		0,00
Gilmar Nunes da Silva		0,00
Parcela dos Lucros Incorporados ao Capital		0,00
TOTAL		0,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		0,00
Notas		565.904,40

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 6C.A3.FE.D8.7C.1B.96.24.87.FF.0E.FF.8E.34.51.64.19.05.0C.C6-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.3 do Visualizador

Página 1 de 1

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

NOTA EXPLICATIVA: BALANÇO ENCERRADO EM 31/12/2020

CONTEXTO:

A empresa tem como atividade: Serviços de radiodifusão.

Empresa tributada pelo Lucro Real Trimestral

As Demonstrações Econômicas Financeiras do Exercício de 2020, encerrado em 31/12/2020, obedeceram aos princípios previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade, estando de acordo com a Legislação comercial em vigor.

Principais procedimentos contábeis:

ATIVO CIRCULANTE

Conta Caixa e Bancos Conta Movimento.

PASSIVO CIRCULANTE

Compreende as obrigações no período de 365 dias, representada por obrigações diversas.

PATRIMÔNIO

Formado pelo capital social e lucros acumulados.

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Os resultados dos trimestres foram apurados pelo Regime de Competência para apropriação das Receitas, Custos e Despesas correspondentes.

Osório, 31 de dezembro de 2020.



Marcela Rossoni Barufi da Silva
TC/CRC/RS 57688



COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/12/2020

Coeficiente	Fórmula	Valor	Resultado
Índice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo	238.155,14 + 0,00	1,85
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	118.672,07 + 10.134,13	
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante	238.155,14	2,01
	Passivo Circulante	118.672,07	
Índice de Endividamento Geral	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	118.672,07 + 10.134,13	0,54
	Passivo Total	238.155,14	
Índice de Dívida a Curto Prazo	Passivo Circulante	118.672,07	11,71
	Passivo Não-Circulante	10.134,13	
Grau de Endividamento	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	118.672,07 + 10.134,13	0,18
	Ativo	714.710,60	

Marcela Rossoni Barufi da Silva
TC/CRC/RS 57.688



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Petição (7392378)

CEL 53115-013369/2021-85 / pg. 59

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

À vista dos registros constantes nos sistemas de Informática do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul é expedida a presente certidão por não constar distribuição de ação falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial em tramitação contra a seguinte parte interessada:

RADIO LITORAL LTDA *****

CNPJ: 90.918.343/0001-22 - MATRIZ*****

ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO, 920 - CONJ 204, CENTRO, OSÓRIO/RS****

Osório, 26 de abril de 2021, às 13h28min

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DOCUMENTO ASSINADO POR

RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO

DATA

26/04/2021 13h29min



Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 11.419/2006 de 19/12/2006, art. 1º, parágrafo 2º, inciso III.

Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço <https://www.tjrs.jus.br/verificadocs> e digite o seguinte

número verificador: 0001187012959



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Petição (7552578)

SEI 53115-013363/2021-85 / pg. 61

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 90.918.343/0001-22 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 10/04/1980	
NOME EMPRESARIAL RADIO LITORAL LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R MARECHAL FLORIANO	NÚMERO 920	COMPLEMENTO CONJ 204	
CEP 95.520-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO OSORIO	UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/05/2021** às **11:14:49** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)
[VOLTAR](#)
[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)
[Consultas CNPJ](#)
[Estatísticas](#)
[Parceiros](#)
[Serviços CNPJ](#)


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Petição (7352578)

CEI 53145-013353/2021-85 / pg. 62

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO LITORAL LTDA
CNPJ: 90.918.343/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 16:08:21 do dia 03/05/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/10/2021.

Código de controle da certidão: **573F.1E5F.59F0.42D4**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Petição (7352378)

SEI 53143-0/2021-85 / pg. 63

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Certidão de Situação Fiscal nº **0016834261**

Identificação do titular da certidão:

Nome: **RADIO LITORAL LTDA**
Endereço: **RUA MAL FLORIANO PEIXOTO, 920, CONJUNTO 204
CENTRO, OSORIO - RS**
CNPJ: **90.918.343/0001-22**

Certificamos que, aos **18** dias do mês de **MAIO** do ano de **2021**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima enquadra-se na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Descrição dos Débitos/Pendências:

Esta certidão NÃO É VÁLIDA para comprovar;

a) a quitação de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;

b) em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, de separação, de divórcio e de dissolução de união estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).

No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vir a cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 16/7/2021.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

Autenticação: **0026710997**

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em <https://www.sefaz.rs.gov.br>.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Petição (7552578)

SEI 55115-013365/2021-85 / pg. 64

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS Nº 5785/2021

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

CGM: 14615

Nome: RADIO LITORAL LTDA

CNPJ/CPF: 90.918.343/0001-22

RG/Insc. Est.: 087/0085131

Endereço: Avenida MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 92020, Conj. 204/205 - Centro

Bairro: Centro

Cidade: Osório - RS

CERTIFICO, a pedido da parte interessada que revendo os arquivos de lançamento desta repartição, verifiquei que **NÃO EXISTEM** débitos de tributos municipais referentes ao CONTRIBUINTE acima identificado.

Esta certidão não exclui o direito do Fisco Municipal exigir a qualquer tempo os débitos em aberto e os que venham a ser apurados relativos ao Imóvel objeto desta certidão.

Esta certidão tem VALIDADE por 90 (noventa) dias a partir da data de emissão em 18/05/2021.

Observações:

IMPORTANTE:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Art. 130. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 131. São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;

II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;



Renato Luiz Ferrari
Secretário de Finanças

Código de Autenticidade: WGT211201-000-AWSGLUDJBCOSPQ-9

Para validação desta certidão

Acesse: <https://osorio.atende.net/?pg=autoatendimento#/tipo/servico/valor/116/padrao/1/load/1>





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO LITORAL LTDA

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:07:59 do dia 12/05/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 11/06/2021.

Certidão expedida gratuitamente.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO LITORAL LTDA
CNPJ: 90.918.343/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:08:21 do dia 03/05/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 30/10/2021.

Código de controle da certidão: **573F.1E5F.59F0.42D4**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Petição (7352378)

SEI 53143-013363/2021-85 / pg. 67

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 90.918.343/0001-22

Razão Social: RADIO LITORAL LTDA

Endereço: AV MAL FLORIANO 920 CJ 204 205 / CENTRO / OSORIO / RS /
95520-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/04/2021 a 08/08/2021

Certificação Número: 2021041105351002733599

Informação obtida em 18/05/2021 10:30:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Petição (7332378)

SEI 53115-013369/2021-65 / pg. 68

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO LITORAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Certidão nº: 15913503/2021

Expedição: 18/05/2021, às 10:31:04

Validade: 13/11/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO LITORAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **90.918.343/0001-22**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Petição (7352378) - SEI 53143-013363/2021-85 / pg. 69

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 90.918.343/0001-22 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/04/1980
NOME EMPRESARIAL RADIO LITORAL LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R MARECHAL FLORIANO	NUMERO 920	COMPLEMENTO CONJ 204	
CEP 95.520-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO OSORIO	UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **22/05/2023** às **12:17:04** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo_Certidão obtida na internet (10918148)

SEI 55145.013389/2021-65 / pg. 70

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 90.918.343/0001-22
NOME EMPRESARIAL: RADIO LITORAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: PAULO CESAR NOTARI
Qualificação: 49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial: GILMAR NUNES DA SILVA
Qualificação: 22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 22/05/2023 às 12:18 (data e hora de Brasília).

 VOLTAR

 IMPRIMIR

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços CNPJ](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo_Certidão obtida na internet (10918148)

SEI 55143.013389/2021-65 / pg. 71

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO LITORAL LTDA
CNPJ: 90.918.343/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 12:21:17 do dia 22/05/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/11/2023.

Código de controle da certidão: **E3D0.9C6B.76A2.11A8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo_Certidao obtida na internet (10918148)

SEI 55143-013389/2021-65 / pg. 72

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 90.918.343/0001-22
Razão Social: RADIO LITORAL LTDA
Endereço: AV MAL FLORIANO 920 CJ 204 205 / CENTRO / OSORIO / RS / 95520-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/05/2023 a 06/06/2023

Certificação Número: 2023050802332265421993

Informação obtida em 22/05/2023 12:21:55

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://autenticacao.eassnetulm.caixa.gov.br/23/05/2023/22/05/2023/12/21/4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo - Certidão obtida na internet (10918146)

SEL 55113:013389/2021-65 / pg. 73



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO LITORAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Certidão nº: 21917759/2023

Expedição: 22/05/2023, às 12:22:34

Validade: 18/11/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO LITORAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **90.918.343/0001-22**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo_Certidão obtida na internet (10918148)

SEI 55145-013389/2021-65 / pg. 74

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE OSÓRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA Nº 7757/2023

[DADOS DO CONTRIBUINTE]

Nome : **14615 - RADIO LITORAL LTDA**
CNPJ/CPF: 90.918.343/0001-22
Endereço: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 920
Complemento: Conj. 204/205
Bairro: CENTRO
Cidade: Osório
CEP: 95.520-000
Estado: Rio Grande do Sul

CERTIFICO, a pedido da parte interessada que revendo os arquivos de lançamentos desta Repartição verifiquei que **EXISTEM** débitos de tributos municipais referentes ao **CONTRIBUINTE** acima identificado, **POREM** os mesmos **NÃO** estão vencidos ou estão suspensos até a presente data.

Esta certidão não exclui o direito do Fisco Municipal exigir a qualquer tempo os débitos em aberto e os que venham a ser apurados relativos ao Imóvel objeto desta certidão.

Esta certidão tem **VALIDADE** por 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

Observações

IMPORTANTE:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Art. 130. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 131. São pessoalmente responsáveis:

- I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;
- II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;

Osório - RS, 22 de maio de 2023 .


Renato Luiz Ferrari
Secretário de Finanças

Código de Autenticidade: WGT221201-000-BRNFNVHEZUHCBM-4

Para validação desta certidão

Acesse: <https://osorio.atende.net/?pg=autoatendimento#!/tipo/servico/valor/116/padrao/1/load/1>



da
iT v: 2013.01

Identificador: WGT221201-000-BRNFNVHEZUHCBM-4

22/05/2023 14:57:58

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo_Certidão obtida na internet (10918148)

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Estações

Estações ✓ Voltar

1 total de registros 1 - 50 50 Atualizar Filtrar					
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater
Visualizar em PDF	FM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	90918343000122	RADIO LITORAL LTDA	03008010172	P



BOA TARDE
Kenia da Silva VieiraSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO :: Sistema de Consulta Débitos de FISTEL | internet | teia | menu | ajuda


**CNPJ:****90.190.343/0004-22****Entidade não cadastrada nesta agência.****Emitida às 16:00:05 do dia 22/05/2023 (hora e data de Brasília).**[Retornar a Consulta.](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[boleto/NadaConsta/certidao.asp](#)<https://infoleg-autenticadassignatura.camara.deput/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo_Anatei (109/8150)

SEI 35115-019569/2021-65 / pg. 77



BOA TARDE

Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SRD »» Relatórios »» **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: RS	Município: Osório		
Entidade	Município	Data Outorga	Validade
FUNDACAO CULTURAL MIR	Osório		
RADIO LITORAL LTDA	Osório	26/10/2001	26/10/2011
RADIO OSORIO LTDA	Osório	01/05/1994	

Usuário: **keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira** Data: **22/05/2023** Hora: **16:02:58**

Registro **1** até **3** de **3** registros Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Id solicitação: 57dbac3d9ba3c

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO LITORAL LTDA	
Nome Fantasia: JOVEM PAN NEWS LITORAL	
Telefone: (51) 36632788	E-mail: pan103@terra.com.br
CNPJ: 90.918.343/0001-22	Número do Fistel: 03008010172
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 26/10/2001	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 26/10/2031	
Observações: SSR32/82,SG175/82;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: CONJUNTO 204/205	
Bairro: CENTRO	Numero: 920	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: CONJUNTO 204/205	
Bairro: CENTRO	Numero: 920,	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: MORRO DA BORUSSIA	Complemento:	
Bairro:	Numero: .	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO, 920 - CONJ. 204 E 205	Complemento:	
Bairro:	Numero: .	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Osório	UF: RS

Parâmetros Técnicos			
Canal: 276	Frequência: 103.1 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: 9.187kW
HCI: 34.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



23.15.05.09 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo - Anatel (109-B150)

SEI 55113-015559/2021-65 / pg. 79

Informações Gerais	
Número da Estação: 9546162	Número Indicativo: ZYD588
Data Último Licenciamento: 14/06/2019	Número da Licença: 53500.022580/2019-30

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 29° 52' 53.00" S	Longitude: 50° 17' 18.00" W	Cota da base: 365.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 007500501806	Modelo: RDFM 5000T
Fabricante: RF Telavo Telecomunicações Ltda	Potência de Operação: 5.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LDF 5	Fabricante: ANDREW		
Comprimento da Linha: 43.00 m	Atenuação: 1.30 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMA-4			Fabricante: ANDREW ANTENAS LTDA		
Ganho: 3.21 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: .00 °	Polarização: Circular	HCI: 34.5 m	ERP Máxima: 9.19 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 002480300528	Modelo: SP 300 ágil
Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda	Potência de Operação: 1.000 kW



Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo: LDF 5	Fabricante:		
Comprimento da Linha: 43.00 m	Atenuação: 1.30 dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 9.19 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
591981	202	Portaria	MC	22/10/1981	26/10/1981	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
120251981	140	Portaria	Dentel	17/02/1982	15/03/1982	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
1208801983	220883	Despacho	MC	22/08/1983		Advertência	Jurídico
1216851983	1441	Portaria	MC	15/09/1983	22/09/1983	Multa	Jurídico
1215491983	1494	Portaria	MC	28/09/1983	11/10/1983	Multa	Jurídico
291020000741985	130385	Despacho	MC	13/03/1985		Multa	Jurídico
291020001471985	365	Ofício	MC	16/07/1985		Advertência	Jurídico
291020003231986	230786	Despacho	MC	23/07/1986		Multa	Jurídico
291020004371986	23078	Despacho	MC	23/07/1986		Multa	Jurídico
291020005941986	311286	Despacho	MC	31/12/1986		Multa	Jurídico
291020013651985	124	Portaria	MC	12/05/1987		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
291020013151988	301288	Despacho	MC	30/12/1988		Multa	Jurídico
291020012611988	10389	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291020013201988	1038	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291020016481988	103	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291020001461989	130389	Despacho	MC	13/03/1989		Multa	Jurídico
291020001741989	13038	Despacho	MC	13/03/1989		Multa	Jurídico
291020002231989	250489	Despacho	MC	25/04/1989		Multa	Jurídico
291020002611989	240589	Despacho	MC	24/05/1989		Multa	Jurídico
291020008621989	190789	Despacho	MC	19/07/1989		Multa	Jurídico
291020006121989	40989	Despacho	MC	04/09/1989		Multa	Jurídico



291020007001989	260989	Despacho	MC	26/09/1989		Multa	Jurídico
291020010791989	151189	Despacho	MC	15/11/1989		Multa	Jurídico
291020012771989	151289	Despacho	MC	15/12/1989		Multa	Jurídico
291020013941989	301289	Despacho	MC	30/12/1989		Multa	Jurídico
291020003781990	150890	Despacho	MC	15/08/1990		Advertência	Jurídico
291020003821991	100492	Despacho	MC	10/04/1992		Advertência	Jurídico
291020012371991	86	Portaria	MC	22/06/1992	02/07/1992	Renovação	Jurídico
291020012371991	11	Decreto Legislativo	CN	09/03/1995	10/03/1995	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
537900010031995	121196	Despacho	MC	12/11/1996	21/11/1996	Advertência	Jurídico
537900026291995	1199	Portaria	MC	25/09/1997	03/10/1997	Multa	Jurídico
537900017131996	1261	Portaria	MC	01/10/1997	08/10/1997	Multa	Jurídico
537900012851996	546	Portaria	MC	25/10/1999	01/11/1999	Multa	Jurídico
291020013651985	47191	Ato	ER	14/10/2004	20/10/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
537900010902001	467	Portaria	MC	23/08/2007	11/09/2007	Renovação	Jurídico
537900010902001	113	Decreto Legislativo	CN	28/02/2011	01/03/2011	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535000458042017 10	929	Ato	ORLE	15/02/2017	03/11/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.048290/202 2-11	7698	Ato	ORLE	03/06/2022	13/06/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento



23.15:05:10 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8 Anexo - Anatel (109-81/50) SEI 53173-015569/2021-65 / pg. 82



BOA TARDE
Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	90.918.343/0001-22

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira** Data: **22/05/2023** Hora: **16:03:44**



5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



BOA TARDE

Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 90.918.343/0001-22											
RADIO LITORAL LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GILMAR NUNES DA SILVA	380.867.000-20	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
PAULO CESAR NOTARI	183.669.530-68	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório

Usuário: keniv.mctic - Kenia da Silva Vieira

Data: 22/05/2023

Hora: 16:04:02



BOA TARDE

Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		380.867.000-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GILMAR NUNES DA SILVA	380.867.000-20	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé

Usuário: **keniav.mctic - Kenia da Silva Vieira**

Data: **22/05/2023**

Hora: **16:04:09**

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



BOA TARDE

Kenia da Silva Vieira

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consultaResultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		183.669.530-68									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO CESAR NOTARI	183.669.530-68	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé

Usuário: kenia.v.mctic - Kenia da Silva Vieira

Data: 22/05/2023

Hora: 16:04:22

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	<input type="checkbox"/> Radiodifusão sonora		<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais
	<input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidadeassinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura-camara-leg-br/5fb87a29-71f1-4541-8751-b596efd4a2e8>

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

**RELATIVOS
À PESSOA
JURÍDICA E
AOS SÓCIOS**

- (a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: *i)* certidão de nascimento ou casamento; *ii)* certidão de reservista; *iii)* cédula de identidade; *iv)* certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; *v)* carteira profissional; *vi)* Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou *vii)* passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.
- (c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (d) prova de inscrição no CNPJ;
- (e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e
- (h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho;
- (i) lista atualizada de subscrição das ações (somente no caso de S/A).



**APENAS NA
HIPÓTESE
DE HAVER
PESSOA
JURÍDICA
SÓCIA DA
ENTIDADE**

(j) declaração, firmada em conjunto, pelos representantes legais da entidade e da pessoa jurídica sócia, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;

c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

(k) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;

(l) lista atualizada de subscrição das ações da pessoa jurídica sócia (somente no caso de S/A).



MUNICÍPIOS BRASILEIROS DA FAIXA DE FRONTEIRA

DIVISÃO TERRITORIAL DE MAIO/2005

CÓDIGO GEOGRÁFICO	NOME DO MUNICÍPIO	NOTA	LEGENDA					Nº MAPA
			1	2	3	4	5	
43	Rio Grande do Sul							
43 06 031 00034	Aceguá	(a)	x	x		x	x	
43 01 008 00208	Ajuricaba			x			x	
43 01 001 00307	Alecrim	(a)	x	x			x	
43 06 029 00406	Alegrete			x			x	
43 01 008 00455	Alegria			x			x	
43 01 009 00471	Almirante Tamandaré do Sul				x		x	
43 01 003 00505	Alpestre			x			x	
43 01 003 00646	Ametista do Sul			x			x	
43 01 004 00901	Aratiba				x		x	
43 07 033 01073	Arroio do Padre				x		x	
43 07 034 01305	Arroio Grande			x			x	
43 01 008 01503	Augusto Pestana			x			x	
43 06 031 01602	Bagé		x	x			x	
43 01 004 01701	Barão de Cotegipe				x		x	
43 01 002 01859	Barra do Guarita			x			x	
43 06 029 01875	Barra do Quaraí	(a)	x	x		x	x	
43 01 004 01925	Barra do Rio Azul			x			x	
43 01 009 01958	Barra Funda			x			x	
43 01 004 02055	Benjamim Constant do Sul			x			x	
43 01 009 02154	Boa Vista das Missões			x			x	
43 01 002 02204	Boa Vista do Buricá			x			x	
43 01 011 02220	Boa Vista do Cadeado				x		x	
43 01 002 02378	Bom Progresso			x			x	
43 01 007 02501	Bossoroca			x			x	
43 01 008 02584	Bozano			x			x	
43 01 002 02600	Braga			x			x	
43 07 032 02808	Caçapava do Sul				x		x	
43 03 018 02907	Cacequi				x		x	
43 01 006 03301	Caibaté			x			x	
43 01 003 03400	Caiçara			x			x	
43 01 006 03707	Campina das Missões			x			x	
43 01 004 03806	Campinas do Sul			x			x	
43 01 002 04002	Campo Novo			x			x	
43 01 001 04309	Cândido Godói			x			x	
43 07 032 04358	Candiota			x			x	

LEGENDA

1. Município fronteiriço.
2. Município totalmente localizado na faixa.
3. Município parcialmente localizado na faixa.
4. Município c/sede localizada na linha de fronteira.
5. Município c/sede dentro da faixa de fronteira.

NOTA:

- (a) Município fronteiriço c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (b) Município na faixa de fronteira c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (c) Município parcialmente localizado na faixa de fronteira c/sede até 10 km fora da faixa.
- (d) Município com pequenas áreas localizadas na faixa de fronteira.



MUNICÍPIOS BRASILEIROS DA FAIXA DE FRONTEIRA

DIVISÃO TERRITORIAL DE MAIO/2005

CÓDIGO GEOGRÁFICO	NOME DO MUNICÍPIO	NOTA	LEGENDA					Nº MAPA
			1	2	3	4	5	
43 07 033 04507	Canguçu				x		x	
43 03 017 04655	Capão do Cipó			x			x	
43 07 033 04663	Capão do Leão			x			x	
43 01 009 04705	Carazinho				x			
43 01 007 05009	Catuípe			x			x	
43 07 033 05124	Cerrito			x			x	
43 01 009 05157	Cerro Grande			x			x	
43 01 006 05207	Cerro Largo			x			x	
43 01 009 05306	Chapada			x			x	
43 01 008 05405	Chiapetta			x			x	
43 07 035 05439	Chuí	(a)	x	x		x	x	
43 01 008 05702	Condor			x			x	
43 01 003 05801	Constantina			x			x	
43 01 009 05850	Coqueiros do Sul				x		x	
43 01 008 05871	Coronel Barros			x			x	
43 01 008 05900	Coronel Bicaco			x			x	
43 01 002 06007	Crissiumal		x	x			x	
43 01 003 06072	Cristal do Sul			x			x	
43 01 011 06106	Cruz Alta				x		x	
43 01 004 06130	Cruzaltense			x			x	
43 01 002 06320	Derrubadas		x	x			x	
43 01 007 06353	Dezesseis de Novembro			x			x	
43 01 003 06429	Dois Irmãos das Missões			x			x	
43 06 031 06601	Dom Pedrito		x	x			x	
43 01 002 06734	Doutor Maurício Cardoso	(a)	x	x			x	
43 07 032 06908	Encruzilhada do Sul	(d)			x			
43 01 003 06924	Engenho Velho			x			x	
43 01 004 06957	Entre Rios do Sul			x			x	
43 01 007 06932	Entre-Ijuís			x			x	
43 01 004 07005	Erechim	(c)			x			
43 01 004 07203	Erval Grande			x			x	
43 01 003 07302	Erval Seco			x			x	
43 01 002 07450	Esperança do Sul		x	x			x	
43 01 007 07831	Eugênio de Castro			x			x	
43 01 004 08052	Faxinalzinho			x			x	
43 01 003 08508	Frederico Westphalen			x			x	
43 06 029 08656	Garruchos	(a)	x	x		x	x	

LEGENDA

1. Município fronteiriço.
2. Município totalmente localizado na faixa.
3. Município parcialmente localizado na faixa.
4. Município c/sede localizada na linha de fronteira.
5. Município c/sede dentro da faixa de fronteira.

NOTA:

- (a) Município fronteiriço c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (b) Município na faixa de fronteira c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (c) Município parcialmente localizado na faixa de fronteira c/sede até 10 km fora da faixa.
- (d) Município com pequenas áreas localizadas na faixa de fronteira.



MUNICÍPIOS BRASILEIROS DA FAIXA DE FRONTEIRA

DIVISÃO TERRITORIAL DE MAIO/2005

CÓDIGO GEOGRÁFICO	NOME DO MUNICÍPIO	NOTA	LEGENDA					Nº MAPA
			1	2	3	4	5	
43 01 007 09001	Giruí		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 09126	Gramado dos Loureiros		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 006 09506	Guarani das Missões		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 07 034 07104	Herval		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 002 09605	Horizontina		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 06 031 09654	Hulha Negra		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 002 09704	Humaitá		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 008 10207	Ijuí		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 001 10405	Independência		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 008 10413	Inhacorá		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 10504	Iraí		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 03 017 10553	Itacurubi		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 06 029 10603	Itaqui	(a)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 004 10702	Itatiba do Sul		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 009 10850	Jaboticaba		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 004 10900	Jacutinga		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 07 034 11007	Jaguarão	(a)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 03 018 11106	Jaguari	(c)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
43 01 011 11155	Jóia		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 009 11429	Lajeado do Bugre		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 06 031 11502	Lavras do Sul		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 11601	Liberato Salzano		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 06 029 11718	Maçambará		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 06 029 11759	Manoel Viana		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 004 12005	Mariano Moro	(c)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
43 01 006 12179	Mato Queimado		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 002 12302	Miraguaí		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 07 033 12450	Morro Redondo		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 12708	Nonoai		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 009 12955	Nova Boa Vista		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 002 13011	Nova Candelária		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 03 018 13037	Nova Esperança do Sul		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 008 13334	Nova Ramada		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 009 13490	Novo Barreiro		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 001 13425	Novo Machado	(a)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 13441	Novo Tiradentes		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 13466	Novo Xingu		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	

LEGENDA

1. Município fronteiriço.
2. Município totalmente localizado na faixa.
3. Município parcialmente localizado na faixa.
4. Município c/sede localizada na linha de fronteira.
5. Município c/sede dentro da faixa de fronteira.

NOTA:

- (a) Município fronteiriço c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (b) Município na faixa de fronteira c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (c) Município parcialmente localizado na faixa de fronteira c/sede até 10 km fora da faixa.
- (d) Município com pequenas áreas localizadas na faixa de fronteira.



MUNICÍPIOS BRASILEIROS DA FAIXA DE FRONTEIRA

DIVISÃO TERRITORIAL DE MAIO/2005

CÓDIGO GEOGRÁFICO	NOME DO MUNICÍPIO	NOTA	LEGENDA					Nº MAPA
			1	2	3	4	5	
43 01 009 13706	Palmeira das Missões		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 13805	Palmitinho		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 008 13904	Panambi		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 004 14134	Paulo Bento		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 07 032 14175	Pedras Altas		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 07 033 14209	Pedro Osório		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 008 14308	Pejuçara		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 07 033 14407	Pelotas		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 009 14456	Pinhal		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 14498	Pinheirinho do Vale		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 07 032 14506	Pinheiro Machado		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 007 14555	Pirapó		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 07 032 14605	Piratini		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 14704	Planalto		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 010 14779	Pontão		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 004 14787	Ponte Preta		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 001 15008	Porto Lucena	(a)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 001 15057	Porto Mauá	(a)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 001 15073	Porto Vera Cruz	(a)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 006 15107	Porto Xavier	(a)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 06 029 15305	Quaraí	(a)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 004 15313	Quatro Irmãos	(c)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
43 01 002 15404	Redentora		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 15552	Rio dos Índios		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 07 035 15602	Rio Grande		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 15909	Rodeio Bonito		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 007 15958	Rolador		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 010 16105	Ronda Alta		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 16204	Rondinha		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 006 16303	Roque Gonzales		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 06 030 16402	Rosário do Sul		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 009 16428	Sagrada Família		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 011 16436	Saldanha Marinho	(c)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
43 01 006 16477	Salvador das Missões		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 011 16709	Santa Bárbara do Sul		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 06 030 16972	Santa Margarida do Sul		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 001 17202	Santa Rosa		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	

LEGENDA

1. Município fronteiriço.
2. Município totalmente localizado na faixa.
3. Município parcialmente localizado na faixa.
4. Município c/sede localizada na linha de fronteira.
5. Município c/sede dentro da faixa de fronteira.

NOTA:

- (a) Município fronteiriço c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (b) Município na faixa de fronteira c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (c) Município parcialmente localizado na faixa de fronteira c/sede até 10 km fora da faixa.
- (d) Município com pequenas áreas localizadas na faixa de fronteira.



MUNICÍPIOS BRASILEIROS DA FAIXA DE FRONTEIRA

DIVISÃO TERRITORIAL DE MAIO/2005

CÓDIGO GEOGRÁFICO	NOME DO MUNICÍPIO	NOTA	LEGENDA					Nº MAPA
			1	2	3	4	5	
43 07 035 17301	Santa Vitória do Palmar		x	x			x	
43 07 032 17004	Santana da Boa Vista				x		x	
43 06 030 17103	Santana do Livramento	(a)	x	x		x	x	
43 03 017 17400	Santiago				x		x	
43 01 007 17509	Santo Ângelo			x			x	
43 01 007 17707	Santo Antônio das Missões			x			x	
43 01 008 17806	Santo Augusto			x			x	
43 01 001 17905	Santo Cristo			x			x	
43 06 029 18002	São Borja	(a)	x	x			x	
43 06 029 18101	São Francisco de Assis				x		x	
43 06 030 18309	São Gabriel				x		x	
43 01 009 18457	São José das Missões			x			x	
43 01 001 18499	São José do Inhacorá			x			x	
43 07 035 18507	São José do Norte				x		x	
43 07 033 18804	São Lourenço do Sul	(d)			x			
43 01 007 18903	São Luiz Gonzaga			x			x	
43 01 002 19109	São Martinho			x			x	
43 01 007 19158	São Miguel das Missões			x			x	
43 01 007 19208	São Nicolau		x	x			x	
43 01 006 19307	São Paulo das Missões			x			x	
43 01 009 19364	São Pedro das Missões			x			x	
43 01 006 19372	São Pedro do Butiá			x			x	
43 03 018 19604	São Sepé				x			
43 01 004 19703	São Valentim			x			x	
43 01 008 19737	São Valério do Sul			x			x	
43 03 018 19802	São Vicente do Sul	(c)			x			
43 01 009 20107	Sarandi			x			x	
43 01 003 20206	Seberi			x			x	
43 01 002 20230	Sede Nova			x			x	
43 01 007 20321	Senador Salgado Filho			x			x	
43 01 010 20503	Sertão	(d)			x			
43 01 006 20578	Sete de Setembro			x			x	
43 01 003 21329	Taquaruçu do Sul			x			x	
43 01 002 21402	Tenente Portela			x			x	
43 01 002 21477	Tiradentes do Sul		x	x			x	
43 01 001 21808	Três de Maio			x			x	
43 01 003 21857	Três Palmeiras			x			x	

LEGENDA

1. Município fronteiriço.
2. Município totalmente localizado na faixa.
3. Município parcialmente localizado na faixa.
4. Município c/sede localizada na linha de fronteira.
5. Município c/sede dentro da faixa de fronteira.

NOTA:

- (a) Município fronteiriço c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (b) Município na faixa de fronteira c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (c) Município parcialmente localizado na faixa de fronteira c/sede até 10 km fora da faixa.
- (d) Município com pequenas áreas localizadas na faixa de fronteira.



MUNICÍPIOS BRASILEIROS DA FAIXA DE FRONTEIRA

DIVISÃO TERRITORIAL DE MAIO/2005

CÓDIGO GEOGRÁFICO	NOME DO MUNICÍPIO	NOTA	LEGENDA					Nº MAPA
			1	2	3	4	5	
43 01 002 21907	Três Passos		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 21956	Trindade do Sul		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 001 22103	Tucunduva		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 03 017 22202	Tupanciretã		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
43 01 001 22301	Tuparendi		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 007 22343	Ubiretama		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 03 017 22376	Unistalda		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 06 029 22400	Uruguaiana	(a)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 23101	Vicente Dutra		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 03 018 23457	Vila Nova do Sul		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 003 23507	Vista Alegre		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 002 23705	Vista Gaúcha		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
43 01 007 23754	Vitória das Missões		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	

Total de municípios - Rio Grande do Sul **196**

LEGENDA

1. Município fronteiriço.
2. Município totalmente localizado na faixa.
3. Município parcialmente localizado na faixa.
4. Município c/sede localizada na linha de fronteira.
5. Município c/sede dentro da faixa de fronteira.

NOTA:

- (a) Município fronteiriço c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (b) Município na faixa de fronteira c/sede a menos de 10 km da linha de fronteira.
- (c) Município parcialmente localizado na faixa de fronteira c/sede até 10 km fora da faixa.
- (d) Município com pequenas áreas localizadas na faixa de fronteira.



Data de Envio:

22/05/2023 15:56:47

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

Mensagem:

Processo nº: 53115.013389/2021-65

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO LITORAL LTDA (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório/RS, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 7416/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.013389/2021-65

INTERESSADO: RÁDIO LITORAL LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO LITORAL LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Osório/RS, referente ao seguinte período: 26/10/2021 a 26/10/2031.

ANÁLISE

2. Inicialmente, deve-se registrar que a análise dos pedidos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens leva em consideração as disposições constantes, em especial, na Constituição Federal, na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no Decreto nº 52.795/1963.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. declarações, datadas e assinadas pelo atual representante legal da pessoa jurídica interessada, de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações assinadas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

ATENÇÃO: Somente serão considerados para fins de instrução processual, os documentos firmados de próprio punho, ou ainda, aqueles assinados de forma eletrônica, desde que seja encaminhada a devida certificação que garanta a autenticidade do subscritor.

3.2. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

-JUSTIFICATIVA: atualização de informações.

3.3. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

-JUSTIFICATIVA: atualização de informações.

4. prova de regularidade perante a Fazenda estadual da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

-JUSTIFICATIVA: não foi possível verificar a regularidade em questão, em diligência junto ao site da Receita Federal, na internet.

3.5. prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

-JUSTIFICATIVA: atualização de informações.

3.6. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Osório/RS, encontra-se com o status "FM-C2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 23/05/2023, às 14:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10918871** e o código CRC **B4A3291F**.

'Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 10918871



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 13568/2023/MCOM

Brasília, 22 de maio de 2023.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RADIO LITORAL LTDA (CNPJ Nº 90.918.343/0001-22)
Rua Marechal Floriano Peixoto, 920 CONJ 204
95.520 000 Osório/RS

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.013389/2021-65.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 7416/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. Ressalto, ainda, que está sendo enviada, juntamente com a referida Nota Técnica, cópia do requerimento padrão disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, caso tenha interesse na apresentação das declarações previstas na legislação de radiodifusão por meio daquele documento. As declarações são imprescindíveis ao prosseguimento do feito.
3. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
4. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
5. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

6. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.

7. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 23/05/2023, às 14:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10918873** e o código CRC **DC76D3F1**.

Anexos:

- Nota Técnica 7416 (10918871)
- Anexo _Requerimento padrão (10918151)

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 10918873



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Ofício 15388 (10918873)

SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 102

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

RE: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL - Processo nº: 53115.013389/2021-65

Inez Joffily França

Seg, 22/05/2023 17:02

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO LITORAL LTDA (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório/RS, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 22 de maio de 2023 15:56**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

Processo nº: 53115.013389/2021-65

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO LITORAL LTDA (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório/RS, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJMDQwLWRkODJlNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Data de Envio:

23/05/2023 16:27:28

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<sei@mcom.gov.br>

Para:

pan103@terra.com.br
pnotari@ibest.com.br
pnotari@hotmail.com
rodrigoborges@jovempantlitoral.com.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

PROCESSO Nº: 53115.013389/2021-65

INTERESSADA: RADIO LITORAL LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_10918873.html
Anexo_10918151_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA_2023.pdf
Nota_Tecnica_10918871.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Maxwell Garcia da Silva

[Relatório](#) [Consultar](#) [Sair](#)

Consultar e-mails

☐ CPF☒ CNPJ

CNPJ:

90.918.343/0001-22

Razão Social

[Pesquisar](#)

10 ▾

[][]

1 / 1

[][]

Razão Social

CNPJ

Emails

RADIO LITORAL LTDA

90.918.343/0001-22

pan103@terra.com.br, pnotari@ibest.com.br, pnotari@hotmail.com, rodrigoborges@jovempanlitoral.com.br

10 ▾

[][]

1 / 1

[][]

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo CADSEI (10921224)

SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 105

Data de Envio:

06/12/2023 09:14:31

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53115.013389/2021-65

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RADIO LITORAL LTDA, (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de Osório/RS, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Estações

Estações ▼

✓ Voltar

1 total de registros

1 - 50

50

↻ Atualizar

▼ Filtrar

Ações	Status ↕	CNPJ ↕	Entidade ↕	NumFistel ↕	Carater ↕	Finalidade ↕	Serviço ↕	Num Serviço ↕	UF ↕	Município ↕
Visualizar em PDF ▼ ▶	FM-C4 (Canal Licenciado)	90918343000122	RADIO LITORAL LTDA	03008010172	P	Comercial	FM	230	RS	Osório



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Id solicitação: 57dbac3d9ba3c

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO LITORAL LTDA	
Nome Fantasia: JOVEM PAN NEWS LITORAL	
Telefone: (51) 36632788	E-mail: pan103@terra.com.br
CNPJ: 90.918.343/0001-22	Número do Fistel: 03008010172
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 26/10/2001	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 26/10/2031	
Observações: SSR32/82,SG175/82;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: CONJUNTO 204/205	
Bairro: CENTRO	Numero: 920	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: CONJUNTO 204/205	
Bairro: CENTRO	Numero: 920,	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA PROFESSOR ROMILDO BOLZAN	Complemento:	
Bairro: BORUSSIA	Numero: 4205	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: 204	
Bairro: CENTRO	Numero: 920	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Osório	UF: RS

Parâmetros Técnicos			
Canal: 276	Frequência: 103.1 MHz	Classe: E3	ERP Máxima: 9.189kW
HCI: 34.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



23.08.12.03 Eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

ANEXO ANATEL (11238019)

SEI 35113-015559/2021-65 / pg. 108

Informações Gerais	
Número da Estação: 9546162	Número Indicativo: ZYD588
Data Último Licenciamento: 06/12/2023	Número da Licença: 53500.100725/2023-27

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 29° 52' 53.00" S	Longitude: 50° 17' 17.99" W	Cota da base: 376.5 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 041082xxx0038	Modelo:
Fabricante: RF Telavo Telecomunicações Ltda	Potência de Operação: 5.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LDF 5	Fabricante: ANDREW ANTENAS LTDA.		
Comprimento da Linha: 43.0 m	Atenuação: 1.30 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.008 dB	Impedância: 50.0 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMA-4	Fabricante: ANDREW ANTENAS LTDA				
Ganho: 3.21 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 34.5 m	ERP Máxima: 9.19 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0.13	30°: 0.26	35°: 0.35	40°: 0.45	45°: 0.54	50°: 0.63	55°: 0.68
60°: 0.72	65°: 0.82	70°: 0.92	75°: 0.99	80°: 1.06	85°: 1.09	90°: 1.11	95°: 1.14	100°: 1.16	105°: 1.19	110°: 1.21	115°: 1.24
120°: 1.26	125°: 1.26	130°: 1.26	135°: 1.26	140°: 1.26	145°: 1.26	150°: 1.26	155°: 1.23	160°: 1.21	165°: 1.18	170°: 1.16	175°: 1.13
180°: 1.11	185°: 1.14	190°: 1.16	195°: 1.16	200°: 1.16	205°: 1.16	210°: 1.16	215°: 1.16	220°: 1.16	225°: 1.16	230°: 1.16	235°: 1.16
240°: 1.16	245°: 1.16	250°: 1.16	255°: 1.16	260°: 1.16	265°: 1.16	270°: 1.16	275°: 1.16	280°: 1.16	285°: 1.13	290°: 1.11	295°: 1.01
300°: 0.92	305°: 0.77	310°: 0.63	315°: 0.54	320°: 0.45	325°: 0.35	330°: 0.26	335°: 0.13	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 29°3' 9"33.89" S Lon 50°17' 17.99" W	5°: Lat 29°4' 1"25.59" S Lon 50°16' 8.76" W	10°: Lat 29°43' 6.84" S Lon 50° 15' 18.98" W	15°: Lat 29° 45' 49.25" S Lon 50°15' 7.19" W	20°: Lat 29°42' 0.05" S Lon 50° 12' 44.42" W	25°: Lat 29°36' 4.77" S Lon 50°8' 17.44" W	30°: Lat 29° 34' 50.23" S Lon 50°5' 19.52" W	35°: Lat 29°35' 25.3" S Lon 50°3' 14.95" W	40°: Lat 29°36' 7.5" S Lon 50°1' 8.57" W	45°: Lat 29° 36' 57.68" S Lon 49°59' 0.56" W	50°: Lat 29° 38' 30.36" S Lon 49°5' 7' 37.14" W	55°: Lat 29° 39' 57.41" S Lon 49°56' 6.03" W
60°: Lat 29° 41' 31.72" S Lon 49°5' 4' 43.44" W	65°: Lat 29° 43' 12.64" S Lon 49°5' 3' 30.14" W	70°: Lat 29°45' 1.11" S Lon 49° 52' 31.96" W	75°: Lat 29° 46' 52.72" S Lon 49°5' 1' 39.45" W	80°: Lat 29° 48' 51.21" S Lon 49°5' 1' 14.24" W	85°: Lat 29° 50' 51.17" S Lon 49°51' 6.53" W	90°: Lat 29° 52' 50.42" S Lon 49°51' 5.47" W	95°: Lat 29° 54' 48.87" S Lon 49°5' 1' 16.39" W	100°: Lat 29° 56' 46.45" S Lon 49°5' 1' 33.73" W	105°: Lat 29° 58' 42.27" S Lon 49°52' 2.85" W	110°: Lat 30°0' 37.05" S Lon 49° 52' 38.38" W	115°: Lat 30°2' 25.11" S Lon 49° 53' 35.48" W
120°: Lat 30°4' 8.08" S Lon 49°5' 4' 43.06" W	125°: Lat 30°5' 47.9" S Lon 49°5' 5' 56.04" W	130°: Lat 30°7' 21.82" S Lon 49° 57' 18.83" W	135°: Lat 30°8' 52.48" S Lon 49° 58' 46.93" W	140°: Lat 30°10' 9.16" S Lon 50°0' 31.3" W	145°: Lat 30°11' 17.4" S Lon 50°2' 22.67" W	150°: Lat 30° 12' 20.85" S Lon 50°4' 17.38" W	155°: Lat 30° 13' 11.09" S Lon 50°6' 20.42" W	160°: Lat 30° 13' 56.13" S Lon 50°8' 25.76" W	165°: Lat 30°14' 36.1" S Lon 50° 10' 33.76" W	170°: Lat 30°15' 1.67" S Lon 50° 12' 46.76" W	175°: Lat 30° 15' 21.82" S Lon 50°15' 1.37" W
180°: Lat 30° 15' 26.99" S Lon 50°1' 7' 17.99" W	185°: Lat 30° 15' 21.82" S Lon 50°19' 34.6" W	190°: Lat 30°15' 6.34" S Lon 50° 21' 50.17" W	195°: Lat 30°14' 36.1" S Lon 50°24' 2.21" W	200°: Lat 30°14' 0.58" S Lon 50°26' 12.11" W	205°: Lat 30° 13' 15.38" S Lon 50°2' 8' 17.89" W	210°: Lat 30° 12' 29.05" S Lon 50°30' 24.1" W	215°: Lat 30° 11' 25.16" S Lon 50°3' 2' 19.62" W	220°: Lat 30° 10' 12.78" S Lon 50°34' 8.21" W	225°: Lat 30°8' 52.48" S Lon 50° 35' 49.05" W	230°: Lat 30°7' 24.86" S Lon 50°37' 21.36" W	235°: Lat 30°5' 50.61" S Lon 50°38' 44.44" W
240°: Lat 30°4' 10.43" S Lon 50° 39' 57.67" W	245°: Lat 30°2' 25.11" S Lon 50°40' 41.05" W	250°: Lat 30°0' 30.62" S Lon 50° 41' 36.99" W	255°: Lat 29° 58' 27.73" S Lon 50°4' 1' 29.61" W	260°: Lat 29° 56' 27.09" S Lon 50°4' 0' 52.81" W	265°: Lat 29° 54' 34.59" S Lon 50°40' 3.31" W	270°: Lat 29°52' 51.3" S Lon 50°38' 35.15" W	275°: Lat 29° 51' 22.91" S Lon 50°3' 6' 46.47" W	280°: Lat 29° 50' 10.01" S Lon 50°3' 4' 55.97" W	285°: Lat 29° 49' 21.64" S Lon 50°3' 2' 23.54" W	290°: Lat 29° 48' 12.38" S Lon 50°32' 3.91" W	295°: Lat 29° 46' 34.29" S Lon 50°3' 2' 51.44" W
300°: Lat 29° 44' 16.15" S Lon 50°3' 4' 26.78" W	305°: Lat 29°42' 8.51" S Lon 50° 34' 55.73" W	310°: Lat 29° 42' 19.67" S Lon 50°3' 1' 45.89" W	315°: Lat 29° 41' 29.93" S Lon 50°3' 0' 23.56" W	320°: Lat 29° 41' 20.45" S Lon 50°2' 8' 26.47" W	325°: Lat 29°42' 5.89" S Lon 50°25' 59.4" W	330°: Lat 29°40' 6.75" S Lon 50°25' 46.95" W	335°: Lat 29°40' 18.5" S Lon 50°24' 2.82" W	340°: Lat 29° 39' 24.03" S Lon 50°2' 2' 56.77" W	345°: Lat 29° 37' 34.45" S Lon 50°22' 1.1" W	350°: Lat 29° 38' 35.94" S Lon 50°2' 0' 11.86" W	355°: Lat 29°39' 32.2" S Lon 50°2' 18' 38.61" W

Distância por radial											
0°: 24.68	5°: 21.31	10°: 18.38	15°: 13.55	20°: 21.46	25°: 34.35	30°: 38.6	35°: 39.48	40°: 40.5	45°: 41.67	50°: 41.38	55°: 41.67



60º: 41.97	65º: 42.26	70º: 42.41	75º: 42.7	80º: 42.55	85º: 42.26	90º: 42.11	95º: 41.97	100º: 41.97	105º: 41.97	110º: 42.11	115º: 41.97
120º: 41.82	125º: 41.82	130º: 41.82	135º: 41.97	140º: 41.82	145º: 41.67	150º: 41.67	155º: 41.53	160º: 41.53	165º: 41.67	170º: 41.67	175º: 41.82
180º: 41.82	185º: 41.82	190º: 41.82	195º: 41.67	200º: 41.67	205º: 41.67	210º: 41.97	215º: 41.97	220º: 41.97	225º: 41.97	230º: 41.97	235º: 41.97
240º: 41.97	245º: 41.97	250º: 41.53	255º: 40.21	260º: 38.45	265º: 36.69	270º: 34.2	275º: 31.42	280º: 28.78	285º: 25.12	290º: 25.27	295º: 27.61
300º: 31.86	305º: 34.64	310º: 30.4	315º: 29.81	320º: 27.91	325º: 24.39	330º: 27.32	335º: 25.71	340º: 26.59	345º: 29.37	350º: 26.88	355º: 24.83

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 027381200422						Modelo: ETG5000i					
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment						Potência de Operação: 5.000 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento: 030299PA0035						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante: INGENIUM S.R.L.						Potência de Operação: 1.00 kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 9.19 kW
RDS					
Código PI: B823					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
591981	202	Portaria	MC	22/10/1981	26/10/1981	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
120251981	140	Portaria	Dentel	17/02/1982	15/03/1982	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
1208801983	220883	Despacho	MC	22/08/1983		Advertência	Jurídico
1216851983	1441	Portaria	MC	15/09/1983	22/09/1983	Multa	Jurídico
1215491983	1494	Portaria	MC	28/09/1983	11/10/1983	Multa	Jurídico
291020000741985	130385	Despacho	MC	13/03/1985		Multa	Jurídico
291020001471985	365	Ofício	MC	16/07/1985		Advertência	Jurídico
291020003231986	230786	Despacho	MC	23/07/1986		Multa	Jurídico
291020004371986	23078	Despacho	MC	23/07/1986		Multa	Jurídico
291020005941986	311286	Despacho	MC	31/12/1986		Multa	Jurídico
291020013651985	124	Portaria	MC	12/05/1987		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
291020013151988	301288	Despacho	MC	30/12/1988		Multa	Jurídico
291020012611988	10389	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico



291020013201988	1038	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291020016481988	103	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291020001461989	130389	Despacho	MC	13/03/1989		Multa	Jurídico
291020001741989	13038	Despacho	MC	13/03/1989		Multa	Jurídico
291020002231989	250489	Despacho	MC	25/04/1989		Multa	Jurídico
291020002611989	240589	Despacho	MC	24/05/1989		Multa	Jurídico
291020008621989	190789	Despacho	MC	19/07/1989		Multa	Jurídico
291020006121989	40989	Despacho	MC	04/09/1989		Multa	Jurídico
291020007001989	260989	Despacho	MC	26/09/1989		Multa	Jurídico
291020010791989	151189	Despacho	MC	15/11/1989		Multa	Jurídico
291020012771989	151289	Despacho	MC	15/12/1989		Multa	Jurídico
291020013941989	301289	Despacho	MC	30/12/1989		Multa	Jurídico
291020003781990	150890	Despacho	MC	15/08/1990		Advertência	Jurídico
291020003821991	100492	Despacho	MC	10/04/1992		Advertência	Jurídico
291020012371991	86	Portaria	MC	22/06/1992	02/07/1992	Renovação	Jurídico
291020012371991	11	Decreto Legislativo	CN	09/03/1995	10/03/1995	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
537900010031995	121196	Despacho	MC	12/11/1996	21/11/1996	Advertência	Jurídico
537900026291995	1199	Portaria	MC	25/09/1997	03/10/1997	Multa	Jurídico
537900017131996	1261	Portaria	MC	01/10/1997	08/10/1997	Multa	Jurídico
537900012851996	546	Portaria	MC	25/10/1999	01/11/1999	Multa	Jurídico
291020013651985	47191	Ato	ER	14/10/2004	20/10/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
537900010902001	467	Portaria	MC	23/08/2007	11/09/2007	Renovação	Jurídico
537900010902001	113	Decreto Legislativo	CN	28/02/2011	01/03/2011	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535000458042017 10	929	Ato	ORLE	15/02/2017	03/11/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.048290/202 2-11	7698	Ato	ORLE	03/06/2022	13/06/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.093905/202 3-45	11015153	Ato	ORLE	18/10/2023	06/11/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento



23.08.12.03 Eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Anexo ANATEL (11238019)

SEI 35113-019389/2021-65 / pg. 111



NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO LITORAL LTDA				CNPJ 90918343000122	
Nº DA ESTAÇÃO 9546162	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 29° 52' 53.00" S	LONGITUDE 50° 17' 17.99" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA PROFESSOR ROMILDO BOLZAN, nº 4205.				DISTRITO	
BAIRRO BORÚSSIA				MUNICÍPIO Osório	UF RS

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 26/10/2031

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Osório UF: RS

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 103.1 MHz CANAL: 276

CLASSE: E3 COTA BASE DA TORRE: 376.5

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYD588

NOME FANTASIA: JOVEM PAN NEWS LITORAL NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Osório

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO BAIRRO: CENTRO

MUNICÍPIO: Osório UF: RS

NUMERO: 920 COMPLEMENTO: 204

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: RF Telavo Telecomunicações Ltda MODELO:

CÓDIGO: 041082xxx0038 POTÊNCIA: 5.000 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment MODELO: ETG5000i

CÓDIGO: 027381200422 POTÊNCIA: 5.000 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: INGENIUM S.R.L. MODELO:

CÓDIGO: 030299PA0035 POTÊNCIA: 1.00 kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: ANDREW ANTENAS LTDA MODELO: FMA-4

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 3.21 dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 0 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 34.5 m BEAM TILT: 0 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: ANDREW ANTENAS LTDA. MODELO: LDF 5

RDS

Código PI: B823

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 06/12/2023 08:52:07



Emitido Em
06/12/2023

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/224700029-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYixTQ1JcQ2xhc3NMZWlnbmNhOjoyMDIzNjU3MDEyNzY>





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO LITORAL LTDA

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 07:58:58 do dia 06/12/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 05/01/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

<https://mdeleg-autenticacao-dss/anatel/camara-legis/5007429-711-4541-8751-3596efd4a2e8>

ANEXO ANATEL (11238019)

SEI 55119.019959/2021-65 / pg. 113



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Tiago Ribeiro Barros**

Data/Hora: **06/12/2023 08:01:26**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO LITORAL LTDA

Nº FISTEL: 03008010172

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 90918343000122

Situação: Ativa

Data Validade: 26/10/2011

☒ **CADIN:** Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

☒ **UF:** RS

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: RUA MARECHAL FLORIANO 920 - CONJUNTO 204/205

Bairro: CENTRO

Município: Osório

CEP: 95520-000

UF: RS

End. Corresp.: RUA MARECHAL FLORIANO 920, CONJUNTO 204/205

Bairro: CENTRO

Município: Osório

CEP: 95520-000

UF: RS

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
1660	1	1989	15/01/1990	13.122,61	15/01/1990	13.122,61	13.122,61	0001	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1993	31/03/1993	794.773,61	31/03/1993	1.303.941,02	1.303.941,02	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1994	31/03/1994	20.132,69	17/03/1994	39.141,73	39.141,73	0003		
					05/01/1995	15,66			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1995	31/03/1995	107,22	25/04/1995	75,70	75,70	0004	Quitado	0,00
1329 - TFF	0	1995	31/03/1995	R\$ 0,00	26/04/1995	11,79	11,79	0005	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	1996	31/03/1996	53,61	30/12/1997	76,99	76,99	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1997	31/03/1997	107,22	12/03/1997	97,65	97,65	0007	Quitado	0,00
1329 - TFF	2	1998	31/03/1998	R\$ 2.900,00	31/03/1998	97,65	97,65	0008		
					30/06/2003	5.937,05	5.937,05		Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1999	31/03/1999	R\$ 2.900,00	31/03/1999	2.900,00	2.900,00	0009	Quitado	0,00
1660	0	1999	31/05/2001	R\$ 619,63	31/10/2002	619,63	619,63	0010	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2000	31/03/2000	R\$ 2.900,00	31/03/2000	2.900,00	2.900,00	0011	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2001	31/03/2001	R\$ 2.900,00	30/03/2001	2.900,00	2.900,00	0012	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2002	31/03/2002	R\$ 2.900,00	28/11/2003	4.435,82	4.435,82	0013	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2003	31/03/2003	R\$ 2.900,00	30/09/2003	3.785,95	3.785,95	0014	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2004	31/03/2004	R\$ 2.900,00	31/03/2004	2.900,00	2.900,00	0015	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2005	31/03/2005	R\$ 2.900,00	23/03/2005	2.900,00	2.900,00	0016	Quitado	0,00
1550	0	2004	04/04/2005	R\$ 2.220,38	04/04/2005	2.220,38	2.220,38	0017	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2006	31/03/2006	R\$ 2.900,00	31/03/2006	2.900,00	2.900,00	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2007	31/03/2007	R\$ 2.900,00	02/04/2007	2.900,00	2.900,00	0019	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2008	31/03/2008	R\$ 2.900,00	31/03/2008	2.900,00	2.900,00	0021	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2009	31/03/2009	R\$ 2.610,00	31/03/2009	2.610,00	2.610,00	0022	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2009	31/05/2009	R\$ 290,00	20/05/2009	290,00	290,00	0024	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2010	31/03/2010	R\$ 2.610,00	31/03/2010	2.610,00	2.610,00	0025	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2010	31/03/2010	R\$ 290,00	29/03/2010	290,00	290,00	0026	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2011	31/03/2011	R\$ 2.610,00	31/03/2011	2.610,00	2.610,00	0027	Quitado	0,00
FRP	1	2011	31/03/2011	R\$ 290,00	30/03/2011	290,00	290,00	0028	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

as.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true

https://mdeleg-autenticacao-digital.camara-leg.br/50087a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

ANEXO ANATEL (11230019)

SEI-55113-015535/2021-65 / pg. 114

1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 1.914,00	02/04/2012	1.914,00	1.914,00	0029	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 290,00	02/04/2012	290,00	290,00	0030	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 1.914,00	01/04/2013	1.914,00	1.914,00	0031	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 290,00	28/03/2013	290,00	290,00	0032	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 1.914,00	31/03/2014	1.914,00	1.914,00	0033	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 290,00	26/03/2014	290,00	290,00	0034	Quitado	0,00
1660	0	2013	13/01/2014	R\$ 3.694,45	13/04/2015	4.926,18	4.926,18	0035	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 1.914,00	31/03/2015	1.914,00	1.914,00	0036	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 290,00	30/03/2015	290,00	290,00	0037	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 1.914,00	31/03/2016	1.914,00	1.914,00	0038	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 290,00	31/03/2016	290,00	290,00	0039	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 1.914,00	31/03/2017	1.914,00	1.914,00	0040	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 290,00	31/03/2017	290,00	290,00	0041	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	16/12/2017	R\$ 200,00	07/11/2017	200,00	200,00	0042	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 1.914,00	02/04/2018	1.914,00	1.914,00	0043	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 290,00	29/03/2018	290,00	290,00	0044	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 1.914,00	13/03/2019	1.914,00	1.914,00	0045	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 290,00	12/03/2019	290,00	290,00	0046	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2019	16/07/2019	R\$ 5.800,00	12/06/2019	5.800,00	5.800,00	0047	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 1.914,00	26/03/2020	1.914,00	1.914,00	0050	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 290,00	26/03/2020	290,00	290,00	0051	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 1.914,00	31/03/2021	1.914,00	1.914,00	0052	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 290,00	05/04/2021	297,69	297,69	0053	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 1.914,00	29/03/2022	1.914,00	1.914,00	0054	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 290,00	24/03/2022	290,00	290,00	0055	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2022	01/07/2022	R\$ 280,70	01/06/2022	280,70	280,70	0056	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 1.914,00	31/03/2023	1.914,00	1.914,00	0057	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 290,00	31/03/2023	290,00	290,00	0058	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2023	15/11/2023	R\$ 252,63	16/10/2023	252,63	252,63	0059	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	25/12/2023	R\$ 7.800,00	04/12/2023	7.800,00	7.800,00	0060	Quitado	0,00

Total devido em 06/12/2023 (em reais):

0,00

Total de créditos em 06/12/2023 (em reais):

0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true

ANEXO ANATEL (11238019)

SEI-55113-015533/2021-65 / pg. 115

Detalhes da Receita:

Sigla:

Valor base:

Receita notificável:

Vinculada a existência de habilitação: Não

Impresso por: **Diogo KIBEIRO BARROS**

FLO **cia de Administração Geral**
l de Planejamento Orçamento e Finanças
recadação

Sim

Data/Hora: **25/08/2023 10:42:26**

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea
	9345	Cessão de Uso/Aluguéis
	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

ANEXO ANATEL (11238019)

SEI 35113-019369/2021-65 / pg. 116

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Servios de Radiodifuso
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.dec.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

ANEXO ANATEL (11238019)

SEI 435113-015555/2021-65 / pg. 117



BOM DIA

Tiago Ribeiro Barros

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 90.918.343/0001-22											
RADIO LITORAL LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GILMAR NUNES DA SILVA	380.867.000-20	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
PAULO CESAR NOTARI	183.669.530-68	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 06/12/2023

Hora: 08:02:37



BOM DIA

Tiago Ribeiro Barros

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		380.867.000-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GILMAR NUNES DA SILVA	380.867.000-20	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 06/12/2023

Hora: 08:03:13



BOM DIA

Tiago Ribeiro Barros

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado


Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		183.669.530-68									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO CESAR NOTARI	183.669.530-68	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 06/12/2023


Hora: 08:03:31



BOM DIA

Tiago Ribeiro Barros

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	90.918.343/0001-22

[Não foi encontrado dados com essa informação](#)

Usuário: 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros

Data: 06/12/2023

Hora: 08:04:03

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 5791/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.013389/2021-65

INTERESSADO: RÁDIO LITORAL LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO LITORAL LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Osório/RS, referente ao seguinte período: 26/10/2021 a 26/10/2031.

ANÁLISE

2. A análise realizada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, nos termos da Nota Técnica nº 7416/2023/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício nº 13568/2023/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI 10918871 e 10918873). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.014274/2023-50, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar o seguinte documento:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, de Gilmar Nunes da Silva, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Nota Técnica 5791/2024/SEI-MCOM

SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 122

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 02/04/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11447123** e o código CRC **B979A7E1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 11447123



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Nota Técnica 5791 (11447123)

SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 123

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 11135/2024/MCOM

Brasília, 27 de março de 2024.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RADIO LITORAL LTDA (CNPJ Nº 90.918.343/0001-22)
Rua Marechal Floriano Peixoto, 920 CONJ 204
95.520 000 Osório/RS

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.013389/2021-65.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 5791/2024/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Ofício 11135 (11447157) - SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 124

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 02/04/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11447157** e o código CRC **657D0AE9**.

Anexos:

- Nota Técnica nº 5791 (11447123).

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 11447157



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Código 11447157

SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 125

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Data de Envio:

02/04/2024 13:18:35

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<sei@mcom.gov.br>

Para:

pan103@terra.com.br
pnotari@ibest.com.br
pnotari@hotmail.com
rodrigoborges@jovempantlitoral.com.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES.

Mensagem:

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº 53115.013389/2021-65

INTERESSADA: RADIO LITORAL LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11447157.html
Nota_Tecnica_11447123.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



Tania Aparecida de Paula

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	pan103@terra.com.br, pnotari@ibest.com.br, pnotari@hotmail.com, rodrigoborges@jovempanlitoral.com.br
10 ▾ 1 / 1		



5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Data de Envio:

02/04/2024 13:21:22

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<sei@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES.

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.013389/2021-65, foi encaminhada notificação à RADIO LITORAL LTDA (CNPJ Nº 90.918.343/0001-22), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Nota_Tecnica_11447123.html

Oficio_11447157.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Marcio da Silva Barbosa <marcio.barbosa@mcom.gov.br>

Qui, 07/12/2023 10:37

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Cc: Karina César da Silveira Santos Menezes <karina.menezes@mcom.gov.br>

Senhor (a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RADIO LITORAL LTDA, (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de Osório/RS, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 6 de dezembro de 2023 09:14

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.013389/2021-65

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RADIO LITORAL LTDA, (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de Osório/RS, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office365.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJMDQwLWRkODIhNGY4NG05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCR...
E-mail: RESPOSTA CGFM (1201629) - 53115.013389/2021-65 / pg. 129



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 90.918.343/0001-22 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 10/04/1980</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO LITORAL LTDA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>		<div>PORTE EPP</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>			
<div>LOGRADOURO R MARECHAL FLORIANO</div>	<div>NÚMERO 920</div>	<div>COMPLEMENTO CONJ 204</div>	
<div>CEP 95.520-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO OSORIO</div>	<div>UF RS</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>		<div>TELEFONE</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 06/12/2023 às 07:53:59 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura-camara-leg-br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo Certidos emitidas (P1258020)

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8 / pg. 130

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	90.918.343/0001-22
NOME EMPRESARIAL:	RADIO LITORAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	PAULO CESAR NOTARI
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	GILMAR NUNES DA SILVA
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 06/12/2023 às 07:54 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 90.918.343/0001-22
Razão Social: RADIO LITORAL LTDA
Endereço: AV MAL FLORIANO 920 CJ 204 205 / CENTRO / OSORIO / RS / 95520-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/12/2023 a 02/01/2024

Certificação Número: 2023120409275182344731

Informação obtida em 06/12/2023 08:39:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://mofe-gauienciofcafe-esofaia-caifara-deg-br/25872971f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo Certidos emidas (1/25872971f1-4541-8751-3596efd4a2e8)

SEI 33115-013389/2021-65 / pg. 132



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO LITORAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Certidão nº: 69592604/2023

Expedição: 06/12/2023, às 08:40:16

Validade: 03/06/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO LITORAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **90.918.343/0001-22**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO LITORAL LTDA
CNPJ: 90.918.343/0001-22

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 08:41:13 do dia 06/12/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/06/2024.

Código de controle da certidão: **2164.3D30.7CA3.FD0B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo Certidões emitidas (1/258029)

SEI 33115-013389/2021-65 / pg. 134

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO LITORAL LTDA**

CPF/CNPJ: **90.918.343/0001-22**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 08:42:43 do dia 06/12/2023 , com validade até o dia 05/01/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: pQoJOev3TBpVEtCx4hGY

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo Certidoes emitidas (1/258020)

CEL733115.013389/2021-65 / pg. 135



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Nome: **RADIO LITORAL LTDA**

CNPJ base: **90.918.343/**

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos **06 dias do mês de DEZEMBRO do ano de 2023**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 3/2/2024.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **26955657**
Autenticação: **37185420**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura-camara-leg-br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo Certidões emitidas (P1258020)

SEI 33115-013389/2021-65 / pg. 136

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Id solicitação: 57dbac3d9ba3c

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO LITORAL LTDA	
Nome Fantasia: JOVEM PAN NEWS LITORAL	
Telefone: (51) 36632788	E-mail: pan103@terra.com.br
CNPJ: 90.918.343/0001-22	Número do Fistel: 03008010172
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 26/10/2001	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 26/10/2031	
Observações: SSR32/82,SG175/82;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: CONJUNTO 204/205	
Bairro: CENTRO	Numero: 920	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: CONJUNTO 204/205	
Bairro: CENTRO	Numero: 920,	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA PROFESSOR ROMILDO BOLZAN	Complemento:	
Bairro: BORÚSSIA	Numero: 4205	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: 204	
Bairro: CENTRO	Numero: 920	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Osório	UF: RS

Parâmetros Técnicos			
Canal: 276	Frequência: 103.1 MHz	Classe: E3	ERP Máxima: 9.189kW
HCI: 34.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24/17:06:31 eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596ef42a2e8

Anexo - Anatel (11567744)

3E155175-015569/2021-65 / pg. 138

Informações Gerais	
Número da Estação: 9546162	Número Indicativo: ZYD588
Data Último Licenciamento: 06/12/2023	Número da Licença: 53500.100725/2023-27

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 29° 52' 53.00" S	Longitude: 50° 17' 17.99" W	Cota da base: 376.5 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG5000i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: 5.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LDF7-50A 1-5/8"	Fabricante: ANDREW ANTENAS LTDA.		
Comprimento da Linha: 43.0 m	Atenuação: 1.30 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.008 dB	Impedância: 50.0 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMA-4	Fabricante: ANDREW ANTENAS LTDA				
Ganho: 3.21 dBd	Beam-Tilt: 0°	Orientação NV: 0°	Polarização: Circular	HCI: 34.5 m	ERP Máxima: 9.19 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0.13	30°: 0.26	35°: 0.35	40°: 0.45	45°: 0.54	50°: 0.63	55°: 0.68
60°: 0.72	65°: 0.82	70°: 0.92	75°: 0.99	80°: 1.06	85°: 1.09	90°: 1.11	95°: 1.14	100°: 1.16	105°: 1.19	110°: 1.21	115°: 1.24
120°: 1.26	125°: 1.26	130°: 1.26	135°: 1.26	140°: 1.26	145°: 1.26	150°: 1.26	155°: 1.23	160°: 1.21	165°: 1.18	170°: 1.16	175°: 1.13
180°: 1.11	185°: 1.14	190°: 1.16	195°: 1.16	200°: 1.16	205°: 1.16	210°: 1.16	215°: 1.16	220°: 1.16	225°: 1.16	230°: 1.16	235°: 1.16
240°: 1.16	245°: 1.16	250°: 1.16	255°: 1.16	260°: 1.16	265°: 1.16	270°: 1.16	275°: 1.16	280°: 1.16	285°: 1.13	290°: 1.11	295°: 1.01
300°: 0.92	305°: 0.77	310°: 0.63	315°: 0.54	320°: 0.45	325°: 0.35	330°: 0.26	335°: 0.13	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 29°39'33.89" S Lon 50°17'17.99" W	5°: Lat 29°41'25.59" S Lon 50°16'8.76" W	10°: Lat 29°43'29.43" S Lon 50°15'18.98" W	15°: Lat 29°45'49.25" S Lon 50°15'7.19" W	20°: Lat 29°42'29.42" S Lon 50°12'44.42" W	25°: Lat 29°36'29.36" S Lon 50°8'17.44" W	30°: Lat 29°34'50.23" S Lon 50°5'19.52" W	35°: Lat 29°35'29.35" S Lon 50°3'14.95" W	40°: Lat 29°36'29.36" S Lon 50°1'8.57" W	45°: Lat 29°36'57.68" S Lon 49°59'0.56" W	50°: Lat 29°38'30.36" S Lon 49°56'7.37" W	55°: Lat 29°39'57.41" S Lon 49°56'6.03" W
60°: Lat 29°41'31.72" S Lon 49°54'43.44" W	65°: Lat 29°43'12.64" S Lon 49°53'30.14" W	70°: Lat 29°45'29.45" S Lon 49°52'31.96" W	75°: Lat 29°46'52.72" S Lon 49°51'39.45" W	80°: Lat 29°48'51.21" S Lon 49°51'14.24" W	85°: Lat 29°50'51.17" S Lon 49°51'6.53" W	90°: Lat 29°52'50.42" S Lon 49°51'5.47" W	95°: Lat 29°54'48.87" S Lon 49°51'16.39" W	100°: Lat 29°56'46.45" S Lon 49°51'33.73" W	105°: Lat 29°58'42.27" S Lon 49°52'2.85" W	110°: Lat 30°0'37.05" S Lon 49°52'38.38" W	115°: Lat 30°2'25.11" S Lon 49°53'35.48" W
120°: Lat 30°4'8.08" S Lon 49°54'43.06" W	125°: Lat 30°5'47.9" S Lon 49°55'56.04" W	130°: Lat 30°7'21.82" S Lon 49°57'18.83" W	135°: Lat 30°8'52.48" S Lon 49°58'46.93" W	140°: Lat 30°10'9.16" S Lon 50°0'31.3" W	145°: Lat 30°11'17.4" S Lon 50°2'22.67" W	150°: Lat 30°12'20.85" S Lon 50°4'17.38" W	155°: Lat 30°13'11.09" S Lon 50°6'20.42" W	160°: Lat 30°13'56.13" S Lon 50°8'25.76" W	165°: Lat 30°14'36.1" S Lon 50°10'33.76" W	170°: Lat 30°15'1.67" S Lon 50°12'46.76" W	175°: Lat 30°15'21.82" S Lon 50°15'1.37" W
180°: Lat 30°15'26.99" S Lon 50°17'17.99" W	185°: Lat 30°15'21.82" S Lon 50°19'34.6" W	190°: Lat 30°15'6.34" S Lon 50°21'50.17" W	195°: Lat 30°14'36.1" S Lon 50°24'2.21" W	200°: Lat 30°14'0.58" S Lon 50°26'12.11" W	205°: Lat 30°13'15.38" S Lon 50°28'17.89" W	210°: Lat 30°12'29.05" S Lon 50°30'24.1" W	215°: Lat 30°11'25.16" S Lon 50°32'19.62" W	220°: Lat 30°10'12.78" S Lon 50°34'8.21" W	225°: Lat 30°8'52.48" S Lon 50°35'49.05" W	230°: Lat 30°7'24.86" S Lon 50°37'21.36" W	235°: Lat 30°5'50.61" S Lon 50°38'44.44" W
240°: Lat 30°4'10.43" S Lon 50°39'57.67" W	245°: Lat 30°2'25.11" S Lon 50°40'41.05" W	250°: Lat 30°0'30.62" S Lon 50°41'36.99" W	255°: Lat 29°58'27.73" S Lon 50°41'29.61" W	260°: Lat 29°56'27.09" S Lon 50°40'52.81" W	265°: Lat 29°54'34.59" S Lon 50°40'3.31" W	270°: Lat 29°52'51.3" S Lon 50°38'35.15" W	275°: Lat 29°51'22.91" S Lon 50°46.47" W	280°: Lat 29°50'10.01" S Lon 50°45.97" W	285°: Lat 29°49'21.64" S Lon 50°23.54" W	290°: Lat 29°48'12.38" S Lon 50°32'3.91" W	295°: Lat 29°46'34.29" S Lon 50°25'1.44" W
300°: Lat 29°44'16.15" S Lon 50°42'6.78" W	305°: Lat 29°42'8.51" S Lon 50°34'55.73" W	310°: Lat 29°42'19.67" S Lon 50°14'45.89" W	315°: Lat 29°41'29.93" S Lon 50°0'23.56" W	320°: Lat 29°41'20.45" S Lon 50°8'26.47" W	325°: Lat 29°42'5.89" S Lon 50°25'59.4" W	330°: Lat 29°40'6.75" S Lon 50°25'46.95" W	335°: Lat 29°40'18.5" S Lon 50°24'2.82" W	340°: Lat 29°39'24.03" S Lon 50°25'6.77" W	345°: Lat 29°37'34.45" S Lon 50°22'1.1" W	350°: Lat 29°38'35.94" S Lon 50°11.86" W	355°: Lat 29°39'32.2" S Lon 50°18'38.61" W

Distância por radial											
0°: 24.68	5°: 21.31	10°: 18.38	15°: 13.55	20°: 21.46	25°: 34.35	30°: 38.6	35°: 39.48	40°: 40.5	45°: 41.67	50°: 41.38	55°: 41.67



60°: 41.97	65°: 42.26	70°: 42.41	75°: 42.7	80°: 42.55	85°: 42.26	90°: 42.11	95°: 41.97	100°: 41.97	105°: 41.97	110°: 42.11	115°: 41.97
120°: 41.82	125°: 41.82	130°: 41.82	135°: 41.97	140°: 41.82	145°: 41.67	150°: 41.67	155°: 41.53	160°: 41.53	165°: 41.67	170°: 41.67	175°: 41.82
180°: 41.82	185°: 41.82	190°: 41.82	195°: 41.67	200°: 41.67	205°: 41.67	210°: 41.97	215°: 41.97	220°: 41.97	225°: 41.97	230°: 41.97	235°: 41.97
240°: 41.97	245°: 41.97	250°: 41.53	255°: 40.21	260°: 38.45	265°: 36.69	270°: 34.2	275°: 31.42	280°: 28.78	285°: 25.12	290°: 25.27	295°: 27.61
300°: 31.86	305°: 34.64	310°: 30.4	315°: 29.81	320°: 27.91	325°: 24.39	330°: 27.32	335°: 25.71	340°: 26.59	345°: 29.37	350°: 26.88	355°: 24.83

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 007500501806						Modelo: RDFM 5000T					
Fabricante: RF Telavo Telecomunicações Ltda						Potência de Operação: 5.000 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento: 030299PA0035						Modelo: Equipamento não encontrado.					
Fabricante: INGENIUM S.R.L.						Potência de Operação: 1.00 kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 9.19 kW
RDS					
Código PI: B823					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
591981	202	Portaria	MC	22/10/1981	26/10/1981	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
120251981	140	Portaria	Dentel	17/02/1982	15/03/1982	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
1208801983	220883	Despacho	MC	22/08/1983		Advertência	Jurídico
1216851983	1441	Portaria	MC	15/09/1983	22/09/1983	Multa	Jurídico
1215491983	1494	Portaria	MC	28/09/1983	11/10/1983	Multa	Jurídico
291020000741985	130385	Despacho	MC	13/03/1985		Multa	Jurídico
291020001471985	365	Ofício	MC	16/07/1985		Advertência	Jurídico
291020003231986	230786	Despacho	MC	23/07/1986		Multa	Jurídico
291020004371986	23078	Despacho	MC	23/07/1986		Multa	Jurídico
291020005941986	311286	Despacho	MC	31/12/1986		Multa	Jurídico
291020013651985	124	Portaria	MC	12/05/1987		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
291020013151988	301288	Despacho	MC	30/12/1988		Multa	Jurídico
291020012611988	10389	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico



291020013201988	1038	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291020016481988	103	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291020001461989	130389	Despacho	MC	13/03/1989		Multa	Jurídico
291020001741989	13038	Despacho	MC	13/03/1989		Multa	Jurídico
291020002231989	250489	Despacho	MC	25/04/1989		Multa	Jurídico
291020002611989	240589	Despacho	MC	24/05/1989		Multa	Jurídico
291020008621989	190789	Despacho	MC	19/07/1989		Multa	Jurídico
291020006121989	40989	Despacho	MC	04/09/1989		Multa	Jurídico
291020007001989	260989	Despacho	MC	26/09/1989		Multa	Jurídico
291020010791989	151189	Despacho	MC	15/11/1989		Multa	Jurídico
291020012771989	151289	Despacho	MC	15/12/1989		Multa	Jurídico
291020013941989	301289	Despacho	MC	30/12/1989		Multa	Jurídico
291020003781990	150890	Despacho	MC	15/08/1990		Advertência	Jurídico
291020003821991	100492	Despacho	MC	10/04/1992		Advertência	Jurídico
291020012371991	86	Portaria	MC	22/06/1992	02/07/1992	Renovação	Jurídico
291020012371991	11	Decreto Legislativo	CN	09/03/1995	10/03/1995	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
537900010031995	121196	Despacho	MC	12/11/1996	21/11/1996	Advertência	Jurídico
537900026291995	1199	Portaria	MC	25/09/1997	03/10/1997	Multa	Jurídico
537900017131996	1261	Portaria	MC	01/10/1997	08/10/1997	Multa	Jurídico
537900012851996	546	Portaria	MC	25/10/1999	01/11/1999	Multa	Jurídico
291020013651985	47191	Ato	ER	14/10/2004	20/10/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
537900010902001	467	Portaria	MC	23/08/2007	11/09/2007	Renovação	Jurídico
537900010902001	113	Decreto Legislativo	CN	28/02/2011	01/03/2011	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535000458042017 10	929	Ato	ORLE	15/02/2017	03/11/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.048290/202 2-11	7698	Ato	ORLE	03/06/2022	13/06/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.093905/202 3-45	11015153	Ato	ORLE	18/10/2023	06/11/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento



24/17:06:31 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Anexo - Anatel (1156744)

3E155175-015569/2021-65 / pg. 141

NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO LITORAL LTDA				CNPJ 90918343000122	
Nº DA ESTAÇÃO 9546162	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada		NAT. SERV.	LATITUDE 29° 52' 53.00" S	LONGITUDE 50° 17' 17.99" W
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA PROFESSOR ROMILDO BOLZAN, nº 4205.			DISTRITO		
BAIRRO BORÚSSIA			MUNICÍPIO Osório		UF RS

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:		26/10/2031	
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICIPIO:	Osório	UF:	RS
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	103.1 MHz	CANAL:	276
CLASSE:	E3	COTA BASE DA TORRE:	376.5
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYD588		
NOME FANTASIA:	JOVEM PAN NEWS LITORAL	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Osório		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	RUA MARECHAL FLORIANO	BAIRRO:	CENTRO
MUNICÍPIO:	Osório	UF:	RS
NUMERO:	920	COMPLEMENTO:	204
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	-	UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Omnidirecional		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	MODELO:	ETG5000i
CÓDIGO:	027381200422	POTÊNCIA:	5.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	RF Telavo Telecomunicações Ltda	MODELO:	RDFM 5000T
CÓDIGO:	007500501806	POTÊNCIA:	5.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:	INGENIUM S.R.L.	MODELO:	Equipamento não encontrado.
CÓDIGO:	030299PA0035	POTÊNCIA:	1.00 kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	ANDREW ANTENAS LTDA	MODELO:	FMA-4
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	3.21 dBd
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	0 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	34.5 m	BEAM TILT:	0 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
POLARIZAÇÃO:		GANHO:	dBd
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	BEAM TILT:	graus
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	ANDREW ANTENAS LTDA.	MODELO:	LDF7-50A 1-5/8"
RDS			
Código PI:		B823	

VALIDADE DA LICENCA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 06/06/2024 17:00:58



Emitido Em
06/12/2023

Esta licença pode ser validada em

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMaNWlnbmNhOjoyMDIzNjU4NTIjYjQ2M>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/DiNp=7a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO LITORAL LTDA

CNPJ: 90.918.343/0001-22

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:02:09 do dia 06/06/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/07/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

anet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSMódulo=3761

https://infoleg-autenticada-assinatura.camara.leg.br/5168/a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Anexo - Anatel (11569744)

SIS-53175-013569/2021-65 / pg. 144

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Servios de Radiodifuso
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSModulo=3761>
<https://infoleg-autenticada-assinatura.camara.leg.br/5108/a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo - Anatel (11569744)

SIS-55175-013589/2021-65 / pg. 145

Dados da consulta Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO LITORAL LTDA

Nº FISTEL: 03008010172

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 90918343000122

Situação: Ativa

Data Validade: 26/10/2001

CADIN: Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

UF: RS

Proc. Caducidade: Não

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito / Crédito (R\$)
1660	1	1989	15/01/1990	13.122,61	15/01/1990	13.122,61	13.122,61	0001	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	1993	31/03/1993	794.773,61	31/03/1993	1.303.941,02	1.303.941,02	0002	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	1994	31/03/1994	20.132,69	17/03/1994	39.141,73	39.141,73	0003		
					05/01/1995	15,66			Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1995	31/03/1995	107,22	25/04/1995	75,70	75,70	0004	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	0	1995	31/03/1995	R\$ 0,00	26/04/1995	11,79	11,79	0005	Cancelado	0,00
								Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	1996	31/03/1996	53,61	30/12/1997	76,99	76,99	0006	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	1997	31/03/1997	107,22	12/03/1997	97,65	97,65	0007	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	2	1998	31/03/1998	R\$ 2.900,00	31/03/1998	97,65	97,65	0008		
					30/06/2003	5.937,05	5.937,05		Quitado	0,00
1329 - TFF	1	1999	31/03/1999	R\$ 2.900,00	31/03/1999	2.900,00	2.900,00	0009	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		












Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Anexo _Anatel (11567744)

SEI 55175-013569/2021-65 / pg. 146

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

1660	0	1999	31/05/2001	R\$ 619,63	31/10/2002	619,63	619,63	 0010 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2000	31/03/2000	R\$ 2.900,00	31/03/2000	2.900,00	2.900,00	 0011 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2001	31/03/2001	R\$ 2.900,00	30/03/2001	2.900,00	2.900,00	 0012 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2002	31/03/2002	R\$ 2.900,00	28/11/2003	4.435,82	4.435,82	 0013 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2003	31/03/2003	R\$ 2.900,00	30/09/2003	3.785,95	3.785,95	 0014 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2004	31/03/2004	R\$ 2.900,00	31/03/2004	2.900,00	2.900,00	 0015 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2005	31/03/2005	R\$ 2.900,00	23/03/2005	2.900,00	2.900,00	 0016 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1550	0	2004	04/04/2005	R\$ 2.220,38	04/04/2005	2.220,38	2.220,38	 0017 Histórico do Lançamento	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2006	31/03/2006	R\$ 2.900,00	31/03/2006	2.900,00	2.900,00	 0018 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2007	31/03/2007	R\$ 2.900,00	02/04/2007	2.900,00	2.900,00	 0019 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2008	31/03/2008	R\$ 2.900,00	31/03/2008	2.900,00	2.900,00	 0021 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2009	31/03/2009	R\$ 2.610,00	31/03/2009	2.610,00	2.610,00	 0022 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2009	31/05/2009	R\$ 290,00	20/05/2009	290,00	290,00	 0024 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2010	31/03/2010	R\$ 2.610,00	31/03/2010	2.610,00	2.610,00	 0025 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2010	31/03/2010	R\$ 290,00	29/03/2010	290,00	290,00	 0026 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2011	31/03/2011	R\$ 2.610,00	31/03/2011	2.610,00	2.610,00	 0027 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00














Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Arquivo - Anexo (1156774)

SEI 55175-013569/2021-65 / pg. 147

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

4200 - CFRP	1	2011	31/03/2011	R\$ 290,00	30/03/2011	290,00	290,00	 0028 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 1.914,00	02/04/2012	1.914,00	1.914,00	 0029 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 290,00	02/04/2012	290,00	290,00	 0030 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 1.914,00	01/04/2013	1.914,00	1.914,00	 0031 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 290,00	28/03/2013	290,00	290,00	 0032 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 1.914,00	31/03/2014	1.914,00	1.914,00	 0033 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 290,00	26/03/2014	290,00	290,00	 0034 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1660	0	2013	13/01/2014	R\$ 3.694,45	13/04/2015	4.926,18	4.926,18	 0035 Histórico do Lançamento	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 1.914,00	31/03/2015	1.914,00	1.914,00	 0036 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 290,00	30/03/2015	290,00	290,00	 0037 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 1.914,00	31/03/2016	1.914,00	1.914,00	 0038 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 290,00	31/03/2016	290,00	290,00	 0039 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 1.914,00	31/03/2017	1.914,00	1.914,00	 0040 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 290,00	31/03/2017	290,00	290,00	 0041 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	16/12/2017	R\$ 200,00	07/11/2017	200,00	200,00	 0042 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 1.914,00	02/04/2018	1.914,00	1.914,00	 0043 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo_Annater (1156774)

SEI 55175-013569/2021-65 / pg. 148

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 290,00	29/03/2018	290,00	290,00	 0044 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 1.914,00	13/03/2019	1.914,00	1.914,00	 0045 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 290,00	12/03/2019	290,00	290,00	 0046 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2019	16/07/2019	R\$ 5.800,00	12/06/2019	5.800,00	5.800,00	 0047 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 1.914,00	26/03/2020	1.914,00	1.914,00	 0050 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 290,00	26/03/2020	290,00	290,00	 0051 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 1.914,00	31/03/2021	1.914,00	1.914,00	 0052 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 290,00	05/04/2021	297,69	297,69	 0053 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 1.914,00	29/03/2022	1.914,00	1.914,00	 0054 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 290,00	24/03/2022	290,00	290,00	 0055 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2022	01/07/2022	R\$ 280,70	01/06/2022	280,70	280,70	 0056 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 1.914,00	31/03/2023	1.914,00	1.914,00	 0057 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 290,00	31/03/2023	290,00	290,00	 0058 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2023	15/11/2023	R\$ 252,63	16/10/2023	252,63	252,63	 0059 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	25/12/2023	R\$ 7.800,00	04/12/2023	7.800,00	7.800,00	 0060 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2024	31/03/2024	R\$ 2.574,00	28/03/2024	2.574,00	2.574,00	 0061 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Arquivo_Annex (11564744)

SEI 55175-013569/2021-65 / pg. 149

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

4200 - CFRP	1	2024	31/03/2024	R\$ 390,00	28/03/2024	390,00	390,00	<div>0062</div> <div> Histórico do Lançamento</div>	Quitado	0,00
----------------	---	------	------------	------------	------------	--------	--------	--	---------	------

Total devido em 06/06/2024 (em reais): 0,00

Total de créditos em 06/06/2024 (em reais): 0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Registro 1 até 58 de 58 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Arquivo_Annater (11567744)

SEI-55175-013569/2021-65 / pg. 150

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		90.918.343/0001-22									
RADIO LITORAL LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GILMAR NUNES DA SILVA	380.867.000-20	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
PAULO CESAR NOTARI	183.669.530-68	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório

Usuário: - Data: 06/06/2024 Hora: 17:00:11



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd42e8>

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 380.867.000-20											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GILMAR NUNES DA SILVA	380.867.000-20	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	200	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório

Usuário: - **Data: 06/06/2024** **Hora: 17:04:11**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 183.669.530-68									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULO CESAR NOTARI	183.669.530-68	RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RS	Osório
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Imbé
		RADIO LITORAL LTDA	90.918.343/0001-22	Sócio	19800	0,00%	0,00%	FM	--	RS	Osório

Usuário: -

Data: 06/06/2024

Hora: 17:04:19



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo - Anatel (11567744)

3E155175-013569/2021-65 / pg. 153

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

PUBLICADO	
Nº	
DIÁRIO OFICIAL	
26 / 10 / 1981	
Página Nº	
Encarregado da Redação	



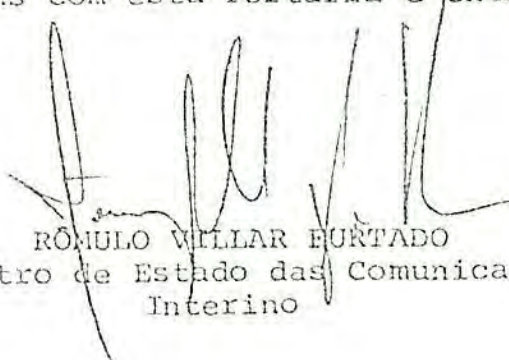
Portaria n.º 202, de 22 de 10 de 1981

O Ministro de Estado DAS COMUNICAÇÕES, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 59/81 (Edital nº 83/80),

RESOLVE:

I - Outorgar permissão, de acordo com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à RÁDIO LITORAL LTDA, para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á de acordo com as cláusulas baixadas com esta Portaria e entrará em vigor na data de sua publicação.


RÔMULO VILLAR FURTADO
Ministro de Estado das Comunicações
Interino



PORTARIA Nº 467 ,DE 23 DE AGOSTO DE 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art.5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.001090/2001, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 26 de outubro de 2001, a permissão outorgada à RÁDIO LITORAL LTDA. pela Portaria nº 202, de 22 de outubro de 1981, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de outubro de 1981, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA

Ministro de Estado das Comunicações





sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curiaco, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 113, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO LITORAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 467, de 23 de agosto de 2007, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 26 de outubro de 2001, a permissão outorgada à Rádio Litoral Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 114, DE 2011**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO OESTE BAIANO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 10 de fevereiro de 2010, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 8 de agosto de 2003, a concessão outorgada à Televisão Oeste Baiano Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 115, DE 2011**

Aprova o ato que outorga permissão ao GRUPO TUCANO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucano, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 386, de 18 de junho de 2009, que outorga permissão ao Grupo Tucano de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucano, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 116, DE 2011**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO COLONIAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três de Maio, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de fevereiro de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Colonial Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três de Maio, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 117, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MIRANTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 525, de 10 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 17 de junho de 2000, a permissão outorgada à Rádio Mirante Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 118, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE TRIUNFO DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itamaraju, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 542, de 10 de agosto de 2007, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 18 de setembro de 2007, a permissão outorgada à Rede Triunfo de Comunicações Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itamaraju, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 119, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à EMISSORA DIÁRIO DA REGIÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirassol, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 574, de 14 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 22 de agosto de 2006, a permissão outorgada à Emissora Diário da Região Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirassol, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 120, DE 2011**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária São José para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anguera, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.061, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária São José para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anguera, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 121, DE 2011**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PAIMFILHENSE - ASCOPAN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paim Filho, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 675, de 10 de setembro de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária Paimfilhense - ASCOPAN para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paim Filho, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de fevereiro de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 122, DE 2011**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE VICENTE DUTRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vicente Dutra, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 678, de 10 de setembro de 2009, que outorga autorização à Associação de





1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Apêndice - Parecer 00010/2023/CONJUR-MCOM (11567757) - SEI 55115.013389/2021-65 / pg. 157

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
- Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infocleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e zens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo - Parecer 00010-2023CONJUR/MCOM (11567757) - SEI 35115.013389/2021-65 / pg. 161

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consultoria Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infopq.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Apêndice - Parecer 00010-2023CONJUR/MCOM (11567757)

SEI 35115.013389/2021-65 / pg. 162



5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infocaj-autenticadocassinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo 1 - Parecer 00010-2023 CONJUR/MCOM (11567757)

SEI35115.013389/2021-65 / pg. 163

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do RSR). Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infocaj-autenticidade-assinatura-camara-legis/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo 1 - Parecer 00010-2023-CONJUR/MCOM (71567757)

SEI59115.013389/2021-65 / pg. 165

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaltransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infocis-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infopleg-autenticidade-assinatura-camara-legis/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

ANEXO - Parecer 00010/2023CONJUR-MCOM (11567757) - SEP 33115.013389/2021-65 / pg. 167



5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo - Parecer 00010-2023CONJUR-MCOM (11567757) - SEI 33115.013389/2021-65 / pg. 169

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



BOM DIA

Renata Vieira Machado

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	90.918.343/0001-22

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 68900376187 - Renata Vieira Machado

Data: 18/06/2024

Hora: 11:25:24

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 90.918.343/0001-22 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 10/04/1980</div>
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO LITORAL LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>		<div>PORTE EPP</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO R MARECHAL FLORIANO</div>	<div>NÚMERO 920</div>	<div>COMPLEMENTO CONJ 204</div>
<div>CEP 95.520-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO OSORIO</div>
<div>UF RS</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>		<div>TELEFONE</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 18/06/2024 às 11:27:20 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Anexo CNPJ e CDA atualizados (11383606)

SEI 55119-013389/2021-65 / pg. 171

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

90.918.343/0001-22

NOME EMPRESARIAL:

RADIO LITORAL LTDA

CAPITAL SOCIAL:

R\$20.000,00 (Vinte mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

PAULO CESAR NOTARI

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:

GILMAR NUNES DA SILVA

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.



Emitido no dia 18/06/2024 às 11:27 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

 Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 43200192618		Código da Natureza Jurídica 2062	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		
1 - REQUERIMENTO					
ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul					
Nome: RADIO LITORAL LTDA					
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)					
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:					
<div>Nº FCN/REMP  RSN2383941610</div>					
Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO	
1	002			ALTERACAO	
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO	
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL	
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR	
<u>OSORIO</u> Local			Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:		
			Nome: _____		
			Assinatura: _____		
<u>5 Dezembro 2023</u> Data			Telefone de Contato: _____		
2 - USO DA JUNTA COMERCIAL					
<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR <input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA					
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s): <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> SIM _____ _____ _____ _____ _____ <input type="checkbox"/> NÃO ____/____/____ Data Responsável				Processo em Ordem À decisão ____/____/____ Data _____ Responsável	
DECISÃO SINGULAR					
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.		____/____/____ Data Responsável			
DECISÃO COLEGIADA					
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.		____/____/____ Data			
		Vogal	Vogal	Vogal	
		Presidente da _____ Turma			
OBSERVAÇÕES					



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/420.626-8	RSN2383941610	07/11/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
183.669.530-68	PAULO CESAR NOTARI	05/12/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

registro sob o nº 9478265 em 07/12/2023 da Empresa RADIO LITORAL LTDA, CNPJ 90918343000122 e protocolo 234206268 - 23. Autenticação: AC4C7D63B57FE09019D755BB83E425F762AE2985. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este ato, acesse <http://juicrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 23/420.626-8 e o código de segurança sILc Esta cópia foi autenticada e assinada em 07/12/2023 por José Tadeu Jacoby, Secretário-Geral.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5108/a295/11-45418-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo alteração contratual (17587655)

SEP 53119:013389/2021-65 / pg. 174



5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

RÁDIO LITORAL LTDA.

9ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

PAULO CÉSAR NOTARI, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Porto Alegre/RS, nascido em 11/09/1955, residente e domiciliado em Osório/RS, na Alameda das Acácias nº 711, Condomínio Interlagos, CEP 95520-000, inscrito no CPF/MF nº 183.669.530-68 e CI-SSP/RS nº 1009169838; e,

GILMAR NUNES DA SILVA, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, empresário, natural de Osório, nascido em 26/05/1963, residente e domiciliado em Osório/RS, na Rua Sete de Setembro nº 1692, Centro, CEP 95520-000, inscrito no CPF/MF nº 380.867.000-20 e CI-SSP/RS nº 1022510455; Únicos sócios da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial de **RÁDIO LITORAL LTDA.**, com sede em Osório/RS, na Rua Marechal Floriano nº 920, Conjunto 204, Centro, CEP 95520-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 90.918.343/0001-22 e na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul-JucisRS, sob o NIRE 43200192618, resolvem promover a presente 9ª Alteração e Consolidação do Contrato Social, mediante as seguintes condições:

PRIMEIRA: O sócio **Gilmar Nunes da Silva**, assume a condição de Administrador, podendo atuar exclusivamente em conjunto com o sócio Paulo César Notari, na representação e gestão da sociedade, conforme deliberação em documento apartado, passando a Cláusula 07 do Contrato Social a ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA 07 - A sociedade será administrada, individualmente, pelo sócio Paulo César Notari. O sócio Gilmar Nunes da Silva, exercerá a administração, sempre em conjunto com o sócio Paulo César Notari, por prazo indeterminado, cabendo-lhes a gestão de todos os negócios sociais e comerciais, ficando dispensados da prestação de caução.

§ 1º Na hipótese de morte ou incapacidade para a vida civil do administrador Paulo César Notari, o sócio Gilmar Nunes da Silva, poderá exercer as funções plenas de administração e representação da sociedade, individualmente.

§ 2º Os administradores poderão ser sócios ou não, nomeados no contrato social ou em documento apartado.

§ 3º Observado o disposto no caput desta cláusula, os administradores terão os mais amplos e gerais poderes de administração e de representação da sociedade, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial, vedada em seus nomes, a prática de atos de favor, avais, fianças e abonos, salvo deliberação de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 4º A nomeação e destituição de sócios administradores serão deliberadas pelos sócios detentores da maioria do capital social da sociedade. Para a nomeação e destituição de administradores não sócios, faz-se necessário o atendimento ao disposto no Art. 1.061 da Lei nº 10.406/2002.

§ 5º Para contrair financiamento, alienar ou de qualquer forma gravar bens móveis ou imóveis do ativo fixo da sociedade, inclusive hipotecar, penhorar ou alienar fiduciariamente ditos bens, necessária se torna a assinatura de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 6º Os administradores terão direito a uma remuneração mensal, a título de pro labore, estabelecida pela administração e aprovada pelos sócios detentores da maioria do capital social, observados o estado econômico e a disponibilidade financeira da sociedade.

§ 7º O exercício da administração da sociedade cessa pela morte, renúncia ou destituição, em qualquer tempo do titular ou em ato separado no caso de administrador não sócio. Nessas hipóteses, será nomeado novo administrador mediante alteração contratual e/ou ato de nomeação.”



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul



registro sob o nº 9478265 em 07/12/2023 da Empresa RADIO LITORAL LTDA, CNPJ 90918343000122 e protocolo 234206268 - 23. Autenticação: AC4C7D63B57FE09019D755BB83E425F762AE2985. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este ato, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 23/420.626-8 e o código de segurança sILc Esta cópia foi autenticada em 07/12/2023 por José Tadeu Jacoby, Secretário-Geral.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/5f87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo alteração contratual (17587659)

SEP 53115-013389/2021-65 / pg. 175



pág. 3/9

5f87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

SEGUNDA: Os administradores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

TERCEIRA: Em decorrência das alterações havidas, as partes resolvem adotar nova redação e consolidação do Contrato Social, conforme redação a seguir:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

São sócios:

PAULO CÉSAR NOTARI, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Porto Alegre/RS, nascido em 11/09/1955, residente e domiciliado em Osório/RS, na Alameda das Acácias nº 711, Condomínio Interlagos, CEP 95520-000, inscrito no CPF/MF nº 183.669.530-68 e CI-SSP/RS nº 1009169839; e,

GILMAR NUNES DA SILVA, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, natural de Osório, nascido em 26/05/1963, residente e domiciliado em Osório/RS, na Rua Sete de Setembro nº 1692, Centro, CEP 95520-000, inscrito no CPF/MF nº 380.867.000-20;

CLÁUSULA 01 - A sociedade gira sob o nome empresarial de **RÁDIO LITORAL LTDA.**

CLÁUSULA 02 - A sede da sociedade é em Osório/RS, na Rua Marechal Floriano nº 920, Conjunto 204, Centro, CEP 95520-000, inscrita no CNPJ/MF nº 90.918.343/0001-22 e NIRE 43200192618.

§ Único - A sociedade possui uma filial na cidade de Imbé/RS, na Av. Paraguassú nº 1.801, loja 05, Centro, CEP 95625-000, inscrita no CNPJ/MF nº 90.918.343/0002-03 NIRE 43901465815,

CLÁUSULA 03 - A sociedade tem por objeto:

- a) a execução de serviços de radiodifusão em qualquer de suas modalidades; e
- b) o transporte rodoviário de cargas.

CLÁUSULA 04 - A sociedade iniciou suas atividades em 19/03/1980 e durará por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 05 - O capital social, é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), totalmente integralizado, dividido em 20.000 (vinte mil) quotas unitárias de R\$ 1,00 (um real), assim distribuído entre os sócios:

	Sócio	Valor R\$	Quotas	%
01	Paulo César Notari	19.800,00	19.800	99
02	Gilmar Nunes da Silva	200,00	200	01
	Totais	20.000,00	20.000	100

CLÁUSULA 06 - A responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social.



CLÁUSULA 07 - A sociedade será administrada, individualmente, pelo sócio **Paulo César Notari**. O sócio **Gilmar Nunes da Silva**, exercerá a administração, sempre e exclusivamente em conjunto com o sócio Paulo César Notari, por prazo indeterminado, cabendo-lhes a gestão de todos os negócios sociais e comerciais, ficando dispensados da prestação de caução.

§ 1º Na hipótese de morte ou incapacidade para a vida civil do sócio e administrador **Paulo César Notari**, o sócio e administrador **Gilmar Nunes da Silva**, poderá exercer as funções plenas de administração e representação da sociedade de forma individual.

§ 2º Os administradores poderão ser sócios ou não, nomeados no contrato social ou em documento apartado.

§ 3º Observado o disposto no caput desta cláusula, os administradores terão os mais amplos e gerais poderes de administração e de representação da sociedade, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicial, vedada em seus nomes, a prática de atos de favor, avais, fianças e abonos, salvo deliberação de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 4º A nomeação e destituição de sócios administradores serão deliberadas pelos sócios detentores da maioria do capital social da sociedade. Para a nomeação e destituição de administradores não sócios, faz-se necessário o atendimento ao disposto no Art. 1.061 da Lei nº 10.406/2002.

§ 5º Para contrair financiamento, alienar ou de qualquer forma gravar bens móveis ou imóveis do ativo fixo da sociedade, inclusive hipotecar, penhorar ou alienar fiduciariamente ditos bens, necessária se torna a assinatura de sócios detentores da maioria do capital social.

§ 6º Os administradores terão direito a uma remuneração mensal, a título de pro labore, estabelecida pela administração e aprovada pelos sócios detentores da maioria do capital social, observados o estado econômico e a disponibilidade financeira da sociedade.

§ 7º O exercício da administração da sociedade cessa pela morte, renúncia ou destituição, em qualquer tempo do titular ou em ato separado no caso de administrador não sócio. Nessas hipóteses, será nomeado novo administrador mediante alteração contratual e/ou ato de nomeação.

CLÁUSULA 08 - O exercício social coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será realizado o balanço patrimonial e demais demonstrações de lei. O resultado apurado será dividido entre os sócios ou seus sucessores, proporcionalmente as suas quotas, salvo outro ajuste que realizarem na ocasião.

§ 1º - A critério dos sócios quotistas, poderão ser levantados balanços ou balancetes intermediários, à medida que entenderem necessário.

§ 2º - Poderá ser distribuído e pago a título de lucros aos sócios o valor correspondente ao lucro, diminuído de todos os impostos e contribuições que estiver sujeita a sociedade, levando por base o faturamento e ganhos de capital, podendo ser de forma diferenciada da razão proporcional de suas respectivas participações no capital social em qualquer data.

CLÁUSULA 09 - As deliberações dos sócios, quando não havidas por escrito, serão tomadas em Reunião dos Sócios, devendo ser observado:

- a) Os sócios serão convocados mediante carta contra recibo, com antecedência de oito dias, contendo a hora, data, local da Reunião e sua ordem do dia; na Reunião poderão comparecer todos os sócios por si ou representados por outro sócio ou por advogado munido de instrumento de mandato, com poderes bastantes;
- b) A Reunião será dirigida por um Administrador;
- c) A Ata da Reunião será lavrada em folhas soltas, encaminhando-se para averbação no registro próprio aquelas que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros;



§ Único – Fica estabelecido que, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluí-lo(s) da sociedade, por justa causa, mediante alteração do presente contrato social.

CLÁUSULA 10 - A sociedade se dissolve na ocorrência das hipóteses previstas em lei.

§ 1º – A morte, retirada, exclusão ou falência de um sócio não dissolve a sociedade, ficando assegurado aos herdeiros ou sucessores, quando for o caso, o ingresso na sociedade, desde que seja interesse dos demais sócios e aprovação pelos sócios detentores da maioria do capital social.

§ 2º - Se os herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na sociedade, ou os demais sócios não desejarem o ingresso desses, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para este fim e liquidada a quota social na forma do que dispõe o Art. 1.031 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA 11 - É livre a cessão de quotas entre os sócios, desde que seja respeitado o direito de preferência pela aquisição, segundo a proporção de sua participação societária e, em não havendo interesse de determinado sócio na aquisição ou cessão, a parte que lhe caberia será rateada entre os demais sócios interessados também segundo a proporção da participação de cada um no capital social; a cessão a terceiros dependerá da anuência dos outros sócios.

CLÁUSULA 12 - Os sócios elegem o Foro de Fortaleza/CE, por mais privilegiado que outro seja para a resolução das questões emergentes deste contrato.

CLÁUSULA 13 - Os casos omissos serão resolvidos pela legislação vigente.

DECLARAÇÕES - O administradores declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E, por estarem justos e contratados, assinam eletronicamente este instrumento, o qual será levado à registro na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul e posterior comunicada ao Ministério das Comunicações na forma permitida pelo Art. 38 da Lei nº 4.117/62, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, produzindo seus jurídicos efeitos legais.

Osório/RS, 01 de novembro de 2023.

Paulo César Notari

Gilmar Nunes da Silva





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/420.626-8	RSN2383941610	07/11/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
380.867.000-20	GILMAR NUNES DA SILVA	05/12/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
183.669.530-68	PAULO CESAR NOTARI	05/12/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

registro sob o nº 9478265 em 07/12/2023 da Empresa RADIO LITORAL LTDA, CNPJ 90918343000122 e protocolo 234206268 - 23. Autenticação: AC4C7D63B57FE09019D755BB83E425F762AE2985. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este ato, acesse <http://juicrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 23/420.626-8 e o código de segurança sILc Esta cópia foi autenticada em 07/12/2023 por José Tadeu Jacoby, Secretário-Geral.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Anexo alteração contratual (17587655)

SEP 53119:013389/2021-65 / pg. 179





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governador do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL





Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa RADIO LITORAL LTDA, de CNPJ 90.918.343/0001-22 e protocolado sob o número 23/420.626-8 em 13/11/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9478265, em 07/12/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Leandro Isidoro Henses.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, José Tadeu Jacoby. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
183.669.530-68	PAULO CESAR NOTARI	05/12/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
380.867.000-20	GILMAR NUNES DA SILVA	05/12/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
183.669.530-68	PAULO CESAR NOTARI	05/12/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 01/11/2023



Documento assinado eletronicamente por Leandro Isidoro Henses, Servidor(a) Público(a), em 07/12/2023, às 15:15.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) informando o número do protocolo 23/420.626-8.





Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
054.744.500-87	JOSE TADEU JACOBY

registro sob o nº 9478265 em 07/12/2023 da Empresa RADIO LITORAL LTDA, CNPJ 90918343000122 e protocolo 234206268 - 23. Autenticação: AC4C7D63B57FE09019D755BB83E425F762AE2985. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este ato, acesse <http://juicisrj.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 23/420.626-8 e o código de segurança sLLc Esta cópia foi autenticada e assinada em 07/12/2023 por José Tadeu Jacoby, Secretário-Geral.

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.013389/2021-65**Entidade:** RADIO LITORAL LTDA**CNPJ nº:** 90.918.343/0001-22**FISTEL nº:** 03008010172**Localidade:** Osório/RS**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 20/05/2021**Período:** 26/10/2021 a 26/10/2031**Tipo de outorga a ser renovada:**

- ☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.
- ☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	(X) Sim () Não () Não se aplica	7392578 Págs. 2-3	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021); - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	Requerimento subscrito pelo gerente, à época, Paulo César Notari (SEI 10918148 - Págs. 1-2)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Checklist 11255021

SEI 53115-013389/2021-65 / pg. 182

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

<p>Declaração:</p> <p>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10927038 Págs. 3 - 4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10927038 Págs. 3 - 4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10927038 Págs. 3 - 4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10927038 Págs. 3 - 4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	



<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10927038</p> <p>Págs. 3 - 4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10927038</p> <p>Págs. 3 - 4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10927038</p> <p>Págs. 3 - 4</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10927038</p> <p>Págs. 3 - 4</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	



<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10927038 Págs. 3 - 4</p>	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11567744 Págs. 15-17</p>	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967 - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	----------	------------	-------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Checklist 11233021

SEI 53115-013365/2021-65 / pg. 185

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10927038 Pág. 7	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".	*ultima alteração contratual que erigiu Gilmar Nunes da Silva na qualidade de sócio-administrador (SEI 11587699). Com efeito, a Cláusula Sétima define que o mesmo "exercerá a administração, sempre e exclusivamente em conjunto com o sócio Paulo César Notari (...)". Para além disso, no § 1º, foi definido que "na hipótese de morte ou incapacidade para a vida civil do sócio administrador Paulo César Notari, o sócio e administrador Gilmar Nunes da Silva, poderá exercer as funções plenas de administração e representação da sociedade de forma individual".
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10927038 Págs. 8 - 9	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X".	



5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11585606	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 11258020 Pág. 5	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
		E 11258020 Pág. 7 M 7392578 Pág. 65		
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11567744 Pág. 7	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 11258020 Pág. 5	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	
		FGTS 11258020 Pág. 3		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Checklist 11258021

SEI 55145-0/2021-65 / pg. 187

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11258020 Pág. 4	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	PAULO CESAR NOTARI 11471007 Pág. 3 GILMAR NUNES DA SILVA 11471007 Pág. 4	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?	(X) Sim () Não	11567744 Pág. 6	- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".	



12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?	<input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não	11567744 Págs. 8 - 14	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".	
13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	11261629	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	
14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	<input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não	11258020 Pág. 6	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	----------	------------	-------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Checklist 11258021

SEI 53115-013365/2021-65 / pg. 189

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

<p>15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990; 	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	N/A	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.</p>	
<p>16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	N/A	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.





Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11258021** e o código CRC **CB2AD3DD**.

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

SEI nº 11258021



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Checklist 11258021

SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 191

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 10133/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.013389/2021-65

INTERESSADA: RÁDIO LITORAL LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Litoral Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 90.918.343/0001-22**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Osório/RS, vinculado ao **FISTEL nº 03008010172**, referente ao período de 26 de outubro de 2021 a 26 de outubro de 2031.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Nota Técnica 10133 (1458760)

SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 192

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Litoral Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 202, de 22 de outubro de 1981, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de outubro de 1981 (SEI 11567747 - Pág. 1). Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2001-2011**. De acordo com a Portaria nº 467, de 23 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de setembro de 2007, **a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 26 de outubro de 2001**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 113, de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia 1º de março de 2011 (SEI 11567747 - Págs. 2-3).

7. Concernente ao período de **2011-2021**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 12 de julho de 2011, gerando o protocolo nº 53000.036213/2011-05, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre 12 (doze) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 26 de abril de 2011



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Nota Técnica 10/133 (11567747)

SEI 33113-013369/2021-65 / pg. 193

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

e 26 de julho de 2011. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

8. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

9. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

10. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

11. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente"* (SEI 11567757).

12. Pela análise dos autos, observa-se que, em **20 de maio de 2021**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2021-2031** (SEI 7392578 - Págs. 2-3). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 26 de outubro de 2020 a 26 de outubro de 2021.

13. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11258021). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município



não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

14. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

15. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11258021).

16. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 6 de junho de 2024 (SEI 11567744 - Págs. 15-17).

17. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de **Osório/RS** e Imbém/RS, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Paulo Cesar Notari e Gilmar Nunes da Silva não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão (SEI 11567744 - Págs. 16-17, 11585606 - Pág. 2 e 11587699).

18. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11567744 - Págs. 2-5). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de permissão pela detentora da outorga (SEI 11261629).

19. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11258021).

20. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11258021 - Pág. 1).



21. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

22. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica,



elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 6 de dezembro de 2023, com validade até 26 de outubro de 2031 (SEI 11567744- Págs. 1 e 6).

26. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 6 de junho de 2024 (SEI 11567744 - Pág. 7). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11567744 - Págs. 8-14). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

27. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Nota Técnica 10/2023 (11567744)

SEI 33113-013369/2021-65 / pg. 197

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Osório/RS, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11567757).

CONCLUSÃO

28. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

29. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

30. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

31. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 19/06/2024, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Nota Técnica 10/2023 (11567757)

SEI 33113-013369/2021-65 / pg. 198

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11567760** e o código CRC **06F8298A**.

Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (11567777)
- Minuta Exposição de Motivos (11567775)

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 11567760



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Nota Técnica 10133 (11567760)

SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 199

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.013389/2021-65,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO LITORAL LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 90.918.343/0001-22, número de inscrição no FISTEL nº 03008010172, a partir de 26 de outubro de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Minuta Portaria (1136777)

SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 200

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 19/06/2024, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11567777** e o código CRC **2ECAE074**.

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 11567777



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Minuta Portana (11567777)

SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 201

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.013389/2021-65, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10.133/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº ____, de __ de ____ de ____, publicada em ____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2021, a permissão outorgada à RÁDIO LITORAL LTDA (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), nos termos da Portaria nº 202, datada em 22 de outubro de 1981, publicada em 26 de outubro de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Minuta Exposição de Motivos (11567775)

SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 202

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 19/06/2024, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11567775** e o código CRC **F964C9FA**.

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 11567775



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Minuta Exposição de Motivos (11567775) - SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 203

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 13642, DE 20 DE JUNHO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.013389/2021-65,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO LITORAL LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 90.918.343/0001-22, inscrição no FISTEL nº 03008010172, a partir de 26 de outubro de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 28/06/2024, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11590578** e o código CRC **669204D7**.

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 11590578



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infodeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Portaria 13642 Renovação FM (11590578)

SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 204

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 20 de junho de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.013389/2021-65, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10133/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 13.642, de 20 de junho de 2024, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2021, a permissão outorgada à RÁDIO LITORAL LTDA (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), nos termos da Portaria nº 202, datada em 22 de outubro de 1981, publicada em 26 de outubro de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 28/06/2024, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11590580** e o código CRC **DE2FF6D8**.

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 11590580



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Exposição de Motivos 469 Renovação FM (11590580)

SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 205

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 52031/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 13642/2024 (11590578) e a Exposição de Motivos nº 469/2024 (11590580)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 10133/2024 (11567760), encaminho a Portaria nº 13642/2024 (11590578) e a Exposição de Motivos nº 469/2024 (11590580), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 25/06/2024, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11590583** e o código CRC **056EF58E**.

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 11590583



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Ofício Interno 52031 (11590583)

SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 206

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/07/2024 | Edição: 124 | Seção: 1 | Página: 11

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 13.642, DE 20 DE JUNHO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.013389/2021-65, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO LITORAL LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 90.918.343/0001-22, inscrição no FISTEL nº 03008010172, a partir de 26 de outubro de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac3d9ba3c

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO LITORAL LTDA	
Nome Fantasia: JOVEM PAN NEWS LITORAL	
Telefone: (51) 36632788	E-mail: pan103@terra.com.br
CNPJ: 90.918.343/0001-22	Número do Fistel: 03008010172
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 26/10/2001	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 26/10/2031	
Observações: SSR32/82,SG175/82;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: CONJUNTO 204/205	
Bairro: CENTRO	Numero: 920	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: CONJUNTO 204/205	
Bairro: CENTRO	Numero: 920,	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RUA PROFESSOR ROMILDO BOLZAN	Complemento:	
Bairro: BORÚSSIA	Numero: 4205	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RUA MARECHAL FLORIANO	Complemento: 204	
Bairro: CENTRO	Numero: 920	
Município: Osório	UF: RS	CEP: 95520000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Osório	UF: RS

Parâmetros Técnicos			
Canal: 276	Frequência: 103.1 MHz	Classe: E3	ERP Máxima: 9.189kW
HCI: 34.5 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação



24/10/2019

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efdf4a2e8

Relatório do Canal 276 FM - Osório - RS - Renovação (11609075) - SLE 93115.013389/2021-65 / pg. 208

Informações Gerais	
Número da Estação: 9546162	Número Indicativo: ZYD588
Data Último Licenciamento: 06/12/2023	Número da Licença: 53500.100725/2023-27

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 29° 52' 53.00" S	Longitude: 50° 17' 17.99" W	Cota da base: 376.5 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG5000i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: 5.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LDF7-50A 1-5/8"	Fabricante: ANDREW ANTENAS LTDA.		
Comprimento da Linha: 43.0 m	Atenuação: 1.30 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.008 dB	Impedância: 50.0 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMA-4	Fabricante: ANDREW ANTENAS LTDA				
Ganho: 3.21 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Circular	HCI: 34.5 m	ERP Máxima: 9.19 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0.13	30°: 0.26	35°: 0.35	40°: 0.45	45°: 0.54	50°: 0.63	55°: 0.68
60°: 0.72	65°: 0.82	70°: 0.92	75°: 0.99	80°: 1.06	85°: 1.09	90°: 1.11	95°: 1.14	100°: 1.16	105°: 1.19	110°: 1.21	115°: 1.24
120°: 1.26	125°: 1.26	130°: 1.26	135°: 1.26	140°: 1.26	145°: 1.26	150°: 1.26	155°: 1.23	160°: 1.21	165°: 1.18	170°: 1.16	175°: 1.13
180°: 1.11	185°: 1.14	190°: 1.16	195°: 1.16	200°: 1.16	205°: 1.16	210°: 1.16	215°: 1.16	220°: 1.16	225°: 1.16	230°: 1.16	235°: 1.16
240°: 1.16	245°: 1.16	250°: 1.16	255°: 1.16	260°: 1.16	265°: 1.16	270°: 1.16	275°: 1.16	280°: 1.16	285°: 1.13	290°: 1.11	295°: 1.01
300°: 0.92	305°: 0.77	310°: 0.63	315°: 0.54	320°: 0.45	325°: 0.35	330°: 0.26	335°: 0.13	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 29°3' 9"33.89" S Lon 50°17' 17.99" W	5°: Lat 29°4' 1"25.59" S Lon 50°16' 8.76" W	10°: Lat 29°43' 6.84" S Lon 50° 15'18.98" W	15°: Lat 29° 45'49.25" S Lon 50°15' 7.19" W	20°: Lat 29°42' 0.05" S Lon 50° 12'44.42" W	25°: Lat 29°36' 4.77" S Lon 50°8' 17.44" W	30°: Lat 29° 34'50.23" S Lon 50°5' 19.52" W	35°: Lat 29°35' 25.3" S Lon 50°3' 14.95" W	40°: Lat 29°36' 7.5" S Lon 50°1' 8.57" W	45°: Lat 29° 36'57.68" S Lon 49°59' 0.56" W	50°: Lat 29° 38'30.36" S Lon 49°5' 7'37.14" W	55°: Lat 29° 39'57.41" S Lon 49°56' 6.03" W
60°: Lat 29° 41'31.72" S Lon 49°5' 4'43.44" W	65°: Lat 29° 43'12.64" S Lon 49°5' 3'30.14" W	70°: Lat 29°45' 1.11" S Lon 49° 52'31.96" W	75°: Lat 29° 46'52.72" S Lon 49°5' 1'39.45" W	80°: Lat 29° 48'51.21" S Lon 49°5' 1'14.24" W	85°: Lat 29° 50'51.17" S Lon 49°51' 6.53" W	90°: Lat 29° 52'50.42" S Lon 49°51' 5.47" W	95°: Lat 29° 54'48.87" S Lon 49°5' 1'16.39" W	100°: Lat 29° 56'46.45" S Lon 49°5' 1'33.73" W	105°: Lat 29° 58'42.27" S Lon 49°52' 2.85" W	110°: Lat 30°0'37.05" S Lon 50° 52'38.38" W	115°: Lat 30°2'25.11" S Lon 50° 53'35.48" W
120°: Lat 30°4'8.08" S Lon 49°5' 4'43.06" W	125°: Lat 30°5'47.9" S Lon 49°5' 5'56.04" W	130°: Lat 30°7'21.82" S Lon 49° 57'18.83" W	135°: Lat 30°8'52.48" S Lon 49° 58'46.93" W	140°: Lat 30°10'9.16" S Lon 50°0'31.3" W	145°: Lat 30°11'17.4" S Lon 50°2'22.67" W	150°: Lat 30°12'20.85" S Lon 50°4'17.38" W	155°: Lat 30°13'11.09" S Lon 50°6'20.42" W	160°: Lat 30°13'56.13" S Lon 50°8'25.76" W	165°: Lat 30°14'36.1" S Lon 50° 10'33.76" W	170°: Lat 30°15'1.67" S Lon 50° 12'46.76" W	175°: Lat 30°15'21.82" S Lon 50° 15'15.37" W
180°: Lat 30°15'26.99" S Lon 50°1' 7'17.99" W	185°: Lat 30°15'21.82" S Lon 50°19'34.6" W	190°: Lat 30°15'6.34" S Lon 50° 21'50.17" W	195°: Lat 30°14'36.1" S Lon 50°24'2.21" W	200°: Lat 30°14'0.58" S Lon 50°26'12.11" W	205°: Lat 30°13'15.38" S Lon 50°2'8'17.89" W	210°: Lat 30°12'29.05" S Lon 50°30'24.1" W	215°: Lat 30°11'25.16" S Lon 50°3'2'19.62" W	220°: Lat 30°10'12.78" S Lon 50°3'50'34'8.21" W	225°: Lat 30°8'52.48" S Lon 50°3'35'49.05" W	230°: Lat 30°7'24.86" S Lon 50°3'37'21.36" W	235°: Lat 30°5'50.61" S Lon 50°3'38'44.44" W
240°: Lat 30°4'10.43" S Lon 50° 39'57.67" W	245°: Lat 30°2'25.11" S Lon 50°40'41.05" W	250°: Lat 30°0'30.62" S Lon 50° 41'36.99" W	255°: Lat 29°58'27.73" S Lon 50°4'1'29.61" W	260°: Lat 29°56'27.09" S Lon 50°4'0'52.81" W	265°: Lat 29°54'34.59" S Lon 50°4'30'40'3.31" W	270°: Lat 29°52'51.3" S Lon 50°38'35.15" W	275°: Lat 29°51'22.91" S Lon 50°3'6'46.47" W	280°: Lat 29°50'10.01" S Lon 50°3'4'55.97" W	285°: Lat 29°49'21.64" S Lon 50°3'2'23.54" W	290°: Lat 29°48'12.38" S Lon 50°3'50'32'3.91" W	295°: Lat 29°46'34.29" S Lon 50°3'2'51.44" W
300°: Lat 29°44'16.15" S Lon 50°3' 4'26.78" W	305°: Lat 29°42'8.51" S Lon 50°3' 34'55.73" W	310°: Lat 29°42'19.67" S Lon 50°3' 1'45.89" W	315°: Lat 29°41'29.93" S Lon 50°3' 0'23.56" W	320°: Lat 29°41'20.45" S Lon 50°2' 8'26.47" W	325°: Lat 29°42'5.89" S Lon 50°25'59.4" W	330°: Lat 29°40'6.75" S Lon 50°25'46.95" W	335°: Lat 29°40'18.5" S Lon 50°24'2.82" W	340°: Lat 29°39'24.03" S Lon 50°2'2'56.77" W	345°: Lat 29°37'34.45" S Lon 50°22'1.1" W	350°: Lat 29°38'35.94" S Lon 50°2'0'11.86" W	355°: Lat 29°39'32.2" S Lon 50°18'38.61" W

Distância por radial											
0°: 24.68	5°: 21.31	10°: 18.38	15°: 13.55	20°: 21.46	25°: 34.35	30°: 38.6	35°: 39.48	40°: 40.5	45°: 41.67	50°: 41.38	55°: 41.67



60º: 41.97	65º: 42.26	70º: 42.41	75º: 42.7	80º: 42.55	85º: 42.26	90º: 42.11	95º: 41.97	100º: 41.97	105º: 41.97	110º: 42.11	115º: 41.97
120º: 41.82	125º: 41.82	130º: 41.82	135º: 41.97	140º: 41.82	145º: 41.67	150º: 41.67	155º: 41.53	160º: 41.53	165º: 41.67	170º: 41.67	175º: 41.82
180º: 41.82	185º: 41.82	190º: 41.82	195º: 41.67	200º: 41.67	205º: 41.67	210º: 41.97	215º: 41.97	220º: 41.97	225º: 41.97	230º: 41.97	235º: 41.97
240º: 41.97	245º: 41.97	250º: 41.53	255º: 40.21	260º: 38.45	265º: 36.69	270º: 34.2	275º: 31.42	280º: 28.78	285º: 25.12	290º: 25.27	295º: 27.61
300º: 31.86	305º: 34.64	310º: 30.4	315º: 29.81	320º: 27.91	325º: 24.39	330º: 27.32	335º: 25.71	340º: 26.59	345º: 29.37	350º: 26.88	355º: 24.83

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 007500501806						Modelo: RDFM 5000T					
Fabricante: RF Telavo Telecomunicações Ltda						Potência de Operação: 5.000 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento: 030299PA0035						Modelo: Equipamento não encontrado.					
Fabricante: INGENIUM S.R.L.						Potência de Operação: 1.00 kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 9.19 kW
RDS					
Código PI: B823					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
591981	202	Portaria	MC	22/10/1981	26/10/1981	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
120251981	140	Portaria	Dentel	17/02/1982	15/03/1982	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
1208801983	220883	Despacho	MC	22/08/1983		Advertência	Jurídico
1216851983	1441	Portaria	MC	15/09/1983	22/09/1983	Multa	Jurídico
1215491983	1494	Portaria	MC	28/09/1983	11/10/1983	Multa	Jurídico
291020000741985	130385	Despacho	MC	13/03/1985		Multa	Jurídico
291020001471985	365	Ofício	MC	16/07/1985		Advertência	Jurídico
291020003231986	230786	Despacho	MC	23/07/1986		Multa	Jurídico
291020004371986	23078	Despacho	MC	23/07/1986		Multa	Jurídico
291020005941986	311286	Despacho	MC	31/12/1986		Multa	Jurídico
291020013651985	124	Portaria	MC	12/05/1987		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
291020013151988	301288	Despacho	MC	30/12/1988		Multa	Jurídico
291020012611988	10389	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico



291020013201988	1038	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291020016481988	103	Despacho	MC	01/03/1989		Multa	Jurídico
291020001461989	130389	Despacho	MC	13/03/1989		Multa	Jurídico
291020001741989	13038	Despacho	MC	13/03/1989		Multa	Jurídico
291020002231989	250489	Despacho	MC	25/04/1989		Multa	Jurídico
291020002611989	240589	Despacho	MC	24/05/1989		Multa	Jurídico
291020008621989	190789	Despacho	MC	19/07/1989		Multa	Jurídico
291020006121989	40989	Despacho	MC	04/09/1989		Multa	Jurídico
291020007001989	260989	Despacho	MC	26/09/1989		Multa	Jurídico
291020010791989	151189	Despacho	MC	15/11/1989		Multa	Jurídico
291020012771989	151289	Despacho	MC	15/12/1989		Multa	Jurídico
291020013941989	301289	Despacho	MC	30/12/1989		Multa	Jurídico
291020003781990	150890	Despacho	MC	15/08/1990		Advertência	Jurídico
291020003821991	100492	Despacho	MC	10/04/1992		Advertência	Jurídico
291020012371991	86	Portaria	MC	22/06/1992	02/07/1992	Renovação	Jurídico
291020012371991	11	Decreto Legislativo	CN	09/03/1995	10/03/1995	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
537900010031995	121196	Despacho	MC	12/11/1996	21/11/1996	Advertência	Jurídico
537900026291995	1199	Portaria	MC	25/09/1997	03/10/1997	Multa	Jurídico
537900017131996	1261	Portaria	MC	01/10/1997	08/10/1997	Multa	Jurídico
537900012851996	546	Portaria	MC	25/10/1999	01/11/1999	Multa	Jurídico
291020013651985	47191	Ato	ER	14/10/2004	20/10/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
537900010902001	467	Portaria	MC	23/08/2007	11/09/2007	Renovação	Jurídico
537900010902001	113	Decreto Legislativo	CN	28/02/2011	01/03/2011	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
535000458042017 10	929	Ato	ORLE	15/02/2017	03/11/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.048290/202 2-11	7698	Ato	ORLE	03/06/2022	13/06/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.093905/202 3-45	11015153	Ato	ORLE	18/10/2023	06/11/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115.013389/202 1-65	13642	Portaria	MC	20/06/2024	01/07/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento



24/10/07/20

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Relatório do Canal 276 FM Osório-RS_Renovação (11669075) - SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 211



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 52465/2024/MCOM

Brasília, 01 de julho de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (1159580)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 10133/2024 (11567760), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 469/2024 (11590580), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 02/07/2024, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11612349** e o código CRC **6F19316E**.

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 11612349



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Ofício Interno 52465 (11612349)

SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 212

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Brasília, 3 de Julho de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.013389/2021-65, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10133/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 13.642, de 20 de junho de 2024, publicada em 1º de julho de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2021, a permissão outorgada à RÁDIO LITORAL LTDA (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), nos termos da Portaria nº 202, datada em 22 de outubro de 1981, publicada em 26 de outubro de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Exposição de Motivos nº 00545/2024 MCOM (11616629) - SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 213

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 22910/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.013389/2021-65.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 04/07/2024, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11617105** e o código CRC **FD1D704C**.

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 11617105



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Ofício 22910 (11617105) - SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 214

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

EM nº 00545/2024 MCOM

Brasília, 3 de Julho de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.013389/2021-65, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10133/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 13.642, de 20 de junho de 2024, publicada em 1º de julho de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2021, a permissão outorgada à RÁDIO LITORAL LTDA (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), nos termos da Portaria nº 202, datada em 22 de outubro de 1981, publicada em 26 de outubro de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/07/2024 | Edição: 124 | Seção: 1 | Página: 11

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 13.642, DE 20 DE JUNHO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.013389/2021-65, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO LITORAL LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 90.918.343/0001-22, inscrição no FISTEL nº 03008010172, a partir de 26 de outubro de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada -

6 b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por

Estados c - Nacionais:

Ondas médias -

2 Ondas curtas -

2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de: [...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [linhas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações – SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial). Portanto, a MJR não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora unitária ou com fins

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida ; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados os há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de preempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de preempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.
) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022.	

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 2º do

Assinado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^{III}.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos cursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.

Prova de regularidade relativa à seguridade social
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



FGTS.	
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **XXXXX.XXXXX/XXXX-XX**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora **[em frequência modulada/ondas**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N . 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o ecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Notas

1. [^] [Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU \(NUP nº 01250.002830/2019-19\), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.](#)



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 10133/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.013389/2021-65

INTERESSADA: RÁDIO LITORAL LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Litoral Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 90.918.343/0001-22**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Osório/RS, vinculado ao **FISTEL nº 03008010172**, referente ao período de 26 de outubro de 2021 a 26 de outubro de 2031.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Nota Técnica 10133 (14367766)

SEI 53115.013389/2021-65 / pg. 1

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Litoral Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 202, de 22 de outubro de 1981, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de outubro de 1981 (SEI 11567747 - Pág. 1). Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2001-2011**. De acordo com a Portaria nº 467, de 23 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de setembro de 2007, **a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 26 de outubro de 2001**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 113, de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia 1º de março de 2011 (SEI 11567747 - Págs. 2-3).

7. Concernente ao período de **2011-2021**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 12 de julho de 2011, gerando o protocolo nº 53000.036213/2011-05, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre 12 (doze) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 26 de abril de 2011



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Nota Técnica 10/2015 (14367760)

SEI 35115-013369/2021-65 / pg. 2

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

e 26 de julho de 2011. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

8. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

9. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

10. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

11. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente"* (SEI 11567757).

12. Pela análise dos autos, observa-se que, em **20 de maio de 2021**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2021-2031** (SEI 7392578 - Págs. 2-3). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 26 de outubro de 2020 a 26 de outubro de 2021.

13. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11258021). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Nota Técnica 10135 (14367766)

SEI 35115-013369/2021-65 / pg. 3

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

14. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

15. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11258021).

16. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 6 de junho de 2024 (SEI 11567744 - Págs. 15-17).

17. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de **Osório/RS** e Imbém/RS, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Paulo Cesar Notari e Gilmar Nunes da Silva não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão (SEI 11567744 - Págs. 16-17, 11585606 - Pág. 2 e 11587699).

18. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11567744 - Págs. 2-5). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de permissão pela detentora da outorga (SEI 11261629).

19. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11258021).

20. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11258021 - Pág. 1).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Nota Técnica 10135 (14/06/2024)

SEI 35115-013369/2021-65 / pg. 4

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

21. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

22. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica,



elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 6 de dezembro de 2023, com validade até 26 de outubro de 2031 (SEI 11567744- Págs. 1 e 6).

26. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 6 de junho de 2024 (SEI 11567744 - Pág. 7). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11567744 - Págs. 8-14). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

27. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Nota Técnica 10135 (14367766)

SEI 35115-013369/2021-65 / pg. 6

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Osório/RS, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11567757).

CONCLUSÃO

28. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

29. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

30. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

31. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Chefe de Divisão de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 19/06/2024, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 19/06/2024, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

Nota Técnica 10135 (11567757)

SEI 35115-013569/2021-65 / pg. 7

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11567760** e o código CRC **06F8298A**.

Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (11567777)
- Minuta Exposição de Motivos (11567775)

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

Documento nº 11567760



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 08 de julho de 2024.

AOS PROTOCOLOS DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2021, a permissão outorgada à RÁDIO LITORAL LTDA (CNPJ nº 90.918.343/0001-22), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 545 2024 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 08/07/2024, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5877821** e o código CRC **68549FD1** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 723/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53115.013389/2021-65.**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00545/2024 MCOM, de 3 de Julho de 2024, do Ministério das Comunicações.**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Osório (RS).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00545/2024 MCOM (5876348), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.013389/2021-65, acompanhado da [Portaria MCOM nº 13.642, de 20 de junho de 2024](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2021, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul, sem direito à exclusividade, para a empresa RÁDIO LITORAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 90.918.343/0001-22, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], e em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU^[3], de 05/10/2023 (5876334), que informa que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora pelos órgãos consultivos é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
 - Nota Técnica nº 10133/2024/SEI-MCOM, de 19/06/2024 (5877792), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que, atendendo ao parecer jurídico referencial, registra, no item 27, que o caso concreto dispensa a análise jurídica individualizada e conclui pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963; e
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 19/06/2024 (5876338), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
5. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[4]; e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[5], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
6. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	90.918.343/0001-22
NOME EMPRESARIAL:	RADIO LITORAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$20.000,00 (Vinte mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	PAULO CESAR NOTARI
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	GILMAR NUNES DA SILVA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 09/08/2024 às 15:09 (data e hora de Brasília).

7. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

8. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO

Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI

Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da [Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014](#), que disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos, dispensando a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação,ivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as loras de radiodifusão.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 14/10/2024, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 14/10/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 14/10/2024, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5989655** e o código CRC **B6F386D7** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.013389/2021-65

SEI nº 5989655

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Subsecretaria de Gestão Interna da Secretaria-Executiva da Casa Civil

Brasília, 28 de agosto de 2024.

Referência: Exposição de Motivos nº 545/2024 - MCOM.

De ordem do Subsecretário de Gestão Interna, concluo o presente registro nesta caixa, tendo em vista que este processo encontra-se na SAG/CC/PR e SAJ/CC/PR, que são as Unidades competentes pelas em análises de mérito e jurídica, respectivamente, nos termos do Capítulo VII do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

CAMILA MACHADO PIRES
Assessora Técnica SSGI/SE/CC/PR



Documento assinado eletronicamente por **Camila Machado Pires, Assistente Técnico(a)**, em 28/08/2024, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6040191** e o código CRC **4F32E7F9** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.013389/2021-65

Nota SAJ - Radiodifusão nº 834 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RÁDIO LITORAL LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53115.013389/2021-65

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.013389/2021-65, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)**^[1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO LITORAL LTDA** CNPJ nº 90.918.343/0001-22, na localidade de **Osório/RS**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no âmbito das atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Estado publicou sua **Portaria de renovação**.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988" [3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.013389/2021-65, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

GABRIELA FERREIRA GOMES

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.
No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.





Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Ferreira Gomes, Estagiário(a)**, em 08/10/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 09/10/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 09/10/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 09/10/2024, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6114658** e o código CRC **E60483EE** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MENSAGEM Nº 1.330

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 13.642, de 20 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2024, que renova, a partir de 26 de outubro de 2021, a permissão anteriormente conferida à Rádio Litoral Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 17 de outubro de 2024.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>



5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 18 de outubro de 2024.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e documento físico original (6174004) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BRENO BAJO DUTRA
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Breno Bajo Dutra, Assessoria**, em 18/10/2024, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6174263** e o código CRC **B48C6A08** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.013389/2021-65

SEI nº 6174263



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

À Senhora Ministra de Estado, substituta
Casa Civil da Presidência da República
Dra. Miriam Belchior

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.330, de 17 de outubro de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 13.642, de 20 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2024, que renova, a partir de 26 de outubro de 2021, a permissão anteriormente conferida à Rádio Litoral Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

Senhora Ministra,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura da Ministra - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se à Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República, substituta.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, Secretário(a) Adjunto(a), em 18/10/2024, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, Secretário Especial, em 18/10/2024, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6175985** e o código CRC **09EA6810** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 13.642, de 20 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2024, que renova, a partir de 26 de outubro de 2021, a permissão anteriormente conferida à Rádio Litoral Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado, substituta



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1448/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 13.642, de 20 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2024, que renova, a partir de 26 de outubro de 2021, a permissão anteriormente conferida à Rádio Litoral Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 18/10/2024, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6176775** e o código CRC **F585572C** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.013389/2021-65

SEI nº 6176775

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8>

5fb87a29-71f1-4541-8751-3596efd4a2e8